

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Acrísio Luiz Gonçalves

**O EMPIRISMO NATURALISTA DE QUINE E A INDETERMINAÇÃO  
DA TRADUÇÃO**

Belo Horizonte  
2021

Acrísio Luiz Gonçalves

**O EMPIRISMO NATURALISTA DE QUINE E A INDETERMINAÇÃO  
DA TRADUÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Lógica, Ciência, Mente e Linguagem

Orientador: Prof. Dr. Mauro Luiz Engelmann

Belo Horizonte  
2021

100	Gonçalves, Acrissio Luiz.
G635e	O empirismo naturalista de Quine e a indeterminação da
2021	tradução [manuscrito] / Acrissio Luiz Gonçalves. - 2021. 209 f. Orientador: Mauro Luiz Engelmann.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1.Filosofia – Teses. 2. Quine, W. V. (Willard Van Orman), 1908-2000. 3.Tradução e interpretação - Teses. 4.Significação (Filosofia) –Teses. I. Engelmann, Mauro Luiz. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### O EMPIRISMO NATURALISTA DE QUINE E A INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO

#### ACRÍSSIO LUIZ GONÇALVES

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em FILOSOFIA, área de concentração FILOSOFIA, linha de pesquisa Lógica, Ciência, Mente e Linguagem.

Aprovada em 19 de março de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof. Mauro Luiz Engelmann - Orientador (UFMG)

Prof. Ernesto Perini Fizzera da Mota Santos (UFMG)

Prof. Rogério Passos Severo (UFRS)

Profa. Araceli Rosich Soares Velloso (UFG)

Profa. Sofia Inês Albornoz Stein (UNISINOS)

Belo Horizonte, 19 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **ARACELI ROSICH SOARES VELLOSO, Usuário Externo**, em 22/03/2021, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos, Professor do Magistério Superior**, em 22/03/2021, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sofia Inês Albornoz Stein, Usuário Externo**, em 22/03/2021, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Passos Severo, Usuário Externo**, em 23/03/2021, às 06:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Luiz Engelmann, Professor do Magistério Superior**, em 24/03/2021, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0613575** e o código CRC **53C9E332**.

---

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Mauro Luiz Engelmann, pela orientação assertiva e por sua disponibilidade ao longo de tantos anos. Agradeço, também, por sua confiança em meu trabalho e, ao mesmo tempo, por demandar amadurecimento filosófico de minha parte.

Aos professores Rogério Passos Severo e Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos, por terem lido uma versão prévia desse trabalho por ocasião de minha banca de qualificação. Agradeço a ambos pelos apontamentos, correções e indicações bibliográficas, todas bastante pertinentes.

Às professoras Araceli Velloso e Sofia Inês Albornoz Stein pela disponibilidade de participarem da banca de defesa da presente tese. Além disso, agradeço à prof. Sofia pela gentileza de, em 2013, ter me presenteado com um exemplar do livro “Van Orman Quine: Epistemologia, Semântica e Ontologia”, de sua autoria.

Aos meus amigos filósofos, Gabriel Assumpção e Paulo (Bicalho), por compartilharem comigo as felicidades e angústias relativas ao mundo acadêmico.

Aos meus amigos de longa data, Ciro Rafael (Dudu) e Ediel Rangel, pelas caminhadas e conversas sempre inspiradoras.

Ao meu pai, Hélio, e à minha mãe, Rose Mary, pelo afeto e apoio constante.

Aos meus irmãos, Ênio e Luan, pelo incentivo, companheirismo e amizade.

À minha esposa, Andréa, por seu amor, incentivo e paciência, especialmente na etapa final de redação da presente tese.

A todos os meus professores, amigos e familiares que me acompanharam e me incentivaram ao longo de todo o meu percurso acadêmico.

## RESUMO

Desde a sua apresentação em *Word and Object* (1960), a tese da indeterminação da tradução, de Willard V. O. Quine, tem sido fonte de inúmeros debates. No entanto, sua formulação e consequências filosóficas são ainda mal compreendidas, conforme destacou o próprio Quine. Tendo em vista esse cenário, tenho como objetivo analisar a base teórica de apoio para a tese da indeterminação da tradução. No primeiro capítulo, apresento as motivações de Quine para o estabelecimento da tese da indeterminação da tradução, tendo como ponto de partida os debates com Rudolf Carnap sobre a noção de significado. Posteriormente, apresento as diferenças entre a indeterminação da referência e a indeterminação holofrástica, por meio de exemplos empíricos. Além disso, também analiso objeções recentes relativas a ambas as teses. No segundo capítulo, avalio a tese da indeterminação da tradução a partir do ponto de vista naturalista que orienta a obra de Quine, apresentando argumentos que sugerem o abandono da noção mentalista de significado em prol de uma semântica que explique a significatividade dos enunciados a partir do comportamento linguístico dos falantes. No terceiro capítulo, discuto a influência do behaviorismo para o estabelecimento da tese da indeterminação da tradução, destacando que, ao longo de sua obra, Quine minimiza o seu comprometimento para com a perspectiva behaviorista. Por fim, dado o naturalismo que caracteriza a filosofia de Quine, defendo o próprio empirismo como o argumento central para a tese da indeterminação da tradução.

Palavras-chave: Quine; indeterminação da tradução; significado; behaviorismo; empirismo.

## **ABSTRACT**

Since Willard V. O. Quine introduced the thesis of the indeterminacy of translation in *Word and Object* (1960), it has become the source of numerous debates. However, its formulation and philosophical consequences are still misunderstood. Given this scenario, I aim to uncover and analyze the theoretical basis supporting it. In the first chapter, I present Quine's motivations for establishing the indeterminacy of translation by taking as point of departure the debates with Rudolf Carnap about the notion of meaning. Subsequently, I show the difference between the indeterminacy of reference and the holophrastic indeterminacy by means of empirical examples and a discussion of recent objections to the thesis. In the second chapter, I evaluate the indeterminacy of translation from the point of view of the naturalism that permeates Quine's work, and I argue that we have good reasons to abandon the mentalist notion of meaning and adopt a semantic theory that explains the meaning of the statements grounded in the linguistic behavior of the speakers. In the third chapter, I discuss the influence of behaviorism on the formulation of the indeterminacy of translation, but argue that Quine minimizes his commitment to the behaviorist perspective. Finally, given the naturalism that characterizes Quine's philosophy, I argue that it is empiricism that grounds the thesis.

Keywords: Quine; indeterminacy of translation; meaning; behaviorism; empiricism.



## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>CLT</b>	Carnap and Logical Truth (1954)
<b>CM</b>	Cognitive Meaning (1979)
<b>CPT</b>	Carnap's Positivist Travail (1984)
<b>COF</b>	Comment on Føllesdal (1990)
<b>COH</b>	Comment on Hintikka (1990)
<b>CRK</b>	Correspondence with Robert Kirk (1968–1988, unpublished)
<b>CVO</b>	On Carnap's View on Ontology (1951)
<b>EC</b>	Empirical Content (1981)
<b>EDQ</b>	Exchange between Donald Davidson and Quine (1994)
<b>EESW</b>	On Empirically Equivalent Systems of the World (1975)
<b>EN</b>	Epistemology Naturalized (1969)
<b>EURL</b>	Os Estados Unidos e o ressurgimento da Lógica (1942)
<b>FM</b>	Facts of the Matter (1979)
<b>FME</b>	Five Milestones of Empiricism (1975)
<b>FSS</b>	From Stimulus to Science (1995)
<b>GWW</b>	Goodman's Ways of Worldmaking (1978)
<b>HRC</b>	Homage to Rudolf Carnap (1970)
<b>IOH</b>	Identity, Ostension and Hypostasis (1950)
<b>ITA</b>	Indeterminacy of Translation Again (1987)
<b>LMAP</b>	Let Me Accentuate the Positive (1990)
<b>LP</b>	Linguistics and Philosophy (1969)
<b>MBB</b>	Mind, Brain and Behavior (1989)
<b>MVD</b>	Mind and Verbal Dispositions (1975)
<b>MT</b>	Meaning and Translation (1959)
<b>NNK</b>	The Nature of Natural Knowledge (1975)
<b>OR</b>	Ontological Relativity (1968)
<b>OWTI</b>	On What There Is (1941)
<b>PL</b>	Philosophy of Logic (1970/1986)
<b>PLSL</b>	W. V. Quine: Perspectives on Logic, Science and Philosophy (1994)
<b>PML</b>	The Problem of Meaning in Linguistics (1951)
<b>PMPN</b>	Prolegomena: Mind and Its Place in Nature (2019)
<b>PO</b>	Propositional Objects (1968)
<b>PPE</b>	The Pragmatists' Place in Empiricism (1975)
<b>PPLT</b>	Philosophical Progress in Language Theory (1970)
<b>PT</b>	Pursuit of Truth (1990/1992)
<b>QIPD</b>	<i>Quiddities</i> : An Intermittently Philosophical Dictionary (1987)
<b>QR</b>	Quine's Responses (2000)
<b>RA</b>	Relativism and Absolutism (1984)
<b>REE</b>	Replies to Eleven Essays (1981)

<b>REP</b>	Replies (1968)
<b>RGH</b>	Reply to Geoffrey Hellman (1986)
<b>RIT</b>	On the Reasons for Indeterminacy of Translation (1970)
<b>RJV</b>	Reply to Jules Vuillemin (1986)
<b>RPR</b>	Reply to Paul A. Roth (1986)
<b>RTC</b>	Replies – To Chomsky (1969)
<b>RTE</b>	Response to Essays by Smart, Orenstein, Lewis and Holdcroft, and Haack (1997)
<b>RTH</b>	Replies – To Harman (1969)
<b>RTHK</b>	Replies – To Hintikka (1969)
<b>RTS</b>	Reply to P. F. Strawson (1986)
<b>SBLM</b>	Sellars on behaviorism, language, and meaning (1980)
<b>SLS</b>	The Scope and Language of Science (1957)
<b>SN</b>	Structure and Nature (1992)
<b>SNL</b>	O Sentido da Nova Lógica (1944)
<b>SO</b>	Speaking of Objects (1958)
<b>SRP</b>	Skinner Retirement Party (1974)
<b>TAFS</b>	There is Always a Further Step (1998)
<b>TDE</b>	Two Dogmas of Empiricism (1951)
<b>TDR</b>	Two Dogmas in Retrospect (1991)
<b>TI</b>	Three Indeterminacies (1990)
<b>TIQ</b>	The Ideas of Quine: Dialogue with W.V. Quine (1978)
<b>TML</b>	The Time of My Life (1985)
<b>TR</b>	Truth (1994)
<b>TRR</b>	The Roots of Reference (1974)
<b>TTPT</b>	Things and Their Place in Theories (1981)
<b>UPM</b>	Use and Its Place in Meaning (1978)
<b>VITD</b>	On the Very Idea of a Third Dogma (1975)
<b>WAAW</b>	Words Are All We Have To Go On (1992)
<b>WB</b>	The Web of Belief (with Joseph S. ULLIAN, 1970/1978)
<b>WO</b>	Word and Object (1960)
<b>WWD</b>	Where do We Disagree (1999)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
------------------	----

### 1. A INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO: UM DEBATE ACERCA DA NOÇÃO DE SIGNIFICADO

1.1. Introdução .....	16
1.2. Indeterminação da tradução: o debate com Rudolf Carnap .....	17
1.2.1. Os dois dogmas do empirismo .....	18
1.2.2. Um primeiro ataque à noção de analiticidade .....	20
1.2.3. Um segundo ataque à noção de analiticidade: o problema do significado .....	24
1.3. As réplicas de Rudolf Carnap .....	27
1.3.1. Os postulados de analiticidade .....	27
1.3.2. Significado e sinonímia nas linguagens naturais .....	32
1.3.2.1. A determinação das extensões .....	32
1.3.2.2. A determinação das intensões .....	33
1.4. Um critério comportamental para o significado e para a analiticidade .....	38
1.5. Quine e a indeterminação da tradução .....	42
1.5.1. A indeterminação começa em casa .....	44
1.5.2. Indeterminação da referência <i>versus</i> indeterminação holofrástica .....	49
1.5.3. Indeterminação da tradução e subdeterminação das teorias físicas .....	54
1.5.4. Críticas à tese da indeterminação da tradução .....	61
1.5.5. Exemplos empíricos da indeterminação da tradução .....	65

### 2. A INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO: UMA CRÍTICA À SEMÂNTICA MENTALISTA

2.1. Introdução .....	69
2.2. O projeto naturalista de Quine .....	70
2.3. A crítica do “mito do museu” .....	75
2.4. Frases de observação: a porta de entrada da linguagem .....	81
2.5. Pressupostos envolvidos na tradução radical .....	86
2.6. Interpretações antropológicas acerca da indeterminação da tradução .....	94
2.7. Exemplos empíricos da indeterminação no âmbito da antropologia.....	100

2.8. Contra o ceticismo acerca da tradução e da verdade .....	105
---	-----

### **3. INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO: PARA ALÉM DO BEHAVIORISMO DE B. F. SKINNER**

3.1. Introdução .....	112
3.2. Os cinco marcos do empirismo naturalista .....	113
3.3. Behaviorismos .....	117
3.3.1. Behaviorismo filosófico e fisicalismo .....	117
3.3.2. O Behaviorismo Metodológico de John B. Watson .....	121
3.3.3. Bertrand Russell: leitor de Watson e divulgador do behaviorismo .....	124
3.3.4. O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner .....	129
3.4. Elementos históricos da influência mútua entre Skinner e Quine .....	132
3.5. Investigando a linguagem: paralelos entre Quine e Skinner .....	137
3.5.1. O <i>Verbal Behavior</i> (1957): uma explicação científica para a linguagem .....	140
3.5.2. Uma explicação behaviorista do aprendizado da linguagem: o debate entre Quine-Skinner e Chomsky .....	147
3.5.2.1. A explicação de Quine para a geratividade da linguagem .....	158
3.5.2.2. Behaviorismo e “tábula rasa”: uma relação improcedente .....	161
3.5.2.3. Muito além da investigação sobre a aprendizagem da linguagem .....	168
3.6. As funções da atitude behaviorista: diferenças entre Skinner e Quine .....	171
3.7. Para além do behaviorismo: o argumento empirista para a indeterminação da tradução .....	174

<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>178</b>
-------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>191</b>
--------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

O que é o significado de uma palavra? Ou, mais especificamente, que tipos de coisas são os significados das palavras? Uma perspectiva bastante usual, tanto na filosofia quanto no senso comum, recorre aos objetos ou às representações mentais para a explicação do significado das palavras, concebendo-os como ideias presentes na mente dos falantes. Segundo esta perspectiva, cada palavra estaria relacionada a um objeto real (concepção referencial) ou mental (concepção ideacional) que seria o seu significado (DUTRA, 2014). Assim, o significado da palavra ‘coelho’, por exemplo, seria o objeto coelho ou, simplesmente, a imagem mental (de um coelho) evocada por essa palavra.

Willard Van Orman Quine referiu-se a essa perspectiva como “mentalista” ou “introspectiva”, e advertiu que seria legítimo explicar os significados em termos de ideias na mente, somente, se fosse possível explicar a própria ideia de “ideias na mente”. Quine opôs-se à concepção de que os significados seriam entidades mentais, destacando a impossibilidade de essas entidades receberem um tratamento empírico satisfatório – algo dificultado pelo caráter privado das representações mentais. Com isso, em sua concepção, a noção de significado deixa de ser parte do arsenal utilizado para explicar o funcionamento da linguagem e passa, ela própria, a ser algo que a filosofia está interessada em explicar: a comunicação bem-sucedida entre falantes.

Por ser um empirista, Quine defende que toda a evidência de que dispomos é evidência sensorial, o que significa que toda a nossa informação sobre o mundo é obtida através da estimulação de nossos órgãos dos sentidos (QUINE, EN, p. 75). Analogamente, no caso da linguagem, as palavras se tornam significativas apenas na medida em que se relacionam, de algum modo, à estimulação de nosso aparato sensorial. Assim, em vez de apelar a uma abordagem mentalista para explicar a semântica, Quine se atrela a uma perspectiva “naturalista-behaviorista” (GIBSON, 1982, p. 31) interessada na observação do uso das palavras.

A justificativa para a adoção de uma tal perspectiva relaciona-se à forma como Quine concebe a linguagem: como uma “arte social” (QUINE, WO), adquirida por meio da evidência do comportamento explícito de outras pessoas em circunstâncias publicamente observáveis. Portanto, o ataque à semântica mentalista revela-se como uma insurgência contra a ideia de que o significado possa ser determinado a partir de algum critério (mental) para além dos dados

obtidos a partir do comportamento discursivo dos falantes de uma dada língua – isto é, do uso que os falantes fazem da língua.

Apresentada inicialmente *Word and Object* (1960), a tese da indeterminação da tradução configurou-se, nesse contexto, como um dos resultados da crítica de Quine à semântica mentalista, sugerindo consequências desastrosas para a noção tradicional de significado – e, também, para aquelas noções vinculadas a esta, tais como as de “sinonímia”, “intensão” e “analiticidade”. Conforme aponta um dos intérpretes de Quine, o principal contributo dessa obra teria sido, justamente, a defesa da natureza pública do significado, algo que culminaria em consequências que muitos filósofos têm julgado difíceis de aceitar – entre as quais, a indeterminação da tradução, “a mais amplamente discutida de todas as diversas ideias inovadoras de Quine” (FØLLESDAL, 2013, p. xvii).

A princípio, a tese da indeterminação da tradução foi apresentada a partir do experimento mental de *tradução radical*, que consiste em uma situação idealizada na qual um linguista tenta estabelecer um método sistemático de tradução da língua de um povo desconhecido, sem a ajuda de intérpretes ou de manuais prévios (QUINE, WO, §7-16). O caráter radical da situação deve-se ao fato de que o linguista desconhece não apenas a língua, mas também a cultura e os costumes do falante nativo. Embora a situação seja extremamente idealizada, ela pode apresentar parentescos, mesmo que distantes, com situações reais de tradução, o que garantiria a relevância filosófica do exemplo (QUINE, WO, §7, p. 25).

O sucesso da tradução, sinaliza Quine, deve ser avaliado em termos práticos, a partir da eficácia do manual em facilitar o diálogo fluente com os falantes da língua traduzida, e a tese da indeterminação da tradução surge, exatamente nesse contexto, afirmando: (1) a possibilidade de construir diversos manuais conflitantes de tradução compatíveis com todos os dados observados, isto é, com as disposições verbais dos falantes; e (2) a inexistência de evidências empíricas para a decisão sobre qual manual seria o correto (QUINE, WO, §7, p. 24; QUINE, PT, p. 47-8).

A indeterminação da tradução apresenta-se como fonte de numerosas discussões na literatura filosófica contemporânea. Hilary Putnam, por exemplo, afirmou que a tese é fundamentada no “argumento filosófico mais fascinante e discutido desde a Dedução Transcendental das Categorias em Kant” (PUTNAM, 1974, p. 28). Apesar disso, a recepção crítica da tese não tem sido favorável às conclusões obtidas por Quine. Conforme destacou Roger Gibson, “nenhuma doutrina de Quine tem irritado os seus leitores mais do que a tese da

indeterminação da tradução” (GIBSON, 1986, p. 139); em direção semelhante, Peter Hylton (2007, p. 200) afirmou que a maior parte do imenso volume de literatura secundária motivada pela tese é altamente crítica à argumentação e aos resultados obtidos por Quine.

Contudo, grande parte dessas críticas são motivadas por certo desconhecimento dos argumentos que sustentam a tese e, sobretudo, por uma incompreensão incorreta de suas consequências filosóficas (cf. HYLTON, 2007, p. 221; RAATIKAINEN, 2005, p. 395; QUINE, ITA, p. 5; QUINE, RIT, p. 179). Tendo em vista esse quadro, apresento uma leitura acerca do eixo teórico de sustentação da tese da indeterminação da tradução. Tal reflexão será construída em uma série de passos, descritos a seguir.

No primeiro capítulo da tese, apresento as motivações de Willard V. O. Quine para o estabelecimento da tese da indeterminação da tradução, em *Word and Object* (1960). Argumento que a referida tese ganha destaque a partir do debate com Rudolf Carnap acerca da (im)possibilidade de determinar de modo absoluto a *extensão* (ou a referência) de um termo – isto é, o conjunto de objetos a que uma determinada expressão linguística se aplica – e a *intensão* (ou o significado) de um termo – isto é, o conceito expresso pela expressão linguística em questão. Posteriormente, seguindo a evolução da discussão acerca da indeterminação da tradução na obra de Quine, discuto a relação entre a indeterminação da tradução e a *tese da subdeterminação* das teorias pela evidência empírica. Por fim, diferencio a *indeterminação da referência*, uma indeterminação de termos, da *indeterminação holofrástica*, uma indeterminação que envolve a linguagem de forma mais ampla, discutindo exemplos empíricos que dão plausibilidade a ambas as teses.

No segundo capítulo, abordo a tese indeterminação da tradução a partir do naturalismo que perpassa a obra de Quine, demonstrando, a partir dessa perspectiva, que o experimento da tradução radical “expõe a pobreza dos dados últimos para a identificação dos significados” (QUINE, ITA, p. 7). Nesse percurso, discuto algumas interpretações que defendem que a indeterminação da tradução mantém relação com a hipótese de relatividade linguística desenvolvida pelos linguistas Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, rejeitando tal interpretação. Nesse capítulo, também critico a interpretação corrente de que a tese indeterminação da tradução apresenta consequências relativistas para a noção de verdade (e.g. SEARLE, 1987; ANTONY, 2000; SEGAL, 2000), argumentando que a indeterminação apenas indica que a noção mentalista de significado deve ser abandonada em prol de uma semântica que explique

a significatividade dos enunciados, unicamente, a partir do comportamento linguístico dos falantes.

No terceiro capítulo, discuto a influência da perspectiva behaviorista para o estabelecimento da tese da indeterminação da tradução. Inicialmente, apresento as posições behavioristas de B. F. Skinner e de Quine, elencando similaridades e diferenças entre elas. Posteriormente, apresento as críticas dirigidas por Noam Chomsky (1959; 1969) ao behaviorismo de Skinner e à perspectiva behaviorista que perpassa a obra de Quine. Argumento que as críticas de Chomsky falham, sobretudo, por dois motivos: por se pautarem em uma compreensão incorreta ou limitada do behaviorismo skinneriano e, também, por sobrevalorizar a importância do behaviorismo para o estabelecimento da tese da indeterminação da tradução. Por fim, defendo a tese de que, ao longo do desenvolvimento de sua obra, Quine minimiza o seu comprometimento para com o behaviorismo skinneriano, o que nos permite apontar o *empirismo naturalista* como o argumento central para a tese da indeterminação da tradução.

Nas conclusões, sistematizo os resultados alcançados ao longo da presente tese e argumento que, ao contrário do que Jerrold Katz (1988) e Roger Gibson (1982) sugerem, a crítica à introspecção pode ser apontada como um dos argumentos de Quine para a indeterminação da tradução. Além disso, a partir da sistematização dos pontos de aproximação e distanciamento entre o naturalismo de Quine e o behaviorismo de Skinner, argumento que, embora a indeterminação da tradução não dependa de uma concepção behaviorista mais ampla, Quine considera o behaviorismo skinneriano como uma atitude pertinente no âmbito da psicologia. Com isso, a presente tese também pretende suprir uma lacuna relativa à ausência de estudos que abarquem as relações teóricas entre Skinner e Quine (cf. KITCHENER, 2004, p. 278, n. 3).



# 1. A INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO: UM DEBATE ACERCA DA NOÇÃO DE SIGNIFICADO

## 1.1. Introdução

No presente capítulo, apresento a evolução da discussão sobre a tese *da indeterminação da tradução* na obra de Willard V. O. Quine. Inicialmente, argumento que a indeterminação da tradução deve ser compreendida como uma expressão das diferenças existentes entre as filosofias empiristas de Quine e de Rudolf Carnap. Nesse percurso, apresento as divergências entre Quine e Carnap acerca das noções de analiticidade e significado, a partir do contraste de textos que precedem a apresentação canônica da indeterminação da tradução, em *Word and Object* (1960), enfatizando a fraqueza epistêmica da noção de “significado” e argumentando em defesa de uma semântica que explique a significatividade dos enunciados a partir do comportamento linguístico dos falantes.

Em seguida, abordo a evolução da discussão acerca da indeterminação da tradução, no interior da obra de Quine, com ênfase na relação entre a indeterminação da tradução e a *tese da subdeterminação das teorias pela evidência empírica*. Ao contrário de alguns comentadores que afirmam que a indeterminação da tradução seria apenas uma instância linguística da tese da subdeterminação (e.g. BETCHEL, 1980, p. 315; CHOMSKY, 1969, p. 67; RORTY, 1972), argumento que, embora a subdeterminação possa sugerir certa plausibilidade à tese da indeterminação, a indeterminação da tradução é uma tese adicional que revela a escassez de fatos empíricos para a determinação dos significados e que, por isso, pode ser conjecturada independentemente de quaisquer indícios de subdeterminação das teorias físicas.

Posteriormente, diferencio duas formas de indeterminação da tradução: a *indeterminação da referência*, uma indeterminação que envolve unicamente os termos de uma língua, e a *indeterminação holofrástica*, uma indeterminação sentencial que envolve amplamente a linguagem. Nessa parte, também discuto alguns exemplos empíricos que dão plausibilidade a ambas as teses. Por fim, analiso e rejeito as críticas clássicas na literatura filosófica acerca da indeterminação da tradução, especialmente aquelas formuladas por Gareth Evans (1975) e Robert Kirk (1986).

## 1.2. Indeterminação da tradução: o debate com Rudolf Carnap

Em diversos de seus escritos, Quine salienta que o seu pensamento filosófico deve ser interpretado e compreendido a partir da filosofia desenvolvida por Rudolf Carnap, pois, ainda quando discordavam, a linha mestra de seu pensamento era largamente determinada pelos problemas apresentados por ele (QUINE, CVO, p. 126; QUINE, HRC, p. 464) – algo que, conforme veremos, teria acontecido também com relação à tese da indeterminação da tradução. Contudo, restam dúvidas sobre o quanto é necessário recuar neste debate para compreender os fundamentos e as motivações para a indeterminação da tradução.

Tem sido comum localizar a defesa explícita da indeterminação da tradução, exposta originalmente em *Word and Object* (1960), como uma resposta de Quine ao artigo de Carnap intitulado *Meaning and Synonymy in Natural Languages* (1955) (por exemplo, por SOAMES, 2009, p. 225). Contudo, essa interpretação desconsidera o fato de que o próprio Carnap se refere a este seu texto como uma réplica ao artigo *Two Dogmas of Empiricism*, publicado por Quine em 1951, o que comprova que o desacordo entre os dois filósofos teria surgido antes disso. Ademais, conforme assinala Peter Hylton (2007, p. 378), é patente o uso da noção de *tradução radical*, por Quine, no artigo *The Problem of Meaning in Linguistics* (1951) e, também, em uma palestra proferida na *American Philosophical Association*, em 1937, intitulada “Is logic a matter of words?”, na qual Quine esclarece a sua concepção sobre a Lógica a partir da consideração abstrata de um problema antropológico semelhante ao experimento de tradução radical, a saber: determinar se uma certa tribo de língua desconhecida compartilha a nossa lógica.

Talvez seja possível recuar ainda mais. Afinal, o próprio Quine afirmou que a desconfiança com relação à semântica mentalista difundida a partir do texto *Two Dogmas of Empiricism* (1951) – base para a indeterminação da tradução – seria detectável já em seu último ano na faculdade (QUINE, TDR, p. 265), o que sinaliza que as preocupações que levariam ao estabelecimento da indeterminação da tradução podem ser identificadas, ainda que de forma rudimentar, em seus primeiros trabalhos filosóficos.

No entanto, como estratégia metodológica, terei como ponto de partida, justamente, o texto em que, segundo o próprio Quine, essas preocupações teriam se materializado de forma mais precisa e robusta, o clássico *Two Dogmas of Empiricism* (1951), além do texto *The Problem of Meaning in Linguistics* (1951), no qual Quine apresenta de forma sistemática a noção de tradução radical. Nesse percurso, apresentarei a posição de Quine em contraste com a de Carnap, mostrando que a divergência central entre os dois filósofos envolve o desacordo

sobre os modos de justificação de nossas crenças. Argumentarei que, nesse bojo, a discussão da legitimidade da noção de analiticidade ganha amplo destaque, principalmente, devido ao movimento de Carnap de sustentar o seu sistema filosófico a partir da distinção analítico-sintético – algo que Quine critica (QUINE, TDE, p. 46).

### 1.2.1 Os dois dogmas do empirismo

No artigo *Two Dogmas of Empiricism* (1951), Quine apresentou a tese de que a filosofia empirista – a moderna e a de sua época – estaria sustentada sobre dois dogmas, a saber:

- 1) na presumida distinção entre *verdades analíticas* (as que se baseariam unicamente no significado dos termos) e *verdades sintéticas* (as que se fundariam sobre fatos empíricos);
- 2) na crença no *reducionismo*, a ideia de que todo enunciado significativo pode ser traduzido em proposições, verdadeiras ou falsas, cujos termos se refiram à experiência imediata.

Segundo Quine, ambos os dogmas estariam relacionados e justificariam a crença, compartilhada pelos positivistas lógicos<sup>1</sup>, de que os enunciados sintéticos poderiam ser confirmados ou infirmados isoladamente, uma vez que, supostamente, existiria um conjunto específico de eventos sensoriais associados a cada um deles:

Era característico do Círculo de Viena, desde seus primeiros dias, buscar conteúdo empírico para frases uma a uma. O conteúdo era nulo em caso de analiticidade, caso contrário, deveria ser analisável de alguma forma em termos de sentenças protocolares (QUINE, CPT, p. 125).

Rudolf Carnap, por exemplo, compreendeu a demarcação entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos como uma das dicotomias mais persistentes da história da filosofia e, seguindo a tradição que a estabelece, afirmou tal distinção como “praticamente indispensável para discussões filosóficas e metodológicas” (CARNAP, 1963a, p. 451) e, também, como uma distinção de “suprema importância para a filosofia da ciência” (CARNAP, 1966, p. 257).

Para uma melhor compreensão acerca da distinção analítico-sintético, tal como endossada por Carnap, observemos as seguintes frases:

---

<sup>1</sup> Quine aponta Rudolf Carnap como o principal representante do positivismo lógico: “O novo empirismo modificado, chamado *empirismo lógico* ou *positivismo lógico*, é identificado com o nome do Círculo de Viena, tendo-se desenvolvido nessa cidade entre as duas guerras mundiais. [...] A nova lógica desempenhava papel importante nos escritos da escola, especialmente nos de Carnap, chefe da escola” (QUINE, EURL, p. 389).

- (1) ‘Todos os cães pretos são pretos’.
- (2) ‘Alguns cães são pretos’.

Para Carnap, a primeira seria uma frase analítica: verdadeira em virtude de sua forma e do significado dos termos lógicos que nela ocorrem; no caso, uma frase cuja verdade pode ser reconhecida, simplesmente, a partir da compreensão do seu significado, independentemente da compreensão das palavras descritivas ‘cão’ e ‘preto’. Em contraste, a verdade ou falsidade da segunda frase não seria determinada unicamente pelo seu significado, mas, sobretudo, pela informação factual sobre o mundo físico, pois dependeria de algum estudo ou observação acerca dos cães e das cores de seus pelos, conforme destaca o próprio Carnap:

Para asserir a verdade de algumas sentenças, p.ex., ‘Alguns cães são pretos’, é ainda necessário conhecer certos fatos sobre o mundo. No caso de outras sentenças, p.ex., ‘todos os cães pretos são pretos’, isto não é necessário; entendê-las é uma base suficiente para a determinação da sua verdade. Tais sentenças são chamadas “logicamente verdadeiras” ou “analíticas” (CARNAP, 1963a, p. 446).

No projeto de Carnap, a demarcação entre enunciados analíticos e sintéticos adquire importância epistemológica, sobretudo, porque permite distinguir as frases que fazem afirmações empíricas sobre a realidade – como as proposições da ciência – daquelas que não fazem nenhuma afirmação empírica – como as afirmações da lógica e da matemática (CARNAP, 1959[1932], p. 76), as quais são verdadeiras por simples questões de convenção, já que nada estabelecem sobre o mundo dos fatos: “todas as sentenças (princípios e teoremas) da lógica e matemáticas são desse tipo”, analíticas (CARNAP, 1995[1966], p. 259). Além disso, a distinção analítico-sintética foi utilizada por Carnap como um recurso para clarificar e eliminar pseudoproblemas filosóficos (CARNAP, 1963a, p. 921): em seu sistema filosófico, as proposições metafísicas são interpretadas como desprovidas de conteúdo cognitivo, por não se enquadrarem sob os domínios dos enunciados analíticos ou sintéticos.

Quine, contudo, recusou as consequências filosóficas da distinção entre enunciados analíticos e sintéticos, proposta por Carnap. Mais precisamente, ele recusou a ideia de que essa delimitação fosse clara o suficiente para apoiar o projeto filosófico defendido por Carnap, argumentando inexistirem critérios epistêmicos bem definidos a partir dos quais poderíamos classificar rigidamente os enunciados de tal modo. Em parte, a crítica elaborada por Quine dirigiu-se à tentativa, conduzida por Carnap, de legitimar as entidades intensionais – os significados – a partir da noção de “descrições de estado”, tal como veremos a seguir.

## 1.2.2 Um primeiro ataque à noção de analiticidade

Para demonstrar seu ponto, Quine analisou dois tipos de enunciados analíticos: os *enunciados analíticos de primeira classe* (as verdades lógicas) e os *enunciados analíticos de segunda classe*, mostrando que o critério de analiticidade proposto por Carnap funcionaria apenas para o estabelecimento da analiticidade dos enunciados analíticos de primeira classe – sendo, por este motivo, um critério estéril.

Os enunciados analíticos de primeira classe, tal como os enunciados da Lógica e da Matemática, são aqueles que podem ser ditos verdadeiros ou falsos unicamente em função de sua forma, independentemente de qualquer interpretação que possa ser dada a seus componentes não lógicos. Um exemplo de enunciado analítico de primeira classe discutido por Quine é ‘*Nenhum homem não casado é casado*’, verdadeiro para toda e qualquer interpretação dos termos ‘homem’ e ‘casado’.

Os enunciados analíticos de segunda classe, por sua vez, seriam aqueles que podem ser transformados em verdades lógicas – isto é, em enunciados analíticos de primeira classe – por meio da substituição, por sinônimos, dos termos que os compõem; eles seriam, por isso, verdadeiros em função do significado de seus termos. Como exemplo, temos o enunciado ‘*Nenhum solteiro é casado*’, o qual supostamente pode ser transformado em uma verdade lógica por substituição do termo ‘solteiro’ por uma expressão sinônima, tal como ‘homem não casado’ (QUINE, CLT, p. 121). A concepção de Carnap é a de que qualquer enunciado analítico de segunda classe pode ser traduzido em um enunciado analítico de primeira classe por meio da redefinição dos termos – algo que Quine irá criticar.

A dificuldade inicial para essa empreitada esbarra nos modos a partir dos quais identificamos dois termos como sinônimos. Para isso, não basta que consultemos um dicionário. Afinal, diz Quine, a elaboração de um dicionário é um trabalho empírico que simplesmente descreve os usos de uma palavra nas práticas de uma determinada comunidade linguística; sendo assim, se o lexicógrafo registra dois termos como sinônimos – por exemplo, ‘solteiro’ como sinônimo da expressão ‘homem não casado’ –, isto se deve à crença de que existe uma relação de sinonímia entre essas duas formas que está implícita no uso geral dos falantes da língua que ele investiga e categoriza. Por isso, a própria noção de sinonímia que está em uso deve ser clarificada em termos relativos ao comportamento linguístico dos falantes, o que limita o seu uso para a especificação da analiticidade (QUINE, TDE, p. 43; QUINE, UPM, p. 2;

QUINE, FSS, p. 83)<sup>2</sup>. Em direção semelhante, Hylton (2007, p. 60) argumenta que os dicionários não provam a existência de sinônimos filosoficamente relevantes, pois a função dos dicionários é simplesmente a de explicar ou a de descrever os usos – e os contextos de uso – de cada palavra, não a de ditá-los. Desse modo, seria um passo adicional e injustificado dizer que as explicações e os usos listados nos dicionários confirmam a existência de sentenças analíticas, isto é, a existência de frases cujo status seria qualitativamente diferente das sentenças empíricas.

Em geral, compreende-se que expressões sinônimas podem ser intercambiáveis em quaisquer frases sem que, no entanto, o valor-de-verdade de tais frases seja alterado. Ou seja, as expressões sinônimas comportariam a intersubstitutibilidade *salva veritate*, uma substituição que preserva o valor-de-verdade dos enunciados. Contudo, palavras e expressões supostamente sinônimas – como ‘solteiro’ e ‘homem não casado’ – não são intercambiáveis, *salva veritate*, em todos os contextos; por isso, a intersubstitutibilidade *salva veritate* não pode ser vista como uma suficiente para a igualdade de significados (QUINE, TDE, p. 31).

Em contextos extensionais<sup>3</sup>, por exemplo, nem sempre podemos assumir que duas expressões co-extensionais possuem o mesmo significado, uma vez que a concordância extensional entre as duas poderia ser meramente acidental. Um exemplo clássico são as expressões ‘criatura com coração’ e ‘criatura com rins’ que, embora denotem a mesma classe de animais – visto que todos os animais que têm coração também têm rins –, apresentam significados cognitivos claramente distintos. Nesse exemplo, portanto, a intersubstitutibilidade *salva-veritate* falha.

Segundo o próprio Quine, essa análise retoma a constatação, expressa em *On What There Is* (1948), de que o significado não deve ser identificado com a nomeação, já que dois termos podem nomear a mesma coisa – ou, no caso de termos gerais, podem designar a mesma classe – e, ainda assim, diferirem quanto aos seus significados. Como exemplo, Quine destaca que o termo ‘9’ e a frase ‘o número de planetas do nosso sistema solar’ nomeiam uma única

---

<sup>2</sup> Além disso, Quine ressalta que, muitas vezes, o dicionário não nos oferece uma palavra sinônima, mas simplesmente descreve o uso da palavra em frases, o que é suficiente para cumprir a sua função de permitir a compreensão da palavra em questão: “Além disso, frequentemente, uma entrada de dicionário não parafraseia a palavra nem descreve seus objetos, mas descreve, em vez disso, o uso da palavra em frases” (QUINE, CM, p. 139).

<sup>3</sup> Um contexto é extensional se: (i) o valor de verdade do contexto geral não é alterado pela substituição de uma sentença componente por outra com o mesmo valor de verdade; (ii) o valor de verdade de uma frase não é alterado pela substituição de um *termo geral* por outro termo co-extensivo (isto é, um termo verdadeiro com relação aos mesmos objetos); e (iii) o valor de verdade de uma frase não é alterado pela substituição de um *termo singular* por outro termo co-designativo (isto é, um termo que se refere ao mesmo objeto). Caso o contexto em questão não satisfaça essas três regras, diz-se que ele é intensional (QUINE, WO, §31, p. 136; QUINE, FSS, p. 90).

entidade abstrata, o número nove. Contudo, as duas expressões devem ser consideradas diferentes quanto ao significado, “pois observações astronômicas foram necessárias, e não apenas a reflexão sobre os significados, para determinar a igualdade da entidade em questão” (QUINE, TDE, p. 38-9)<sup>4</sup>.

Além disso, a crítica de Quine destaca que a tentativa de definir a analiticidade a partir da noção de *intersubstitutibilidade salva veritate* seria um empreendimento circular: em algum momento, a tentativa de definir a analiticidade pressupõe a própria noção de analiticidade ou algo relacionado a ela, como as noções de “sinonímia”, “intersubstitutibilidade *salva veritate*” ou “verdade necessária”.

Segundo Quine, a noção de intersubstitutibilidade pressupõe uma linguagem que permita o uso do advérbio modal “necessariamente”. Contudo, o uso de tal advérbio não pode ser elucidado sem o próprio conceito de analiticidade (QUINE, TDE, p. 27-29):

Mas podemos tolerar uma linguagem que contém tal advérbio [“necessariamente”]? O advérbio realmente faz sentido? Supor que faz é supor que já entendemos satisfatoriamente “analítico”. Então, no que estamos trabalhando tanto agora? (QUINE, TDE, p. 30).

Para esclarecer esse ponto, podemos visualizar a tentativa de traduzir ‘(a)’, um enunciado analítico de segunda classe, em ‘(b)’, uma verdade lógica:

- (a) ‘Necessariamente, todos e apenas os solteiros são homens não casados’.
- (b) ‘Necessariamente, todos e apenas os solteiros são solteiros’.

Caso ‘solteiros’ e ‘homens não casados’ sejam sinônimos, então o enunciado ‘(a)’ seria também uma verdade lógica, uma vez que seria possível realizar as substituições requeridas preservando o valor-de-verdade das frases. Entretanto, o advérbio ‘necessariamente’ não exerce a sua função semântica quando aplicado a enunciados contingentes – enunciados que, embora possam ser verdadeiros, não o são necessariamente –, mas somente quando aplicado a enunciados necessários – isto é, analíticos. Conseqüentemente, o enunciado ‘Necessariamente, todos e apenas os solteiros são homens não casados’ só poderá ser verdadeiro se um enunciado mais simples, que não contenha o advérbio modal “necessariamente”, for analítico – por

---

<sup>4</sup> Em outros textos, Quine retoma o argumento de que o significado não deve ser confundido com a nomeação: “A semântica se preocupa com as expressões linguísticas em dois aspectos: referência e significado. A referência de um termo singular é uma designação; ‘Boston’ designa Boston. A referência de um termo geral ou predicado é uma denotação; ‘Coelho’ denota cada coelho. O significado não é nenhuma das duas coisas [nem a designação nem a denotação]. Os termos singulares “metrópole da Nova Inglaterra” e “capital de Massachusetts” designam a mesma coisa, ou seja, Boston, mas diferem quanto ao significado. Os predicados “nascido com coração” e “nascido com rins” denotam os mesmos indivíduos, segundo me disseram, mas têm significados diferentes” (QUINE, FSS, p. 59).

exemplo, se o enunciado ‘Todos e apenas os solteiros são homens não casados’ for analítico. Contudo, como é justamente esta a questão almejada desde o início – a pergunta sobre a possibilidade de transformar os enunciados analíticos de segunda classe (e.g. ‘Todos e apenas os solteiros são homens não casados’) em verdades lógicas (e.g. ‘Todos e apenas os solteiros são solteiro’) –, o empreendimento em questão se apresenta como circular (QUINE, TDE, p. 30; QUINE, CLT, p. 121).

Com isso, Quine conclui que, mesmo em uma linguagem extensional, a intersubstitutibilidade *salva veritate* não é uma garantia da existência de significados:

Não há garantia aqui de que a concordância extensional de “solteiro” e “homem não casado” se baseie no significado em vez de se basear meramente em questões de fato acidentais, como acontece com a concordância extensional entre “criatura com coração” e “criatura com rins” (QUINE, TDE, p. 51-2).

Assim, a análise realizada por Quine sinaliza que a argumentação em prol da distinção analítico-sintético acaba por pressupor a própria noção de analiticidade, em vez de elucidá-la. Por isso, a noção de sinonímia se mostra irrelevante para a explicação do que seriam enunciados analíticos e/ou as verdades necessárias<sup>5</sup>.

No livro *Meaning and Necessity* (1947), Carnap havia apresentado um método semântico de análise do significado de expressões linguísticas, chamado de “o método da intensão e extensão”, base para o estabelecimento dessa distinção entre *verdade lógicas* e *verdades factuais* (CARNAP, 1947, p. 1). Nessa obra, Carnap afirmou a possibilidade de definir regras semânticas que, em um dado sistema linguístico, permitiriam o estabelecimento da igualdade entre dois predicados – por exemplo, que estabelecessem a equivalência entre os predicados ‘solteiro’ e ‘não-casado’, os quais passariam a ser interpretados como sinônimos – isto é, como possuidores de uma mesma intensão nesse sistema. Com isso, a sentença ‘todos os solteiros são não-casados’, por exemplo, seria interpretada como uma verdade analítica em todas as *descrições de estado* do sistema linguístico, independentemente de qualquer elemento factual.

---

<sup>5</sup> Essa mesma crítica pode ser direcionada à noção de “proposição”, a qual representa o pensamento expresso por uma frase declarativa com sentido. Segundo Quine, as proposições devem ser abandonadas porque a noção de que existe uma relação de equivalência empírica entre frases não tem sentido objetivo: “Se houvesse proposições, elas induziriam certa relação de sinonímia ou equivalência entre as próprias frases: seriam aquelas frases equivalentes que expressariam a mesma proposição. Agora, minha objeção será que a relação de equivalência apropriada não faz sentido objetivo no nível das frases” (QUINE, PL, p. 3).



Quine interpretou a noção de “descrições de estado” como “qualquer atribuição exaustiva de valores de verdade a enunciados atômicos, ou não compostos, da linguagem” (QUINE, TDE, p. 42). Mais detalhadamente, uma descrição de estado seria o conjunto das frases atômicas de uma dada linguagem, o qual conteria ou uma sentença afirmativa ou uma sentença negativa, mas não ambas, a respeito de cada um dos estados de coisas efetivos do mundo – algo que, idealmente, forneceria uma descrição completa de um possível estado do universo. A partir dessa perspectiva, uma frase seria entendida como analítica quando verdadeira em todas as descrições de estado, isto é, quando aplicável a toda e a qualquer descrição de estados de coisas possíveis na linguagem. Segundo Quine, este critério adaptava a noção de “verdadeiro em todos os mundos possíveis” proposta por Leibniz (QUINE, TDE, p. 42)<sup>6</sup>.

Contudo, a argumentação desenvolvida por Quine demonstra, também, que essa versão da analiticidade cumpriria a sua finalidade epistemológica apenas se nos enunciados atômicos da linguagem não figurassem pares de sinônimos extralógicos, tal como ‘solteiro’ e ‘não casado’, os quais dão origem à segunda classe de enunciados analíticos. Em linguagens que desrespeitem esse requisito, pensar a analiticidade em termos de descrições de estado seria, “quando muito, uma reconstrução da verdade lógica, não da analiticidade” (QUINE, TDE, p. 42).

### **1.2.3 Um segundo ataque à noção de analiticidade: o problema do significado**

Em *The Problem of Meaning in Linguistics* (1951), Quine discute o tipo de evidência empírica disponível para o estabelecimento dos significados e, principalmente, em que medida tais evidências poderiam (ou não) ser utilizadas para o estabelecimento da sinonímia – a igualdade de significado – entre dois termos.

Quine afirma ser uma perda de tempo a tentativa de explicar o comportamento linguístico em termos de “ideias na mente”, destacando que a “contraparte mental de uma forma linguística é completamente inútil para a linguística como uma ciência” (QUINE, PML, p. 74). É com essa abordagem antimentalista, portanto, que ele visa esclarecer o que julga ser “o mais

---

<sup>6</sup> Quine reconhece que a introdução da noção de *descrições de estado*, feita por Carnap, teria por objetivo principal clarificar o problema da probabilidade e da indução, e não o problema da analiticidade. Ele afirma, inclusive, que não quer “sugerir que Carnap esteja, de alguma forma, iludido nesse ponto” (QUINE, TDE, p. 42). No entanto, Quine amplia o debate ao apontar a insuficiência desse critério para a fundamentação da analiticidade.

ameaçador aspecto do problema do significado”: a igualdade de significados (QUINE, PML, p. 84).

Para isso, Quine supõe uma situação na qual se observe um falante de uma língua desconhecida, o Kalaba<sup>7</sup>, com o intuito estabelecer correlações entre as verbalizações produzidas pelos falantes daquela língua e as coisas que vemos acontecer. Para Quine, a nossa atitude nessa situação seria semelhante ao comportamento do cientista que, diante do desafio de descrever as relações causais que envolvem o seu objeto de estudo, conjectura sobre o papel de uma determinada característica acerca do fato observado e, posteriormente, tenta confirmar ou refutar a sua hipótese por meio de observações adicionais ou de experimentos. Nessa direção, depois de termos encontrado evidências confiáveis para correlacionar as verbalizações dos falantes do kalaba com uma dada combinação de circunstâncias do ambiente físico, conjecturaríamos sobre a correlação entre as verbalizações do kalaba e aquelas verbalizações do português que pudessem ser aplicadas às mesmas circunstâncias observáveis. Assim, a sugestão de Quine é a de que o lexicógrafo, ao tentar traduzir as sentenças do kalaba para o português, elaboraria hipóteses e as testaria do melhor modo, preocupando-se em minimizar os conflitos no interior de sua tradução.

Contudo, ao tentar traduzir aqueles enunciados do kalaba que mantêm relação mais indireta com a observação – isto é, as frases teóricas –, o lexicógrafo se percebe em uma situação na qual as evidências empíricas para a tradução são escassas ou até mesmo nulas, além de bastante discretas. Nesse momento, portanto, “o lexicógrafo começa a depender cada vez mais da sua própria projeção, incluindo sua visão de mundo” (QUINE, PML, p. 93), o que significa que as suas traduções se tornam cada vez mais conjecturais e falíveis.

Parte dessa falibilidade, no entanto, não pode ser corrigida a partir dos dados empíricos – isto é, a partir da observação do comportamento linguístico dos falantes do kalaba. Afinal, o lexicógrafo estará lidando com frases teóricas cuja tradução não pode ser confrontada direta e individualmente com a experiência empírica. Nesse momento, o manual de tradução ainda poderá ser julgado como empiricamente adequado ou não, mas apenas se tomado em sua totalidade, conforme o próprio Quine destaca em outros trabalhos (QUINE, WO, §16, p. 71; QUINE, SN, p. 8). Além disso, o lexicógrafo também passa a recorrer a outros elementos

---

<sup>7</sup> Quine adota esse exemplo do linguista Kenneth L. Pike que, no livro *Phnemics: A Technique for Reducing Languages to Writing* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1947), apresenta o Kalaba-X como uma língua artificial simples que poderia ser utilizada como instrumento para o ensino e aperfeiçoamento de técnicas de tradução.

pragmáticos no estabelecimento da tradução: por exemplo, ao grau de simplicidade interna do seu sistema de tradução em crescimento.

Quine retoma, então, o argumento segundo o qual seria a confusão entre *significado* e *referência* (ou nomeação) o que tem feito com que os filósofos aceitem as noções de significado e de sinonímia como óbvias. A concepção corrente, diz Quine, é a de que “questionar ou rejeitar a noção de significado é supor um mundo em que há apenas linguagem e nada a que a linguagem se referir” (QUINE, PML, p. 74). Contudo, do fato de aceitarmos que a linguagem descreve a realidade (ou que os termos da linguagem se refiram a objetos) não se segue que existam entidades abstratas como os significados – já que, como vimos, ao contrário do que é tradicionalmente suposto, os significados não são os objetos a que as palavras se referem.

Para ilustrar esse ponto, Quine relembra o exemplo utilizado por Gottlob Frege (1978[1892]) para diferenciar o *sentido* – isto é, o modo de apresentação de um determinado objeto – e a *referência* ou *denotação* de uma expressão. As expressões ‘estrela da manhã’ e ‘estrela da tarde’ se referem a um mesmo corpo celeste, ao planeta Vênus, o qual pode ser observado em dois períodos distintos no dia, durante o amanhecer e durante o entardecer. Contudo, as duas expressões têm significados – ou, na terminologia de Frege, têm sentidos – diferentes, pois apresentam valores cognitivos também distintos, uma vez que, no senso comum, tais expressões têm sido aplicadas ao mesmo corpo celeste segundo critérios diferentes. Na verdade, foram as pesquisas astronômicas (empíricas) que mostraram que, a despeito disso, elas se referem ao mesmo objeto:

Talvez não seja inoportuno lembrar que, mesmo aqui, o significado não é a referência. Esta pode ser a estrela da tarde, para voltar ao exemplo de Frege; e, logo, também pode ser a estrela da manhã, que é a mesma coisa; mas, apesar disso, “estrela da tarde” pode ser uma boa tradução e “estrela da manhã” uma tradução ruim (QUINE, PML, p. 93).

A conclusão decorrente, contudo, não envolve a dificuldade de descobrir o significado dos termos usados pelos falantes do kalaba, mas, simplesmente, o reconhecimento de que não “há nada sobre o qual o lexicógrafo esteja certo ou errado” (QUINE, PML, p. 94). Conforme salienta Hylton (2009, p. 198), essa concepção seria, desde já, a indeterminação da tradução, embora sem receber tal rótulo.

Desse modo, Quine defende que uma noção frutífera de sinonímia seria aquela que permita a compreensão das formas linguísticas a partir de uma relação de grau: isto é, não como uma relação diádica de *a* como sinônimo de *b*, mas como uma relação múltipla na qual *a* pode

ser visto como mais sinônimo de *b* do que de *c* e *d*, por exemplo (QUINE, PML, p. 94). Ainda assim, persistiriam dificuldades no estabelecimento dessa “sinonímia de grau” ao traduzirmos aqueles enunciados da língua kalaba que se afastam da observação e que, por isso, não podem ser analisados a partir das características imediatamente relacionadas à situação circundante.

### 1.3. As réplicas de Rudolf Carnap

Rudolf Carnap continuaria afirmando a possibilidade de estabelecimento da distinção analítico-sintético. As suas concepções subsequentes às críticas de Quine podem ser encontradas, sobretudo, em dois textos: *Meaning Postulates* (1952) e *Meaning and Synonymy in Natural Languages* (1956).

Em *Meaning Postulates* (1952), Carnap responde a Quine afirmando ser possível dar precisão à distinção analítico-sintética, em uma linguagem artificial, mediante ao simples expediente de adicionar postulados de analiticidade às regras da linguagem (CARNAP, 1952, p. 66), conforme o próprio Quine observa:

A posição atual de Carnap [em *Meaning Postulates*] é que especificamos uma linguagem com bastante rigor apenas quando fixamos, por meio dos chamados postulados de significado, quais sentenças devem ser consideradas analíticas. O proponente deve distinguir entre aquelas de suas declarações que contam como postulados de significado e, portanto, engendram analiticidade, e aquelas que não o fazem. Ele faz isso, presumivelmente, anexando o rótulo “postulado de significado” (QUINE, CLT, p. 123-4).

Nesse texto, Carnap teve como objetivo demonstrar de modo formal a possibilidade da distinção analítico-sintético. Conforme ele própria salienta, essa mesma demonstração é dada, mais informalmente, no texto *An Introduction to the Philosophy of Science* (1966). A seguir, apresentarei os passos dados por Carnap nessa demonstração informal.

#### 1.3.1. Os postulados de analiticidade

Carnap reconhece que, conforme argumentou Quine, a linguagem observacional é rica em frases que não são *verdades lógicas* (os enunciados analíticos de primeira classe), isto é, frases que “não podem ser descritas como verdadeiras ou falsas até que os significados de seus termos descritivos sejam entendidos” (CARNAP, 1995[1966], p. 259). O exemplo mais conhecido é o enunciado ‘Nenhum solteiro é casado’, já discutido, que não pode ser dito verdadeiro ou falso unicamente a partir de sua forma lógica: pois, para além do conhecimento do significado dos termos lógicos que compõem esse enunciado – ‘nenhum’ e ‘é’ –, a

determinação de sua verdade ou falsidade depende, também, daquilo que se entende por ‘solteiro’ e ‘casado’.

Contudo, Carnap argumentou que todos os falantes concordariam que o termo ‘solteiro’ tem o mesmo significado que ‘homem não casado’; e, uma vez que essa sinonímia fosse aceita, a frase ‘Nenhum solteiro é casado’ seria indiscutivelmente compreendida como verdadeira, não devido à natureza do mundo, mas ao significado conferido aos seus termos descritivos:

Não é mesmo necessário entender estes significados completamente. Basta saber que as duas palavras têm significados incompatíveis, que um homem não pode ser descrito simultaneamente como solteiro e casado (CARNAP, 1995[1966], p. 259).

Ao mesmo tempo, Carnap ressalta que as linguagens naturais não são tão precisas, o que impede que todos compreendam as palavras da mesma forma – uma imprecisão que facilita a formulação de sentenças que são ambíguas com relação à sua analiticidade. Como exemplo, Carnap (1995[1966]) questiona se o enunciado ‘Todos os pica-paus-de-cabeça-vermelha têm cabeças vermelhas’ seria analítico ou sintético. A princípio, poderíamos responder dizendo que se trata de uma frase analítica, entendendo que ‘pica-pau-de-cabeça-vermelha’<sup>8</sup> seria sinônimo da expressão ‘pica-pau que tem a cabeça vermelha’. Essa análise seria correta se, de fato, ter a cabeça vermelha fosse um componente essencial do significado de ‘pica-pau-de-cabeça-vermelha’. Contudo, parece possível que um ornitólogo tenha uma compreensão diferente acerca das características definidoras da espécie pica-pau-de-cabeça-vermelha. Por exemplo, a expressão poderia se referir, especificamente, “a uma espécie de pássaro definida por um certo tipo de estrutura do corpo, forma do bico e hábitos de comportamento” e não pela cor da cabeça (CARNAP, 1995[1966], p. 260):

Ele [o ornitólogo] pode considerar que essa espécie de pássaro, em alguma região isolada, tenha sofrido uma mutação que mudou a cor da cabeça para, digamos, branca. Por razões taxonômicas sólidas, ele continuaria a chamar esses pássaros [bicadores] de madeira de “cabeças vermelhas”, mesmo que suas cabeças não fossem vermelhas. Seriam uma variante da espécie. Ele pode até se referir a eles como “pica-paus-de-cabeça-vermelha”. Portanto, se “pica-pau-de-cabeça-vermelha” é interpretado de modo que ter uma cabeça vermelha não é um componente essencial, a frase torna-se sintética (CARNAP, 1995[1966], p. 260).

---

<sup>8</sup> Os pica-paus da espécie *Dryocopus lineatus*.

Em um caso como este, seria necessário a realização de um levantamento empírico da classe de pica-paus-de-cabeças-vermelhas para determinar se, na verdade, todos têm cabeças vermelhas. Portanto, devido a essa imprecisão da linguagem natural, Carnap concede que até mesmo o exemplo apresentado por Quine – ‘Nenhum solteiro é casado’ – poderia ser interpretado, em algumas ocasiões, como um enunciado sintético:

Mesmo a afirmação ‘se o Sr. Smith é solteiro, ele não tem uma esposa’ pode ser tomada como sintética por qualquer pessoa que interprete certas palavras de maneira pouco ortodoxa. Por exemplo, para um advogado, a palavra ‘esposa’ pode ter um significado amplo que inclui ‘esposa por união estável’. Se um advogado interpreta ‘solteiro’ como significando um homem que não é casado legalmente, mas interpreta a noção de ‘esposa’ nesse sentido mais amplo, então a sentença é sintética. Logo, seria preciso investigar a vida privada do Sr. Smith para determinar se a sentença é verdadeira ou falsa (CARNAP, 1995[1966], p. 261).

No entanto, nas linguagens artificiais, supõe Carnap, a ausência de ambiguidade permitiria o estabelecimento de regras que conduzam a uma rigorosa identificação da analiticidade<sup>9</sup>. Em sua interpretação, o reconhecimento dos enunciados analíticos dependeria, nessas linguagens artificiais, do estabelecimento de postulados que especificassem as relações de significado que regem os termos – algo que Carnap chamou de “postulados de significado” [*meaning postulates*], “postulados de analiticidade” ou, mais sucintamente, de “A-postulados” (CARNAP, 1995[1966], p. 261). Segundo essa perspectiva, um enunciado seria analítico ao apresentar-se como uma consequência lógica dos postulados de significado expostos no sistema, o que tornaria a determinação da verdade de tais enunciados independente da observação de quaisquer fatos empíricos. Como exemplo, Carnap discute a possibilidade de explicar o significado de ‘animal’, ‘pássaro’ e ‘pica-pau-de-cabeça-vermelha’ pelas seguintes regras de designação:

(D1) O termo ‘animal’ designa a conjunção das seguintes propriedades (1)..., (2)..., (3)..., (4)..., (5)... (aqui a lista completa das propriedades definidoras poderia ser dada).

(D2) O termo ‘pássaro’ designa a conjunção das seguintes propriedades (1)..., (2)..., (3)..., (4)..., (5)... (como em D1 acima), mais as propriedades adicionais (6)..., (7)..., (8)..., (9)..., (10)... (todas as propriedades necessárias para especificar o significado de ‘pássaro’).

(D3) O termo ‘pica-pau-de-cabeça-vermelha’ designa a conjunção das seguintes propriedades (1)..., (2)..., (3)..., (4)..., (5)... (como em D1 acima),

---

<sup>9</sup> Em *Two Dogmas of Empiricism* (1951), Quine relembra a frequente sugestão de que, na linguagem comum, as dificuldades em separar enunciados analíticos de enunciados sintéticos deve-se à imprecisão desta linguagem, e que a distinção seria clara em uma linguagem artificial precisa com regras precisas. Contudo, ele entende que essa diferenciação “é uma confusão” e que a “a gravidade desse problema não é menos perceptível para linguagens artificiais do que para linguagens naturais” (QUINE, TDE, p. 54).

mais (6)..., (7)..., (8)..., (9)..., (10)... (como em D2), mais (11)..., (12)..., (13)..., (14)..., (15)... (todas as propriedades necessárias para especificar o significado de ‘pica-pau-de-cabeça-vermelha’). (CARNAP, 1995[1966], p. 261).

Obviamente, se todas as propriedades necessárias fossem descritas nos espaços indicados pelos números presentes na citação anterior, as definições seriam bastante longas. Contudo, isso seria necessário apenas nos casos que requeressem uma descrição completa do significado de todos os termos descritivos da linguagem; caso contrário, os postulados de analiticidade poderiam se limitar a especificar apenas as relações de significado mantidas entre os termos descritivos da linguagem. Como exemplo, apenas dois postulados de analiticidade seriam necessários para abarcar os três termos definidos anteriormente: (A1) ‘Todos os pássaros são animais’; e (A2) ‘Todos os pica-paus de cabeça vermelha são pássaros’ (CARNAP, 1995[1966], p. 262).

Assim, os postulados de analiticidade forneceriam base suficiente para a distinção entre frases analíticas e sintéticas – em alguns casos, inclusive, eles poderiam ser obtidos pela simples consulta a um dicionário. Se, por exemplo, quiséssemos saber se a seguinte frase é analítica ou sintética, bastaria consultar um dicionário: ‘Se uma garrafa é jogada pela janela, a garrafa é defenestrada’. Nessa consulta, verificaríamos a definição “ $x$  é defenestrado se, e somente se,  $x$  é jogado pela janela”, o que tornaria a frase anterior analiticamente verdadeira. Nesse exemplo, o valor de verdade da frase seria determinado, simplesmente, pela análise das relações de significado das palavras descritivas que a compõem, conforme especificado pelo postulado de analiticidade, não sendo necessário lançar uma garrafa por uma janela para descobrir se a sentença em questão é verdadeira ou falsa (CARNAP, 1995[1966], p. 262).

Carnap também analisa exemplos similares ao apresentado por Quine em *Two Dogmas of Empiricism* (1951), as frases ‘Todos os homens são animais racionais’ e ‘Todos os homens são bípedes sem plumas’. Segundo a sua interpretação, a principal dificuldade na determinação da analiticidade dessas frases residiria na ambiguidade do termo geral ‘homens’; ainda assim, ele afirma, “os postulados de analiticidade resolvem o assunto por decreto” (CARNAP, 1995[1966], p. 262):

Se, por exemplo, interpretamos ‘homens’ de tal forma que a ‘racionalidade’ e a ‘animalidade’ são componentes essenciais da palavra, então ‘Todos os homens são racionais’ e ‘Todos os homens são animais’ estão listados entre os postulados de analiticidade. Portanto, com base nesses postulados, a afirmação ‘Todos os homens são animais racionais’ é uma verdade lógica. Por outro lado, se o postulado de analiticidade para ‘homens’ se refere apenas à

estrutura dos corpos físicos dos homens, então a afirmação ‘Todos os homens são animais racionais’ é sintética (CARNAP, 1995[1966], p. 262-3).

Do mesmo modo, se postulados de analiticidade análogos não forem estabelecidos para os termos ‘sem pluma’ e ‘bípede’, então as características ‘implume’ e ‘bípede’ não poderiam ser consideradas componentes essenciais do significado de ‘homens’; assim, a afirmação ‘Todos os homens são bípedes sem plumas’ se tornaria sintética. A conclusão, aqui, é a de que “quanto mais precisa for a lista dos postulados de analiticidade, maior precisão pode ser dada à distinção entre frases analíticas e frases sintéticas em nossa linguagem” (CARNAP, 1995[1966], p. 263). Desse modo, segundo Carnap, qualquer dificuldade no estabelecimento dessa dicotomia seria devida a incompreensões relativas acerca dos significados das palavras descritivas de nossa língua.

Por fim, Carnap salienta que os postulados de analiticidade não dizem nada sobre o mundo real. Como exemplo, ele analisa o termo ou predicado ‘mais quente’ em um contexto onde um postulado de analiticidade é estabelecido para que esse termo expresse uma relação assimétrica, do seguinte modo: “Para todo  $x$  e todo  $y$ , se  $x$  for mais quente que  $y$ , então  $y$  não é mais quente do que  $x$ ”. Após termos estabelecido esse postulado, diz Carnap, não aceitaríamos qualquer suposta descoberta empírica que pudesse contrariar a relação assimétrica estabelecida na definição do termo:

Se alguém diz que descobriu dois objetos A e B, de modo que A é mais quente do que B, e B é mais quente do que A, não responderíamos: “Que incrível! Que maravilhosa descoberta!”. Em vez disso, responderíamos: “Você e eu devemos interpretar o termo ‘mais quente’ de forma diferente. Para mim, significa uma relação assimétrica, então a situação que você encontrou não pode ser descrita como você a descreve” (CARNAP, 1995[1966], p. 263).

Todas essas investigações de Carnap tiveram por objetivo demonstrar que a distinção analítico-sintético é legítima para linguagens artificiais. Em sua autobiografia, contudo, ele menciona que Quine afirmou a ininteligibilidade da noção de intensão – e, conseqüentemente, da distinção analítico-sintética –, desafiando aqueles que consideram tal noção como legítima “a oferecerem não apenas um critério semântico do conceito de intensão com respeito a um sistema de linguagem construído artificialmente, mas também, em primeiro lugar, *um critério empírico e comportamental em pragmática com respeito às linguagens naturais*” (CARNAP, 1963b, p. 120, grifos meus).

Carnap relembra que, como resposta, ele proferiu uma palestra publicada sob o título *Meaning and Synonymy in Natural Languages* (1955), na qual tentou oferecer um critério



pragmático do tipo solicitado por Quine. Ou seja, nesse texto, Carnap indica como a distinção analítico-sintético poderia ser estabelecida não apenas para uma linguagem artificial, mas também “para uma linguagem cotidiana comum”, a partir de “uma investigação empírica dos hábitos de fala” (CARNAP, 1995, p. 263-4).

### **1.3.2. Significado e sinonímia nas linguagens naturais**

Em *Meaning and Synonymy in Natural Languages* (1955), Carnap retoma a interpretação, apresentada em *Meaning and Necessity* (1947), segundo a qual a análise dos significados das expressões linguísticas pode ser dividida em uma *teoria da extensão* e uma *teoria da intensão*. A primeira lidaria com conceitos tais como extensão, denotação, nomeação e referência, enquanto a segunda abordaria conceitos como intensão, sinonímia e analiticidade (CARNAP, 1955, p. 135).

Nesse texto, Carnap relembra a crítica dirigida por Quine aos conceitos intensionais, afirmando que, para ele, “os conceitos intensionais semânticos, mesmo quando formalmente corretos, são arbitrários e inúteis” (CARNAP, 1955, p. 136). O propósito de Carnap, portanto, foi o de apresentar uma contraposição à tese de Quine, esclarecendo a natureza dos conceitos intensionais nas linguagens naturais e, ao mesmo tempo, um procedimento operacional para a identificação destes.

#### **1.3.2.1. A determinação das extensões**

Carnap afirma a existência de uma aparente concordância filosófica acerca da legitimidade das extensões. Para argumentar em prol da possibilidade de determinação de conceitos extensionais, ele imagina um linguista que, sem conhecer qualquer coisa a respeito da língua alemã, pretende construir um dicionário de tradução dessa língua para o seu idioma de trabalho. Para fins de simplificação, Carnap limita sua descrição à tradução de predicados aplicáveis exclusivamente a coisas observáveis.

Segundo Carnap, o linguista poderia observar as verbalizações – espontâneas ou provocadas – dos falantes daquela língua e, com isso, perceber se os falantes estão dispostos ou não a aplicar um dado predicado a um determinado objeto – em outras palavras, se eles estão dispostos a assumir que o predicado denota a classe de objetos em questão. Então, analisando os resultados, o linguista poderia determinar, em primeiro lugar, a extensão de um dado predicado – por exemplo, ‘Hund’ – estabelecendo a classe das coisas a que os falantes da língua

alemã consentem aplicar tal predicado. Em segundo lugar, ele poderia delimitar a extensão de seu contraditório, isto é, a classe daquelas coisas às quais os falantes negam a aplicação de ‘Hund’. Por fim, ele poderia determinar a classe intermediária composta por aquelas coisas a que os falantes da língua não afirmam nem negam a aplicação do predicado em questão; o tamanho dessa terceira classe, diz Carnap, indicaria o grau de vaguidade do predicado ‘Hund’ (CARNAP, 1955, p. 132).

Carnap concorda que a determinação da extensão envolve incertezas e erros possíveis: em primeiro lugar, os falantes nativos podem estar errados ao denotarem determinado objeto como *Hund*, algo que pode acontecer por mal entendido ou desconhecimento; em segundo lugar, os objetos que não tenham sido testados com relação à aplicabilidade do predicado *Hund* sofreriam “da incerteza própria a toda inferência indutiva” (CARNAP, 1955, p. 132). Contudo, Carnap enfatiza que a totalidade da ciência empírica está sujeita a essas mesmas dificuldades e que, justamente por isso, apenas tais incertezas não seriam suficientes para a rejeição dos conceitos da teoria da extensão.

### **1.3.2.2. A determinação das intensões**

Carnap afirma que, para muitos f, a análise da intensão para uma linguagem natural é tão possível quanto a análise da extensão. Contudo, ele ressalta que alguns filósofos contemporâneos – especialmente, Quine – “acreditam que os conceitos intensionais pragmáticos são nebulosos, misteriosos e, em realidade, incompreensíveis” (CARNAP, 1955, p. 132). Nesse bojo, a questão colocada por Carnap é a seguinte: assumindo-se que o linguista possa determinar a extensão de um dado predicado, como ele poderia ir além e determinar, também, a sua intensão (o seu significado)? (CARNAP, 1955, p. 138). Para responder a essa pergunta, Carnap apresenta um novo passo metodológico na análise da tradução, utilizando-se, ainda, do exemplo de linguistas que estudam a língua alemã sem conhecerem qualquer coisa a respeito dessa língua.

Imaginemos, por exemplo, que dois linguistas chegaram a um acordo completo na determinação da extensão de um dado predicado. Apesar dessa determinação, ainda é possível que os linguistas designem intensões diferentes para o predicado em questão – conforme mostrado por Quine em *Two Dogmas of Empiricism* (1951). Isso acontece porque existem diversas propriedades – talvez, infinitas propriedades – que recaem dentro da classe que determina a extensão do predicado, como no caso das expressões ‘criatura com coração’ e

‘criatura com rins’, as quais denotam a mesma classe de animais, embora apresentem significados cognitivos distintos.

Segundo Carnap, a *tese extensionalista* afirma que “a designação de uma intensão, com base na extensão previamente determinada, não é uma questão de fato, mas simplesmente uma questão de escolha” (CARNAP, 1955, p. 133). Mais especificamente, a tese sustenta que, a partir de uma extensão dada, o linguista tem a liberdade de escolher qualquer uma das propriedades (intensões) que se ajustam a essa extensão; com isso, o linguista guiaria sua escolha não por questões de fato, mas por considerações acerca da simplicidade e coerência interna do seu sistema de tradução. Carnap afirma que “Quine parece sustentar essa tese” – o que, de fato, corresponde aos argumentos presentes nos escritos de Quine à época. Contudo, posteriormente, Quine passaria a defender, inclusive, que também a determinação da extensão envolve considerações pragmática, não sendo uma simples questão de certo ou errado.

Carnap rejeita a tese extensionalista afirmando que a determinação da intensão envolve hipóteses empíricas que podem ser testadas por observações do comportamento linguístico, assim como no caso das extensões<sup>10</sup>. Para esclarecer o seu ponto, ele discute o seguinte exemplo: suponhamos que os linguistas (1) e (2), após uma investigação do comportamento verbal de um falante da língua alemã, escrevam em seus dicionários, cada um, a seguinte tradução:

(1) *Pferd*, tradução de ‘cavalo’;

(2) *Pferd*, tradução de ‘cavalo’ ou ‘unicórnio’ (CARNAP, 1955, p. 38).

A inexistência de unicórnios faz com que as duas traduções atribuídas à palavra *Pferd* tenham a mesma extensão. Com isso, os defensores da tese extensionalista – como Quine – afirmariam a inexistência de qualquer evidência que sirva à correta determinação da intensão da palavra ‘Pferd’, pois, uma vez que a extensão é a mesma, nenhum pronunciamento (afirmativo ou negativo) dos falantes nativos do alemão, com relação a qualquer objeto real, poderia determinar qualquer diferença entre as traduções definidas pelos linguistas (1) e (2).

Contudo, Carnap afirma que, para a determinação da intensão do predicado ‘Pferd’, os linguistas poderiam levar em consideração “não somente os casos reais, mas também os casos

---

<sup>10</sup> Sofia Stein (2019, p. 103) afirma que Carnap teria sido simpático aos conceitos intensionais não apenas por supor a possibilidade de apresentar critérios empíricos/behaviorista claros para a identificação das intensões – algo que Quine argumenta não ser realizável –, mas porque julgava que o discurso sobre intensões não implica o compromisso ontológico com entidades intensionais abstratas.

possíveis” de aplicação desse predicado (CARNAP, 1955, p. 38)<sup>11</sup>. Os linguistas poderiam, por exemplo, descrever aos falantes nativos casos possíveis, deixando em aberto a questão sobre se existiria alguma coisa que satisfaça ou não tais descrições:

Ele [o linguista] pode, por exemplo, descrever um unicórnio de uma maneira correspondente à formulação portuguesa dessa: “uma coisa similar a um cavalo, mas que tem somente um chifre no meio da testa”. Ou pode mostrar uma coisa e a seguir descrever as modificações pertinentes em palavras, por exemplo: “uma coisa tal como esta, mas tendo um chifre no meio da testa”. Ou, finalmente, poderia simplesmente mostrar um quadro que representa um unicórnio (CARNAP, 1955, p. 38).

Em seguida, o linguista poderia perguntar ao falante nativo sobre a sua disposição com relação à aplicação de ‘Pferd’ ao objeto possível descrito. Nesse caso, a resposta obtida se constituiria como uma instância confirmatória da intensão (1) ou da intensão (2), o que mostra que ambas são hipóteses empiricamente distintas.

Contudo, Quine rejeita a abordagem de Carnap de questionar o falante nativo acerca de situações imaginárias como uma forma de esclarecimento empírico e satisfatório da noção de intensão. Primeiramente, conforme ressalta Hylton, porque não há motivos para se pensar que um método que funcione em alguns casos fáceis – como, por exemplo, na tradução de termos como ‘cavalo’ ou ‘unicórnio’ – poderia ser útil e confiável no estabelecimento e determinação de critérios empíricos para traduções únicas em geral (HYLTON, 2007, p. 59). Além disso, conforme o próprio Quine sinaliza, porque o método utilizado por Carnap não parece estar disponível no momento inicial de uma tradução radical:

Ele [Carnap] sugere explorar o significado de um termo perguntando ao sujeito se ele o aplicaria em várias circunstâncias imaginárias, descritas a ele. Esse enfoque tem a virtude de preservar contrastes entre tais termos como “gnomo” e “unicórnio” apesar da não existência de instâncias de comparação no mundo. [...]. Resta um contraste significativo nos usos que nós dois fazemos de condicionais subjuntivos: eu os limito ao julgamento alcançado pelo investigador do que o informante faria se estimulado; Carnap faz o seu investigador apresentar tais condicionais ao julgamento de seu informante. Com certeza, meu investigador, na prática, perguntaria as mesmas questões que o investigador de Carnap, como uma forma rápida de calcular o significado por estímulo, se a linguagem para tais questões estiver disponível. Mas o significado por estímulo pode ser explorado também nos primeiros

---

<sup>11</sup> Carnap (1955, p. 46) aponta, inclusive, que alguns filósofos têm definido a intensão de um predicado (ou um conjunto intimamente relacionado a ela) como a classe dos objetos *possíveis* que caem dentro dela. Carnap cita, por exemplo, a definição dada por G. I. Lewis: “a compreensão de um termo é a classificação de todas as coisas consistentemente pensáveis às quais o termo aplicar-se-ia corretamente” (LEWIS, G. I. *The modes of meaning. Philosophy and Phenomenological Research*, 4, 1940, p. 236-50).

estágios da tradução radical, nos quais o tipo de questionário de Carnap não está disponível (QUINE, WO, §8, p. 31).

O exemplo discutido por Carnap trata de um termo que não tem extensão. Contudo, uma determinação um pouco mais difícil seria, por exemplo, a decisão entre ‘animal racional’ e ‘bípede implume’ enquanto intensão correta do predicado ‘homem’ – algo similar ao famoso exemplo apresentado por Quine em *Word and Object* (1960). No entanto, Carnap também trata da determinação da intensão de um predicado mais difícil, que possui extensão definida: o termo alemão ‘Mensch’, que denota a classe de seres humanos.

Segundo Carnap, a vaguidade extensional do termo ‘Mensch’ seria pequena, já que são poucas as coisas com relação às quais os falantes da língua alemã não consentem afirmar ou negar a aplicação desse predicado. Tal vaguidade abarcaria, por exemplo, os ancestrais dos seres humanos atuais, aos quais, talvez, os falantes do alemão não estejam certos se aplicariam ou não predicado ‘Mensch’ – ou seja, talvez eles não saberiam se devem incluir tais ancestrais na classe “seres humanos”.

A vaguidade intensional de ‘Mensch’, por sua vez, parece ser bem maior do que a sua vaguidade extensional. Para mensurá-la, o linguista deveria testar as respostas dos falantes a descrições de tipos estranhos de animais – por exemplo, a animais intermediários entre o homem e o cão, entre o homem e o leão, entre o homem e o touro etc. É evidente que esse procedimento incorreria em algumas dificuldades práticas: talvez, por exemplo, os falantes nativos do alemão nunca ou raramente tenham pensando acerca destes tipos de animais e, por isso, jamais tenham sentido a necessidade de estabelecer a quais eles aplicariam o predicado ‘Mensch’. Consequentemente, diz Carnap, o linguista encontraria nas respostas dos nativos uma alta vaguidade intensional que, no entanto, apenas indicaria que a intensão da palavra ‘Mensch’ não é completamente clara – isto é, “que ele [o falante] não entende completamente a sua própria palavra” (CARNAP, 1955, p. 40). Ainda assim, essa falta de clareza seria irrelevante, por atingir apenas aqueles aspectos da linguagem que são de pouca importância prática para esses falantes.

Por isso, apesar dessas possíveis imprecisões, Carnap conclui que a intensão correta de qualquer predicado poderia ser determinada a partir da investigação acerca dos vários aspectos – por exemplo, acerca do tamanho, da cor, da forma etc. – de um objeto possível dado. Como vimos, ele concede que, nessa situação, o linguista pode se deparar com algum tipo de *vaguidade intensional* – isto é, com uma ampla classe de objetos ou situações com relação às

quais os falantes nativos não estariam certos se atribuiriam ou não o predicado em questão; contudo, em sua interpretação, essa vaguidade poderia ser plenamente resolvida com estudos subsequentes que apresentassem um delineamento experimental adequado:

Embora eu tenha apresentado aqui apenas uma indicação esquemática do procedimento empírico para a determinação das intensões, acredito que ele é suficiente para tornar claro que seria possível escrever as linhas que indicam um manual para a determinação das intensões ou, mais exatamente, para testar as hipóteses concernentes às intensões. Os tipos de regras nesse manual não seriam essencialmente diferentes daquelas que se costumam dar para os procedimentos na psicologia, na linguística e na antropologia. Portanto, qualquer cientista poderia entender as regras e colocá-las em prática (desde que não esteja influenciado por prejuízos filosóficos) (CARNAP, 1955, p. 40).

Assim, Carnap define o conceito geral de intensão de um predicado qualquer como a condição geral que um objeto deve satisfazer de modo que um falante esteja aberto a atribuir esse predicado ao objeto em questão. Com isso, ele imagina ter esclarecido o conceito de sinonímia: duas expressões são sinônimas em uma linguagem *L*, por exemplo, se elas têm a mesma intensão, nesta linguagem, para o mesmo objeto. Consequentemente, uma sentença seria analítica em *L* nas situações em que a intensão de um dado termo contempla todos os casos possíveis em que o objeto descrito por esse termo ocorra (CARNAP, 1955, p. 42).

Posteriormente, no texto *W. V. Quine on Logical Truth* (1960), Carnap reafirmou ter cumprido o desafio de apresentar um critério empírico e comportamental para os conceitos intensionais nas linguagens naturais, destacando que os argumentos de Quine contra a sua posição não eram convincentes:

Visto que eu concordei com a ideia básica de Quine, eu aceitei o seu desafio de mostrar que um critério empírico para um conceito intensional, no que diz respeito às linguagens naturais, pode ser dado. As ideias básicas que subjazem à minha tese intensionalista são simples. Pareceu-me bastante plausível, desde o início, que deveria haver um critério empírico para o conceito de significado de uma palavra ou frase, por conta do fato de que os linguistas tradicionalmente determinam empiricamente o significado, as diferenças de significado e mudanças de significado de palavras [...]. Os argumentos de Quine de que os lexicógrafos não possuem nem um critério para as suas determinações não me pareceu nenhum pouco convincente (CARNAP, 1963b, p. 915).

Apesar dos resultados alcançados por Carnap, ele reconhece que a objeção tradicional aos conceitos intensionais, por parte de Quine, “baseia-se numa *questão de princípio* e não nos fatos geralmente reconhecidos acerca das dificuldades técnicas das investigações linguísticas, da incerteza indutiva e da vaguidade das palavras da linguagem comum” (CARNAP, 1955, p. 132, grifos nossos). De fato, o problema identificado por Quine não diz respeito a eventuais

dificuldades e/ou impossibilidades técnicas para a determinação dos significados, mas seria decorrente da adoção de uma concepção de linguagem que faz com a própria ideia de significado se apresente como filosoficamente irrelevante, algo que será discutido a seguir.

#### **1.4. Um critério comportamental para o significado e para a analiticidade**

Em trabalhos posteriores a *Two Dogmas of Empiricism* (1951), Quine esclareceu que o ponto central do debate com Carnap não diz respeito à possibilidade de definir a analiticidade, mas à falta de relevância epistemológica dessa noção. O que Quine rejeita, portanto, é a ideia de que haveria uma distinção analítico-sintético capaz de desempenhar o papel epistemológico suposto por Carnap, isto é, o de sustentar um método filosófico em geral (QUINE, TDR, p. 270-1):

[...] agora percebo que a questão filosoficamente importante sobre analiticidade e a doutrina linguística da verdade lógica *não* é como explicá-las; é a questão de sua relevância para a epistemologia (QUINE, RGH, p. 207).

Além disso, em uma conversa com Donald Davidson acerca de seu percurso filosófico, Quine destacou que o debate com Carnap com relação à analiticidade teve como pano de fundo, justamente, os diferentes pressupostos que embasaram os seus modos de compreensão da linguagem:

Acho que uma diferença bastante básica entre nós [Quine e Carnap] nesse quesito foi que eu era mais empírico, mais comportamental, e queria que qualquer coisa relacionada à linguagem fosse uma questão empírica sobre o comportamento humano. E é claro que é justamente aí que surge a diferença acerca da analiticidade (QUINE, EDQ, p. 154).

O próprio Carnap reconheceu que o desacordo entre os dois envolveu a restrição de Quine de que a analiticidade e a sinonímia fossem especificadas em termos empíricos, tendo objetado que:

[...] o conceito de analiticidade é aceitável somente se não explicado apenas por regras semânticas, mas por critérios empíricos em termos behavioristas, aplicáveis às linguagens naturais; [...] ele [Quine] diz o mesmo a respeito de sinonímia (CARNAP, 1963a, p. 918).

No artigo *Carnap and Logical Truth* (1960), Quine já havia destacado que as evidências aceitáveis para o estabelecimento do significado devem residir nas “circunstâncias observáveis em quais as palavras são proferidas [...] ou na afirmação e negação de sentenças nas quais as palavras ocorrem” (QUINE, CLT, p. 106-7). Posteriormente, Quine retoma esse

argumento a partir de reflexões sobre a aprendizagem da linguagem, estabelecendo um vínculo entre as noções de significado e verdade.

Em *The Roots of Reference* (1974), por exemplo, Quine argumentou que o aprendizado inicial de uma língua se restringe ao aprendizado de palavras e frases que mantêm uma relação mais direta com os dados empíricos; como tal, esse aprendizado ocorre simultaneamente à identificação das condições que tornam tais palavras/frases verdadeiras (QUINE, TRR, §21, p. 78). Desse modo, a aprendizagem do significado de uma palavra estaria atrelada ao aprendizado das circunstâncias que tornam uma determinada expressão linguística verdadeira; com isso, a igualdade de significado poderia ser explicada em termos de *condições de verdade*: duas frases são equivalentes se elas são verdadeiras diante das mesmas condições e/ou com relação a um mesmo estado de coisas.

Se as expressões em questão forem as frases de alguma ciência, o cientista estará mais preocupado com o que as torna verdadeiras ou falsas do que com os motivos que levam alguém a pronunciá-las – talvez, relacionados à vaidade, a utilidade ou ao engano – ou do que com a surpresa, a descrença ou a atitude frenética que sua expressão pode induzir em outra pessoa. Ele estará interessado, em suma, na semelhança do *significado cognitivo*. As frases são semelhantes em termos de significado cognitivo – cognitivamente equivalentes, digamos – se, falando vagamente, elas têm as mesmas condições de verdade (QUINE, CM, p. 131)<sup>12</sup>.

Posteriormente, em *From Stimulus to Science* (1995), Quine continuaria a afirmar que “definir a noção de significado consiste simplesmente em especificar as circunstâncias em que duas frases têm o mesmo significado” (QUINE, FSS, p. 75). De acordo com essa perspectiva, a igualdade de significado entre duas expressões linguísticas pode ser identificada e descrita a partir da disposição do falante em apresentar o mesmo veredicto – seja ele o assentimento, dissentimento ou abstenção – às duas expressões linguísticas em uma mesma ocasião.

Seguindo essa interpretação, a noção tradicional de significado, enquanto uma entidade transmitida indiferentemente por duas expressões distintas, seria apenas uma forma de dar sentido à própria experiência introspectiva relativa à nossa disposição comportamental de reagir com expressões linguísticas distintas – porém, sinônimas – diante de uma mesma situação. Por isso, segundo Quine, a ideia de significado em si mesmo seria ilusória, já que não

---

<sup>12</sup> Quine concebe que esse padrão não é útil à explicação de todas as funções da linguagem. Mas, ainda assim, entende que esse é o critério que deve ser buscado a nível científico: “Aqui, então, está um padrão ajustado de compreensão: um homem entende uma frase na medida em que conhece suas condições de verdade. Esse tipo de compreensão não chega ao humor, à ironia, às insinuações e a outros valores literários, mas vai longe. Em particular, é tudo o que podemos pedir para uma compreensão da linguagem da ciência” (QUINE, MVD, p. 317-318).



podemos exigir mais nada além da mera correlação entre expressões linguísticas (QUINE, FSS, p. 75) – algo que retoma o argumento sobre os diferentes graus de sinonímia entre formas linguísticas discutido na seção 1.2.3.

Ainda em *The Roots of Reference* (1973), Quine propôs uma definição de analiticidade em termos de processo de aprendizagem, afirmando que “uma frase é analítica se todos aprendem que ela é verdadeira aprendendo suas palavras” (QUINE, TRR, §21, p.79)<sup>13</sup>. A frase ‘Todo solteiro é não-casado’, por exemplo, poderia ser considerada analítica, afirma Quine, uma vez que aprendemos a palavra ‘solteiro’ observando que as pessoas que fazem parte da nossa comunidade linguística utilizam tal palavra (ou concordam com o seu uso) apenas naquelas circunstâncias em que também utilizariam ou concordariam com o uso da expressão ‘não-casado’ (QUINE, TRR, §21, p. 79). Como se percebe, a definição da analiticidade passa a depender da uniformidade da aprendizagem de certas palavras:

A linguagem é social, e analiticidade também deve ser, uma vez que é ancorada na linguagem. Assim, é possível que tenhamos, finalmente, uma linha que nos leve a um conceito de analiticidade: uma sentença é analítica *se todas as pessoas* aprendem que ela é verdadeira pelo fato de aprender suas palavras. A analiticidade, assim como a observacionalidade, depende da uniformidade social (QUINE, TRR, §21, p. 79, grifos do autor)<sup>14</sup>.

Apesar de endossar essa noção de analiticidade, Quine não estabelece uma distinção radical entre sentenças analíticas e sintéticas que possa cumprir objetivos epistemológicos rigorosos: “não temos aqui clivagem tão radical entre sentenças analíticas e sintéticas, tal como professado por Carnap e outros epistemólogos” (QUINE, TRR, §21, p. 80)<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Quine mantém definição semelhante da analiticidade em obras posteriores, por exemplo: “Também há frases do tipo que me aventurei a chamar de “analíticas” em *The Roots of Reference*: aquelas às quais o indivíduo aprende a concordar incondicionalmente no curso de aquisição de alguma palavra componente” (QUINE, REE, p. 240).

<sup>14</sup> Conforme ressalta Edward Becker (2012), essa definição da analiticidade pode ser estendida para interpretação das verdades lógicas: “Lembrando que as verdades analíticas têm sido tradicionalmente consideradas como incluindo as verdades da lógica, Quine sugere que um traço distintivo das leis lógicas é que aprendemos sua verdade no processo de aprendizagem de suas partículas lógicas componentes. Ao aprender o significado da palavra ‘ou’, por exemplo, aprendemos que as pessoas estarão dispostas a concordar com a alternância sempre que estiverem dispostas a concordar com pelo menos um de seus componentes, e assim aprendem a lei lógica de que uma alternância está implícita em cada um de seus componentes. O mesmo tipo de ponto se aplica, sugere Quine, a outros tipos de frases tradicionalmente classificadas como analíticas, em particular a declarações categóricas universais como ‘Um cachorro é um animal’” (BECKER, 2012, p. 112).

<sup>15</sup> Diversos comentadores confirmam a interpretação de que Quine não teria demonstrado a inexistência de frases analíticas em geral, mas apenas a impossibilidade de sustentar um dado sistema (ou método) filosófico a partir da distinção analítico-sintética (por exemplo, BLACKBURN, 1993, p. 84; HYLTON, 2007, p. 52; BECKER, 2012, p. 113; VERHAEGH, 2017, p. 880). Simon Blackburn, por exemplo, ressalta que “Mesmo que frases como “os solteiros são homens não-casados” e outras semelhantes escapem à sua crítica [a de Quine], elas não servem para construir um método; envolvem unicamente conceitos superficiais, ou conceitos em relação aos quais as definições de dicionário constituem uma identificação crucial. Qualquer filosofia que procure dar uma posição “primeira” – ou uma perspectiva exterior de uma ou outra área de discurso – precisa de muitas coisas mais substanciais, e nada

Como vimos, a noção de analiticidade proposta por Quine encontra-se ancorada na uniformidade que envolve a aprendizagem de nossa língua materna. Contudo, Quine ressalta que, em uma comunidade linguística, embora algumas frases sejam rapidamente aprendidas como verdadeiras, nem sempre elas são aprendidas do mesmo modo ou diante da mesma gama de estímulos, o que abre espaço para que algumas frases sejam consideradas mais analíticas do que outras:

Ao aprender nossa língua, cada um de nós aprende, sem rodeios, a considerar certas frases como verdadeiras; há frases cuja verdade é aprendida dessa maneira por muitos de nós, e há frases cuja verdade é aprendida dessa maneira por poucos ou por nenhum de nós. As primeiras frases são mais analíticas do que as últimas. As frases *analíticas* são aquelas cuja verdade é aprendida dessa maneira por todos nós (QUINE, TRR, §21, p. 80, grifo do autor).

Assim, na obra de Quine, a analiticidade passa a ser vista uma *questão de grau* vinculada ao processo de aprendizagem da linguagem, o que faz com não exista demarcação absoluta entre frases analíticas e sintéticas<sup>16</sup>. Afinal, em nossa teoria global do mundo existem tanto frases que se referem a observações diretas quanto frases mais teóricas que se encontram distanciadas, em graus variados, da evidência empírica. Por isso, as diferenças entre os tipos de frases são “diferenças apenas em grau e não em espécie” (QUINE, CVO, p. 134):

O conhecimento de nossos pais é um tecido de frases. Em nossas mãos, ele se desenvolve e muda por meio de revisões e acréscimos mais ou menos arbitrários e deliberados, diretamente ou indiretamente ocasionados pela estimulação contínua de nossos órgãos dos sentidos. É uma tradição cinza-claro: preta devido aos fatos e branca devido à convenção. Mas não encontrei razões substanciais para concluir que haja fios totalmente pretos ou brancos (QUINE, CLT, p. 125).

Portanto, o argumento de Quine é o de que não há base factual para o estabelecimento de uma demarcação rígida entre enunciados analíticos e sintéticos, tampouco para sustentar a própria noção de significado.

---

de mais substancial será obtido *a priori* pelas ligações superficiais exploradas nos dicionários” (BLACKBURN, 1993, p. 84).

<sup>16</sup> Quine já havia apresentado em outros textos a ideia de que a sinonímia e a analiticidade apenas podem ser analisadas gradualmente, o que permite que algumas frases sejam consideradas mais analíticas do que outras: “Identifica-se rapidamente certos casos aparentemente transparentes de sinonímia, como ‘solteiro’ e ‘homem não casado’, e percebe-se a trivialidade de sentenças associadas como ‘Nenhum solteiro é casado’. É concebível que o mecanismo de tal reconhecimento, quando mais bem compreendido, possa servir de base para uma definição de sinonímia e analiticidade em termos de comportamento linguístico. Por outro lado, *tal abordagem pode fazer sentido apenas para algo como graus de sinonímia e analiticidade*. Não vejo razão para esperar que a analiticidade de largura total sobre a qual Carnap e outros fazem tantas demandas possa ser ajustada a tal fundamento, mesmo de maneira aproximada. Em qualquer caso, no momento, carecemos de qualquer sugestão geral sustentável, seja grosseira e prática ou remotamente teórica, sobre o que é uma frase analítica (QUINE, CLT, p. 121, grifos meus).

A indeterminação da tradução adquire destaque, justamente, nessa discussão sobre a especificação de um critério comportamental para o significado e a analiticidade, como uma resposta à filosofia de Carnap (cf. RICKETTS, 1982, p. 126; FISHER, 2010, p. 53, n. 2; SEVERO, 2011, p. 102). Contrariando a argumentação de Carnap sobre a possibilidade de apresentar um critério empírico e comportamental para os conceitos intensionais nas linguagens naturais – conforme apresentado na seção 1.3.2.2 –, Quine argumenta em prol da possibilidade de especificar mais de uma intensão para um mesmo termo, de modo empiricamente satisfatório, o que mostra que a própria noção de “intensão” (significado) seria dispensável (SEVERO, 2011, p. 102). É justamente esse o aspecto da crítica de Quine que analisaremos a seguir, com a discussão da versão canônica da tese da indeterminação da tradução.

### 1.5. Quine e a indeterminação da tradução

Apresentada inicialmente em *Word and Object* (1960), a tese da indeterminação da tradução parte de um experimento mental de *tradução radical*: uma situação idealizada na qual um linguista tenta estabelecer um método sistemático de tradução da língua de um povo desconhecido, sem a ajuda de intérpretes ou de manuais prévios (QUINE, WO, §7-16). O caráter *radical* da situação se deve ao fato de o linguista desconhecer não apenas a língua, mas também a cultura e os costumes do falante nativo.

Os únicos dados empíricos dos quais o linguista poderia fazer uso, em sua tentativa de estabelecimento de um manual de tradução, seriam os comportamentos dos falantes nativos em circunstâncias reconhecidas publicamente (QUINE, WO, §7, p. 24-5). Por este motivo, os enunciados primeiramente traduzidos seriam aqueles ligados a eventos claramente observáveis aos nativos e ao linguista (QUINE, WO, §8, p. 28-9; QUINE, ITA, p. 6); nessa direção, o sucesso da tradução deveria ser avaliado em termos práticos, a partir da eficácia do manual em facilitar o “diálogo fluente e o sucesso na negociação” com os falantes da língua traduzida (QUINE, FSS, p. 80; QUINE, ITA, p. 8).

Nesse cenário de tradução radical, Quine supõe que o linguista observe a elocução ‘Gavagai’<sup>17</sup> sendo enunciada em situações concomitantemente relacionadas à aparição de

---

<sup>17</sup> Quine costuma utilizar ‘Gavagai’, escrito com inicial maiúscula, como uma frase observacional de uma única palavra, e ‘gavagai’, com inicial minúscula, como um termo ou predicado. Do ponto de vista gramatical, as frases de observação compostas por uma só palavra poderiam ser classificadas como *frases elípticas*: aquelas frases que mantêm o seu sentido apesar da omissão de uma ou mais palavras, as quais são supostas a partir do contexto. A frase observacional “Coelho”, por exemplo, seria um exemplo de elipse por ser equivalente a uma frase mais completa, como a seguinte: “(Veja, ali está um) coelho”. Contudo, enquanto uma frase elíptica é compreensível

coelhos. Isto é, a elocução de ‘Gavagai’, proferida pelo nativo, estaria correlacionada com a ativação de certos padrões de estimulação, nos receptores sensoriais do linguista, que, na situação em questão, o induziriam ao uso do termo ‘Coelho’<sup>18</sup>. Portanto, o linguista anotaria ‘Coelho’ como uma tradução provisória para ‘Gavagai’, sujeita a ser testada em ocasiões ulteriores.

Posteriormente, buscando refinar tal tradução, o linguista se utilizaria de experimentos: poderia enunciar ‘Gavagai’, indicando diversos objetos – dentre os quais, coelhos – e, assim, observar o assentimento ou dissentimento do nativo (ou, ainda, uma aparente não resposta por parte deste)<sup>19</sup>. Ao final da série de observações e experimentações, se o linguista mantiver ‘Coelho’ como a tradução para ‘Gavagai’, ele terá determinado que o termo (ou a frase) observacional ‘Gavagai’ apresenta sinonímia de estímulos para com o termo (ou a frase) observacional ‘Coelho’ (QUINE, WO, §8, p. 29). Ou seja, o linguista concluiria que ‘Gavagai’ e ‘Coelho’ são aplicáveis, sem distinção, à mesma classe de estímulos.

No entanto, observa Quine, do fato de essas duas expressões serem adequadamente empregadas diante de um mesmo conjunto de estímulos não se segue que elas apresentem o mesmo significado. Na situação idealizada, por exemplo, o termo ‘Gavagai’ também apresenta sinonímia por estímulos com frases como ‘parte não destacada de coelho’, ‘segmento de coelho’ ou ‘fase temporal de coelho’, entre outras. Isto ocorre porque qualquer parte (ou fase) do coelho está presente – e, portanto, faz-se observável – sempre que um coelho inteiro esteja presente (QUINE, WO, §12, p. 46; QUINE, OR, p. 189). Como consequência desse fato, Quine enuncia a sua tese da *indeterminação da tradução*, sustentando, em suma, que a totalidade das evidências não permite eleger uma dentre as várias traduções possíveis:

A tese é esta, então: manuais para tradução de uma língua para outra podem ser estabelecidos de maneiras divergentes, todos compatíveis com a totalidade das disposições do falante, mas ainda incompatíveis entre si (QUINE, WO, §7, p. 24).

---

*apesar* da omissão de suas palavras, uma frase observacional de apenas uma palavra é facilmente compreendida por referir-se a objetos/eventos conspícuos, o que permite que os falantes de uma mesma comunidade linguística estejam mais propensos a assentir (ou a dissentir) à tal frase diante da estimulação apropriada.

<sup>18</sup> Quine destaca que o que incita o assentimento do nativo a ‘Gavagai’ são as estimulações das superfícies sensoriais do nativo, não (os objetos) coelhos (QUINE, WO, §8, p. 27).

<sup>19</sup> Devemos compreender que, após algum trabalho, o linguista tenha conseguido identificar, na língua nativa, os termos ou gestos que correspondam ao “sim” e ao “não” – isto é, ao assentimento e ao dissentimento – de sua língua de trabalho (QUINE, WO, §7, p. 26).

Mais especificamente, a tese da indeterminação da tradução afirma que: (1) é possível construir diversos manuais *conflitantes* de tradução compatíveis com todos os dados observados (as disposições dos falantes); e (2) que não existe questão de fato [*fact of the matter*] para a decisão sobre qual manual seria o manual correto (QUINE, WO, §7, p. 24; QUINE, PT, p. 47). Ou seja, a tese afirma que manuais de tradução distintos poderiam indicar expressões que, apesar de diferentes, seriam empiricamente apropriadas para substituir uma dada palavra ou expressão linguística proveniente de uma língua estrangeira, não havendo critérios empíricos que permitam decidir qual dentre as substituições seria a correta.

Conforme já havia sido destacado por Quine em *The Problem of Meaning in Linguistics* (1951), a tese aponta para o fato de que qualquer atribuição de significado a partes subsentenciais da linguagem – ou, que qualquer tradução – será correta desde que as implicações empíricas do conjunto teórico da linguagem sejam, como um todo, preservadas. Sendo assim, não existiriam fatos que permitiriam decidir sobre qual dentre as diversas traduções das frases individuais preservaria o verdadeiro significado em questão.

Nesse contexto, ao formular hipóteses que estabeleçam relações entre linguagem e mundo, o tradutor fará uso de seu sistema referencial e de seus modelos ontológicos; como consequência, os resultados podem ser empiricamente adequados e, ainda assim, diferentes, a depender dos valores e parâmetros levados em consideração nesse processo de determinação. Conseqüentemente, e ao contrário do que Carnap argumentara, a posição de Quine é a de que fazer uma tradução não significa encontrar uma expressão sinônima, mas estabelecer um procedimento de interpretação dos objetos de uma teoria numa outra teoria: isto é, estabelecer um procedimento de reinterpretação de ontologias. Em última instância, portanto, a escolha da melhor tradução – e, com isso, a determinação da referência – será determinada por fatores outros que não apenas a evidência empírica.

### **1.5.1 A indeterminação começa em casa**

Uma vez que informações socialmente compartilhadas pelos nativos e desconhecidas ao linguista podem afetar a tradução, poderíamos nos perguntar se uma maior proximidade do linguista com a cultura e com os costumes dos falantes nativos seria uma estratégia metodológica com potencial de reestabelecer a determinação do significado. Nessa direção, poderíamos questionar especificamente se seria útil ao linguista aprender a língua a ser traduzida do mesmo modo que as crianças nativas o fazem, isto é, expondo-se ao mesmo

contexto de aprendizagem ao qual as crianças nativas estão expostas e, assim, traduzindo a língua nativa para a nossa própria língua “por meio de sinonímias de estímulos resultantes de introspecção” (QUINE, WO, §9, p. 42).

Alguns autores pensam que sim. Pautando-se nas reflexões de Quine no §11 de *Word and Object* (1960), sobre a sinonímia por estímulo entre “solteiro” e “homem não casado”, Hans-Johann Glock (2003, p. 177) afirmou que Quine defende que o linguista “precisa ser bilíngue” – isto é, precisa aprender a língua estrangeira à maneira das crianças nativas – para ser capaz de traduzir frases não observacionais. De modo semelhante, Jerrold Katz (1988) afirmou que a existência de bilíngues seria uma condição empírica para a tradução:

A existência de bilíngues é comparável à existência de condições que nos permitem conduzir os experimentos necessários para decidir entre teorias físicas rivais. Além disso, mesmo se não houvesse bilíngues no caso de alguma língua estrangeira, conhecemos um método infalível para criá-los sob demanda. O método leva bastante tempo e sua implementação envolve vários problemas práticos, sociais e morais, mas funciona, como podem atestar aqueles que adquiriram fluência bilíngue crescendo em uma casa bilíngue (KATZ, 1988, p. 249-250).

Contudo, conforme destacarei a seguir – e, também, conforme o próprio Quine explicita em diversas obras (e.g. QUINE, WO, §16; QUINE, SO, p. 5) –, tornar-se um falante bilíngue não é uma estratégia que atenua a indeterminação da tradução.

O argumento comum aos críticos de Quine envolve a suposição de que o linguista seria capaz de simular a situação infantil de aprendizagem da língua nativa de modo a manter o seu conhecimento de sua própria língua materna (por exemplo, o português) fora de consideração. Então, como um bilíngue, o linguista se voltaria para o projeto original de construir um manual de tradução para tal língua (o português).

Contudo, mesmo nesse momento, o linguista realizaria as traduções por meio do método de hipóteses analíticas, correlacionando palavras de uma língua com outra, ainda que de forma inconsciente (QUINE, WO, §16, p. 67). A única diferença é que ele, o linguista, poderia elaborar os seus experimentos de checagem de tradução por meio da introspecção – isto é, a partir da observação e inspeção dos seus próprios estados mentais –, em vez de efetuá-los com ajuda de outro falante nativo. Ainda assim, conforme destaca Soles (1984), nessa situação, o linguista – ou, como esse autor descreve, o antropólogo – não teria nenhuma garantia de que o manual de tradução estabelecido e corrigido a partir da introspecção (isto é, a partir da

observação dos seus próprios estados mentais) seria equivalente ao manual de tradução estabelecido, da mesma forma, por um outro tradutor ou antropólogo bilíngue:

Pois, mesmo que o comportamento do antropólogo espelhasse os nativos em todos os aspectos observáveis, o antropólogo não estaria em melhor posição para construir um mapa cultural. Esse indivíduo teria simplesmente um tipo de “mapa cultural privado” que poderia diferir radicalmente daquele de qualquer outro antropólogo que se tornou nativo na mesma cultura com o mesmo grau de sucesso do primeiro antropólogo. Em ambos os casos, os mapas culturais refletiriam as hipóteses analíticas dos antropólogos, não as ações e práticas genuínas dos nativos (SOLES, 1984, p. 483).

Além disso, o linguista não conseguiria simular completamente a situação infantil de aprendizagem da língua nativa, pois teria se “auto ajudado com hipóteses analíticas durante todo o tempo” em que se tornava bilíngue. Sendo assim, o linguista estaria igualmente bem amparado se tivesse teorizado sobre o significado das palavras, exclusivamente, a partir do “paradigma mais primitivo”, aquele que lida observacionalmente com o informante nativo como um colaborador vivo, em vez de tentar tornar-se, ele próprio, um informante nativo (QUINE, WO, §15, p. 64-5). Conforme explica o próprio Quine:

Não faz nenhuma diferença real que o linguista se torne bilíngue e venha a pensar como o fazem os nativos – o que quer que isso queira dizer. [...] Mesmo nós que crescemos juntos e aprendemos o português [no original, o inglês] no mesmo colo, ou em colos adjacentes, por nenhuma outra razão falamos de modo semelhante senão porque a sociedade nos treinou de modo semelhante em um padrão de resposta verbal a indicações externamente observáveis (QUINE, SO, p. 5).

Por esse motivo, Quine destaca que “a tradução radical começa em casa” (QUINE, OR, p. 198; QUINE, TRR, p. 83), indicando que a indeterminação pode se fazer presente mesmo com relação aos termos utilizados pelos falantes de uma mesma língua. Para esclarecer esse ponto, Quine apresenta um exemplo que analisa a ambiguidade sistemática que permeia o nosso uso das palavras ‘alfa’ e ‘verde’.

Muitas vezes, usamos tais palavras como *termos gerais concretos* (isto é, termos que são verdadeiros acerca de vários objetos concretos), como quando dizemos que “a grama é verde” ou que alguma palavra começa com a letra *alfa*. Nesse exemplo, a palavra ‘verde’ é usada como um termo geral concreto porque denota todos os objetos verdes, como a grama. Outras vezes, contudo, usamos essas mesmas palavras como *termos singulares abstratos* (isto é, como termos que nomeiam um único objeto abstrato), ao dizermos, por exemplo, que “verde é uma cor” e que “alfa é uma letra”. A ambiguidade identificada por Quine resulta da ausência de um mecanismo ostensivo capaz de diferenciar esses dois usos, uma vez que:

O ato de apontar que seria feito ao ensinar o termo geral concreto *verde* ou *alfa* não difere em nada do ato de apontar que seria feito ao ensinar o termo singular abstrato *verde* ou *alfa*. Porém, os objetos a que se refere a palavra são muito diferentes nos dois usos; em um uso, a palavra é verdadeira de muitos objetos concretos e, no outro uso, ela nomeia um objeto singular abstrato (QUINE, OR, p. 193-4).

Considerando que essas diferenças dizem respeito às coisas a que tais termos fazem referência, a distinção entre um termo geral concreto e um termo singular abstrato parece envolver a mesma dificuldade presente na tradução de ‘Gavagai’, o que faz com que a distinção em questão seja vista como um exemplo da indeterminação da referência em nosso próprio idioma<sup>20</sup>. Em tais casos, não poderíamos diferenciar um termo geral concreto de um termo singular abstrato analisando o modo como a palavra aparece nas frases: por exemplo, “se ela toma um artigo indefinido, se ela toma uma terminação plural, se ela figura como sujeito singular, como complemento do predicado e assim por diante” (QUINE, OR, p. 194). Essa análise seria prejudicada já que tal critério faz uso de “construções e partículas gramaticais portuguesas especiais” que também estão sujeitas à indeterminação da tradução.

Segundo Quine, um exemplo da indeterminação dessas peculiaridades gramaticais envolve a expressão numérica na língua japonesa. Em japonês, certas partículas, chamadas de *classificadores*, podem ser anexadas aos números para formar numerais compostos de estilos peculiares, os quais podem ser explicados de duas maneiras. Podemos compreender os classificadores como *partículas* que, acrescentadas a qualquer numeral – como ao ‘5’ –, sirvam para modificar o estilo deste numeral, tornando-o adequado para contar animais (como bois) ou para contar objetos de pouca espessura (como lápis), a depender do classificador utilizado. Além disso, também podemos interpretar os classificadores como *partes constituintes dos*

---

<sup>20</sup> Em *Pursuit of Truth* (1992), Quine relembra que, em suas primeiras formulações, ele teria considerado que a indeterminação da tradução e a relatividade ontológica também afetavam o nosso próprio idioma, devido à possibilidade de realizarmos substituições sistemáticas em nossa própria língua a partir do uso de funções de substituição, como se traduzíssemos o nosso idioma para uma segunda versão dele mesmo. Contudo, nesses casos, a referência pode ser explicada dentro de um paradigma análogo à Teoria da Verdade de Alfred Tarski, segundo o qual o predicado “verdade” pode ser aplicado a uma frase quando o mundo é tal como aquilo que é descrito pela frase, conforme o exemplo canônico apresentado por Tarski (1944):

A frase “A neve é branca” é verdadeira se, e somente se, a neve é branca.

Como consequência dessa perspectiva semântica acerca da verdade, os objetos previstos pela ontologia de uma dada teoria são irrelevantes para determinação da verdade de uma frase, já que a verdade passa a ser associada à significatividade. Sendo assim, diz Quine, “a palavra ‘coelho’ refere-se a coelhos, o que quer que *eles* sejam” (QUINE, PT, p. 52), o que permite que a relatividade no interior do próprio idioma seja contornada. Quine discutiu esse mesmo ponto em outros textos, afirmando explicitamente que a indeterminação da referência se relaciona às atribuições ontológicas relativas a diferentes manuais de tradução: “Dentro da língua materna, a referência é melhor vista (eu agora sustento) como não problemática, mas trivial, no mesmo nível do paradigma de verdade de Tarski. [...] A inescrutabilidade da referência surge apenas na tradução” (QUINE, RPR, p. 460).



*termos* – de ‘bois’ ou de ‘lápiz’, por exemplo; nesse caso, os classificadores cumpririam uma função individuativa similar àquela exercida em português pela expressão “cabeça de” quando aplicada ao termo de massa “gado”, como em *cinco cabeças de gado* (QUINE, OR, p. 192-3).

Sendo os classificadores aplicados de quaisquer uma das formas descritas, temos uma frase japonesa, composta por três palavras, equivalente a *cinco bois*. Nessa frase, a primeira palavra seria o numeral ‘5’, a segunda palavra seria o classificador e a terceira palavra corresponderia de algum modo a ‘boi’. A questão, portanto, envolve a forma de explicar o classificador, interpretando-o como um *modo de declinar o numeral* ou como *um meio para individuar* o termo de massa ‘gado’:

Numa perspectiva, o numeral neutro e o classificador se juntam para constituir um numeral declinado no *gênero animal*, o qual então modifica *boi* para dar, na prática, *cinco bois*. Na outra perspectiva, a terceira palavra japonesa corresponde, não ao termo individuador, *boi*, mas ao termo de massa, *gado*; o classificador aplica-se a esses termos de massa para produzir um termo individuador composto, na prática, *cabeça de gado*; e o numeral neutro aplica-se diretamente a tudo isso sem benefício de gênero, dando *cinco cabeças de gado*, portanto, de novo, na prática, *cinco bois* (QUINE, OR, p. 192).

Ambas interpretações se harmonizam de modo consistente com o comportamento verbal e, por isso, admitem as mesmas traduções para a língua portuguesa, não havendo nenhuma questão de certo e errado: a frase japonesa resulta em *cinco bovinos* independentemente se analisada de uma maneira ou de outra. Sendo assim, persistem dois modos bastantes de distintos de interpretar (e traduzir) essa frase japonesa, o que se faz possível “somente por causa das diferenças compensatórias em nosso tratamento da segunda palavra, o classificador” (QUINE, OR, p. 192). Ademais, esse tratamento compensatório releva que a tradução radical depende de decisões pragmáticas.

Contudo, a interpretação da língua japonesa realizada por Quine foi alvo de questionamentos. Em 1996, em um congresso em homenagem a Quine, no Japão, Takashi Iida (1998) argumentou contrariamente ao uso dos classificadores japoneses como uma ilustração da tese da indeterminação da referência. Ele enfatizou que, assim como no inglês, a língua japonesa exibe uma distinção entres *termos individuativos* (ou substantivos individuativos) – como ‘maçã’ e ‘boi’, os quais comportam uma distinção entre singular e plural – e *termos de massa* (ou substantivos de massa) – como ‘água’ e ‘vermelho’, que não comportam tal distinção (IIDA, 1998, p. 115). Em seguida, argumentou que os termos individuativos aceitam apenas um tipo de classificador, o que significa que “não precisamos atribuir a tarefa de individuação

a um classificador” (IIDA, 1998, p. 117). Os termos de massa, por sua vez, comportam uma variedade de classificadores; assim, como classificadores diferentes dividem a referência de maneiras distintas, os classificadores em questão cumprem a dupla tarefa de classificar e de individualizar os termos de massa, o que limita as conclusões do exemplo apresentado por Quine.

Ao final do texto publicado nos anais do referido evento, Iida apresenta a cópia de uma carta de Quine sobre essa discussão, na qual ele reconhece os problemas relativos à sua interpretação dos classificadores japoneses. Quine diz:

[...] eu estava procurando um exemplo natural na tradução de linguagens factuais. Observei duas possíveis explicações dos classificadores japoneses e sugeri que o uso de qualquer uma delas poderia ser reconciliado a partir de uma reconstrução compensatória de termos gerais; a saber, ou como um termo de massa ou como [termo] individuativo. Então, impondo o meu tratamento de um termo de massa como nomeando a soma mereológica de sua extensão, eu inferi uma indeterminação de referência: a referência àquilo que é denotado por um termo individuativo versus a referência à sua soma mereológica.

O que está errado, como você assinala, é minha liberdade excessiva em tratar uma palavra como um termo de massa. É razoável fazê-lo apenas se, como “água”, e ao contrário de “gado”, não houver um princípio embutido de individuação. A adesão a essa restrição, que aplaudo à primeira vista, obstrui um de meus dois relatos propostos dos classificadores japoneses e, com isso, meu suposto exemplo de indeterminação de referência (IIDA, 1998, p. 118).

Contudo, ainda nessa carta, Quine enfatiza que a ausência de um exemplo natural não ameaça o argumento da indeterminação da tradução, que pode ser estabelecida de outros modos. (IIDA, 1998, p. 118). Em direção semelhante, o próprio Iida ressaltou que os apontamentos por ele realizados acerca do uso dos classificadores japoneses não implicam que “que a tese da inescrutabilidade da referência não seja verdadeira ou não seja justificada”, já que as funções de substituição [*proxy functions*] podem ser utilizadas como um expediente abstrato para estabelecer a tese da indeterminação da referência (IIDA, 1998, p. 117), algo que será discutido a seguir.

### **1.5.2. Indeterminação da referência versus indeterminação holofrástica**

Na obra de Quine, a indeterminação da tradução é apresentada como duas doutrinas distintas:

- I) a *indeterminação da referência*, relativa à indeterminação de termos – à qual, inicialmente, Quine se refere como *inescrutabilidade da referência*)<sup>21</sup>; e
- II) a *indeterminação da tradução holofrástica*, relativa à indeterminação de sentenças<sup>22</sup>.

Quine afirmou que a indeterminação da referência é “trivial e indisputável”, enquanto se referiu à indeterminação holofrástica apenas como uma “conjectura” (QUINE, PT, p. 50; QUINE, QR, p. 420; DREBEN, 2006; p. 289).

A tese da indeterminação da referência admite prova trivial através das chamadas funções de substituição [*proxy functions*] (QUINE, OR, p. 205; QUINE, PT, p. 31-3; QUINE, FSS, p. 69-70), uma vez que apenas ressalta a inexistência de limites empíricos para a reinterpretação dos predicados aplicados aos objetos que compõem a nossa teoria do mundo. A tese mostra que é possível dispor os elementos de duas ontologias distintas em explícita correlação biunívoca, um a um, tornando tais ontologias equivalentes.

Em uma réplica a Paul A. Roth, Quine destacou a importância das funções de substituição para o estabelecimento da tese da indeterminação (ou inescrutabilidade) da referência, entendida como uma doutrina distinta da indeterminação da tradução holofrástica:

Naquele ensaio [*Ontological Relativity* (1968)] eu de fato dediquei três páginas às funções de substituição, porém, foi somente mais tarde que eu considerei o tanto que elas suportam a tese da inescrutabilidade da referência e o quanto esta tese fica mais clara quando proposta de forma independente da indeterminação da tradução (QUINE, RPR, p. 460).

As funções de substituição permitem que uma teoria T, formalizada em lógica de primeira ordem, seja transformada em uma teoria T\* por meio da substituição do domínio de variáveis e da reinterpretação de todos os seus predicados, nesse novo domínio. Os predicados sobre um dado objeto *x*, por exemplo, podem ser reinterpretados de tal modo que eles sejam verdadeiros não mais acerca de *x*, mas, sim, acerca de *f(x)*: “onde ‘Px’ originalmente queria

---

<sup>21</sup> Em *Pursuit of Truth* (1990, p. 50), Quine afirma que a expressão “indeterminação da referência” teria sido uma escolha melhor para aquilo que, em *Ontological Relativity* (1968), ele havia chamado de “inescrutabilidade da referência”. Posteriormente, contudo, em um comentário a Alex Orenstein, Quine destacou que talvez tivesse sido mais sábio ter preservado o uso da expressão “inescrutabilidade da referência” em vez de “indeterminação da referência”, justamente para enfatizar a diferença entre a *indeterminação da referência* e a *indeterminação (da tradução) holofrástica*: “A indeterminação da tradução, que há muito tempo conjecturei, e a indeterminação da referência, que eu provei, são indeterminações em sentidos diferentes. Meu uso anterior de palavras diferentes, “indeterminação” para uma e “inescrutabilidade” para a outra pode ter sido mais sábio” (QUINE, QR, p. 252).

<sup>22</sup> É importante destacar que essas duas formas de indeterminação discutidas por Quine não esgotam os tipos de indeterminação linguísticas, já que indeterminações específicas podem ser descritas com relação a qualquer componente das frases – por exemplo, com relação aos conectivos lógicos ou aos quantificadores.

dizer que  $x$  era um P, reinterpretemos ‘Px’ como querendo dizer que  $x$  é um  $f$  de P” (QUINE, PT, p. 32). Quine apresenta um exemplo específico acerca desse ponto:

Podemos reinterpretar a palavra ‘Tabitha’ de modo que ela não mais designe um gato específico, mas sim [...] o conjunto unitário que contenha um único gato (qualquer) como o seu único elemento. Reinterpretando o restante de nossos termos de modo consistente com a nossa reinterpretação inicial, desenvolveríamos uma ontologia intercambiável como a nossa ontologia familiar. Tomadas enquanto totalidades, as duas ontologias seriam [...] distinguidas unicamente de modo relativo, por suas funções relativas (QUINE, PT, p. 33-4).

Nesse exemplo, as duas teorias são distinguidas apenas de modo relativo, porque são empiricamente equivalentes e, além disso, porque suas bases ontológicas podem ser convertidas ou traduzidas, uma na outra, aplicando as funções de substituição; ou seja, elas são uma única e mesma teoria, porém expressas de duas formas distintas.

Desse modo, a tese da indeterminação da referência mostra que, desde que seja possível expressar uma correlação individual entre os objetos que compõem as duas ontologias, “não existe base empírica para preferir uma [ontologia] ao invés da outra” (QUINE, PT, 33). Segundo Quine, isso acontece porque o suporte evidencial para as duas formulações teóricas permanecerá intacto, o que significa que as situações que provocariam o assentimento (ou o dissentimento) aos enunciados da primeira formulação teórica também provocam o assentimento (ou o dissentimento) aos enunciados da segunda formulação teórica, que é empiricamente equivalente à primeira (QUINE, SN, p. 8; QUINE, TR, p. 16). Essa constatação descreve a chamada *relatividade ontológica*.

Quine destaca que alguns de seus leitores tentaram estabelecer uma diferenciação técnica entre a indeterminação da referência e a relatividade ontológica (QUINE, PT, p. 51); entretanto, ele próprio afirmou que esta distinção nunca foi clara em sua filosofia: “não vejo diferença entre as duas” (QUINE, RPR, p. 459). É provável que, com esse comentário, Quine se refira sobretudo à Donald Davidson, que aceita a tese da indeterminação da referência, mas rejeita a noção de relatividade ontológica – ao menos, nos moldes descritos por Quine: “Onde Quine fala principalmente de relatividade ontológica, tenho usado a frase relatividade de referência” (DAVIDSON, 1991[1979], p. 227)<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> O Prof. Rogério Severo destaca que Quine também pode estar se referindo a Gerald Massey, por ele ter afirmado que a inescrutabilidade da referência e a relatividade ontológica são “teses distintas” (MASSEY, 1978, p. 53) e que “mesmo a inescrutabilidade (global) da referência não acarreta a relatividade ontológica” (MASSEY, 1978, p. 54). Contemporaneamente, Gary Kemp pode ser apontado como um dos leitores que afirmam a diferença entre

O próprio Quine comenta essa divergência entre os dois, afirmando que a recusa à noção de relatividade ontológica, por parte de Davidson, deve-se a uma questão estritamente terminológica:

Davidson concorda com esta tese [a inescrutabilidade da referência], mas se surpreende com a relatividade da referência. O problema está na comunicação falha, atribuível a uma palavra infeliz; pois a relatividade, como a apresentei, é um corolário da inescrutabilidade. Pela doutrina da inescrutabilidade, o que os termos de uma dada linguagem denotam não é uma questão de fato; então, quando interpretamos esses termos como denotando tais e tais objetos, tudo o que realmente estamos fazendo é propor traduções desses termos em termos de nossa língua (QUINE, REE, p. 243).

Conforme destaca Severo, a expressão “relatividade ontológica” pode ser interpretada como parcialmente infeliz pela “falsa sugestão de que a indeterminação da referência acarretaria a possibilidade de teorias alternativas” (SEVERO, 2011, p. 103). No entanto, a relatividade ontológica obtida a partir da aplicação das funções de substituição não subscreve a possibilidade de estabelecimento de nenhuma teoria rival, mas somente a possibilidade de reinterpretar as frases que compõem uma determinada teoria em relação às coisas referidas, sem tornar falsa nenhum das frases em questão: “trata-se de uma mudança sobre quais predicados são verdadeiros de quais objetos, e não de uma mudança nos objetos que são postulados” (SEVERO, 2011, p. 103). Nessa direção, o próprio Quine destacou que o argumento das funções de substituição envolve discussões que pertencem “não à ontologia, mas à metodologia da ontologia e, portanto, à epistemologia” (QUINE, TTPT, p. 21). Isto é, a aplicação das funções de substituição não impõe nenhuma dúvida sobre “o que existe” ou sobre “o que é verdade sobre o mundo”, mas diz respeito apenas às evidências a partir das quais afirmamos que algo é verdadeiro sobre o mundo (QUINE, RA, p. 295).

Conforme o próprio Quine afirmou, grande parte das críticas à tese da indeterminação da tradução se concentraram justamente no exemplo da tradução de ‘Gavagai’, pelo qual a tese ficaria tão famosa: “os leitores veem o exemplo como o fundamento da doutrina e esperam que, resolvendo o exemplo, possam lançar dúvidas à doutrina [da indeterminação]” (QUINE, RIT, p. 178). Contudo, segundo o próprio Quine, é questionável a relevância do exemplo *Gavagai* como ilustração da versão mais forte da tese, a indeterminação holofrástica:

Não foi para ilustrar a indeterminação da tradução em seu sentido forte [a indeterminação holofrástica] que cunhei o termo ‘Gavagai’. Visto como um

---

essas duas teses: “[...] em *Word and Object*, Quine estava certo em tratar o caso como demonstrando a inescrutabilidade referencial, o que ele mais tarde denominaria o “argumento de baixo” para a indeterminação da tradução, não como demonstrando a relatividade ontológica” (KEMP, 2020, p. 230, n. 14).

termo, a palavra ilustrou a inescrutabilidade da referência. Visto como uma frase, a palavra não ilustra a indeterminação da tradução de sentenças holofrásticas, que é a tese mais extensa; pois 'Gavagai' é uma sentença de observação, traduzível como '(Olhe, um) coelho' com firmeza suficiente. [...] A tradução de 'Gavagai' como '(Olhe, um) coelho' é insuficiente para fixar a referência de 'gavagai' enquanto um termo; o que foi o ponto do exemplo (QUINE, RIT, p. 6)<sup>24</sup>.

Em contraponto, o termo "holofrástico" foi utilizado para representar uma indeterminação que afeta a totalidade do sistema linguístico, devido à existência de mais de um método adequado de traduzir as sentenças de um dado idioma, preservando a sua congruência.

No âmbito da indeterminação da referência, as traduções divergentes de termos realizadas a partir de diferentes manuais de tradução podem ser compensadas a partir de ajustes realizados no restante das frases; ao contrário disso, a tese da indeterminação holofrástica afirma a existência de divergências entre as traduções que não podem ser reconciliadas nem mesmo a nível sentencial, uma vez que as compensações necessárias para tais correções reverberariam ao longo do sistema linguístico, produzindo divergências na tradução de outras frases (QUINE, PT, p. 50). Quine apresenta um experimento mental para especificar o que seria a indeterminação holofrástica.

Imaginemos que, no contexto da tradução radical, dois linguistas desenvolvam manuais de tradução diferentes para uma língua desconhecida, os manuais A e B, os quais se encontram em perfeito acordo com o comportamento verbal dos falantes nativos. Nesse contexto, é altamente provável que cada um dos manuais recomende traduções conflitantes para algumas expressões, algo que culminaria na indeterminação holofrástica. Para compreender tal indeterminação, basta imaginarmos uma terceira tradução do discurso nativo realizada a partir da consulta alternada a cada um dos manuais (o A e o B), de modo que a primeira frase seja traduzida a partir do manual A, a segunda frase seja traduzida a partir da consulta ao manual B, e assim alternadamente. Uma vez que os dois manuais em questão sugerem traduções divergentes para alguns termos e sentenças, a tradução resultante dessa alternância de manuais apresentaria estranhezas e inconsistências (QUINE, PT, p. 50; QUINE, WWD, p. 160; QUINE, QR, p. 417).

---

<sup>24</sup> A tradução de 'gavagai' como 'coelho' resulta correta porque os dois termos possuem o mesmo significado por estímulo, isto é, os termos são incitados por condições estimulatórias idênticas. Contudo, isso não implica que os dois termos tenham a mesma referência, por isso a indeterminação.

Segundo Hylton (2007, p.198), embora a distinção entre as duas teses não tenha sido apresentada claramente em *Word and Object* (1960), a indeterminação holofrástica parece ter sido, desde o início, a principal preocupação de Quine. Essa interpretação parece bastante apropriada se considerarmos que, desde aquela época, era explícita a sua argumentação acerca do caráter holístico do problema da indeterminação da tradução. Naquela obra, Quine identificou que a questão relativa à indeterminação da tradução surge, justamente, quando tentamos determinar o significado das sentenças fora da totalidade da linguagem:

Quando dois sistemas de hipóteses analíticas se adequam à totalidade das disposições verbais perfeitamente, e, contudo, conflitam em suas traduções de certas frases, o conflito é precisamente um conflito de partes vistas de fora das totalidades. O princípio da indeterminação da tradução requer atenção apenas porque a tradução avança pouco a pouco, e frases são pensadas como comunicando significados separadamente (QUINE, WO, §16, p. 71).

Ou seja, o conflito surge da suposição de que a função da tradução é a de desvelar significados neutros para termos e frases – significados supostamente dissociados das hipóteses analíticas que os fundamentam. Nessa direção, a indeterminação holofrástica aponta para o fato de que, em geral, as traduções visam preservar o sentido das frases tomadas em suas totalidades, não sendo suficiente, para isso, a tradução unitária das palavras que, sucessivamente, as compõem (QUINE, QR, p. 253).

### **1.5.3 Indeterminação da tradução e subdeterminação das teorias físicas**

Ao longo de sua obra, Quine apresentou dois argumentos principais para a indeterminação da tradução: o *argumento de baixo* [*argument from below*], baseado na inescrutabilidade de termos e exemplificado pelo exemplo da tradução radical; e o *argumento de cima* [*argument from above*], baseado na subdeterminação que afeta algumas porções da ciência natural (QUINE, RIT, p. 183). Nessa seção, serão analisados os argumentos de Quine relacionados à tese da subdeterminação das teorias físicas.

A concepção de que, em última instância, a tradução depende de fatores além do acordo com a evidência empírica aponta para a existência um paralelo entre a indeterminação da tradução e a *tese da subdeterminação das teorias pela evidência empírica*, segundo a qual teorias logicamente incompatíveis podem ser compatíveis com o mesmo conjunto de evidências empíricas, no sentido de estarem de acordo com o mesmo conjunto de dados empíricos.

A tese da subdeterminação encontra apoio no *holismo metodológico* defendido por Pierre Duhem, a quem Quine se remete (QUINE, TDE, p. 65; QUINE, CPT, p. 125; QUINE,

FME, p. 70; QUINE, ITA, p. 9; QUINE, PT, p. 14). Na obra *La théorie physique: son objet, et sa structure* (1906), Duhem afirma que uma teoria é um “conjunto logicamente ordenado de hipóteses, axiomas, condições iniciais e hipóteses auxiliares”, e que, em situações de testes, não são as hipóteses isoladas que são colocadas à prova, mas a totalidade do conjunto teórico (DUHEM, 2014[1906], p. 259). Sendo assim, quando uma predição deduzida desse conjunto teórico se mostra falsa em uma situação de teste experimental, a falsidade da predição não determina qual hipótese é refutada, conforme o próprio Quine exemplifica:

Pierre Duhem enfatizou, já em 1906, que o que implica uma observação prevista é normalmente um conjunto completo de observações presentes e sentenças teóricas em conjunto; o fracasso da previsão não falsifica nenhuma frase do conjunto em vez de outra. Isoladamente, uma frase típica de uma teoria não tem conteúdo empírico distinto próprio; uma frase pode ser escolhida para teste, mas apenas concordando, entretanto, em manter outras sentenças desse conjunto imunes (QUINE, CPT, p. 125)<sup>25</sup>.

Em direção semelhante, o *holismo epistêmico* ou *confirmacional* defendido por Quine afirma que uma experiência recalcitrante pode forçar um ajuste em nossa teoria global do mundo, mas que nenhuma experiência é suficiente para determinar a substituição de alguma crença (ou sentença) em particular<sup>26</sup>. Em detalhes, a ideia defendida é a de que as frases ou hipóteses de uma dada teoria não implicam quaisquer dados observacionais enquanto tomadas isoladamente, mas apenas se tomadas em conjunto com outras frases/hipóteses: “nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como um corpo organizado” (QUINE, TDE, p. 65). Por isso, a justificação ou a confirmação de uma teoria não se daria a partir do confronto de um enunciado isolado com uma determinada parcela empírica da realidade, mas entre a teoria – concebida como um conjunto de hipóteses – e o conjunto de eventos sensoriais disponíveis.

---

<sup>25</sup> Conforme afirma o próprio Duhem: “Se a previsão não ocorre, não é a proposição em litígio apenas que é posta em questão, mas todo o arcabouço teórico de que o físico fez uso. A única coisa que aprendemos é que, entre todas as propostas utilizada para predizer o fenômeno e constatar que ele não aconteceu, há pelo menos um erro. Mas ela não nos diz onde esse erro reside (DUHEM, 2014 [1906], VI, § 2, p. 226-7). Essa passagem indica o motivo de Duhem apresentar-se à possibilidade de realização de *experimentos cruciais*, isto é, de experimentos específicos cujos resultados sirvam à decisão definitiva entre duas teorias rivais, nos casos em que as teorias em questões realizam predições empíricas diferentes (DUHEM, 2014 [1906], VI, § 10, p. 230).

<sup>26</sup> Existem diferenças de escopo com relação às formas de holismo defendidas por Quine e Duhem. Enquanto que, para Duhem, o holismo explicaria o desenvolvimento e avaliação de hipóteses no campo da Física, o holismo defendido por Quine serve à explicação dos processos de avaliação de crenças em todos âmbitos do conhecimento, algo que reflete a sua concepção naturalista de conhecimento e, com ela, a visão de que a ciência seria uma continuidade das práticas desenvolvidas no senso comum, entendido como uma “teoria científica primitiva” (QUINE, RJV, p. 619).



Na defesa do holismo, conforme aponta Hylton (2007, p. 193), Quine afirma a existência de uma folga entre evidência e teoria que parece dar plausibilidade à subdeterminação. Em direção semelhante, Severo (2008, p. 149) ressalta que o holismo quineano sugere a *tese da subdeterminação*: pois, se somos livres para escolher a parcela da teoria que, diante de observações recalcitrantes, iremos revisar, isso significa que as evidências empíricas não estabelecem completamente a teoria.

Assim, a tese da subdeterminação aponta para o fato de que teorias diferentes podem ser construídas sobre a mesma base observacional, de modo que as observações que confirmam ou falsificam uma teoria servem, igualmente, à confirmação ou à falsificação de uma teoria rival e empiricamente suportada. Para além dessa equivalência empírica, no entanto, a subdeterminação depende de as teorias rivais serem realmente distintas e não meras formulações linguísticas diferentes de uma mesma teoria, o que acontece quando os termos teóricos que figuram uma teoria não podem ser adequadamente expressos a partir da linguagem da(s) outra(s) teoria(s) (QUINE, TR, p. 17)<sup>27</sup>.

No artigo *On the Reasons for Indeterminacy of Translation* (1970), Quine estabeleceu um paralelo entre a tese da subdeterminação das teorias e a tese da indeterminação da tradução, afirmando que toda a evidência disponível resulta insuficiente para determinar a opção por um único sistema, tanto no âmbito das teorias físicas quanto no âmbito da tradução. Segundo Quine, na medida em que as teorias físicas podem ser subdeterminadas pelas observações empíricas, a tradução das frases relativas a tais observações empíricas também é subdeterminada – isto é, pode variar (QUINE, RIT, p. 179-180)<sup>28</sup>:

Onde as teorias físicas A e B são compatíveis com todos os dados possíveis, podemos adotar A para nós mesmos e ainda permanecemos livres para traduzir o estrangeiro como crente em A ou como crente em B. [...] Nesse caso, nenhuma base para uma escolha pode ser obtida expondo o estrangeiro a novos dados físicos e observando sua resposta verbal, uma vez que as teorias A e B se ajustam igualmente bem a todas as observações possíveis. Nenhuma base pode ser obtida por um interrogatório teórico, uma vez que o interrogatório ocorreria na língua do estrangeiro e, portanto, poderia ser interpretado de acordo com qualquer um dos modelos. Nesse caso, nossa

---

<sup>27</sup> Severo (2008, p. 150) destaca que, apesar da existência de diversos casos de hipóteses alternativas para um mesmo conjunto de observações empíricas, não existem casos históricos óbvios de teorias empiricamente equivalentes, já que os exemplos conhecidos de teorias rivais (por exemplo, a astronomia ptolomaica e a astronomia copernicana) não apresentam equivalência empírica exata.

<sup>28</sup> Uma afirmação semelhante é encontrada já em *Word and Object* (1960): “No mesmo grau em que a tradução radical de frases é subdeterminada pela totalidade de disposições ao comportamento verbal, nossas próprias teorias e crenças em geral são subdeterminadas pela totalidade de evidência sensorial para todo o sempre” (QUINE, WO, §16, p. 71).

escolha seria determinada simplesmente pelo acidente de nos depararmos com um dos dois sistemas de tradução primeiro (QUINE, RIT, p. 180).

Desse modo, a subdeterminação aparece como um dos argumentos para a indeterminação da tradução. Nessa direção, inclusive, Quine afirma que quanto maior o grau de subdeterminação entre os dados empíricos e as teorias físicas, maior seria o grau de indeterminação da tradução de tais teorias (QUINE, RIT, p. 181)<sup>29</sup>. Talvez por isso, alguns comentadores chegaram a afirmar que, para o estabelecimento da indeterminação da tradução, o *argumento de cima* – ou seja, aquele derivado da subdeterminação – seria “concebido por Quine como independente e mais fundamental do que o argumento de baixo” (MILLER, 2007, p. 156).

No entanto, Quine revisou algumas vezes a *tese da subdeterminação da teoria pela evidência empírica*, alterando a sua formulação e, também, as suas consequências (cf. SEVERO, 2008, p. 141)<sup>30</sup>. Em uma formulação mais radical, a tese da subdeterminação afirma que teorias radicalmente diferentes, ou mesmo logicamente incompatíveis, podem encontrar apoio em um mesmo conjunto de dados empíricos (QUINE, EC, p. 29; QUINE, RIT, p. 179). Posteriormente, no texto *On Empirically Equivalent Systems of the World* (1975), Quine apresentou uma versão mais fraca da tese, segundo a qual os dados que sustentam a nossa visão de mundo podem comportar empiricamente equivalentes, embora inconciliáveis:

Uma derradeira versão da tese da subdeterminação apenas afirmaria que nosso sistema do mundo está obrigado a ter alternativas empiricamente equivalentes que, se nós as descobríssemos, não teríamos nenhum meio de conciliá-las por reconstrução de predicados (QUINE, EESW, p. 327).

Alguns comentadores indicam que, devido a essa reformulação na tese da subdeterminação, Quine deixa de indicá-la como um argumento para a indeterminação da tradução. Conforme apontam Severo e Schüler (2020), Quine passa a apresentar a subdeterminação como uma tese que postula a intraduzibilidade de algumas teorias rivais

---

<sup>29</sup> Segundo Severo (2008, p. 146), a subdeterminação apenas é possível para teorias que tenham a estrutura interna altamente complexa, aquelas que postulam princípios e entidades teóricas. Contudo, o próprio Quine afirma que a subdeterminação não afeta apenas o discurso iminentemente teórico, mas também o discurso sobre os objetos físicos comuns: “Se você for um daqueles que veem a física como empiricamente subdeterminada apenas em seus mais altos alcances teóricos, então, pelo argumento em questão, posso reivindicar sua concordância com a indeterminação da tradução apenas com relação à física altamente teórica. De minha parte, penso que a folga empírica na física se estende aos traços comuns dos corpos ordinários e, portanto, que a indeterminação da tradução também afeta esse nível de discurso (QUINE, RIT, p. 181).

<sup>30</sup> O próprio Quine afirmou a dificuldade de apresentar a tese de maneira satisfatória: “A tese de que a teoria física é empiricamente subdeterminada parece eminentemente razoável à primeira vista, mas se mostra difícil de ser enunciada com precisão satisfatória” (QUINE, REE, p. 227).

empiricamente equivalentes, em uma espécie de movimento contrário à indeterminação da tradução, que postula a múltipla traduzibilidade, algo que impossibilitaria a inferência da indeterminação a partir da subdeterminação.

Outra dificuldade para derivar a indeterminação da tradução a partir da subdeterminação foi apontada por Robert Kirk em uma correspondência a Quine, datada de 02 de setembro de 1976. Nessa carta, ele menciona a sugestão de Quine, exposta no texto *On The Nature of Natural Knowledge* (1975), de que a diferença entre duas teorias empiricamente equivalentes pode ser observada “onde não vemos mais como *estabelecer regras de tradução* que juntariam as duas teorias” (QUINE, NNK, p. 300, grifos meus). Conforme Kirk argumenta, essa passagem conflita com a conclusão obtida por Quine, anos antes, em *On the reasons for indeterminacy of translation* (1970), segundo a qual, diante de duas teorias físicas distintas e empiricamente equivalentes, “somos livres para traduzir o estrangeiro como crente em A ou como crente em B” (QUINE, RIT, p. 180). Por um lado, se existe essa liberdade de equalizar as duas teorias a partir da tradução, elas não podem ser vistas como teorias distintas, mas meramente como duas formulações diferentes de uma mesma teoria, o que mina a subdeterminação; por outro lado, se as duas teorias em questão forem realmente distintas, não existe liberdade para adotar uma delas e, em seguida, traduzir o estrangeiro como crente na outra, o que faz com que não haja “espaço para a indeterminação”. Em sua resposta a Robert Kirk, em uma correspondência datada de 13 de setembro de 1976, Quine manifesta concordância com esta crítica:

Eu concordo com você. O ponto que você cita a partir de “On the nature of natural knowledge”, e que desenvolvi mais plenamente em “On empirically equivalent systems of the world” (Erkenntnis, 1975), de fato demole o argumento de A e B que eu havia proposto em “On the reasons for indeterminacy of translation”. [...] Ainda vejo a tradução como indeterminada. O “argumento de baixo” ainda permanece. [...] O contraste entre a indeterminação da tradução e a subdeterminação da física também permanece. Mas o pequeno e fácil argumento de A e B deve desaparecer (QUINE, CRK, 13 de setembro de 1976)<sup>31</sup>.

Muitos comentadores defenderam a existência de uma *simetria* entre a indeterminação da tradução e a subdeterminação das teorias físicas, afirmando que a indeterminação da tradução seria apenas uma instância da tese da subdeterminação aplicada ao contexto linguístico (e.g. CHOMSKY, 1969, p. 67; RORTY, 1972; BETCHEL, 1980, p. 315; SOAMES, 1999, p.

---

<sup>31</sup> Agradeço o prof. Rogério Severo pela gentileza de compartilhar comigo as correspondências entre Robert Kirk e Quine, indicando-me o argumento em questão.

322; SEGAL, 2000, p. 133; COLLIN, 2011, p. 11). Noam Chomsky, por exemplo, afirmou que ambas seriam teses epistemológicas, porém aplicadas a campos diferentes: “a situação no caso da linguagem ou do “conhecimento de senso comum” não é, a este respeito, diferente do caso da física” (CHOMSKY, 1969, p. 61). Como consequência, ele criticou a indeterminação da tradução, asseverando tratar-se de uma tese desinteressante, pois, em sua concepção, ela apenas confirmaria que o tradutor, assim como o cientista, vai “além dos dados empíricos” (CHOMSKY, 1969, p. 66-67).

No artigo *Indeterminacy of Translation Again* (1987), no entanto, Quine argumentou que a indeterminação da tradução não pode ser vista como uma mera instância da tese da subdeterminação das teorias, destacando que alguns de seus leitores “têm tido dificuldade em ver como a tese da indeterminação da tradução é tudo menos um caso especial da tese de que a ciência natural é subdeterminada por toda observação possível” (QUINE, ITA, p. 9). Em outros momentos, Quine se refere a esse erro de interpretação atribuindo-o explicitamente a Noam Chomsky e a Richard Rorty:

Rorty levanta novamente o velho ponto de Chomsky de que minha indeterminação da tradução é apenas um caso de subdeterminação mais geral da ciência por observações. [...] Minha resposta, como de costume, é que mesmo a adoção de uma teoria plena da natureza, dentre as opções subdeterminadas, ainda deixa a tradução indefinida (QUINE, LMAP, p. 150).

Segundo Quine, apesar de a totalidade da ciência física ser subdeterminada pelas observações possíveis, podem existir fatos que, embora atualmente desconhecidos, determinem qual dentre as teorias conflitantes é a correta. Entretanto, o mesmo não acontece no âmbito da tradução. Uma vez que o comportamento dos falantes em situações publicamente observáveis é a única evidência disponível para a correção dos manuais de tradução, nenhuma investigação acerca de fatos não-comportamentais poderia qualificar as traduções. Ou seja, não existe fato empírico acerca de qual é o manual de tradução correto:

A indeterminação da tradução difere da subdeterminação da ciência na medida em que há apenas o comportamento verbal dos nativos para que os manuais de tradução sejam corretos ou errados; não são apresentadas alegações sobre mecanismos neurais ocultos. Se os tradutores não concordam com a tradução de uma sentença da selva, e nenhum comportamento por parte das pessoas da selva pode suportar o desacordo, então simplesmente não há nenhum fato sobre o assunto. No caso da ciência natural, por outro lado, existe um fato (QUINE, ITA, p. 9-10).

Esse mesmo ponto é destacado por Quine em outros textos, por exemplo:

Considere, deste ponto de vista realista, a totalidade das verdades da natureza, conhecidas e desconhecidas, observáveis e inobserváveis, passadas e futuras. O que importa sobre a indeterminação da tradução é que ela resiste até mesmo a toda essa verdade, toda a verdade sobre a natureza [...]. Isso é o que eu quis dizer ao dizer isso, onde a indeterminação se aplica [...] não há fato relevante, mesmo dentro da reconhecida subdeterminação de uma teoria da natureza (QUINE, RTH, p. 303).

Como a tradução permanecerá indeterminada mesmo se contraposta à totalidade das evidências empíricas, a tradução não é meramente subdeterminada pela evidência empírica, mas genuinamente indeterminada. Ou seja, não se trata de uma tese acerca de supostas limitações empíricas ou metodológicas para a especificação do significado, mas de uma tese ontológica a esse respeito<sup>32</sup>. Trata-se de uma indeterminação em princípio, que persiste, inclusive, diante da totalidade das disposições comportamentais: uma indeterminação que desponta, justamente, quando reconhecemos que não há nada no significado que não seja identificado a partir do próprio comportamento.

A insistência de Quine sobre a inexistência de fatos relativos à tradução fez com que alguns comentadores apontassem a tese da indeterminação como consequência do seu fisicalismo austero (e.g. PUTNAM, 1986, pp. 424-425; SOAMES, 1999, p. 325). Hilary Putnam, por exemplo, sistematizou o argumento da indeterminação apontando duas premissas fisicalistas supostamente assumidas por Quine:

Onde não sigo Quine é em sua doutrina da indeterminação (quase total) da referência. O argumento de Quine [...] se move a partir de premissas como: [1] “Nenhuma mudança sem uma mudança física” (que eu aceito, tomando-o da forma como penso que Quine o entende) e [2] “Todos os fatos são fatos físicos” (que eu não aceito – a relação entre estas duas premissas é obscura para mim), à conclusão de que “não há nenhuma questão de fato” sobre o significado ou referência (PUTNAM, 1986, p. 424-425).

Na interpretação de Putnam, a discordância em relação às premissas fisicalistas seria suficientemente forte para que a tese da indeterminação fosse rejeitada, juntamente com as suas consequências filosóficas. No entanto, o fisicalismo quineano é bem menos radical do que supunha Putnam, pois, conforme o próprio Quine relata, o seu fisicalismo não assume uma forma reducionista:

A resposta não é que tudo aquilo que vale a pena dizermos pode ser traduzido para o vocabulário técnico da física; nem mesmo que toda boa ciência pode ser traduzida neste vocabulário. A resposta é, na verdade, esta: nada acontece no

---

<sup>32</sup> Esse ponto é destacado por diversos comentadores (e.g. FØLLESDAL, 1973, p. 296; GIBSON, 1986, p. 141-2; HOOKWAY, 1988, p. 137; GAUDET, 2006, p. 136; HYLTON, 2007, p. 202; MILLER, 2007, p. 141; STEIN, 2009, p. 75-6; WEIR, 2009, p. 2; BECKER, 2012, p. 139).

mundo, nem o bater de uma pálpebra, nem a fagulha de um pensamento, sem alguma redistribuição dos estados microfísicos (QUINE, GWW, p. 98).

Putnam também parece se equivocar quanto ao ponto ontológico da tese da indeterminação. Conforme verificamos, o argumento desenvolvido por Quine resulta, unicamente, na impossibilidade da sustentação empírica da noção tradicional de significado, sem pretender implicar que fatos linguísticos sejam plenamente redutíveis a fatos físicos. Na verdade, o próprio Quine chegou a apontar que “o fisicalismo é irrelevante” para a indeterminação da tradução (QUINE, COF, p. 110), porque teria reconhecido que simplesmente a adoção de uma semântica comportamental seria suficiente para estabelecê-la.

#### **1.5.4 Críticas à tese da indeterminação da tradução**

Conforme abordado na introdução do presente trabalho, a indeterminação da tradução é a tese de Quine que mais despertou a atenção de seus críticos. Alguns deles, inclusive, afirmaram sistematicamente tê-la refutado (KATZ, 1988; p. 252; KIRK, 1969a, p. 322; KIRK, 1986, p. 218; KIRK, 1993, p. 214).

Robert Kirk argumentou que, ao contrário da interpretação de Quine, um verdadeiro bilíngue estaria em posição de fazer correlações exclusivamente corretas de seus idiomas, algo que abalaria a indeterminação da tradução (KIRK, 1969a, p. 335-6). Contudo, Quine afirmou que, devido ao processo natural de aprendizagem da linguagem e, também, ao uso de hipóteses analíticas por parte do tradutor bilíngue, a objeção de Kirk não pode ser interpretada como um desafio à indeterminação da tradução (QUINE, REP, p. 267)<sup>33</sup> – conforme vimos na seção 1.5.1 da presente tese.

Posteriormente, no entanto, Robert Kirk desenvolveu esse ponto no livro *Translated Determined* (1986). Nessa obra, ele apresenta um argumento contrário a indeterminação da tradução tendo por base a análise das supostas etapas de aquisição da linguagem (KIRK, 1986, p. 215-228). Kirk apresenta um experimento mental no qual duas garotas, Emma e Márcia, estão em fase de aprendizagem de suas línguas maternas, o inglês e o marciano, respectivamente. No exemplo em questão, as duas línguas têm suas palavras construídas a partir de morfemas reversos, o que significa que nas situações em que Emma emite ou assente à

---

<sup>33</sup> O próprio Kirk menciona que Quine não identifica a sua observação como uma ameaça à tese da indeterminação da tradução: “Ele não vê em meu argumento nenhuma ameaça à sua tese” (KIRK, 1969b, p. 607).

palavra ‘bird’, por exemplo, Marcia emite ou assente à palavra ‘drib’<sup>34</sup>. Excetuando isso, todas as disposições e outros fatos relevantes ao comportamento linguístico de Emma (em inglês) são também fatos linguisticamente relevantes para o comportamento linguístico de Marcia (no idioma marciano) (KIRK, 1986, p. 220).

Kirk assume que, nos estágios de aprendizagem em que se encontram, Emma e Marcia apresentam um vocabulário ativo da ordem de 200 expressões básicas, algo condizente com a fluência linguística de crianças de dois anos de idade. Sendo assim, “suas declarações são muito simples e muito estreitamente ligadas a circunstâncias verificáveis publicamente” (KIRK, 1986, p. 221); tais proferimentos são, em geral, aquilo que Quine caracteriza como *frases de observação* de uma só palavra – isto é, frases a que os falantes de uma mesma comunidade linguística estão mais propensos a assentir (ou a dissentir) diante da estimulação apropriada, como ‘Bola’, ‘Cama’, ‘Pássaro’, ‘Barco’ etc. – o que, segundo Kirk, impediria a existência de traduções conflitantes (KIRK, 1986, p. 221).

Posteriormente, o argumento de Kirk supõe que a aprendizagem de tais línguas naturais possa se realizar a partir “de uma sucessão de passos minimamente curtos”:

O argumento explora o fato de que uma criança pode adquirir uma língua a partir de uma sucessão de etapas curtas, por exemplo, a aquisição de palavras particulares reconhecíveis ou de frases de uma palavra, ‘Bird’, ‘Dog’; a aquisição de uma determinada construção, a construção ‘Where?’, como em ‘Where dog?’; a aquisição de uma dada preposição ou grupo de preposições: ‘To water’, ‘Down stairs’ (KIRK, 1986, p. 217).

O entendimento de Kirk é que, no início da aprendizagem da linguagem, as palavras ou frases emitidas por Emma e Marcia encontram-se atreladas de modo tão restrito à estimulação sensorial que não há espaço para a indeterminação. Então, considerando esse processo de aprendizagem das línguas em passos mínimos, ele defende que a aprendizagem prosseguiria garantindo a determinação da tradução em qualquer uma das etapas subsequentes da aquisição dos idiomas (do inglês ou do idioma marciano). Por exemplo, se no estágio de tradução  $T_n$  o termo ‘rabbit’ é a única tradução correta para o termo marciano ‘tibbar’, então, em um segundo estágio de tradução,  $T_{n+1}$ , quando a palavra ‘parte’ é adicionada ao vocabulário de Emma – formando, por exemplo, a expressão ‘rabbit part’ –, uma tradução específica poderia

---

<sup>34</sup> No livro são apresentadas as seguintes correlações entre o inglês e a língua marciana para as palavras ‘Pássaro’, ‘Gato’, ‘Grande’ e ‘Onde?’, respectivamente: para Emma (‘Bird’, ‘Cat’, ‘Big’ e ‘Where?’) e para Marcia (‘Drib’, ‘Tac’, ‘Gib’, ‘Erehw?’) (KIRK, 1986, p. 220).

ser indutivamente especificada no idioma marciano de Marcia, como ‘tibbar trap’. Assim, Robert Kirk conclui que seria possível evitar qualquer forma de indeterminação:

Se podemos generalizar a conclusão da última seção e concluir agora que, se a tradução entre fragmentos paralelos inicialmente adquiridos do inglês e do marciano for determinada em qualquer estágio, então ela será determinada também no próximo estágio (KIRK, 1986, p. 227).

Contudo, como mostra Peter Pagin (2014), o argumento de Robert Kirk ignora a distinção entre *significado objetivo* e *significado intuitivo*. Do ponto de vista objetivo – isto é, considerando unicamente o significado por estímulos – existe uma semelhança de significado entre ‘rabbit’ e ‘tibbar’, uma semelhança que, no caso, se estende às expressões ‘rabbit part’ e ‘tibbar trap’. Contudo, essa semelhança é insuficiente para a determinação do significado intuitivo – isto é, a intensão – de tais expressões linguísticas (PAGIN, 2014, p. 257).

Além disso, uma outra objeção foi parcialmente detectada pelo próprio Robert Kirk. Ele retoma a interpretação de Quine segundo a qual “o escopo para a indeterminação aumenta à medida que o nível de teoricidade [das frases] aumenta” (KIRK, 1986, p. 228), indicando que o argumento da aprendizagem da língua em pequenos passos fornece razões para supor que essa interpretação de Quine seria “um erro”. Contudo, em carta endereçada a Robert Kirk por ocasião da leitura de seu livro (datada de 17 de setembro de 1988), Quine observa que Emma e Marcia podem “alcançar uma linguagem superior por meio de etapas muito diferentes e, ainda assim, terminarem se comportando da mesma forma” (QUINE, CRK, 13 de setembro de 1988). Com essa afirmação, Quine parece demarcar a artificialidade do argumento de Kirk, que ignora os processos naturais e dinâmicos que envolvem a aquisição de tais línguas e que, por isso, seria incapaz de contornar a indeterminação da tradução.

Além disso, Nick Bostrom (2005) observa que, se fosse possível fornecer uma definição de cada frase teórica em termos das construções lógicas que envolvem apenas frases de observação, então, a indeterminação da tradução poderia ser plenamente contornada. Contudo, as críticas de Quine à analiticidade e ao reducionismo – e, conseqüentemente, a sua adesão ao holismo – mostram que a redução das expressões teóricas às sentenças de observação não é possível. Assim, ele conclui ser um erro a suposição de Kirk de “que jogos de linguagem mais avançados podem ser definidos no vocabulário observacional de uma criança de dois anos” (BOSTROM, 2005, p. 96).

Em direção relativamente oposta à crítica elaborada por Robert Kirk, Gareth Evans (1975) apresenta um contra-argumento à tese da indeterminação da tradução que defende a



possibilidade de determinação da referência a partir da análise de expressões mais complexas do que aquela analisada por Quine em seu exemplo canônico de tradução radical.

Segundo Evans, o exemplo de tradução radical apresentado por Quine apenas considera a tradução de uma palavra simples, ‘Gavagai’, o que torna qualquer proposta semântica “obviamente impraticável” (EVANS, 1975, p. 357). Em contraponto, Evans defende que, em contextos mais complexos – por exemplo, no contexto em que ocorra a expressão composta ‘gavagai branco’ –, existem evidências comportamentais precisas para a fixação da tradução da expressão em questão e, também, das palavras que a compõe (EVANS, 1975, p. 348-351).

O exemplo de Evans é bastante similar ao seguinte: imaginemos, por exemplo, a tradução da expressão ‘gavagai branco’ – assumindo que, na língua nativa, ‘branco’ seja um termo geral utilizado para se referir à cor branca. Nessa tentativa de tradução, o linguista poderia observar que os nativos concordam com o uso da expressão ‘gavagai branco’ na presença de um coelho totalmente ou predominantemente branco, mas discordam quanto ao uso de tal expressão na presença de um coelho marrom, mas com orelhas brancas – isto é, discordam quanto ao uso da expressão diante de algum coelho que tenha apenas uma pequena parte do corpo branca, qualquer que seja essa parte. Assim, a partir da identificação dos contextos de uso apropriados da expressão ‘gavagai branco’, Evans sugere que seria possível identificar que o termo ‘gavagai’ não é verdadeiro para toda e qualquer parte não destacada do animal, mas apenas com relação ao coelho como um todo (EVANS, 1975, p. 358). Com esse argumento, Evans conclui que os apontamentos de Quine não estabelecem uma indeterminação no âmbito geral da teoria do significado:

Portanto, é claro que Quine estava certo ao encontrar a identificação do predicado de identidade subdeterminada pelos dados que ele considerou: amostras locais do significado por estímulo de expressões candidatas particulares. Pois, com base nisso, não se poderia mostrar que uma expressão se comporta da maneira exigida em relação a predicados contraditórios. Mas, inversamente, se a identidade está ligada ao resto da linguagem, essa subdeterminação é uma questão relativamente insignificante (EVANS, 1975, p. 353).

De fato, as evidências empíricas adicionais para a tradução de Gavagai obtidas a partir do procedimento mais complexo idealizado por Evans poderiam restringir o número de manuais de tradução aceitáveis, mas não eliminaria a indeterminação da tradução. Conforme destacou

Alan Weir (2009, p. 7-8), Evans aparentemente desconsidera o papel que as funções de substituição desempenham no estabelecimento da tese da indeterminação da tradução.

Como vimos na seção 1.5.2, as funções de substituição permitem o mapeamento biunívoco – um para um – de cada objeto presente no universo de interpretação de uma teoria para um outro objeto presente nesse universo, deixando os valores de verdade das frases que compõem a teoria inalterados, já que cada predicado que era verdadeiro acerca do objeto original agora será verdadeiro para o objeto mapeado pela função de substituição (QUINE, OR, p. 205; QUINE, FSS, p. 72). Tais funções de substituição estão sempre disponíveis, o que significa que sempre será possível estabelecer permutações sistemáticas com relação à referência no universo de interpretação de uma dada teoria, algo que a crítica apresentada por Evans não discute (WEIR, 2009, p. 8; PAGIN, 2014, p. 256).

### **1.5.5 Exemplos empíricos da indeterminação da tradução**

Conforme dissemos, Quine aponta que a indeterminação holofrástica seria apenas uma conjectura, visto ser um processo que “envolve a linguagem de forma demasiado ampla para admitir ilustração factual” (QUINE, PT, p. 50). Contudo, ele menciona exemplos artificiais, desenvolvidos por Edwin Levy (1970) e Gerald Massey (1978), que, em sua opinião, “tornam muito difícil questionar a tese da indeterminação holofrástica” (QUINE, PT, p. 51).

Inicialmente apresentado como um caso da *tese da subdeterminação*, o exemplo de Edwin Levy foi sugerido pelo físico Henri Poincaré e ilustra a chamada “relatividade da geometria” (LEVY, 1970, p. 593): a defesa de que diferenças globais entre perspectivas geométricas podem ser resolvidas por reinterpretações de alguns de seus conceitos teóricos. No exemplo em questão, duas perspectivas geométricas são contrapostas: a primeira geometria apresenta uma concepção de *espaço infinito* que acomoda corpos rígidos que não alteram o seu tamanho; a segunda geometria, por sua vez, apresenta uma concepção de *espaço finito e esférico*, no qual os objetos são representados com uma proporção cada vez menor à medida que se afastam do centro. Como se percebe, as duas geometrias se diferem com relação aos seus termos teóricos, uma vez que a geometria que postula um espaço finito faz uso da noção de “centro de espaço”, noção que não admite contrapartida na geometria que postula um espaço infinito (QUINE, PT, p. 96-7). Contudo, por consequência da forma de representação dos seus objetos em cada um dos espaços, as duas concepções entram em acordo com todas as observações possíveis e, por isso, são vistas como empiricamente equivalentes.

Quine recusa este exemplo como um caso de subdeterminação, enfatizando que as duas geometrias podem ser reconciliadas a partir da reconstrução de seus predicados, o que faz com que elas sejam interpretadas como formulações distintas de uma única teoria (QUINE, EESW, p. 332). Contudo, ele reconhece o exemplo como um caso de indeterminação da tradução; afinal, tomadas como versões diferentes e empiricamente equivalentes de uma mesma teoria, a evidência comportamental suporta igualmente as duas formulações teóricas, isto é, os dois manuais de tradução.

Gerald Massey (1998) destaca que os exemplos de indeterminação apresentados por Quine – como a discussão sobre os classificadores japoneses – apenas mostram os ajustes compensatórios locais que são realizados em qualquer tradução e, por isso, não ilustram a tese de indeterminação holofrástica – algo que o exemplo de Massey pretende ilustrar:

Para ilustrar como os ajustes compensatórios subsequentes podem ser gerenciados, Quine invoca classificadores japoneses [...]. Mas estes exemplos, tal como os outros que apresenta, são pouco esclarecedores onde as coisas são obscuras. Eles ilustram apenas ajustes compensatórios locais, há muito familiares aos estudantes de línguas. O que precisa ser mostrado é como efetuar ajustes compensatórios em escala global, algo que os exemplos de Quine não conseguem fazer (MASSEY, 1978, p. 44).

Em sua ilustração da indeterminação holofrástica, Massey (1978) apresenta dois manuais alternativos de tradução: o *manual homofônico* (*manual h*) e o *manual dualístico* (*manual d*), os quais mapeiam uma linguagem *L* de primeira ordem. O *manual h* mapeia os termos e sentenças da linguagem *L* para si mesma, preservando a identidade das elocuições verbais. O *manual d*, por sua vez, traduz cada frase da linguagem *L* de modo a produzir frases contrárias àquelas traduzidas pelo manual homofônico – isto é, frases que possuem valores de verdades opostos às frases produzidas pelo *manual h*. Assim, no *manual d*, cada predicado é traduzido por seu complemento: o termo ‘coelho’, por exemplo, é traduzido por seu complemento cósmico, ou seja, por um termo que designa a totalidade do cosmos menos o objetivo físico a que ‘coelho’ se refere (MASSEY, 1978, p. 50). Nesse *manual d*, os conectivos proposicionais e os quantificadores universal e existencial também são traduzidos dualisticamente, com o intuito de produzir proposições contrárias àquelas produzidas pelo manual homofônico; assim, uma frase como “Todos os coelhos são brancos”, por exemplo, seria traduzida como “Alguns coelhos não são brancos”. Além disso, no *manual d*, o ‘sim’ e o ‘não’ são traduzidos, respectivamente, como sinais de negação (ou recusa) e de afirmação (ou consentimento).

Como toda tradução realizada pelo *manual d* resulta em uma frase com valor de verdade oposto à frase prevista pelo *manual h*, qualquer evidência comportamental favorável a um manual será, ao mesmo tempo, favorável também ao outro:

O que quer que os linguistas perguntem, e tanto faz como os nativos respondam, o *linguista h* e o *linguista d* serão igualmente convencidos, em bases igualmente sólidas, de que seus respectivos manuais traduzem corretamente *L*. E, no entanto, a *tradução d* de uma sentença *L* será verdadeira ou falsa (em um mundo) apenas no caso de sua *tradução h* ser respectivamente falsa ou verdadeira (nesse mundo). [...] E como cada manual é tão simples, parcimonioso etc. quanto o outro, eles se qualificam como manuais rivais (MASSEY, 1978, p. 51, grifos do autor).

Sendo assim, os manuais alternativos apresentado por Massey suportam tanto a *indeterminação da referência* quanto a *indeterminação holofrástica*, a qual reivindica a possibilidade de indeterminação a nível sentencial.

Alguns críticos têm apontado que, na prática, o manual dualístico é bastante inferior ao seu concorrente homofônico. A crítica principal ressalta a dificuldade na comunicação a partir da utilização das frases previstas pelo manual de dualização, em vez de utilizando as frases previstas pelo homofônico. Essa dificuldade de comunicação, dizem os críticos, sugeriria que tal manual não se constitui como um rival empiricamente genuíno do manual homofônico (GLOTZBACH, 1983, p. 552; KIRK, 1982, p. 409; KIRK, 2006, p. 172). Além disso, devido às redesignações necessárias para a sua construção, o manual alternativo (dualístico) não preservaria o significado estimulatório das elocuições, o que as tornariam incorretas de acordo com as condições estabelecidas pelo próprio Quine (PAGIN, 2000, p. 175). Aparentemente consciente de tais lacunas, Quine reconheceu que a “fraqueza” do manual dualístico é a “reversão gratuita da orientação convencional do tradutor”, por negar as frases voluntárias dos nativos que deveriam ser afirmadas (QUINE, PT, p. 51), o que, portanto, enfraqueceria a força desse exemplo de indeterminação holofrástica.

No entanto, conforme aponta Severo (2014), Quine não interpreta que escassez de exemplos empíricos como uma evidência contrária à indeterminação da tradução. Afinal, sendo a tradução radical um empreendimento raro e custoso (QUINE, PT, p. 51-2), não faz sentido procurar um segundo manual de tradução de tradução quando já dispomos de um primeiro que, ao seu modo, permite a fluência no diálogo e nas negociações (SEVERO, 2014, p. 136). O próprio Quine destaca esse ponto, já em *Word and Object* (1960):

Existe um obstáculo em oferecer um exemplo real de dois sistemas rivais de hipóteses analíticas deste tipo. Linguagens conhecidas são conhecidas por

meio de sistemas singulares de hipóteses analíticas estabelecidas na tradição ou penosamente conquistadas por linguistas excepcionalmente hábeis. Conceber um sistema contrastante requereria um empreendimento inteiramente duplicado de tradução, sem nem mesmo o auxílio de sugestão de intérpretes (QUINE, WO, §15, p. 65).

Além disso, a escassez de evidências não retira a legitimidade da tese, uma vez que o próprio Quine a admitiu como uma conjectura que, simplesmente, indica a ausência de base empírica para a existência de significados. Conforme o próprio Quine afirmou, o fundamento real da doutrina da indeterminação da tradução é “amplo e profundo” (QUINE, RIT, p. 178), o de atacar o uso acrítico da desta noção:

O ponto de minha experiência de pensamento na tradução radical foi filosófico: uma crítica à noção acrítica de significados e, com isso, à semântica introspectiva. Eu estava preocupado em expor suas limitações empíricas (QUINE, ITA, p. 9).

Por semântica introspectiva, Quine se refere à concepção segundo a qual o significado linguístico de um termo, ou frase, consistiria em algum tipo de representação mental desse termo, juntamente com a concepção equivocada de que a tradução de uma frase expressa, na mente do bilíngue, uma ideia idêntica à da frase original.

Sendo assim, para melhor compreender a indeterminação da tradução, refletiremos sobre essa natureza comportamental do significado e, também, sobre alguns pressupostos que, no processo de tradução, orientam a interpretação dos dados comportamentais disponíveis. Conforme veremos no segundo capítulo da presente tese, a indeterminação da tradução se apresenta como uma tese contrária à chamada semântica mentalista.

## **2. A INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO: UMA CRÍTICA À SEMÂNTICA MENTALISTA**

### **2.1. Introdução**

No presente capítulo, discuto a tese indeterminação da tradução a partir da perspectiva naturalista que perpassa a obra de Quine. Inicialmente, apresento as influências do projeto de naturalização da epistemologia para a análise filosófica da linguagem, mostrando que a tese da indeterminação da tradução explicita o caráter insatisfatório das explicações mentalistas para a linguagem – isto é, as explicações fornecidas por aquelas perspectivas semânticas que desconsideram ou minimizam o processo intersubjetivo que caracteriza o aprendizado da linguagem. Consequentemente, enfatizo que a tese da indeterminação da tradução modifica a nossa atitude corrente com relação ao papel das ideias para a determinação dos significados, por mostrar que não existe significado linguístico para além daquilo que é manifesto pelo comportamento dos falantes em circunstâncias publicamente observáveis (QUINE, WO, §17, p. 71; QUINE, ITA, p. 5; QUINE, PT, p. 38).

Em seguida, discuto interpretações de cunho antropológicas que sugerem que a tese indeterminação da tradução se apresenta não apenas como um desafio à relevância e legitimidade da noção tradicional de significado, mas como um empecilho à própria possibilidade da compreensão de outras culturas. Em contraponto, argumento que o uso de discussões antropológicas, por parte de Quine, apenas demarca que a indeterminação da tradução afeta sobretudo as frases mais teóricas de um corpo linguístico (QUINE, MT, p. 112; QUINE, WO, §16, p. 70; QUINE, FSS, p. 76).

Por fim, discuto a interpretação corrente segundo a qual a tese indeterminação da tradução apresenta consequências céticas e relativistas para a noção de verdade (e.g. SEARLE, 1987; ANTONY, 2000; SEGAL, 2000), implicando a impossibilidade de traduções adequadas. Em oposição a tais interpretações, argumento que a indeterminação da tradução ocorre porque há várias maneiras pelas quais o significado, que é relativo à totalidade do nosso sistema linguístico, pode ser vinculado às partes componentes de nossa linguagem, de modo que tais vinculações são igualmente amparadas pela totalidade das evidências empíricas disponíveis para a correção das traduções. Consequentemente, embora as traduções possam resultar indeterminadas, elas também se apresentam como empiricamente adequadas.

## 2.2. O projeto naturalista de Quine

O sistema filosófico de Quine tem por base o *naturalismo*: a recusa a uma *filosofia primeira* ou, mais especificamente, a renúncia à busca por um ponto de vista filosófico privilegiado a partir do qual se possa, de forma exterior à própria atividade científica, estabelecer normas para o desenvolvimento da ciência. Conseqüentemente, o naturalismo se caracteriza, também, pela legitimação da própria ciência, compreendida como uma empreitada que, apesar de corrigível, não requer qualquer justificação para além da observação e do método hipotético-dedutivo (QUINE, FME, p. 72; QUINE, TTPT, p. 21; QUINE, FSS, p. 16):

O naturalismo olha apenas para as ciências naturais, ainda que falíveis, para uma descrição do que existe e de suas funções. [...] O mundo é como a ciência natural diz, na medida em que a ciência natural está certa; e nosso julgamento sobre se está certa, sempre provisório, é respondido pelo teste experimental de previsões (QUINE, SN, p. 9).

Quine compreendeu a ciência como uma atividade em continuidade com o senso comum, atenuando as diferenças qualitativas entre esses dois tipos de conhecimento. Ele reconhece que o cientista é mais cuidadoso e sistemático no trato das evidências. Contudo, essa postura de apreço e zelo pelas evidências empíricas não o colocaria em oposição ao investigador do senso comum; ao contrário, a atitude do cientista seria justamente a de ampliar e aprofundar o nosso conhecimento justamente pela intensificação do uso de um método que, em certa medida, já empregamos em nossa vida diária: o método empírico.

O cientista é indistinguível do homem comum em seu senso de evidência, exceto que o cientista é mais cuidadoso. Este aumento no cuidado não é uma revisão dos padrões de confirmação, mas apenas a coleta e o uso mais pacientes e sistemático daquilo que qualquer um consideraria como evidência (QUINE, SLS, p. 5).

A posição de naturalista de Quine é a de que a filosofia também deve ser vista como uma atividade contínua com a ciência. Desse modo, a sua atitude naturalista pode ser melhor compreendida quando contrastada com a filosofia de Rudolf Carnap, para quem as atitudes do cientista e do filósofo são sensivelmente diferentes.

Na interpretação de Carnap, o cientista se ocuparia de uma atividade de *primeira ordem*, a descrição do mundo, ao passo que o filósofo ficaria restrito a uma atividade de *segunda ordem*, a de organizar e sistematizar o conhecimento de primeira ordem produzido pelo cientista. De acordo com essa perspectiva, conforme aponta Hylton (2007, p. 6-7; p. 28), tem-

se rejeitada a ideia de que a filosofia possa proporcionar um conhecimento efetivo e original sobre o mundo, ficando restrita à análise do conhecimento produzido pela ciência.

No entanto, com o seu projeto naturalista – e, também, com a rejeição da distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos –, Quine recusa a distinção entre conhecimento de primeira e de segunda ordens, isto é, ele recusa os papéis e as atribuições distintas designadas à ciência e à filosofia. Nessa perspectiva, as diferenças entre o *conhecimento científico* e *conhecimento filosófico* estariam vinculadas ao escopo das investigações desenvolvidas em cada um desses campos (ou disciplinas), de modo que um trabalho seria considerado como filosófico, em vez de científico, devido à sua maior amplitude, mas “a motivação é a mesma” (QUINE, WO, §33, p. 209). Ou seja, a filosofia passa a ser vista como contínua com a ciência:

É uma ala da ciência em que aspectos do método são examinados mais profundamente ou em uma perspectiva mais ampla do que em outros lugares. É também uma ala onde os objetivos de uma ciência recebem um escrutínio maior do que a média, e a importância dos resultados recebe uma apreciação especial (QUINE, PPLT, p. 2).

Segunda essa perspectiva naturalista, as críticas e correções às descrições produzidas pela ciência devem ser desenvolvidas, igualmente, a partir dos métodos e parâmetros fornecidos pela própria ciência natural. Daí advém a afirmação de Quine de que não existe um “exílio cósmico” (QUINE, WO, §56, p. 254), isto é, uma posição privilegiada e fora de nossa própria teoria global do mundo a partir da qual seja possível analisar e julgar a própria ciência:

A tarefa do filósofo difere das dos outros [os cientistas], pois em pormenor; mas não de um modo tão drástico como supõe quem atribui ao filósofo um ponto de vista privilegiado, fora do esquema conceitual de que se ocupa. *Não há tal exílio cósmico*. O filósofo não pode estudar nem rever o esquema conceitual fundamental da ciência e do senso comum sem ter algum esquema conceitual, seja o mesmo ou outro, que não carecerá menos de escrutínio filosófico, no qual possa trabalhar. Pode escrutinar e melhorar o sistema a partir do seu interior, apelando à coerência e estabilidade; mas este é o método do teórico em geral (QUINE, WO, §56, p. 254, grifos meus).

Por diversas vezes, Quine fez uso da metáfora de Otto Neurath, que retrata a ciência como uma espécie de barco no qual filósofos e cientistas navegam continuamente, sem possibilidade de atracarem em uma doca seca e segura para os reparos necessários. As mudanças e reparos na estrutura do barco – e, correspondentemente, no interior da própria ciência – precisam ser feitos, peça por peça, enquanto o barco se mantém navegando (QUINE, WO, p. 3; FME, p. 72):



A tarefa do filósofo foi corretamente comparada por Neurath à de um marinheiro que tem de reconstruir seu navio em alto-mar. Podemos melhorar o nosso esquema conceitual, nossa filosofia, pouco a pouco, ao mesmo tempo que continuamos a depender de seu apoio; mas não podemos nos afastar dela e compará-la objetivamente com uma realidade não conceituada (QUINE, IOH, p. 79).

No texto *Epistemology Naturalized* (1969), Quine destacou que, com o abandono da tentativa de estabelecer uma base que seja mais firme do que o próprio método científico, a epistemologia se torna uma *epistemologia naturalizada*, passando a abordar as questões epistemológicas a partir do aparato teórico-metodológico proporcionado pela própria ciência – concepção que também pode ser contrastada com a filosofia de Carnap.

Desse modo, a epistemologia perderia a sua função fundacionista: enquanto a epistemologia estabelecida por Carnap caracteriza-se principalmente por uma investigação sobre a justificação de nossas crenças e teorias, a epistemologia naturalizada se preocuparia, em contraponto, com o nosso processo de *aquisição e rejeição* de crenças e teorias (CREATH, 1990, p. 21)<sup>1</sup>. Assim, a epistemologia passaria a integrar o rol das ciências naturais, como uma espécie de subcapítulo da psicologia, por buscar compreender o modo como desenvolvemos o nosso conhecimento do mundo a partir das informações que nos chegam através dos sentidos: “Dada somente a evidência de nossos sentidos, como chegamos à nossa teoria do mundo?” (QUINE, TRR, p. 1). Ou seja, suas preocupações abarcariam a descrição da cognição humana a partir do quadro teórico das ciências naturais<sup>2</sup> e, conseqüentemente, a investigação de como o próprio conhecimento científico pode ser compreendido e justificado a partir dessa perspectiva<sup>3</sup>.

A epistemologia naturalizada ainda preservaria a pretensão empirista de produzir uma sustentação empírica para as teorias científicas. Contudo, essa sustentação seria apresentada a partir da investigação das condições reais que envolvem o nosso processo de formulação e aceitação de crenças e teorias – afinal, diz Quine, “é melhor descobrir como de fato a ciência

---

<sup>1</sup> Segundo Richard Creath (1990), os objetivos epistemológicos de Quine são similares aos da psicologia empírica: a correta descrição do “comportamento humano associado à aquisição e mudança de crenças”, uma posição que pode ser vista em contraponto a visão de Carnap, cujo interesse reside no que “deve ser adicionado à observação para que as nossas crenças científicas atuais sejam justificadas” (CREATH, 1990, p. 21).

<sup>2</sup> O termo “ciência natural” é utilizado por Quine de forma abrangente, englobando não apenas a física, a química e a biologia, disciplinas que usualmente designamos como pertencentes às ciências naturais, mas também a psicologia, a economia, a sociologia e a história (QUINE, FSS, p. 49).

<sup>3</sup> Roger Gibson (2003) descreve o epistemólogo naturalista como um teórico esclarecido que, ao afastar-se da busca por uma filosofia primeira, compreende a legitimidade de usar os achados da própria ciência na construção de uma resposta às questões epistemológicas centrais.

se desenvolve e progride, do que fabricar uma estrutura fictícia para efeitos similares” (QUINE, EN, p. 168).

O objetivo da epistemologia naturalizada seria, como dissemos, o de descrever a cognição humana dentro de um quadro puramente científico, além de mostrar como o nosso conhecimento pode ser compreendido e justificado a partir dessa perspectiva. Para tanto, Quine apoia suas investigações filosóficas em duas teses centrais (QUINE, EN, p. 75):

- (1) toda evidência de que a ciência dispõe é evidência sensorial;
- (2) qualquer significado linguístico deve ser apoiado por evidências sensoriais<sup>4</sup>.

De acordo com esse segundo critério, as palavras têm significado somente enquanto os seus usos em frases mantêm alguma relação com a estimulação sensorial, seja esta verbal ou não, por mais distante que seja tal relação. Segundo o próprio Quine, essa posição teria sido antecipada por Charles Sander Peirce, que “afirmou corretamente que *o único modo de investigar uma questão psicológica é partir da inferência a partir de fatos externos*” (QUINE, TRR, §9, p. 34).

Com essa perspectiva, no entanto, Quine não pretende ressuscitar a *teoria verificacionista do significado* defendida pelos positivistas lógicos – e pelo próprio Peirce, segundo Quine – de acordo com a qual “o significado de um enunciado é o método de confirmá-lo ou invalidá-lo empiricamente” (QUINE, TDE, p. 60). Em oposição aos positivistas lógicos, Quine não defende a existência de um “domínio único de eventos sensoriais” associado isoladamente a cada enunciado. Conforme vimos no primeiro capítulo da presente tese, amparados em uma suposta distinção rígida entre enunciados analíticos e sintéticos, os positivistas lógicos defenderam que qualquer frase poderia ser confirmada ou refutada de modo isolado, independentemente de quaisquer outras frases do corpo teórico em questão. Contudo, o holismo epistêmico endossado por Quine contradiz tal suposição, mostrando que os “nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como um corpo organizado” (QUINE, TDE, p.65).

No âmbito da linguagem, então, esse holismo epistêmico de Quine teria como consequência a concepção a que alguns comentadores se referem como *holismo semântico*

---

<sup>4</sup> Contudo, é importante salientar que Quine não descreve a evidência sensorial em termos mentais – evitando, assim, o uso de noções tais como ‘percepção’ e ‘impressão’ –, mas em termos em termos fisiológicos e/ou relativos a eventos publicamente observáveis, referindo-se à “estimulação de nossas superfícies sensoriais” (QUINE, TTPT, p. 22) ou aos “disparos de nossos receptores sensoriais” (QUINE, PT, p. 2).

(PUTNAM, 1986, p. 405; STEIN, 2009, p. 54): a tese de que o significado empírico se atrela não à palavra, tomada individualmente, mas à totalidade do sistema linguístico. Segundo o próprio Quine, essa concepção abre espaço para o estabelecimento da tese da indeterminação da tradução:

Se, com [Charles] Peirce, reconhecermos que o significado de uma sentença depende puramente do que vier a ser considerado como evidência para a sua verdade, e se, com [Pierre] Duhem, reconhecermos que as sentenças teóricas possuem evidência não enquanto sentenças isoladas, então *o caráter indeterminado da tradução de sentenças teóricas será a conclusão natural* (QUINE, EN, p. 80, grifos meus).

Com a afirmação de que o significado linguístico deve estar apoiado em evidências sensoriais, Quine demarca que, pelo fato de a linguagem ser um fenômeno intrinsecamente social, a evidência a partir da qual uma língua é aprendida têm de ser, em princípio, publicamente acessível. Consequentemente, conforme afirma Føllesdal (1999, p. 140), o significado de uma palavra ou frase passa a ser visto como produto dessa interação humana e, assim, determinado pelas mesmas evidências comportamentais que utilizamos “para descobrir o que uma pessoa quer dizer”. Em direção semelhante, Donald Davidson destacou que, com essa interpretação naturalista da linguagem, Quine considerou seriamente “o fato, suficientemente óbvio, de que não pode haver mais significado do que uma pessoa adequadamente equipada pode aprender e observar (DAVIDSON, 2005[1990], p. 62).

De acordo com tal perspectiva, os conteúdos mentais seriam indiferentes para o estabelecimento dos significados, uma vez que a comunicação é plenamente possível apesar de as entidades mentais que supostamente povoam a mente dos falantes serem particularmente diferentes. Ou seja, segundo essa perspectiva, não existiriam dados para além da evidência pública comportamental para a especificação do significado das expressões linguísticas: “onde a evidência comportamental da tradução termina, não há fatos sobre os quais as diferentes traduções possam estar certas ou erradas” (FØLLESDAL, 1999, p. 140).

Conforme Stephen Stich (1970) ressalta, endossando tal perspectiva empirista, ainda pode haver disputas filosóficas no âmbito da teoria da linguagem, mas não com relação ao método de investigação e de resolução das próprias questões filosóficas nesse âmbito: o método empírico.

Quine vê a linguagem como um complexo de disposições presentes para o comportamento verbal. Essa formulação convida a disputas sobre ‘comportamento verbal’ e a disputas sobre ‘disposições’, mas a visão geral é uma que eu compartilho. Se uma teoria da linguagem não é, em algum sentido

vago e apropriado, uma teoria do comportamento verbal, é difícil imaginar sobre o que versa essa teoria (STICH, 1970, p. 385).

Sendo assim, ao propor o experimento mental da *tradução radical*, Quine considera como evidência disponível somente os dados que o seu empirismo (e a ciência em geral) lhe permitem considerar, a saber: (1) as verbalizações produzidas pelos falantes; (2) as circunstâncias da produção destas verbalizações; e (3) as reações de concordância ou discordância, por parte dos falantes, às perguntas feitas pelo linguista-tradutor. Considerando tais evidências, a tradução resulta indeterminada; afinal, manuais de tradução conflitantes podem estar de acordo com os únicos dos dados disponíveis para especificação do significado: as disposições dos falantes em circunstâncias publicamente acessíveis.

No âmbito da linguagem, portanto, a perspectiva naturalista de Quine é a de que a publicidade das evidências para o estabelecimento dos significados é um aspecto constitutivo da linguagem. Por isso, ele critica aquelas abordagens semânticas que, ao contrário desta perspectiva pública, afirmam que os significados das palavras são as ideias a que tais palavras se referem, concepção a qual ele se referiu como “o mito do museu”.

### **2.3. A crítica ao “mito do museu”**

Quine critica a tentativa tradicional de compreender a semântica a partir daquela perspectiva que ele descreve como o *mito do museu*: a concepção segundo a qual o significado é como uma etiqueta afixada a um objeto exposto em um museu. De acordo com essa perspectiva, duas palavras ou expressões são vistas como sinônimas por estarem relacionadas à mesma ideia, assim como dois rótulos diferentes, escritos em idiomas diferentes, podem estar afixados ao mesmo objeto no museu.

Em uma réplica a Noam Chomsky, Quine detalhou que a semântica mentalista exhibe um aspecto fantasioso devido à suposição de que as sentenças expressam ideias – e um ideia em vez de outras – mesmo quando os critérios comportamentais não permitem especificar a ideia em questão. Por isso, tal perspectiva seria antiempirista:

Existe a noção teimosa de que podemos dizer intuitivamente que ideia a frase de alguém expressa, de qualquer maneira, mesmo quando a intuição é irreduzível a critérios comportamentais (QUINE, RTC, p. 304).

A crítica aponta corretamente para o fato de que as ideias não podem ser utilizadas para elucidar a noção de significado a menos que, antes disso, a própria noção de ‘ideia’ seja elucidada. Essa postura advém do compromisso de Quine para com o naturalismo, o qual

sustenta que a mente e o significado “devem ser estudados com o mesmo espírito que anima a ciência natural” (QUINE, OR, p. 185) e que, portanto, as ideias deveriam ser redefinidas ou reinterpretadas a partir de conceitos estabelecidos intersubjetivamente – isto é, a partir das evidências disponíveis para tal.

Dizer que compreendemos as palavras porque elas comunicam ideias – ou, ainda, dizer que duas palavras têm o mesmo significado porque elas comunicam a mesma ideia – não explica por que somos capazes de entender o significado de uma palavra. Mesmo se aceitássemos tal explicação, ainda necessitaríamos estabelecer as condições que nos permitem reconhecer se (e quando) dois falantes compartilham as mesmas ideias, algo que apenas pode ser realizado a partir do recuo às circunstâncias públicas da enunciação de uma dada palavra ou frase:

A semelhança de significado, então, é a relação que precisa ser esclarecida. Não podemos esclarecê-la dizendo que as expressões assim relacionadas evocam as mesmas imagens mentais ou ideias. Quais imagens ou ideias são evocadas em um determinado indivíduo, por uma dada expressão, é uma questão vaga e, na melhor das hipóteses, bastante inescrutável, apta, além disso, a variar de ocasião a ocasião (QUINE, CM, p. 131).

Além disso, Quine enfatiza que, por sua natureza inescrutável, a mente seria irrelevante para a análise da linguagem, que deveria ser investigada e compreendida a partir da investigação do comportamento público dos falantes:

As mentes são indiferentes à linguagem, na medida em que diferem em particular uma da outra; isto é, na medida em que sejam inescrutáveis no comportamento (QUINE, PPLT, p. 5).

Para ilustrar esse ponto, Quine retoma uma questão que surge comumente no imaginário infantil: as cores que eu percebo são as mesmas que o outro percebe? A resposta de Quine é que mesmo um eventual ceticismo quanto à similaridade em nossa percepção das cores não afeta a comunicação objetiva. Afinal, para que a comunicação ocorra, não precisamos perceber as cores do mesmo modo, nem necessitamos ter as mesmas ideias com relação às cores; basta utilizarmos o mesmo termo diante de um mesmo conjunto de estímulos – independentemente de tais estímulos desencadearem ou não um mesmo estado mental que, subjetivamente, pensamos designar uma determinada cor:

A moral disso é que os pontos fixos são o estímulo compartilhado e a palavra, apenas; as ideias intermediárias são como podem ser e podem variar como quiserem, desde que o estímulo externo em questão permaneça emparelhado com a palavra em questão para todos os envolvidos. O ponto é bem dramatizado pela fantasia familiar de percepção de cores complementares.

Será que eu vejo as coisas em cores opostas àquelas que você as vê? Para a comunicação isso é indiferente (QUINE, MVD, p. 314).

Sendo assim, Quine endossa a concepção de que o significado seria uma propriedade do comportamento – ou, pelo menos, uma disposição manifesta em utilizar uma palavra ou expressão em ocasiões determinada<sup>5</sup>. Por disposição comportamental, Quine entende a tendência a concordar ou a discordar da aplicação de uma palavra em um dado contexto, sempre que indagado com relação à pertinência de tal aplicação:

Deveríamos estar colocando as coisas em termos de disposições ao comportamento. Em que disposição comportamental consiste, então, o conhecimento de um homem sobre as condições de verdade da frase “Isto é vermelho”? Não, certamente, em uma disposição para afirmar a frase em todas as ocasiões em que observa um reflexo vermelho, negando-a em todas as outras ocasiões; trata-se da disposição para concordar ou discordar quando questionado na presença ou na ausência de vermelho (QUINE, MVD, p. 318).

Assim, a abordagem antimentalista explica a igualdade de significado sem recorrer à igualdade entre representações mentais, mas pressupondo a igualdade de comportamento ou de disposições para a ação (QUINE, QIPD, p. 131). Segundo essa perspectiva, não haveria “significado algum, nem semelhança nem distinção de significado, além dos que estão implícitos nas disposições das pessoas ao comportamento aberto” (QUINE, OR, p. 186).

Ao descrever as maneiras pelas quais uma determinada expressão é usada, ainda estaríamos explicando o significado da expressão, contudo, sem presumir a identidade entre ideias ou qualquer outra relação de simples paráfrase que permita a determinação da tradução (QUINE, QIPD, p. 131). A igualdade de significado estaria ligada a uma questão pragmática sobre o que contaria como uma diferença relevante em um dado contexto ou para uma dada comunidade verbal. Em contextos em que os usos de duas expressões não apresentassem diferenças detectáveis, por exemplo, tais expressões seriam consideradas sinônimas.

Uma objeção a essa empreitada naturalista envolve a concepção de que cada um “tem em mente” os significados de suas próprias palavras, ou que cada um sabe o que quer dizer com

---

<sup>5</sup> Com relação a este aspecto, Quine menciona ter sido influenciado por John Dewey que, ainda na década de 1920, teria antecipado algumas das teses defendidas por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*, as quais destacam o caráter social da linguagem: “O significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, § 43) (QUINE, PPLT, p. 6). Contudo, Sander Verhaegh (2018) destaca que Quine realizou essa aproximação para com a obra de Dewey por ocasião de sua palestra nas *John Dewey Lectures*, em 1968, exclusivamente a fim de estabelecer uma conexão com este filósofo. Posteriormente, Quine admitiu não ter sido influenciado por Dewey e, inclusive, não conhecer o seu trabalho com profundidade (VERHAEGH, 2018, p. 158). Agradeço ao Prof. Rogério Severo por ter voltado a minha atenção para este ponto.

uma dada palavra – se, por exemplo, a intenção é a de se referir a um coelho inteiro, a alguma parte do coelho ou a uma determinada fase temporal de coelho. A base para essa visão seria uma suposta primazia da perspectiva de primeira pessoa, isto é, a insistência de que as palavras teriam um significado determinado por algo que, presumivelmente, se passa em nossa mente, mesmo que esse significado não seja plenamente manifesto em nossas disposições comportamentais. Contudo, uma das consequências dessa perspectiva seria uma espécie de solipsismo quanto ao significado: a impossibilidade de saber o que qualquer outra pessoa quer dizer, uma vez que o seu comportamento não seria suficiente para determinar o significado de sua fala.

Na verdade, Quine não nega que, às vezes, sabemos melhor do que os outros o que queremos dizer. De fato, quando dizemos algo ambíguo, geralmente sabemos qual sentido era o originalmente pretendido. Contudo, isso não significa que o significado de nossa fala seja distinto de nossas disposições comportamentais. No contexto em questão, conforme afirma Hylton (2007, p. 205), o fato de sabermos o que queríamos dizer sugere, simplesmente, que estamos aptos a aceitar algumas paráfrases de nossa fala, e outras não. Essa interpretação de Hylton está de acordo com o próprio Quine, que afirma que:

Dizemos que sabemos o significado de uma expressão quando somos capazes de produzir uma expressão mais clara ou mais familiar com o mesmo significado (QUINE, MVD, p. 316).

Por isso, Quine mantém a concepção de que saber o que as expressões significam consiste, sobretudo, “em estar disposto a usá-las em ocasiões apropriadas” (QUINE, QR, p. 421). Além disso, mesmo nos casos em que as palavras parecem se referir a imagens mentais, a igualdade ou a semelhança destas imagens são irrelevantes para a compreensão dos discursos. Em seu dicionário filosófico, *Quiddities* (1987), Quine apresenta um exemplo sobre esse ponto: se alguém diz “pensei em pedir mais um drink” e respondemos dizendo que “temos a mesma ideia em mente”, as nossas imagens mentais não são necessariamente correspondentes – e, portanto, nada explicam. No caso em questão, *ter a mesma ideia* significa, por exemplo, *ter o mesmo plano*. Desse modo, diz Quine, a tentativa de explicar o referido plano a partir do recurso às ideias redundam em um equívoco: o de explicar uma noção obscura – o plano – por meio de uma outra noção obscura e frágil – as ideias (QUINE, QIPD, p. 87).

Quine parece querer evitar a necessidade de olhar para dentro da mente do falante para compreender a sua semântica, mesmo se isto fosse factível. Como se sabe, essa possibilidade

não está disponível para aqueles que aprendem uma língua em contexto natural, e, ainda assim, a aprendizagem ocorre com fluência. Consequentemente, para o estabelecimento e identificação dos significados, a proposta é concentrar unicamente naquelas evidências que, no contexto natural, permitem a aprendizagem e a compreensão do uso das palavras: o comportamento linguístico.

Mas, como poderíamos estudar o uso as palavras? Elucidando esse ponto, Quine apresenta a noção de *significado por estímulos* [*stimulus meaning*], referindo-se ao conjunto das estimulações que poderiam induzir um dado falante a *assentir* ou a *dissentir* acerca de uma referida palavra ou sentença (QUINE, WO, §8, p. 27-8):

[...] uma estimulação  $\sigma$  pertence ao significado por estímulo afirmativo de uma frase  $S$  para um dado falante se e somente se existe uma estimulação  $\sigma^*$  tal que, se ao falante for dada  $\sigma^*$ , logo for perguntado  $S$ , e logo for dada  $\sigma$ , e então for perguntado  $S$  novamente, ele dissentiria na primeira vez [em  $\sigma^*$ ] e assentiria na segunda vez [em  $\sigma$ ] (QUINE, WO, §8, p. 29).

Como exemplo, tomemos uma palavra comum: ‘mesa’. As situações estimuladoras diante das quais utilizaríamos ‘mesa’ constituem o significado por estímulos dessa palavra. Consequentemente, uma outra palavra qualquer será equivalente à ‘mesa’ – isto é, terá o mesmo significado estimulatório que ‘mesa’ – se existir alguma “coincidência tanto nas estimulações que provocam assentimento quanto nas que provocam dissentimento” ao uso dessa palavra, ou seja, se a sua enunciação for incitada pelas mesmas condições e estímulos (QUINE, UPM, p. 2).

Assim, o significado por estímulos é apresentado como o único tipo de significado adequado, porque ele é estabelecido tendo em vista, unicamente, as condições sociais e comportamentais a partir das quais nós aprendemos o uso da língua – isto é, a partir da análise das situações em que o ouvinte está disposto (ou não) a utilizar uma determinada palavra. No entanto, conforme destaquei no primeiro capítulo, do fato de duas palavras apresentarem o mesmo significado por estímulos não se pode concluir que elas possuam o mesmo significado; ao contrário, os estímulos presentes no momento da vocalização de uma palavra nem mesmo permitem a especificação absoluta da referência desta palavra.

Quine enfatiza, ainda, que a indeterminação da referência não deve ser vista como uma falha metodológica em nosso processo de tradução, algo que poderia ser corrigido a partir do uso mais ampla do método ostensivo. Para esclarecer esse ponto, ele discute o uso da ostensão



na especificação da referência de dois tipos de termos: os *termos de massa* e os *termos de referência dividida* (QUINE, OR, p. 194-5).

Os termos de massa são aqueles cujas referências podem ser aprendidas por meio da ostensão, sem dificuldades maiores. Termos como ‘vermelho’ ou ‘água’ não são um problema para a aprendizagem ostensiva, pois toda parte de vermelho é vermelha e qualquer parte da água é água – ou seja, apontando para qualquer parte de vermelho ou de água, estamos apontando para algo vermelho ou para a água. O mesmo, contudo, não acontece com os termos de referência dividida, como ‘coelho’; afinal, ao apontarmos para um coelho também estamos apontando para uma parte específica do coelho ou para um estágio temporal do coelho. Conseqüentemente, a referência do termo ‘Coelho’ não será especificada por um mero apontar, a menos que tenhamos em consideração o princípio de individuação do termo em questão e, com isso, tenhamos determinado onde termina um coelho e começa o outro. Mais precisamente, a especificação da referência a partir da ostensão dependeria de obtermos respostas para questões sobre a identidade e/ou a diversidade dos objetos para os quais apontamos, tais como as seguintes: “É este o mesmo gavagai que aquele?”, “Temos aqui dois gavagai ou um?” (QUINE, WO, §12, p. 47).

Contudo, tais indagações exigiriam do linguista um domínio muito apurado da língua nativa, algo impraticável em uma situação de tradução radical. Além disso, perguntas desse tipo seriam irrelevantes ou insuficientes porque as próprias estruturas subsentenciais utilizadas nessa tentativa de esclarecimento da referência – os artigos definidos e indefinidos, o singular ou o plural – poderiam ser manipulados de maneiras compensatórias para permitir traduções alternativas. Ou seja, tais estruturas também estariam sujeitas à indeterminação da tradução, algo que Quine ressaltou ainda em *Word and Object* (1960):

Quando, em português, decidimos se um termo deve se referir a um só objeto inclusivo ou a cada uma de suas várias partes, nossa decisão está ligada a um aparato provincial de artigos, cópulas e plurais que é intraduzível para línguas estrangeiras exceto de forma tradicional ou arbitrária indeterminada pelas disposições de discurso (QUINE, WO, §17, p. 113).

Desse modo, na tentativa de especificação da referência do termo ‘gavagai’, não faria sentido perguntar, por exemplo, se o termo em questão se refere a *coelhos* ou a *alguma parte do coelho*, pois a própria pergunta também resultaria indeterminada. Em um tal caso, conforme sinaliza Quine, os nativos poderiam replicar a partir de uma nova pergunta, dizendo: “Refere-se a coelhos em que sentido de ‘coelhos’?”, o que produziria uma regressão.

Embora as referências objetivas não sejam fixadas pela observação, isso não significa que inexistam razões empíricas para avaliar em que medida as nossas crenças em determinados objetos físicos está certa ou errada. Seguindo o seu naturalismo, Quine entende que as condições estimulatórias contam como evidência empírica favorável ou contrária à verdade das sentenças e, também, como evidência empírica favorável ou contrária à existência dos próprios objetos previstos pelas sentenças de nossas teorias – afinal, embora os objetos previstos em nossas teorias não sejam verdades absolutas, mas apenas “intermediários convenientes” ou “postulados culturais” de nossas teorias, tais objetos são avaliados pragmaticamente, juntamente às próprias teorias, na medida em que são úteis na explicação da experiência empírica (QUINE, TDE, p. 44; QUINE, SO, p. 1).

Nessa avaliação empírica das teorias e dos objetos por elas postulados, entram em cena as *frases de observação*, sentenças responsáveis pelo elo entre a observação empírica e a nossa teoria global de mundo, descritas por Quine como os “veículos de evidência científica” (QUINE, PT, p. 5). Ao mesmo tempo, as frases de observação são reconhecidas como o ponto de partida do aprendizado da linguagem (QUINE, TRR, p. 78; QUINE, REE, p. 240). Por isso, na próxima seção, apresentaremos a importância dessas frases para a discussão da tese da indeterminação da tradução.

#### **2.4. Frases de observação: a porta de entrada da linguagem**

Para que uma teoria cumpra o seu propósito explicativo, é preciso que as sentenças que expressam a teoria se relacionem de alguma forma com as evidências empíricas. Contudo, tais sentenças não mantêm uma relação homogênea com os dados empíricos: algumas delas estão mais diretamente associadas com os dados empíricos disponíveis, ao passo que outras mantêm apenas uma relação indireta com tais dados. Assim, analisando o tipo de relação que as frases mantêm com a estimulação empírica, é possível classificá-las em dois grandes tipos: *frases de ocasião* (*occasion sentences*) e *frases permanentes* (*standing sentences*).

As frases de ocasião são aquelas cujo valor de verdade depende do contexto e, por isso, são verdadeiras em algumas ocasiões e falsas em outras, tais como ‘Um coelho’, ‘Está chovendo’ ou ‘Aquele homem é solteiro’ (QUINE, WO, § 9, p. 32; QUINE, PT, p. 4). Ou seja, são frases cujo assentimento ou dissentimento apenas pode ser dado diante da estimulação sensorial apropriada. Ao contrário, as frases permanentes são aquelas com as quais podemos

concordar ou discordar independentemente de uma estimulação presente, como a frase ‘Os homens são mortais’.

Parte das frases permanentes são *frases eternas* (*eternal sentences*), ou seja, frases cujo valor de verdade permanece fixo ao longo do tempo, independentemente das circunstâncias de sua produção escrita ou falada (QUINE, WO, §40, p. 177; QUINE, 1986, PL, p. 13; QUINE, PT, p. 78), assim como os enunciados teóricos da matemática e as leis científicas, já que o tempo e o local de enunciação são fatores irrelevantes para a determinação de suas verdades ou falsidades. Além destas, frases que relatam ou descrevem eventos únicos também tendem a ser eternas, já que os seus valores de verdade também independem do local ou do momento de sua enunciação, como a frase ‘A independência do Brasil foi declarada em 07 de setembro de 1822’. No entanto, frases como ‘As flores desabrocham’ ou ‘Os pássaros cantam’, embora sejam frases permanentes, não são frases eternas; afinal, apesar de ser possível assentir ou dissentir a tais frases independentemente da estimulação presente, o momento de enunciação é relevante para determinação de seus valores de verdade.

As frases de ocasião, por sua vez, se dividem *frases de observação* e *frases não observacionais*. As frases de observação são aquelas a que podemos assentir ou dissentir diante da estimulação (positiva ou negativa) do tipo apropriado, sem que seja necessária uma investigação mais aprofundada (QUINE, WO, §10, p. 39). Além disso, as frases de observação comandam um mesmo veredito em todos – ou, pelo menos, na maioria dos – falantes linguisticamente competentes que estejam presentes no momento de sua enunciação (QUINE, PPLT, p. 10; QUINE, TRR, §10, p. 39; QUINE, WB, p. 25; QUINE, PT §2-4; QUINE, FSS, p. 22). Tendo isso em vista, frases de observação seriam, por exemplo, ‘O sol nasceu’, ‘Está chovendo’, ‘Um coelho’, ‘Isto é branco’<sup>6</sup>. Por outro lado, a frase ‘Aquele homem é solteiro’, por exemplo, embora seja uma frase de ocasião (uma vez que o seu valor de verdade pode variar a depender da ocasião), não se qualifica como uma frase de observação, já que o assentimento ou dissentimento pelos membros de uma determinada comunidade linguística não depende apenas da estimulação presente no momento de enunciação dessa frase – isto é, da presença do homem ao qual a frase se refere –, mas também de informações adicionais a respeito do sujeito em questão.

---

<sup>6</sup> As frases de observação podem ser combinadas com outras frases de observação, utilizando-se, para tal, a conjunção (e.g. “O sol nasceu e está chovendo”) e a predicação (e.g. “Aquele coelho é branco”) (QUINE, PT, p. 4). Quine chama a essa combinação de *categóricas de observação*.

Na maior parte das vezes, as frases de observação tratam não de sensações, mas de objetos externos que admitem verificação pública (QUINE, TRR, §10, p. 40). Contudo, o que faz com que uma dada sentença seja uma sentença de observação não é o tipo de evento ou situação que ela descreve, mas o modo como ela descreve. Em *The Web of Belief* (1970), Quine exemplifica esse ponto apresentando duas possíveis descrições de uma mesma situação, mostrando os ajustes que precisariam ser realizados para que pudéssemos assumir uma das descrições como sendo constituída por sentenças de observações. A seguir, o exemplo apresentado por Quine:

Eu posso ver o decano da faculdade de direito nos correios enviando um cheque de aniversário para sua filha, que reside na Bélgica. Dito nesses termos isso não se qualifica como uma frase de observação. Se, contudo, eu descrever o mesmo evento dizendo que eu vi um homem corpulento, com um rosto largo, um bigode grisalho, com óculos sem aro, portando um chapéu de feltro e uma bengala, colocando um pequeno objeto frágil, plano, branco, na fenda de uma caixa de correio, essa seria uma frase de observação (QUINE, WB, p. 23).

Nesse exemplo, o que faz com que a segunda descrição se apresente como composta por diversas frases de observação é o fato de que qualquer testemunha – que seja fluente na língua em questão e que conheça bem os aspectos culturais do contexto em que as frases são enunciadas – seria obrigada a concordar com a verdade da descrição. Na primeira e mais sucinta descrição, ao contrário, diversos enunciados não poderiam ser avaliados observacionais, afinal, não esperaríamos que qualquer uma dentre as testemunhas consultadas viessem a conhecer o fato de que o homem em questão fosse, realmente, o decano de alguma universidade, nem poderíamos supor que tais testemunhas soubessem que a filha deste homem reside na Bélgica, ou que o aniversário dela estava próximo, ou que o conteúdo do envelope – que estava lacrado – era, de fato, um cheque de presente de aniversário.

Em resumo, o assentimento ou dissentimento às frases de observação é relativamente independente de informações colaterais à estimulação disponível. Essa independência é relativa porque a observacionalidade é uma questão de grau (QUINE, FME, p. 71) e, também, porque mesmo as frases de observação podem estar impregnadas de teoria em algumas situações (QUINE, EC, p. 24). A frase ‘Ele está com febre’, por exemplo, pode ser classificada como observacional para um profissional da saúde e como não observacional para alguém que desconheça o termômetro e o aumento da temperatura corporal que identifica a febre. Ou seja, tal frase pode ser considerada observacional para um determinado grupo de indivíduos e, ao mesmo tempo, não ser considerada observacional para a comunidade linguística mais ampla

(QUINE, FSS, p. 44). Contudo, esse aparente relativismo pode ser transcendido na medida em que ela pode ser ensinada ao leigo por meio da simples ostensão (QUINE, EESW, p. 316; QUINE, RA, p. 293; QUINE, FSS, p. 45).

Sendo assim, o contraste entre as frases de observação e as frases permanentes (teóricas) continua nítido: as frases de observação têm um conteúdo empírico autônomo que pode ser aprendido diretamente, ao passo que as frases não observacionais (teóricas) têm o seu conteúdo empírico atrelado ao de outras frases.

As frases de observação são a porta de entrada do linguista na tradução radical, além de serem o conteúdo que as crianças aprendem, em primeiro lugar, no curso de aquisição de sua língua materna (QUINE, TRR, §10, p. 40; QUINE, PO, p. 142; QUINE, ITA, p. 6). Por isso, Quine afirma que a aprendizagem da linguagem “é um território radiante na qual floresce a psicologia comportamental” (QUINE, TRR, §9, p. 31), já grande parte dessa aprendizagem ocorre a partir da associação das sentenças com estímulos, mediante o condicionamento das respostas.

Contudo, é importante destacar que nem todas as frases de observação são aprendidas por meio de condicionamento direto. Geralmente, também aprendemos frases de observação por vias indiretas, seja por explicação verbal, seja por substituições analógicas – isto é, substituindo uma palavra componente de uma sentença já aprendida por alguma outra palavra de nosso vocabulário já adquirido. De todo modo, o mais importante é o fato de que as frases de observação *podem* ser aprendidas por condicionamento direto (QUINE, TRR, §11; QUINE, EESW, p. 316; QUINE, RA, p. 293), por isso o linguista inicia o seu trabalho tentando identificar e traduzir tais sentenças.

Em parte, as frases de observação podem ser traduzidas com relativa facilidade, já que seus significados por estímulos “emergem de forma absoluta e livres de contaminações verbais residuais” (QUINE, WO, §16, p. 69). Contudo, alguma divergência pode permear inclusive a tradução de frases de observação, já que algumas discrepâncias – ou contaminações – que afetam o comportamento verbal do nativo, mas não todos, podem envolver o contexto de tradução. A tradução da frase observacional ‘Gavagai’, por exemplo, pode ser afetada por alguma informação colateral aos estímulos presentes no momento em que o linguista realiza a tradução radical:

Pode existir uma mosca-de-coelho local, desconhecida ao linguista, e reconhecível de alguma forma pelas suas longas asas e seus movimentos

erráticos; e ver tal mosca na vizinhança de um animal avistado de relance poderia auxiliar o nativo a identificar este animal como sendo um coelho. Irradiações oculares que combinam vislumbres fracos de coelhos com bons vislumbres de moscas-de-coelho pertenceriam ao significado por estímulo de “Gavagai” para os nativos, e não àquele de “Coelho” para o linguista (QUINE, WO, §9, p. 33).

Assim, qualquer informação socialmente compartilhada pelos nativos, mas desconhecida ao linguista, afetaria o resultado da tradução até mesmo das frases de observação, inexistindo um critério evidente para eliminar o efeito dessas informações colaterais e “deixar apenas o significado de “Gavagai” propriamente dito – qualquer que seja o significado propriamente dito” (QUINE, WO, §9, p. 34). Esse ponto é bem enfatizado por Christopher Hookway:

Se você conhece uma espécie de mosca-coelho que não conheço, a visão de um inseto pairando pode levá-lo a afirmar que coelhos estão presentes, ao passo que eu permaneço agnóstico. Se você tem a crença errônea de que uma lebre é uma espécie de coelho, então, mais uma vez, nossos significados por estímulos irão divergir. Nesses casos, a divergência não precisa refletir uma diferença de significado, mas sim a influência de outras crenças. Portanto, somos livres para oferecer diferentes interpretações de frases, desde que ajustes compensatórios sejam feitos em nossas traduções de outras reivindicações (HOOKWAY, 1988, p. 135).

John Glock (2003) sinaliza que é possível eliminar essas informações colaterais descritas por Quine, por exemplo, “desassociando coelhos e moscas-coelho”. Contudo, ele próprio reconhece que “esse procedimento não pode ser estendido a sentenças teóricas” (GLOCK, 2003, p. 173). Para além disso, é provável que o linguista-tradutor nem sequer note a existência de informações colaterais que possam estar influenciando a sua tradução, mesmo com relação às frases de observação, o que também é um ponto derivado da indeterminação da tradução.

Por isso, Quine torna explícito o fato de que, quanto maior a observacionalidade relativa a uma frase, tanto mais podemos avançar na tradução por meio de significado por estímulos; sendo assim, é justamente para as frases de observação “que a noção de significado por estímulos constitui uma noção razoável de significado” (QUINE, WO, §9, p. 35). Em contraponto, quanto mais distantes estivermos de frases com visível condicionamento direto a estímulos não verbais, tanto menor será a base empírica de comparação para avaliar a tradução (QUINE, WO, §16, p. 70). No caso das sentenças teóricas, por exemplo, o linguista continuaria o seu trabalho questionando o falante nativo de modo a obter o seu consentimento ou dissentimento acerca da tradução, mas não poderia esperar qualquer correlação dessas frases

não observacionais com estímulos de qualquer tipo. Distante da estimulação sensorial, a base empírica das frases teóricas poderá variar a depender das *hipóteses analíticas* endossadas no processo de tradução: isto é, a depender das equações exploratórias entre (segmentos de) frases de observação da língua nativa e as frases de observação de nossa própria língua (QUINE, PPLT, p. 10).

As hipóteses analíticas podem ser interpretadas, portanto, como um conjunto de suposições que, para além da adequação empírica, orientam de modo pragmático a escolha de traduções, visando torná-las mais simples e familiares aos nossos próprios padrões linguísticos. Muitas vezes, tais hipóteses manifestam suposições, conscientes ou não, sobre a mentalidade e cultura dos nativos (QUINE, ITA, p.7), o que faz com que, nos casos não ostensivamente acessíveis, a tradução projete hipóteses sobre os dados disponíveis.

Na prática, podemos evitar a tradução radical e minimizar o uso de hipóteses analíticas consultando intérpretes que conheçam, ainda que minimamente, o idioma e a cultura da língua que será traduzida (QUINE, ITA, p. 7; QUINE, PT, p. 48; QUINE, FSS, p. 78). Além disso, a própria observação do comportamento dos falantes nativos poderia fornecer pistas sobre os seus valores e crenças, os quais devem se encaixar nas hipóteses analíticas sobre aquilo que eles dizem e acreditam. Idealmente, essa evidência adicional poderia restringir o número de manuais de tradução aceitáveis e, com isso, reduzir a própria indeterminação, mas não a eliminaria (FØLLESDAL, 1973, p. 300), já que realizamos a tradução impondo os nossos próprios padrões, isto é, supondo certa compatibilidade entre as nossas atitudes e as atitudes do grupo social cuja a língua pretendemos traduzir.

## **2.5. Pressupostos envolvidos na tradução radical**

Comentadores têm afirmado que, no experimento de tradução radical, Quine ignora alguns fatos relativos à psicologia e à antropologia que poderiam ser úteis para a escolha de um manual de tradução, produzindo o resultado indesejável de ampliar demasiadamente a complexidade das crenças e do discurso do grupo cujo idioma é traduzido. Christopher Hookway (1998), por exemplo, afirmou que Quine desconsidera fatores dessa natureza que poderiam ser utilizados para definir o melhor manual de tradução:

Nossa compreensão das capacidades perceptivas humanas, da natureza do desejo humano e da psicologia do raciocínio e da deliberação – bem como das informações sociológicas e antropológicas – parecem todas relevantes para a escolha do manual de tradução. Os argumentos para a indeterminação

translacional dependem de ignorar todos esses fatores. [...] Parece claro que, entre os manuais que se adaptam ao comportamento, alguns servirão melhor do que outros como meio de encontrar explicações satisfatórias para o comportamento (HOOKWAY, 1988, p. 158-9).

Hookway (1988) argumenta que imaginar que a língua falada por um determinado grupo social contenha termos que se apliquem a partes não destacadas de coelho e, ao mesmo tempo, não contenha termos que se apliquem a coelhos inteiros seria uma maneira muito inoportuna de analisar uma cultura, porque nos levaria a atribuir à comunidade linguística desejos e crenças que são “psicologicamente absurdas” (HOOKWAY, 1988, p. 158:

Suponha que aceitemos um manual de tradução que nos leva a considerar ‘gavagai’ como se referindo a partes não destacadas de coelho. É muito provável que, de acordo com tal manual, os alienígenas não tenham nenhum termo que se refira especificamente aos coelhos. Podemos entender isso apenas atribuindo a eles uma psicologia muito curiosa: eles são perceptualmente sensíveis a partes não destacadas de coelhos, sem serem perceptualmente sensíveis a coelhos; eles vão ao mercado para comprar partes de coelho não destacadas porque desejam comer torta de coelho não destacada (HOOKWAY, 1988, p. 158).

Em direção semelhante, Peter Unger (1984) destacou que, uma vez que a linguagem é utilizada para expressar crenças e desejos, dizer que ‘gavagai’ se refere a uma parte não destacada de coelho – em vez de simplesmente ao coelho – seria atribuir aos nativos crenças extraordinárias e ridículas, comprometendo-os com uma estruturação psicológica que torna imperceptível aquilo que, para nós, seria o mais saliente: os objetos coelhos.

Suponha que você queira um coelho como animal de estimação. Visto que seus pensamentos se conectam com a linguagem, seus desejos devem ser mais claramente expressos em suas próprias palavras. Se eu traduzir seu ‘gavagai’ conforme indicado, descreverei a você algum tipo de desejo, como querer ter partes de coelho não destacadas para acariciar. Mas isso faz com que seu pensamento, que é, na verdade, lógico e corriqueiro, pareça louco ou excepcionalmente complexo (UNGER, 1984, p. 18).

Este autor enfatiza que ter uma expressão curta para designar coelhos não é “apenas uma questão de conveniência”, mas um modo de “dar sentido ao comportamento” em geral (UNGER, 1984, p. 18). Portanto, para que esse sentido seja alcançado, devemos escolher um manual que atribua uma semântica mais simples ao nativo:

Como a linguagem se conecta com o comportamento por meio de uma psicologia inclusiva, devo atribuir a você uma semântica comparativamente simples. [...] No argumento de Quine, no entanto, devo tornar a sua semântica mais complexa e a sua psicologia mais complicada: em vez de nivelar tudo a partir de zero, por assim dizer, a tradução alternativa de Quine dobra a complexidade total (UNGER, 1984, p. 18).



No entanto, os dois comentadores parecem errar o ponto da crítica. Quine não nega a existência de fatores gerais que podem ser considerados na escolha de um manual de tradução. Ao contrário, ele afirma abertamente que “um dos manuais pode ainda ser melhor do que o outro de várias maneiras” (QUINE, LMAP, p. 150). Em direção semelhante, Peter Hylton indica ser mais sábio escolher o manual mais simples dentre os disponíveis:

Quine aceita que a escolha entre traduzir os estrangeiros como crentes em A e traduzi-los como crentes em B pode ser decidida em termos de simplicidade: uma opção pode tornar as traduções muito mais suaves, fáceis e naturais do que a outra (HYLTON, 2007, p. 218).

Ainda assim, o argumento apresentado por Quine é o de que não existem fatos empíricos que determinem tal escolha. Ou seja, se preferirmos um manual de tradução a outro, isso não será porque o manual escolhido é empiricamente mais adequado do que o seu rival, mas porque ele é pragmaticamente preferível.

Nessa direção, Quine identifica algumas características fundamentais relacionadas ao modo como conceituamos o nosso ambiente externo, independentemente da cultura em que vivemos. Por exemplo, todos nós dividimos o mundo em objetos, tendemos a ver esses objetos como unidades completas, e não como um acúmulo de diversas unidades, e tendemos a separar tais objetos do fundo estático em que eles se encontram. Contudo, tais tendências apenas parecem refletir regularidades que permeiam a nossa conceitualização do mundo, não se enquadrando como uma regra epistemológica indispensável ou impossível de ser violada:

Todo homem provavelmente verá uma maçã ou uma fruta-pão ou um coelho, antes de tudo, como uma unidade completa em vez de como um acúmulo de unidades menores ou como um fragmento de um ambiente maior, ainda que, de pontos de vistas sofisticados, *todas essas posturas sejam sustentáveis* (QUINE, PML, p. 92, grifos meus).

O fato de todas as posturas serem sustentáveis, conforme Quine defende, revela a importância de uma posição de cautela acerca dos *universais linguísticos*, isto é, uma postura cuidadosa com relação à identificação de supostas características invariáveis das línguas:

Para resolver tais indeterminações, recorreremos, como no exemplo do coelho, a escolhas arbitrárias, a analogias ou a máximas inconscientemente adotadas. Quanto mais nossas traduções dependem desses guias autoimpostos, menos se pode dizer rigorosamente de universais linguísticos. A estrutura predicada ao sujeito é um universal linguístico ou é imposta? (QUINE, PPLT, p. 9).

Por um lado, seria sábio traduzir ‘Gavagai’ como ‘Coelho’ e rejeitar traduções alternativas como *parte não destacada de coelho e fase de coelho*. O critério implícito para essa

escolha seria o de que um “objeto duradouro e relativamente homogêneo, movendo-se como um todo contra um pano de fundo contrastante, é uma referência provável para uma expressão curta” (QUINE, OR, p. 186), algo que nos permite pensar ser plausível que, em um local em que existam coelhos e em que estes animais sejam parte da vida cotidiana dos nativos, o grupo social em questão teria alguma expressão curta que, portanto, pudesse ser traduzida simplesmente por ‘Coelho’ – uma máxima que Quine chamou de *Lei da Gestalt* (QUINE, PPLT, p. 10)<sup>7</sup>. Desse modo, o manual que traduz ‘gavagai’ como ‘coelho’ pode ser visto como mais pragmático e, conseqüentemente, mais promissor.

---

<sup>7</sup> Algo similar à Lei da Gestalt parece estar de acordo com pesquisas empíricas sobre a percepção de objetos. Em uma série de experimentos com bebês de três a cinco anos de idade, Elizabeth Spelke (1990) identificou que os bebês aprendem aos poucos a perceber objetos (isto é, corpos unitários, limitados e persistentes), analisando o arranjo e os movimentos de sua superfície visível (SPELKE, 1990, p. 31). Em geral, a superfície de um corpo é identificada como limitando um objeto unitário quando aquilo que é observado nessa superfície encontra-se de acordo, por exemplo, com o princípio de *nenhuma ação à distância* e o com o *princípio de coesão*, uma máxima que orienta a determinação de coerência física do objeto: “De acordo com o princípio de coesão, dois pontos de superfície ficam no mesmo objeto apenas se os pontos estiverem ligados por um caminho de pontos de superfície conectados. Quando duas superfícies são separadas por uma lacuna espacial [...] ou sofrem movimentos relativos que alteram as relações de adjacência entre pontos em suas bordas [...], as superfícies ficam em [são lidas como pertencentes] objetos distintos” (SPELKE, 1990, p. 49). Contudo, como alguns princípios que organizam a experiência perceptual dos bebês parecem semelhante àqueles que orientam a experiência perceptual também nos adultos, Spelke afirma ser provável “que os princípios pelos quais os bebês percebem os objetos estejam profundamente enraizados no pensamento humano” (SPELKE, 1990, p. 54), algo que garantiria a universalidade dos mecanismos da percepção e, portanto, lançaria suspeitas à visão de Quine de que a preferência pela tradução de ‘gavagai’ por ‘coelho’ representaria apenas um critério pragmático dificilmente generalizável para todos os casos e comunidades linguísticas. Em direção semelhante, Fei Xu (1997) argumenta que os bebês não apenas adquirem rapidamente o conceito de objeto – que designa qualquer corpo físico tridimensional, coeso e limitado que se move como um todo –, mas, também, que a distinção entre *objetos contáveis* (aqueles designados por termos de referência dividida, com ‘coelho’, ‘xícara’ ou ‘camisa’) e *objetos não contáveis* (aqueles designados por termos de massa, como ‘vermelho’ ou ‘água’) pode ser aprendida ainda o primeiro ano de vida da criança (XU, 1997, p. 365). Segundo Fei Xu (1997; 2002), estes dados lançam dúvida à posição de teóricos como Jean Piaget e Quine, os quais sustentam que os critérios de individuação dependem do desenvolvimento da linguagem. Conforme Fei Xu interpreta a posição de Quine, o sistema conceitual das crianças pré-linguísticas não teria qualquer semelhança com o dos adultos, porque elas não reconhecem objetos que persistem no tempo-espço nem apresentam critérios de individuação e de identidade numérica (XU, 1997, p. 380): “Quine propôs que o mundo infantil é profundamente diferente do nosso por falta de representações de objetos duradouros, e que é aprendendo a sintaxe de contagem/massa de uma linguagem natural – por exemplo, do inglês – que o bebê é capaz de se “auto inicializar” em um esquema conceitual mais semelhante ao do adulto” (FEI XU, 2002, p. 224). Ao contrário do que seria sugerido por Quine, as pesquisas realizadas por Fei Xu demonstram que mesmo crianças no período linguístico “que [ainda] não dominam a sintaxe de contagem/massa já diferenciam objetos de substâncias ao estender o significado das palavras” (XU, 2002, p. 224). Em concordância, Sara Bernal afirma que as evidências de que as crianças representam objetos individuais já nos primeiros meses de vida “falsifica a visão de Quine de que nossa capacidade de “reificar”, ou analisar nossa experiência em particularidades que são mais do que feixes de características, depende da maquinaria da linguagem” (BERNAL, 2005, p. 289-290). Essa crítica, no entanto, é incorreta. Segundo o próprio Quine destacou, as crianças pré-linguísticas podem aprender palavras como “mamãe” e “vermelho” sem que tenham dominado o esquema conceitual adulto para objetos físicos que perduram (QUINE, WO, §19, p. 83), pelo simples fato de tais objetos contrastarem com o ambiente visual geral em termos de cores e movimento, bem como por serem resistentes à pressão. São estas características, diz Quine, que faz com que os corpos físicos sejam distinguidos do “brilho do céu noturno, da sensação de uma brisa fresca” (QUINE, FSS, p. 24). O argumento de Quine é que, embora a criança pré-linguística consiga discriminar a própria mãe ou a cor vermelha partir de traços perceptivelmente semelhantes (isto é, que ela consiga reconhecer a presença ou estranhar a ausência da própria mãe ou da cor vermelha simplesmente pela identificação de traços perceptivelmente

Por outro lado, nesse momento, o linguista já estará impondo os seus próprios padrões, guiando-se pela suposição de que, em alguma medida, os seus comportamentos e valores culturais são similares aos dos nativos. Quine ressalta que essa suposição é “muito judiciosa” e que ele “não recomendaria outra” (QUINE, OR, p. 191); ainda assim, trata-se de uma suposição, o que revela que, na tradução radical, o linguista impõe o seu próprio modelo como guia de compreensão da língua nativa.

Tais suposições seriam o método de o linguista “catapultar-se à linguagem dos nativos” (QUINE, MT, p. 111; QUINE, WO, §15, p. 64), isto é, de acessar os elementos desconhecidos de uma língua a partir de elementos já conhecidos. Contudo, nesse movimento de aproximação, não é possível avaliar em que medida o sucesso da tradução se atrela ou não à real semelhança entre as perspectivas do linguista e do nativo:

Não há como dizer quanto de nosso sucesso com as hipóteses analíticas se deve ao parentesco real de perspectivas do nativo e nossa, e quanto se deve à ingenuidade linguística ou à feliz coincidência. Eu não estou certo de que faça mesmo sentido perguntar isso (QUINE, WO, §15, p. 69).

As hipóteses analíticas corrigem a indeterminação no sentido de que elas estabelecem correlações entre duas línguas. No entanto, a indeterminação implica a inexistência de base empírica (comportamental) para afirmar em que medida essa correlação estabelece os mesmos referentes para as duas línguas – e, como vimos, nem mesmo faz sentido levantar esta pergunta, porque ela pressupõe um “exílio cósmico” por parte do linguista, isto é, pressupõe que o linguista possa avaliar a tradução sem o auxílio dos pressupostos e das imposições que permitiram a realização da tradução, algo que é incorreto.

Outros pressupostos também estão em jogo no estabelecimento de um manual de tradução. Por exemplo, o linguista costuma pressupor que o discurso traduzido apresenta uma certa continuidade: isto é, ele espera que os enunciados sucessivos do nativo tenham relação uns com os outros, supondo que a própria interligação entre eles possa ser útil para sugerir a

---

semelhantes), isso não significa que ela adquiriu a capacidade de referir-se à própria mãe ou à cor vermelha (QUINE, TRR, p. §22, p. 81). Sem o aparato da linguagem a atribuição de referência é incompleta, pela incapacidade de uma representação temporal mais extensa, isto é, pela impossibilidade de reconhecer que o objeto que ela vê agora como o mesmo (ou como distinto do) objeto que ela viu ontem (QUINE, FSS, p. 35). Assim, os experimentos realizados por Elizabeth Spelke e Fei Xu não refutam a posição de Quine, por tratarem de aspectos da identificação dos objetos que podem ser interpretados como anteriores àqueles discutidos por Quine – e com relação aos quais, inclusive, ele poderia concordar.

Agradeço ao Prof. Ernesto Perini pelos comentários e indicações que me introduziram nessa discussão.

tradução da palavra que os conecta – e, também, para explorar outras conexões similares, em momentos futuros (QUINE, PT, p. 46).

O linguista também evita impor aos nativos uma mentalidade pré-lógica, realizando a tradução da língua nativa de modo a preservar as leis da lógica que conhecemos. Nesse ponto, Quine dirige um ataque à noção de mentalidade pré-lógica descrita pelo sociólogo Lévy-Bruhl, segundo a qual existem povos cuja mentalidade não estaria submetida aos princípios de não-contradição e causalidade, o que faz com tais povos supostamente endossem afirmações autocontraditórias como verdadeiras<sup>8</sup>.

Para evitar a imputação de pré-logicidade, o linguista pode dar outra interpretação a frases nativas inicialmente traduzíveis na forma “*p* e *não-p*” – isto é, a frases que supostamente violam o princípio da não-contradição. Quine exemplifica esse pressuposto mostrando como os dados comportamentais permitem a imputação de mais de uma lógica ao nativo e que, por isso, deveríamos interpretar as suas elocuições tornando-as compreensíveis a partir de nossa própria lógica<sup>9</sup>:

A esse respeito, considere o espanhol, com seu ‘No hay nada’. Os amantes do paradoxo podem representá-lo como desafiando a lei da dupla negação. Tradutores moderados podem contar ‘não’ e ‘nada’, neste contexto, como duas metades da mesma negação (QUINE, WO, §15, p. 53).

O embasamento para a recusa em imputar alguma forma de pré-logicidade ao nativo, conforme afirma Quine, é o de que “a tolice de nosso interlocutor, a partir de certo ponto, é menos provável do que a má tradução” (QUINE, WO, §13, p. 54), o que nos capacita a interpretar o aparecimento de contradições no discurso do nativo como resultado de uma má tradução arbitrária. Por isso, quando observado no discurso nativo uma lógica cujas leis parecem ser contrárias às nossas próprias, devemos estar dispostos a especular que, talvez, os nativos estejam dando novos significados a antigos vocábulos (‘e’, ‘ou’, ‘não’, ‘todos’ etc.).

Pois certamente, quanto mais absurdas ou exóticas as crenças imputadas a uma pessoa, mais desconfiados somos autorizados a ser acerca das traduções; o

---

<sup>8</sup> No entanto, ainda em *Word and Object* (1960, §16, p. 63, n. 1), Quine reconhece o abandono da noção de pré-logicidade por parte de Lévy-Bruhl, algo que o próprio antropólogo teria posteriormente reconhecido como uma “hipótese mal fundamentada” (LÉVY-BRUHL, Lucien. *Les Carnets*. Paris: Presses Universitaires, 1949, p. 60).

<sup>9</sup> Com relação a esse aspecto, Quine também cita o trabalho de Bronisław Malinowski (1884-1947), o qual, em suas descrições antropológicas dos habitantes das Ilhas Trobriand, teria realizado variações nas traduções de termos de modo a evitar contradições lógicas no discurso dos nativos, isto é, evitando imputar-lhes a noção de pré-logicidade (QUINE, WO, §15, p. 53, n. 1).

mito das pessoas pré-lógicas manifesta somente o extremo. Para a teoria da tradução, mensagens banais são o sopro da vida (QUINE, WO, §15, p. 63).

Ao evitar atribuir irracionalidade aos nativos, o linguista faz uso de sua empatia: “se imagina, o melhor que pode, no lugar do nativo” (QUINE, PT, p. 46), considerando aquilo que Neil Wilson chamou de *princípio de caridade*, isto é, o imperativo de “maximizar o acordo entre o nativo e nós mesmos em questões de verdade e falsidade, outras coisas sendo iguais” (QUINE, EESW, p. 322). Quine sinaliza que esse método de projeção empática envolve a aprendizagem de qualquer linguagem, tanto no caso da criança como no caso do linguista de campo.

No caso da criança, a atitude empática é geralmente desempenhada pelos pais que, ao julgarem a adequação das frases proferidas pela criança, se orientam na cena onde o aprendizado ocorre a partir da perspectiva da própria criança. No caso do linguista, em paralelo, a empatia se faz presente na atitude de realizar a tradução considerando a orientação perceptual dos nativos. Em muitas ocasiões, por exemplo, a tradução dependerá de conjecturas psicológicas – hipóteses analíticas – que o linguista fará acerca das crenças que os nativos possuem; nesse momento, o linguista favorecerá as traduções que atribuam ao nativo crenças razoáveis ou que estejam de acordo com o modo de vida do nativo (QUINTE, ITA, p. 7; QUINE, PT, p. 47). Ao manter-se atento a essas considerações, é improvável que o linguista interprete os nativos como pertencentes a “uma cultura muito estranha ou tendo uma predileção por um universo de discurso muito bizarro” (QUINE, SO, p. 6) – algo que, portanto, rebate as críticas levantadas por Unger (1984) e Hookway (1988).

Peter Unger (1984) também afirma que os exemplos de tradução alternativas utilizados por Quine para exemplificar o contexto de tradução radical fazem com que o comportamentos dos nativos “pareçam extraordinários, ridículos, talvez até insanos” (UNGER, 1984, p. 18). Contudo, como Quine também destacou, a tese da indeterminação da tradução envolve a afirmação de que “dois manuais completos de tradução podem entrar em conflito um com o outro *sem entrarem em conflito com o comportamento verbal ou com as tendências de qualquer falante*” (QUINE, LMAP, p. 150, grifos meus). Não existe tal conflito porque a indeterminação não interfere na equação dos significados das sentenças, considerados holofrasticamente. (QUINE, FSS, p. 75).

Consequentemente, a indeterminação da tradução também não sugere a ausência de critérios para avaliar a qualidade das traduções. Na medida em que os únicos dados disponíveis

para o estabelecimento de uma tradução são os comportamentais publicamente acessíveis da comunidade verbal cuja a língua se queira traduzir, uma tradução é julgada adequada na medida em que ela permite o “diálogo fluente e o sucesso na negociação” com os falantes da língua traduzida (QUINE, FSS, p. 80)<sup>10</sup>. Nessa direção, diz Quine, “reações de espanto ou perplexidade por parte de um nativo, ou respostas aparentemente irrelevantes, tendem a sugerir que o manual está errado” (QUINE, ITA, p. 8).

Um manual de tradução é considerado adequado na medida em que ele capacita a operar no contexto estrangeiro com desenvoltura semelhante àquela que desfrutamos em nossa própria comunidade linguística. Frequentemente, em nossa própria comunidade linguística, somos capazes de prever relativamente a fala de nosso interlocutor a partir de alguma característica do ambiente, bem como somos capazes de prever o efeito daquilo que dizemos em nosso interlocutor. Analogamente, um manual de tradução adequado deverá possibilitar essa atuação no contexto da língua traduzida, permitindo a realização de previsões acerca do comportamento (verbal) dos nativos:

Um manual de tradução pioneiro é útil como ajuda no intercâmbio linguístico com a comunidade nativa. O sucesso na comunicação é medido pela fluência da conversa, pela previsibilidade frequente das reações verbais e não-verbais, e pela coerência e plausibilidade das declarações que atribuímos aos nativos. É uma questão de melhores e piores manuais, em vez de simples manuais corretos e incorretos (QUINE, PT, p. 43).

Ou seja, a base para julgar a qualidade e aceitabilidade da tradução é pragmática: envolve a concordância com os dados públicos disponíveis e a possibilidade de estabelecimento de uma comunicação fluída. A partir desses critérios, a indeterminação “permite que haja boas e más traduções” (QUINE, PLCL, p. 47).

Portanto, as críticas que questionam a indeterminação da tradução a partir de considerações sobre os fatores psicológicos e antropológicos que envolvem a linguagem erram o alvo. A afirmação de Quine de que com a indeterminação da tradução ele está “marcando um ponto filosófico” (QUINE, OR, p. 191) orienta a presente interpretação. Em resumo, a escolha de um manual é realmente guiada por critérios pragmáticos; ainda assim, factualmente, a

---

<sup>10</sup> No âmbito da tradução comum também existem fatores de correção e avaliação, como a preservação da estrutura das frases, a frequência do uso das palavras, a conotação emocional, a dificuldade de pronúncia etc. (BOSTROM, 2005).

tradução é indeterminada, o que simplesmente fortalece o argumento de que a noção tradicional de significado é insustentável.

## **2.6. Interpretações antropológicas acerca da indeterminação da tradução**

Alguns autores têm destacado que a indeterminação da tradução revela não apenas um problema filosófico acerca da relevância e legitimidade da noção tradicional de significado, mas também um problema antropológico relativo à possibilidade da compreensão de outras culturas. Deborah Soles (1984, p. 475), por exemplo, enfatizou que o argumento da tradução radical gerou um amplo interesse por suas possíveis consequências antropológicas. De forma mais específica, Robert Feleppa (1988, p. 4) interpreta que Quine deriva grande parte da tese da indeterminação do contexto antropológico e, em direção semelhante, Sandra Laugier (2002, p. 32) afirmou que “o verdadeiro problema de Quine [...] não é ontológico nem epistemológico, mas antropológico”, devido à discussão de supostas “estruturas cognitivas variantes” entre diferentes culturas.

Contudo, as relações entre a tese da indeterminação da tradução e as discussões antropológicas são múltiplas e, muitas vezes, apontam para sentidos opostos. Alguns autores (e.g. GOSSELIN, 2000, p. 57) defendem que a indeterminação da tradução mantém relação com a hipótese de relatividade linguística desenvolvida pelos linguistas americanos Edward Sapir (1884-1939) e Benjamin Lee Whorf (1897-1941), segundo a qual a língua falada por um grupo social influencia o seu modo de pensamento, o que significa que “os falantes de uma língua radicalmente diferente da nossa diferem radicalmente de nós em seus modos de pensar e de ver o mundo” (QUINE, PPLT, p. 15). No entanto, outros comentadores defendem que Quine não endossa as hipóteses relativistas de Sapir e Whorf (e.g. MURPHEY, 2012, p. 138).

A hipótese defendida por Whorf – a quem Quine se refere mais frequentemente – é a de que as línguas diferentes impõem não apenas padrões próprios de comunicação, mas também formas distintas de estruturação e classificação do mundo, as quais orientariam os seus falantes na organização da experiência empírica:

Estamos inclinados a pensar na linguagem simplesmente como uma técnica de expressão, e a não perceber que a linguagem é, antes de tudo, uma classificação e um arranjo do fluxo da experiência sensorial (WHORF, 1956a [1936], p. 55).

Whorf (1956b[1950]) investigou o vínculo entre linguagem e pensamento analisando os modos como as diferenças estruturais entre as línguas naturais supostamente afetam a

classificação e interpretação da realidade empírica em geral. Conforme destacam Wolff e Holmes (2010, p. 254), Whorf defendeu a ideia de que a linguagem determina as categorias básicas de pensamento e, como consequência, que falantes de diferentes línguas pensam de maneira radicalmente diferente:

O determinismo linguístico afirma que diferenças na linguagem causam diferenças no pensamento. Essa concepção implica uma conexão relativamente estreita entre a linguagem e o pensamento e uma conexão frouxa entre o pensamento e o mundo [...]. Esse padrão de relacionamento é esperado porque o pensamento é determinado pela linguagem, não pelo mundo (WOLFF; HOLMES, 2010, p. 255).

Como ilustração de sua tese, Whorf sugeriu que passagem do tempo é abordada e descrita de maneiras distintas no Inglês e no Hopi – uma língua indígena norte-americana –, algo que sugeriria diferenças com relação às noções temporais presentes nessas duas culturas. De acordo com sua descrição, os falantes da língua inglesa tratam experiências cíclicas, como a passagem dos dias ou dos anos, como objetos tangíveis que podem ser mensurados, o que implica que os dias e os anos tenham forma e substância. Por sua vez, os falantes da língua Hopi não interpretam o tempo como um fluxo contínuo, algo sugerido pelo fato desta língua não conter “palavras, formas gramaticais, construções ou expressões que se refiram diretamente ao que chamamos de “tempo”, ou ao passado, presente ou futuro” (WHORF, 1956b[1950], p. 57). Portanto, segundo Whorf, os Hopis apresentam uma metafísica que apenas pode ser descrita em sua integralidade no interior de sua própria língua; conseqüentemente, para descrever a estrutura do universo segundo os Hopis, é preciso que tornemos explícita essa metafísica, na medida do possível, a partir de uma aproximação conjectural com a nossa própria língua (WHORF, 1956b, p. 57).

Diversas críticas são dirigidas à hipótese de Whorf. Alguns autores afirmam que demonstrações simples da diversidade linguística não são suficientes para a comprovação de que a linguagem afeta o pensamento de maneira geral (LOUNSBURY, 1969, p. 6) ou que a hipótese de Sapir-Whorf não foi investigada de modo extensivo e, inclusive, que é muito difícil investigá-la empiricamente (LUCY, 2015, pp. 903-5). Em aparente concordância com esse ponto, o próprio Quine afirma que a chamada “hipótese de Whorf” enquadra-se no “domínio da especulação”, não sendo uma hipótese articulada (QUINE, PPTL, p. 15).

Em contraponto, Lera Boroditsky (2011) destaca que, nas últimas décadas, tem surgido “um sólido corpo de evidências empíricas que mostram como a linguagem molda o pensamento”, ao ponto de influenciar as nossas percepções sobre “espaço, tempo, causalidade



e relações com os outros” (BORODITSKY, 2011, p. 64). Contudo, a autora também destaca que os dados em questão não sustentam a tese whorfina forte, segundo a qual “pensamento e ação são inteiramente determinados pela linguagem”, mas apenas versões menos determinísticas da tese, as quais simplesmente afirmam que a língua nativa desempenha algum papel “na formação do pensamento habitual” dos seus falantes (BORODITSKY, 2003, p. 919)<sup>11</sup>. Em direção semelhante, Wolff e Holmes (2010) concluem que, apesar de suas pesquisas indicarem impactos da linguagem sobre o pensamento, em diversos domínios – por exemplo, na percepção de relações espaciais, movimento, cor e número –, não existe “suporte empírico para a concepção de que a linguagem determina as categorias básicas de pensamento” (WOLFF; HOLMES, 2010, p. 261).

No início de suas preocupações sobre linguagem, Quine parece ter assumido uma posição acerca da indeterminação da tradução que apresentava implicações antropológicas. No texto *The Problem of Meaning in Linguistics* (1951), por exemplo, ele abordou um episódio de tradução radical a partir de uma língua desconhecida, o Kalaba. Nesse contexto, ele enfatizou que, se pudermos admitir que, em situações exteriores semelhantes, os falantes do kalaba e do português “diferem apenas no modo de dizer as coisas e não *naquilo* que dizem” (QUINE, PML, p. 91), então a metodologia das determinações de sinonímia seria bem aceita, pois, todas as evidências para a sinonímia (ou heteronímia) estariam disponíveis à observação.

Nessa época, Quine destacava que a principal dificuldade para o estabelecimento de uma suposta sinonímia era, justamente, o fato de que “não há nenhuma língua que possa ser separada do resto do mundo” (QUINE, PML, p. 92). Com essa afirmação, ele parece defender a concepção de Whorf segundo a qual as línguas refletem as diferentes visões de mundo de seus falantes e, conseqüentemente, que não haveria margem razoável para a suposição de que o conteúdo linguístico veiculado em cada uma das línguas permaneça o mesmo – pressuposto do qual depende a sinonímia.

---

<sup>11</sup> Como ilustração da influência que a língua desempenha no pensamento – e, conseqüentemente, no próprio comportamento – dos seus falantes, Lera Boroditsky (2011) analisa algumas características da língua Kuuk Thaayorre (Thayore), falada no condado aborígine de Pormpuraaw, na Austrália. Segundo Boroditsky, os falantes desta língua não fazem uso de termos espaciais relativos, como ‘direita’, ‘esquerda’, ‘à frente’ ou ‘atrás’, mas se orientam em termos de direções cardiais absolutas, como ‘norte’, ‘sul’, ‘leste’, ‘oeste’ – termos que, na maioria dos idiomas, são comumente utilizados para tratar de grandes escalas espaciais. Como consequência, os falantes desta língua “são notavelmente bons em manter o controle de onde estão, mesmo em paisagens desconhecidas ou dentro de edifícios desconhecidos” (BORODITSKY, 2011, p. 64), o que demonstra que a organização e funcionamento dessa língua influenciam as atitudes de localização espacial e, presume-se, o próprio pensamento de seus falantes.

Diferenças fundamentais na língua estão, muito provavelmente, ligadas a diferenças na maneira como os falantes articulam o próprio mundo em coisas e propriedades, tempo e espaço, elementos, forças, espíritos e assim por diante. Não é evidente, nem mesmo em princípio, que faça sentido pensar que as palavras e a sintaxe variam de língua para língua, enquanto seu conteúdo permanece fixo, *ao menos entre expressões de línguas radicalmente diferentes* (QUINE, PML, p. 92, grifos nossos).

Em trabalhos posteriores, contudo, Quine adotou uma postura diferente. Em *Meaning and Translation* (1959)<sup>12</sup>, por exemplo, ele retoma a tese de que “diferenças profundas na linguagem comportam diferenças essenciais sobre o modo de pensar ou de ver o mundo” (QUINE, MT, p. 112) – concepção à qual ele também vincula os nomes de Hermann Karl Usener e Ernst Cassirer, além de Sapir e Whorf. No entanto, ele destaca que prefere não abordar a indeterminação da tradução sugerindo tal relativismo, isto é, sugerindo “que certas proposições filosóficas são afirmadas em uma cultura e negadas em outra” (QUINE, MT, p. 112). Nessa obra, Quine limita-se a discutir a dificuldade para o estabelecimento de uma correlação entre línguas distintas, sobretudo entre frases que não mantêm uma vinculação direta com estímulos não verbais; em tais casos, ele assinala, haveria menor base empírica para comparar as traduções e, conseqüentemente, para afirmar a superioridade de uma tradução em comparação a outra.

Essa posição é mantida também em *Word and Object* (1960), onde Quine novamente se distancia das conseqüências relativistas sugeridas pela hipótese relativista de Sapir e Whorf. Nessa e em outras obras, Quine afirmou que a indeterminação desponta como uma questão filosófica relevante quando tratamos de traduções de frases estrangeiras altamente teóricas, isto é, de frases que se distanciam consideravelmente da estimulação empírica imediata e atual:

Somos frequentemente advertidos<sup>13</sup> que diferenças profundas entre as línguas carregam consigo diferenças últimas da maneira em que pensamos, ou observamos o mundo. Eu advertiria que o que está geralmente envolvido é a indeterminação da correlação. Há menos base de comparação – menos sentido em dizer o que seja uma boa tradução e o que seja uma ruim – quanto mais nos distanciamos de frases com visível condicionamento direto a estímulos

---

<sup>12</sup> O referido texto é um esboço do segundo capítulo da obra *Word and Object* (1960), *Translation and Meaning*. Quine destaca que, em 1957, ele apresentou grande parte deste esboço como palestras em diversas universidades norte-americanas. Em 1958, partes desse esboço foram apresentadas no IV *Colloque Philosophique de Royaumont*, sendo publicado nos anais desse evento com o título de “Le myth de la signification” (QUINE, MT, p. 112, nota do editor). Em inglês, o texto foi originalmente publicado em 1959, como *Meaning and Translation*, na seguinte edição: “BROWER, Reuben Arthur. *On translation*. Cambridge, Harvard University Press, 1959, pp. 148-172”.

<sup>13</sup> Nesse ponto, Quine cita Cassirer, Sapir e Whorf.

não verbais e quanto mais nos distanciamos do solo doméstico (QUINE, WO, §16, p. 70)<sup>14</sup>.

Posteriormente, Quine abordou esse mesmo ponto em *From Stimulus to Science* (1995), afirmando que “é nas frases permanentes que a noção de significado fica instável” – e que, portanto, surge a questão da indeterminação da tradução. Além disso, Quine também afirmou que a possibilidade de indeterminação também seria maior “à medida que abandonamos o terreno conhecido” (QUINE, MT, p. 112) ou “quanto mais nos distanciamos do solo doméstico” (QUINE, WO, §16, p. 70).

Com tais afirmações, Quine destaca que a possibilidade de indeterminação é tanto maior quanto mais distante for a língua e a cultura dos falantes do idioma desconhecido que se queira traduzir. Isso acontece porque, quanto mais estranha for a língua traduzida, tanto mais as hipóteses analíticas que orientam tradução passam a depender da própria visão de mundo do linguista, uma visão que é projetada no conteúdo traduzido.

Ao mesmo tempo, à medida que o linguista avança a tradução em direção a frases mais teóricas, as hipóteses analíticas se tornam mais frágeis e, com isso, a própria determinação dos supostos significados neutros para as frases se torna mais difícil:

Por exemplo, quem assumiria traduzir “Neutrinos não têm massa” à língua-da-selva? Se alguém o faz, podemos esperar dele que invente palavras ou distorça o uso daquelas que existem. Podemos esperar que ele alegue, quando extenuado, que os nativos não têm os conceitos requeridos; logo, que eles conhecem muito pouco de física. E ele está certo, exceto pela alusão de que há algum significado, desconectado, linguisticamente neutro, que nós capturamos em “Neutrinos não têm massa”, e o nativo não (QUINE, WO, §16, p. 69).

Portanto, a concepção de Quine é a de que só podemos falar significativamente de sinonímia entre palavras e expressões de duas línguas em termos de um determinado sistema de hipóteses analíticas, da mesma forma que podemos falar significativamente da verdade de um enunciado apenas em termos de uma teoria.

Contudo, essa posição não implica o relativismo defendido por Sapir e Whorf. Conforme o próprio Quine destaca, à medida em que nos distanciamos das frases de observação, “diminui a evidência de qualquer possível conflito” entre as traduções (QUINE, PML, p. 63),

---

<sup>14</sup> Essa posição é mantida por Quine em textos posteriores: “Eu postulo dois manuais de tradução ideais, ambos os quais traduzem a língua estrangeira impecavelmente, e suponho que eles possam, mesmo assim, *sustentar traduções incompatíveis de algumas frases estrangeiras em questões altamente teóricas* (QUINE, RtA, p. 418, grifos meus).

pois inexitem fatos que permitam a determinação da tradução das frases (teóricas) traduzidas. Se diminui a possibilidade de conflitos, não parece fazer sentido dizer que as línguas traduzidas expressam visões de mundo diferentes – afinal, pela própria indeterminação, nunca saberemos isso.

Ainda assim, alguns autores afirmaram que uma das consequências da indeterminação da tradução é a de “que as culturas alienígenas<sup>15</sup> são consideravelmente menos controláveis do que muitos etnógrafos, antropólogos e filósofos reconheceram” (SOLES, 1984, p. 475), uma afirmação da qual o próprio Quine discorda explicitamente, por não defender a concepção de que culturas diferentes sejam inescrutáveis:

Minha posição não é que culturas alienígenas sejam inescrutáveis. Muito pode ser determinado sobre uma cultura deixando a linguagem em paz e observando costumes não verbais, tabus e artefatos. Muito também pode ser determinado, além de qualquer aventura, com a ajuda da linguagem. Afinal, podemos interpretar frases de observação em uma base comportamental objetiva: e podemos observar, em particular, quais faixas de estímulos são empacotadas nas frases de observação mais curtas de um determinado idioma (QUINE, PPLT, 1970, p. 16).

Além disso, Quine também afirmou explicitamente que “a traduzibilidade é uma noção frágil, inadequada para suportar o peso das teorias da incomensurabilidade cultural” (QUINE, VITD, p. 42). Assim, o ponto principal da argumentação para a indeterminação da tradução não envolve qualquer ceticismo acerca da possibilidade da tradução ou da realização de análises antropológicas, o que parece ser uma atitude prudente, haja vista que os antropólogos têm conseguido realizar esse processo de aproximação a outras culturas com bastante sucesso.

Uma conclusão antropológica possível a partir da tese da indeterminação da tradução não é a de que os nossos interlocutores veem o mundo de modo similar ou diferente do nosso, mas apenas a de que essa questão é ilusória, uma vez que o modo “como representamos a visão de mundo do nativo depende de como interpretamos suas palavras e gramática, e [a maneira] como interpretamos suas palavras e gramática depende do que consideramos ser a sua visão de mundo” (QUINE, PPLT, p. 15). Como consequência, não podemos determinar a ontologia ou a visão de mundo de nossos interlocutores de modo absoluto, mas apenas relativamente a uma língua ou teoria que tomamos como referência – em geral, a nossa própria.

---

<sup>15</sup> A expressão “cultura alienígena” é utilizada para designar culturas bastantes diferente da nossa própria cultura.

## 2.7. Exemplos empíricos da indeterminação no âmbito da antropologia

Diversos comentadores ressaltam a escassez de exemplos empíricos da indeterminação holofrástica, alegando, com isso, que a indeterminação da tradução seria apenas uma possibilidade lógica. Stephen White, por exemplo, destacou “que existe um certo ceticismo quanto à existência de exemplos não triviais de indeterminação” (WHITE, 2012, p. 386).

Contudo, Rogério Severo (2014) aponta que a tese da indeterminação holofrástica encontra apoio empírico em casos reais de indeterminação da tradução provenientes do campo da antropologia. Ele argumenta que essa indeterminação pode ser notada nas línguas ameríndias faladas pelos povos nativos da região amazônica, os quais apresentam características culturais radicalmente diferentes da nossa. Os exemplos provêm, sobretudo, do trabalho de antropólogos(as) como Eduardo Viveiros de Castro (1996; 2004), Tânia Lima (1996) e Aparecida Vilaça (2005).

Segundo tais antropólogos(as), a “qualidade perspectiva” ou “relatividade perspectiva” é uma característica marcante da visão de mundo dos povos ameríndios, segundo a qual os sujeitos (humanos e não humanos) interpretam o mundo a partir de pontos de vistas distintos, de sorte que “o modo como os humanos veem os animais [...] é profundamente diferente do modo como esses seres os veem e se veem” (CASTRO, 1996, p. 116-7). Essa visão repousa sobre a compreensão, presente em algumas culturas ameríndias – como entre os integrantes do povo Wari' –, de que alguns animais são dotados de uma alma ou de um *status* humano, o que faz com que, de suas próprias perspectivas, eles se vejam como seres humanos também (CASTRO, 2004, p. 236; VILAÇA, 2005, p. 456).

Para os Wari', o mundo que cada espécie percebe é um mundo distinto do nosso; ainda assim, todas as espécies compreendem o mundo a partir das categorias e dos valores derivados da espécie humana (CASTRO, 2004, p. 239). Esse perspectivismo implica, por exemplo, que aquele animal que, a partir da perspectiva humana, é visto como uma presa, possa ser visto, a partir da perspectiva de um outro animal, como um predador:

Tipicamente, os humanos, em condições normais, veem os humanos como humanos e os animais como animais [...]. Os animais predadores e os espíritos, entretanto, veem os humanos como animais de presa, ao passo que os animais de presa veem os humanos como espíritos ou como animais predadores [...] Vendo-nos como não-humanos, é a si mesmos que os animais e espíritos veem como humanos. Eles se apreendem como, ou se tornam, antropomorfos quando estão em suas próprias casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob a espécie da cultura:

veem seu alimento como alimento humano (os jaguares veem o sangue como cauim<sup>16</sup> [...], os urubus veem os vermes da carne podre como peixe assado etc.), seus atributos corporais (pelagem, plumas, garras, bicos etc.) como adornos ou instrumentos culturais, seu sistema social como organizado identicamente às instituições humanas (com chefes, xamãs, ritos, regras de casamento etc.) (CASTRO, 2004, p. 227).

Segundo Vilaça (2005, p. 457), esse perspectivismo significa que “qualquer determinação fixa de substâncias se torna impossível”, já que a natureza dos objetos depende de quem observa os objetos: para o povo Wari', por exemplo, o sangue seria cauim (ou cerveja). Por esse motivo, Severo (2014, p. 139-141) afirma que a ideia central sugerida por essa interpretação etnográfica é a de que, para os ameríndios, os seres não podem ser agrupados em espécies considerando simplesmente as características naturais que eles manifestam, mas que tal classificação dependeria, também, da perspectiva daquele que observa e classifica tais seres.

Como exemplo dessa estruturação linguística, Severo (2014) discute o uso da palavra “jauára”, utilizada pelos indígenas Tupinambás para designar os animais aos quais, em língua portuguesa, nós nos referimos como “jaguar” ou “onça”. Para os Tupinambás, no entanto, a designação como “jauára” não depende apenas do corpo – isto é, das características físicas – do animal observado, mas da perspectiva daquele que observa o referido animal; ou seja, a *natureza* jauára é “algo que uma criatura tem ou não tem em relação à perspectiva a partir da qual o seu corpo é percebido” (SEVERO, 2014, p. 141). Isso significa que um determinado animal pode ter o corpo de jauára quando percebido a partir da perspectiva do ser humano e, também, que o próprio ser humano pode ser percebido como um jauára quando observado pela perspectiva de um outro animal – por exemplo, por um animal que seja presa do ser humano. Contudo, em nossa tradução da palavra “jauára”, as palavras “jaguar” e “onça” são utilizadas especificamente para designar uma espécie natural.

Severo afirma que essa tradução corrente se apresenta como “uma maneira fácil e natural de entendermos o que um Tupinambá diz” porque “projeta nos nativos a nossa concepção do que seja um jaguar” (SEVERO, 2014, p. 146). Ainda assim, ele assinala que traduções alternativas e mais fiéis à cosmologia ameríndia seriam possíveis, como traduzir a palavra “jauára” por frases como “perspectiva do jaguar” ou “jaguar segundo a nossa perspectiva”. Apesar dessas possibilidades, não haveria uma tradução que possa ser dita correta e outra que seja incorreta, mas somente traduções que implicam em perdas e ganhos em

---

<sup>16</sup> Cauim é uma bebida feita da fermentação alcoólica da mandioca ou do milho, tradicional entre os povos indígenas do Brasil.

domínios diferentes – por exemplo, uma das traduções facilita a comunicação, por tornar a língua dos nativos mais próxima da nossa, ao passo que a outra tradução preserva e permite a compreensão acerca das particularidades da cosmologia ameríndia. Além disso, uma tradução “torna mais difícil para eles [os Tupinambás] entenderem o que dizemos, mas mais fácil para nós falarmos” (SEVERO, 2014, p. 146).

Consequentemente, esse exemplo pode ser apontado como um caso empírico de indeterminação holofrástica, na medida em que ambas as traduções (isto é, ambos os manuais de traduções escolhidos) permitem a compreensão do diálogo dos nativos, apesar de não poderem ser utilizados de modo intercambiável porque, desse modo, produziriam inconsistências no discurso traduzido – e, conforme vimos no primeiro capítulo da presente tese, a impossibilidade de usar os manuais de modo intercambiáveis é uma característica que o próprio Quine cita para exemplificar a indeterminação holofrástica (SEVERO, 2014, p. 145; QUINE, PT, p. 50):

Em relação a qual dessas alternativas capta melhor o que os índios realmente querem dizer, há indeterminação: não é algo estabelecido pelo nosso conhecimento antropológico da cosmologia ameríndia; na verdade, é empiricamente irrelevante para a antropologia. Ambos os manuais de tradução parecem igualmente compatíveis com nossa antropologia atual (SEVERO, 2014, p. 149-150).

Um outro exemplo apresentado por Severo (2014) envolve a língua Tupi, falada pelos povos Jurunas – portanto, também um exemplo derivado do âmbito da antropologia. Lima (1996) descreve que uma “marca indelével” da língua dos Jurunas é a “noção de ponto de vista”, o faz com que, em sua cosmologia, os Jurunas relacionem todos os eventos a alguma pessoa. Muitas frases proferidas pelos Jurunas fazem menção à pessoa que, de sua própria perspectiva, observa o objeto ou presencia o evento descrito, como em “isso é bonito *para mim*”, “isso é anta *para mim*”, “o bicho virou onça *para ele*” ou “apareceu caça *para nós* quando estávamos fazendo a canoa” (LIMA, 1996, p. 30). Portanto, o ponto de vista subjacente à língua dos Jurunas é a concepção “segundo a qual só existe mundo para alguém”, de que “não há realidade independentemente de um sujeito” (LIMA, 1996, p. 30).

Nessa linha, Severo (2014) destaca que a frase “Amãna ube wĩ”, proferida pelos Jurunas, poderia ser traduzida como “choveu para mim” ou como “choveu onde eu estava”. No primeiro caso, a tradução preservaria a cosmologia dos Jurunas, embora ao custo de fazer com que a frase soe estranha para nós; no segundo caso, embora sem preservar a cosmologia perspectivista dos indígenas, a frase se torna mais literal e adequada à luz de nossa própria

perspectiva. Portanto, devemos fazer uma escolha entre duas traduções que, na prática, permitem uma comunicação igualmente eficiente, mas que implicam em perdas e ganhos distintos – algo que, conforme destaca Severo, pode ser interpretado como o ponto central da indeterminação da tradução: o fato de que o linguista impõe o seu próprio modelo sobre a língua traduzida (SEVERO, 2014, p. 143; QUINE, OR, p. 191; QUINE, PT, p. 49).

Segundo Severo, além de se constituírem como casos empíricos da indeterminação holofrástica, os exemplos antropológicos discutidos também sugerem a *relatividade cosmológica*, um conceito que pode ser interpretado em paralelo ao de relatividade ontológica, que ressalta a impossibilidade de determinar uma ontologia de modo absoluto, mas apenas relativamente a uma língua ou a uma teoria a que tomamos como referência. A relatividade cosmológica indicaria que “*as relações entre entidades [também] são relativas a um manual de tradução*” (SEVERO, 2014, p. 148, grifos meus), o que significa que as inferências que os indivíduos fazem acerca dos objetos que compõem a ontologia são relativas às suas perspectivas cosmológicas (SEVERO, 2014, p. 150).

A relatividade cosmológica pode ser ilustrada, por exemplo, pelas diferentes visões de mundo e, conseqüentemente, pelos diferentes modos de investigar e acessar esse mundo. Segundo Severo (2014), na maior parte das cosmologias, uma descrição objetiva do mundo é aquela em que as características do observador não influenciam a descrição dos objetos ou dos eventos observados, os quais são vistos como possuidores de características que independem do observador; em contraponto, na cosmologias de alguns povos ameríndios, uma descrição objetiva do mundo é aquela em que a perspectiva particular do sujeito é considerada na descrição da realidade, influenciando na identificação das características daquilo que é descrito (SEVERO, 2014, p. 148). Assim, a relatividade cosmológica parece depender da noção de *estilos de raciocínio*, uma suposta diferença nas formas de pensamentos de diferentes povos ou culturas, algo que lança um desafio à tradução, fazendo com que explicações adicionais sejam necessárias para ampliar a nossa compreensão daquilo que é traduzido.

Os exemplos apresentados e discutidos por Severo (2014) ampliam a base empírica para a tese da indeterminação holofrástica. Contudo, restam dúvidas se tais exemplos podem ser utilizados para defender a noção de “relatividade cosmológica” – pelo menos enquanto uma tese que encontre respaldo na obra de Quine.

Ainda em *Word and Object* (1960), Quine afirmou que não é possível saber “quanto de nosso sucesso com as hipóteses analíticas se deve ao parentesco real de perspectivas do



nativo e nossa” e, além disso, que a própria questão se apresenta como sem sentido (QUINE, WO, §15, p. 69). Podemos conjecturar que o fato de Quine ter apresentado essa questão como sem sentido tem relação direta com a própria indeterminação da tradução; afinal, se o ponto central da indeterminação é o de que “o tradutor radical está fadado a impor tanto quanto ele descobre” (QUINE, PT, p. 49), não faria sentido afirmar a proximidade ou o distanciamento absoluto entre os estilos de raciocínio que compõem (ou permeiam) a estrutura de línguas diferentes. A natureza indeterminada da tradução parece sugerir que as próprias relações de proximidade e/ou distanciamento entre duas línguas são relativas – quer dizer, devem ser identificadas relativamente a partir do manual e das hipóteses analíticas utilizadas no processo de tradução radical.

Na seção anterior deste capítulo, dissemos que, com base no princípio de caridade, as traduções que atribuem algum tipo de pensamento estranho ao nativo devem ser vistas com cautela. Em direção semelhante, Sandra Laugier afirma que os argumentos de Quine podem ser interpretados como um desafio à atribuição de formas de pensamento radicalmente diferentes à outras culturas e, portanto, uma crítica à ideia de pré-logicidade (LAUGIER, 1996, p. 60; BONNAY; LAUGIER, 2003, p. 60). Além disso, a autora também adverte que a indeterminação da tradução pode ser interpretada como uma crítica à possibilidade de estabelecermos igualdades e diferenças absolutas entre as formas de raciocínios do linguista e dos falantes nativos, indicando que devemos ser céticos a contrastes culturais revelados a partir do comportamento linguístico. Por um lado, a sua crítica se dirige à uma posição que a própria autora nomeia como *diferencialismo*, isto é, a atribuição de formas de pensamento radicalmente diferentes a outras culturas (LAUGIER, 2001, p. 74; LAUGIER, 2002, p. 50); por outro lado, a crítica também recai sobre o *universalismo*, ou seja, a suposição de ausência de quaisquer contrastes culturais mais robustos. Segundo Laugier, ambas as posições são insustentáveis à luz da indeterminação da tradução: “para Quine, não há mais sentido em afirmar uma semelhança entre o espírito indígena e o nosso, do que afirmar uma diferença radical” (LAGIER, 1996, p. 63).

Evidentemente, a noção de relatividade cosmológica defendida por Severo (2014) não deve ser interpretada como um exemplo do diferencialismo, uma vez que os exemplos por ele discutidos, apesar de revelarem formas de interpretação e organização de mundo radicalmente diferentes, não resultam em qualquer ideia de incomensurabilidade entre culturas e não prejudicam a nossa capacidade de entendimento de tais línguas e culturas – algo que é sugerido,

por exemplo, pelas teorias relativistas de Sapir e Whorf, conforme discutido na seção anterior do presente capítulo. Ainda assim, Severo argumenta que “a relatividade cosmológica pode ser obtida mesmo que a relatividade ontológica não” (SEVERO, 2014, p. 148), o que sugere que tal noção aponta para a existência de diferenças absolutas entre estilos de pensamentos – diferenças que, segundo a interpretação aqui proposta, não podem ser identificadas absolutamente.

## **2.8. Contra o ceticismo acerca da tradução e da verdade**

A indeterminação da tradução foi frequentemente interpretada como uma tese que acarretaria uma espécie de ceticismo sobre a possibilidade de tradução (e.g. SEARLE, 1987, p. 132; HOOKWAY, 1988, p. 143; KATZ, 1988, p. 228; ANTONY, 2000, p. 141; GLOCK, 2003, p. 180), além de implicações solipsistas com relação ao significado (KIRK, 1986, p. 250; KATZ, 1988, p. 251) e relativistas acerca da verdade (PUTNAM, 1997, p. 198; WEIR, 2009, p. 5).

Alguns dos críticos que apontam uma suposta consequência cética da indeterminação da tradução atacam a própria idealização do experimental mental da tradução radical. Conforme vimos no primeiro capítulo (seção 1.5), para que seja possível indagar os falantes nativos sobre a aplicação de certos termos a determinados objetos ou contextos, o tradutor radical necessita identificar aqueles termos os outros sinais que, na língua nativa, indicam assentimento ou dissentimento – isto é, sinais equivalentes ao “sim” e ao “não” na língua nativa. Contudo, Hans-Johann Glock (2003) afirmou que, se não existem fatos empíricos que permitam determinar se “Gavagai” se refere a coelhos, consequentemente também não existem fatos que permitam a identificação dos sinais de concordância e dissidência por parte dos nativos – algo que, em sua interpretação, “removeria a possibilidade de traduzir qualquer coisa” (GLOCK, 2003, p. 170).

Em direção semelhante, Oswaldo Chateaubriand (2014) destacou que o linguista poderia ser incapaz de realizar a identificação dos termos ou sinais que, na língua nativa, indicam assentimento ou dissentimento, algo que comprometeria a continuidade da situação hipotética apresentada por Quine:

Mas, como o linguista sabe que os nativos têm sinais de concordância e discordância? Afinal, é uma tradução radical, e os nativos podem ter uma atitude em relação ao ambiente muito diferente daquela do linguista. Ele [o linguista] aponta para um coelho perguntando “Gavagai?”, e o nativo inicia uma fala muito extensa; ele aponta para outra coisa perguntando “Gavagai?”, e o nativo inicia outra fala muito extensa. Não importa o que ele faça, o

resultado que obtém é um fala muito extensa. Talvez haja algo como concordância e discordância nessas falas, mas como o linguista deve determinar isso? Dada a metodologia de Quine de significado por estímulos, é absolutamente essencial que os nativos se comportem da maneira que ele imagina, mas não há nada que o linguista possa fazer se os nativos assim não se comportarem. Essa é uma das razões pelas quais acho que a abordagem a partir da tradução radical é problemática (CHATEAUBRIAND, 2014, p. 157).

Embora as dificuldades elencadas por Hans-Glock e Chateaubriand possam, de fato, atrapalhar ou retardar a execução da tradução radical, elas não parecem ameaçar a tese da indeterminação da tradução. Ao contrário, a dificuldade elencada apoia o próprio argumento de Quine, por mostrar que a identificação dos sinais de assentimento e dissentimento também envolve o uso de hipóteses analíticas. Em uma réplica a Jakko Hintikka, Quine aborda justamente esse ponto:

A decisão do linguista sobre o que tratar como sinais nativos de assentimento e dissidência está no mesmo nível das hipóteses analíticas de tradução que ele adota em estágios posteriores de seu empreendimento. [...] Essa indeterminação inicial, então, se transfere para a identificação dos significados do estímulo (QUINE, RTHK, p. 312).

Contudo, é importante salientar que a dificuldade na identificação nos sinais de assentimento e dissentimento são relativas às incertezas normais que afetam a indução e, conseqüentemente, grande parte da ciência; conforme o próprio Quine destacou, a tese da indeterminação não diz respeito a tais dificuldades ou incertezas indutivas.

Assumindo que o ceticismo com relação à tradução seria uma das consequência da tese da indeterminação da tradução, Jerrold Katz (1988) afirmou que o argumento de Quine “ameaça perturbar a nossa concepção de senso comum de que sempre há uma tradução certa e uma errada” e que, por isso, o seu “o ceticismo sobre a tradução [...] incorre no ônus da prova” (KATZ, 1988, p. 228). De modo semelhante, porém mais provocativo, Louise Antony (2000) diz que “Os estudantes de pós-graduação que foram infelizes por terem seus exames de proficiência em língua estrangeira nivelados pelo Prof. Quine podem questionar a profundidade de seu compromisso para com esse princípio” (ANTONY, 2000, p. 141). Com essa chacota, Antony (2000) refere-se ao fato de que traduções obviamente existem e são úteis.

Contudo, a réplica de Quine a Antony aponta para o fato de que a tese da indeterminação da tradução não nega a possibilidade da tradução; em tom igualmente jocoso, Quine responde o seguinte: “Aprecio a tradução, tendo lecionado em seis idiomas, e me regozijo com as cinquenta traduções de meus livros para quinze idiomas” (QUINE, QR, p. 418). Além

disso, a conclusão da tese da indeterminação não é a de que a tradução seja impossível, mas a de que há muitas traduções aceitáveis. Ainda assim, a multiplicidade de possibilidades não implica em uma perda da objetividade entre as traduções: afinal, se tudo o que temos para julgar as traduções são evidências comportamentais, nada se perde com a indeterminação da tradução.

John Searle (1987) afirmou que a ideia de indeterminação é absurda por implicar na impossibilidade de estabelecer traduções adequadas. Em sua concepção, ao endossarmos a perspectiva comportamental defendida por Quine, qualquer tradução seria vista como “absolutamente arbitrária e sem conteúdo empírico” (SEARLE, 1987, p. 132). Em crítica semelhante, Gabriel Segal (2000) afirmou que, “ao desistir do significado, parece que devemos desistir também da verdade e da falsidade” (SEGAL, 2000, p. 131).

Em resposta a Segal, contudo, Quine afirmou que a indeterminação não tem como resultado o banimento da verdade, já que a tese apenas aponta para o fato de que “a noção de significados como entidades, por mais abstrata que seja, é insustentável”, por ser objetivamente indefinível (QUINE, QR, p. 417-8). Além disso, conforme destaca Hylton (2007), a indeterminação da tradução não desempenha nenhum papel na descrição do funcionamento da linguagem em geral: “somente com a tradução surge a questão da indeterminação” (HYLTON, 2007, p. 228)<sup>17</sup>. Sendo assim, essa tese deve ser lida unicamente como uma crítica à ausência de base empírica para sustentação da noção tradicional de significado, não como uma tese cética ou relativista acerca da tradução ou da verdade (HYLTON, 2007, p. 201).

Esse ponto foi abordado por Quine em diversas obras, mesmo antes da proposição canônica da indeterminação da tradução, em *Word and Object* (1960). Em *The Problem of Meaning in Linguistics* (1951), por exemplo, Quine ressaltou que questionar ou rejeitar a noção de significado não significa supor que a linguagem seja incapaz de descrever adequadamente o mundo; afinal, é possível sustentar que as palavras exercem essa função “sem nunca levantar a questão do significado” (QUINE, PML, p. 48), noção que a sua tese efetivamente ataca.

Além disso, não faz sentido dizer que, de acordo com a tese da indeterminação, a tradução seria realizada de forma aleatória ou sem compromisso com os valores-de-verdade das frases traduzidas. Conforme o próprio Quine destacou, a aplicação das funções de substituições – um expediente que, conforme vimos, estabelece a indeterminação da referência – não interfere na “equação dos significados das sentenças, considerados holofrasticamente”, pois

---

<sup>17</sup> Esse ponto é notado por outros comentadores. Gary Kemp, por exemplo, afirmou que: “a objetividade de nossa linguagem não é afetada pelo espectro da indeterminação tradutória” (KEMP, 2010, p. 290).

simplesmente estabelece a possibilidade de variar de modo sistemático os predicados aplicados a um determinado objeto (QUINE, FSS, p. 75).

Semelhantemente ao argumento apresentado de Katz, segundo o qual a indeterminação da tradução perturbaria sem justificativa uma posição arraigada no senso comum relativa à exatidão da tradução, Hilary Putnam (1997) destacou que a indeterminação da referência e a relatividade ontológica desafiam a certeza subjetiva de estarmos cientes sobre quais objetos a nossa fala se refere:

Na opinião de Quine, como ele mesmo coloca, quando penso que estou me referindo à minha gata Tabitha (ou à minha esposa, ou ao meu amigo, ou a mim mesmo), não há nenhum fato relevante se minhas palavras designam Tabitha ou “todo o universo sem o gato”. Sempre me pareceu que uma visão que é tão contrária à nossa sensação de estar em contato intelectual e perceptivo com o mundo *não pode* estar certa (PUTNAM, 1997, p. 198).

Contudo, ao contrário da conclusão obtida por Putnam, a relatividade ontológica não implica que não sabemos a quais objetos as nossas palavras se referem, nem mesmo que inexistam indicações pragmáticas que nos permitam supor a que os outros se referem com as suas falas. Conforme vimos na seção 2.5 do presente capítulo, o próprio Quine reconhece que seria sábio traduzir ‘gavagai’ simplesmente por ‘coelho’ (QUINE, OR, p. 191), afinal, tal tradução estaria de acordo com a nossa expectativa cultural de que em um local em que existam coelhos, é provável que o grupo social em questão tenha uma curta para se referirem a tais objetos. No entanto, apesar de sábia, tal decisão repousaria em uma suposição do linguista, o que torna explícito o fato de que, na tradução radical, impomos o nosso próprio modelo como guia de compreensão do discurso traduzido. Ou seja, Quine concorda que existem traduções preferíveis por serem mais simples ou até mesmo mais naturais (QUINE, PT, p. 48) – considerando as nossas próprias expectativas –, mas que estas são considerações estritamente pragmáticas.

Nesse cenário, a relatividade ontológica apenas enfatiza que outras possibilidades de ressignificação sistemáticas do termo ‘gavagai’ se encontram sempre disponíveis. Além disso, a indeterminação da tradução mostra que a especificação de uma referência – ou que a consciência acerca dessa referência – é dispensável para a comunicação, já que compreender uma palavra é nada mais do que ser capaz de utilizá-la apropriadamente em um determinado contexto.

Em direção semelhante à crítica de Putnam, Alan Weir (2009) afirmou que, em decorrência da indeterminação da tradução, Quine pode ser classificado como um antirrealista:

O resultado da tese da indeterminação de Quine é a relatividade da referência, e, se ela for consistente, [a relatividade] da verdade. Portanto, Quine deve ser colocado firmemente no campo dos antirrealistas (WEIR, 2009, p. 5).

Segundo Weir (2009), o realismo afirma que as nossas conjecturas teóricas são absolutamente verdadeiras ou absolutamente falsas em decorrência de como a realidade se estrutura – ainda que, muitas vezes, não existam condições metodológicas para decidir acerca da verdade ou falsidade de tais conjecturas. Em contraponto, ele analisa que, seguindo Quine, uma vez que tenhamos alcançado os domínios teóricos onde o significado é indeterminado, a verdade e a referência se tornam, elas mesmas, “relativas, não absolutas” (WEIR, 2009, p. 5). Por isso, Weir interpreta Quine como um instrumentalista, isto é, como um teórico que afirma que as nossas teorias científicas são meros instrumentos ou dispositivos úteis para a realização de predições, o que faz com que as entidades descritas por tais teorias não sejam vistas, de fato, como entidades reais.

No entanto, alguns comentadores destacam a dificuldade de aplicação deste rótulo à filosofia de Quine, tendo em vista o naturalismo que caracteriza a sua obra. Peter Hylton (2007, p. 18-23), por exemplo, afirmou que a distinção entre as posições realista e antirrealista (no caso, a posição instrumentalista) presume uma distinção anterior entre *conhecimento verdadeiro* e *conhecimento útil*. Contudo, a inteligibilidade dessa distinção depende da possibilidade de avaliarmos a verdade ou a falsidade de nossas teorias científicas a partir de um ponto de vista externo à própria ciência, uma possibilidade que o naturalismo descarta.

Por um lado, como o instrumentalista, Quine defende a importância da eficiência prática das teorias científicas; entretanto, ao contrário daqueles, Quine não compreende as teorias simplesmente como ficções úteis. Seguindo o seu naturalismo, ele concede realidade a todos os objetos responsáveis pela adequação empírica da teoria que os postule. Conforme o próprio Quine destacou, ele endossa um “realismo robusto” como parte integrante do seu naturalismo (QUINE, TTPT, p. 21; QUINE, RA, p. 295), uma posição que merece ser explicada.

A posição realista tradicional subscreve a existência de uma realidade objetiva que independente de nosso aparato cognitivo e dos conceitos que utilizamos para descrevê-la. O realismo robusto, ao contrário, parte da concepção naturalista de que a realidade apenas pode

ser identificada e descrita a partir do ponto de vista de alguma teoria – isto é, ele parte da constatação de que “não podemos jamais fazer melhor do que ocupar o ponto de vista de alguma teoria ou outra, o melhor que pudermos no momento” (QUINE, WO, §6, p. 20). Tal posição é vista como maximamente realista porque reconhece o próprio método científico como o último árbitro da verdade. Ao assumirmos esse método, diz Quine, podemos “julgar a nossa verdade tão seriamente e absolutamente quanto possível” (QUINE, WO, §6, p. 20), já que as teorias estabelecidas a partir das (melhores) evidências disponíveis são afirmadas como absolutamente verdadeiras. Ao mesmo tempo, endossar o método científico envolve uma abertura constante para novas evidências, o que implica no reconhecimento de que a própria verdade pode estar sujeita a correções (QUINE, FME, p. 75; QUINE, RA, p. 295; QUINE, SN, p. 9).

Além disso, conforme também argumentou Peter Hylton (2000), tendo em vista o holismo que caracteriza a obra de Quine, os objetos postulados por nossas teorias são relevantes apenas enquanto vinculados à totalidade do nosso discurso sobre o mundo, o que nos permite aceitar a relatividade ontológica e, ainda assim, preservar a atitude realista com relação às teorias científicas:

De acordo com Quine, como vimos, a maneira correta de pensar sobre um objeto é simplesmente como desempenhando um certo papel – um “nó neutro” – na estrutura de nossa teoria. Sendo assim, parece que ser um realista acerca de um objeto é, por assim dizer, assumir esse papel, esse nó, seriamente. Mas isso é simplesmente levar a sério a teoria da qual o objeto é um aspecto. Portanto, não há nenhuma questão relativa ao realismo dos objetos que seja separada da questão sobre o realismo da teoria que os menciona: para repetir, a ontologia é derivada da verdade; portanto, se somos realistas sobre a verdade, automaticamente somos também mais ou menos realistas sobre objetos – apesar da relatividade ontológica (HYLTON, 2000, p. 298).

Ainda assim, Robert Kirk afirmou que o ceticismo resultante da indeterminação da tradução “nos leva a um abismo onde possivelmente não podemos saber o que os outros pensam ou sentem” (KIRK, 1986, p. 250). A tese de Quine, no entanto, não implica tal ceticismo; ela simplesmente desafia a concepção segundo a qual o significado de uma palavra é determinado pelos estados mentais do falante, indicando que a observação dos contextos nos quais uma palavra é utilizada seria um expediente muito mais eficiente para aprendermos as condições em que tal palavra é apropriadamente utilizada.

Nessa direção, é importante ressaltar que indeterminação da tradução é uma reivindicação sobre manuais de tradução empiricamente equivalentes. Ou seja, a indeterminação da tradução não implica que as frases de uma determinada língua sejam

traduzidas sem qualquer precisão ou compromisso com a realidade; significa apenas que, para qualquer tradução de um dado conjunto de frases, existe pelo menos uma tradução alternativa e empiricamente equivalente. Em resumo, as duas propostas de tradução encontram-se em pleno acordo com as evidências empíricas disponíveis para o estabelecimento das traduções, apesar da indeterminação. Por essa razão, a inexistência de conteúdo empírico para se avaliar as traduções não pode ser apontada como uma consequência da tese defendida por Quine. Afinal, ao contrário daquilo que afirmam diversos críticos, nada impede que manuais diferentes permitam um diálogo fluente com os falantes nativos e que, ainda assim, as traduções sugeridas por tais manuais apresentem divergências quanto aos supostos significados das frases traduzidas.

Segundo as críticas apresentadas na presente seção, a indeterminação da tradução diminuiria a capacidade da linguagem de representar a realidade, de modo que a própria noção de verdade estaria abalada. Contudo, conforme vimos, tais críticas se ancoram em uma compreensão equivocada quanto ao foco da tese da indeterminação da tradução e, também, em uma visão parcial dos argumentos apresentados por Quine.



### 3. INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO: PARA ALÉM DO BEHAVIORISMO DE B. F. SKINNER

#### 3.1. Introdução

A afirmação de Quine de que “a linguagem é uma arte social” (QUINE, WO), aprendida por meio do contato com outras pessoas, sinaliza a sua tentativa de compreender a linguagem a partir de uma perspectiva behaviorista. Em sua concepção, a aprendizagem da linguagem “é um território na qual floresce a psicologia comportamental” (QUINE, TRR, §9, p. 31), justamente, porque a parte mais essencial dessa aprendizagem ocorre a partir da associação das sentenças com estímulos, mediante processos de condicionamento.

Quine sustentou que a abordagem behaviorista é obrigatória no âmbito da linguística, afirmando explicitamente que a tese da indeterminação seria consequência de seu behaviorismo:

Em psicologia podemos ser ou não behavioristas, mas em linguística não temos escolha (QUINE, ITA, p. 5; QUINE, PT, p. 38).

Os críticos têm dito que a tese é consequência de meu behaviorismo. Alguns têm dito que é uma *redução por absurdo* de meu behaviorismo. Eu discordo do segundo ponto, mas concordo com o primeiro (QUINE, ITA, p. 5).

Contudo, o debate acerca da influência do behaviorismo para o estabelecimento da tese da indeterminação da tradução envolve discussões sobre a origem de perspectiva behaviorista de Quine e, também, sobre possíveis limitações do behaviorismo na explicação da aprendizagem e do desenvolvimento da linguagem.

Alguns autores afirmam que B. F. Skinner teria sido uma grande influência para o trabalho de Quine, bem como o ponto de partida para a elaboração de sua teoria da linguagem (CHOMSKY, 1969; DEVITT; STERELNY, 1999, p. 199; GIBSON, 1999, p. 427; RORTY, 2001). Outros autores, no entanto, afirmam que Quine “usa uma linguagem comportamental e fisiológica” e permanece próximo à abordagem behaviorista de John B. Watson (HOOKWAY, 1988, p. 140), ou que, apesar de sua teoria geral da linguagem basear-se na obra de Skinner, “sua perspectiva behaviorista geral remonta a Watson” (GLOCK, 2003, p. 20-1) e que, por isso, ele se aproxima bem mais de Watson do que de Skinner (MURPHEY, 2012, p. 111). Além disso, alguns autores afirmam que inexistem evidências para apontar que Quine teria sido influenciado por Skinner no percurso de produção de sua principal obra, *Word and Object*, publicada em 1960 (VERHAEGH, 2019a, p. 723), ou que Leonard Bloomfield, o fundador da linguística estrutural norte-americana, teve “uma influência mais direta sobre o behaviorismo e o

antimentalismo de Quine na linguística” do que teóricos atrelados a alguma vertente do behaviorismo filosófico ou psicológico, como Rudolf Carnap e B. F. Skinner (DECOCK, 2012, p. 383).

Tendo em vista a existência de diversas perspectivas sobre essa temática e, ao mesmo tempo, a inexistência de estudos que apontem relações históricas e contextuais entre Quine e Skinner (cf. O’DONOHUE; KITCHENER, 1999, p. 12; KITCHENER, 2004, p. 278, n. 3), o presente capítulo terá como ponto de partida a relação entre os behaviorismos de Skinner e Quine, como foco de contextualização para discussão do papel do behaviorismo no estabelecimento da tese da indeterminação da tradução.

Argumentarei que, em *Word and Object* (1960), Quine se pauta na perspectiva behaviorista skinneriana para estabelecer a sua filosofia da linguagem. Contudo, mostrarei que o seu compromisso para com o behaviorismo é menos amplo do que afirmam alguns dos seus comentadores e críticos, e que, posteriormente em sua obra, Quine teria destacado o próprio *empirismo* como o argumento principal para indeterminação da tradução, sem comprometer-se com a adoção de uma perspectiva behaviorista mais geral – no contexto da Psicologia, por exemplo. Nesse percurso, destaco que a perspectiva empirista de Quine deve ser entendida a partir do próprio naturalismo que orienta o seu trabalho filosófico.

### **3.2. Os cinco marcos do *empirismo naturalista***

Os termos “empirismo” e “racionalismo” têm sido utilizados para contrastar duas posições filosóficas acerca do papel que a experiência e a razão exercem na obtenção do conhecimento. Em síntese, os empiristas afirmam que a experiência a partir dos sentidos é a fonte última de todo o conhecimento, ao passo que os racionalistas afirmam que o conhecimento provém da razão ou do raciocínio (SOBER, 2008, p. 129). A disputa em questão também envolve um debate acerca da existência de ideias inatas, algo negado pelos empiristas e afirmado pelos racionalistas.

Segundo Quine, os empiristas britânicos clássicos – Locke, Berkeley e Hume – formularam o seu padrão empirista fazendo referência aos sentidos e às ideias (QUINE, LP, p. 97), defendendo a posição de que o nosso conhecimento sobre o mundo seria um “tecido de ideias” construído a partir das *impressões sensoriais* (QUINE, FSS, p. 5). Consequentemente, do ponto vista da semântica, os empiristas clássicos compreenderam – cada um a seu modo – que as palavras e frases adquirem significado pelo fato de designarem ideias que, por suas

vezes, se remetem à experiência sensorial. Com isso, a função da linguagem seria a de comunicar as ideias de uma pessoa a outra – isto é, comunicar os conteúdos presentes na consciência dessa pessoa a uma outra. No entanto, conforme vimos no capítulo anterior, Quine rejeita essa concepção mentalista pela dificuldade de submetê-la a uma análise empírica adequada:

Diz-se que o propósito da linguagem é a comunicação de ideias. Aprendemos uma palavra com os mais velhos associando-a à mesma ideia e a usamos na comunicação de ideias. Como sabemos que as palavras que usamos para expressar nossas ideias estão evocando as mesmas ideias na mente de nossos ouvintes? Palavras e comportamento observável são tudo o que temos para prosseguir, e a ideia de ideia fornece apenas a ilusão de uma explicação (QUINE, FSS, p. 5).

Segundo Quine, a rejeição das ideias pode ser apontada como a primeira das cinco mudanças positivas que o empirismo sofreu ao longo dos dois últimos séculos: o reconhecimento de que, para explicar a comunicação, devemos nos atentar ao uso público das palavras, e não às ideias (QUINE, FME, p. 68). Com essa mudança, tem-se reconhecido que mesmo a aprendizagem de palavras por meio da ostensão direta – isto é, por meio da associação direta com os estímulos – não fixa a referência de um objeto, mas apenas sinaliza as condições de uso apropriado da palavra. Assim, o que na história da filosofia foi interpretado como uma questão acerca da referência objetiva a objetos torna-se, portanto, uma questão de “referência verbal” a objetos:

Referimo-nos por meio de palavras aprendidas a partir de associações mais ou menos tortuosas com estímulos de nossos receptores sensoriais. A associação é direta nos casos em que a palavra é aprendida por ostensão. [...] Em tal caso, no que diz respeito aos mecanismos psicológicos, o mecanismo é relativamente claro e simples. É o condicionamento de uma resposta. Chamá-lo de referência objetiva, entretanto, é prematuro. Aprender a expressão ‘leite’ desta forma, por associação direta com estímulos apropriados, é em princípio o mesmo que aprender a frase ‘Está ventando’ ou ‘Está frio’ ou ‘Está chovendo’ por associação direta com a estimulação apropriada. Somos nós, em nossa sofisticação ontológica adulta que reconhecemos a palavra ‘leite’ como se referindo a um objeto, uma substância, enquanto estamos menos dispostos a destacar um objeto de referência para ‘Está ventando’ ou ‘Está frio’ ou ‘Está chovendo’ (QUINE, TTPT, p. 2-3).

A segunda mudança no empirismo clássico teria sido o deslocamento, no âmbito de análise linguística, das palavras para as frases. Segundo Quine, o reconhecimento da impossibilidade de atribuir significado independente a algumas palavras – por exemplo, aos símbolos sincategoremáticos de nossa linguagem, tais como “se”, “não”, “mas” etc. – está na base do expediente proposto por Jeremy Bentham de elucidar o significado de um termo

explicando de modo inteligível todas as frases em que o termo ocorre, um procedimento reconhecido como *definição contextual* (QUINE, EN, p. 72; QUINE, FME, p. 68; QUINE, FSS, p. 6-7). Por influência de Bentham, portanto, podemos dizer que as frases passaram a ser vistas como são os veículos primários do significado, e que as palavras adquirem significado, justamente, “por meio do seu uso em frases” (QUINE, TTPT, p. 3).

O terceiro aspecto acerca do qual o empirismo de Quine se distancia do empirismo clássico envolve a defesa de uma concepção holista de significado, algo que fez com o centro do interesse linguístico se deslocasse das frases para os sistemas de frases. Conforme vimos no primeiro capítulo da tese, inspirados no empirismo britânico de Locke e Hume, os positivistas lógicos defenderem a plena redutibilidade do conhecimento empírico aos dados dos sentidos (QUINE, TDE, p. 38) e, supondo a existência de um conjunto específico de eventos sensoriais associados à cada frase, argumentaram em favor da possibilidade de os enunciados sintéticos serem confirmados ou infirmados isoladamente. No entanto, segundo Quine, os positivistas incorreram em erro ao identificarem as frases como sendo a unidade da língua em que a verificação deveria ser aplicada. Seguindo o holismo de Pierre Duhem, o argumento de Quine é o de que, tomadas isoladamente, as frases que compõem uma teoria científica não implicam consequências observáveis relevantes. Analogamente, no âmbito semântico, a lição extraída é a de que uma frase unitária seria “um texto demasiado curto para servir de veículo independente do sentido empírico” (QUINE, FME, p. 70), o que faz com que as frases devam ser analisadas à luz de uma linguagem completa.

Seguindo esse holismo, a quarta mudança na orientação empirista seria o abandono da distinção analítico-sintético. O dualismo em questão supõe a possibilidade de classificar os enunciados entre aqueles que apresentam algum conteúdo empírico (os enunciados sintéticos) e aqueles que apresentam conteúdo empírico nulo e cuja aceitação depende estritamente de questões de convenção (os enunciados analíticos). Contudo, Quine destaca que as hipóteses científicas são apoiadas pela observação ao mesmo tempo em que são “apoiadas por outras hipóteses” (QUINE, WB, p. 104), o que significa que as previsões de uma dada teoria não são implicadas por uma única hipótese tomada isoladamente, mas por um conjunto de hipóteses e pressupostos. Sendo assim, em uma condição de teste empírico, as observações que contrariam uma teoria apenas mostram que existe algo de errado com o conjunto de hipóteses e pressupostos em questão, mas não com alguma hipótese em específico. Consequentemente, na revisão da teoria à luz da observação empírica, qualquer um dos seus enunciados poderia ser

mantido como verdadeiro, desde que fossem realizados “ajustes drásticos o suficiente em outra parte do sistema”. Inversamente, diz Quine, “nenhum enunciado seria imune à revisão” (QUINE, TDE, p. 43), o que faz com que o “papel organizador” supostamente atribuído às frases analíticas seja diluído em todo o sistema teórico (QUINE, FME, p. 71).

Por fim, a quinta e última mudança com relação ao empirismo clássico seria uma guinada em direção ao naturalismo: a negação de uma filosofia primeira que ofereça fundamento à ciência natural, juntamente à defesa de que as investigações epistemológicas devem estar circunscritas aos padrões científicos. Ser naturalista significa compreender que todas as formas de conhecimento estão sujeitas aos mesmos critérios de evidência e justificação, os quais devem ser estabelecidos considerando o mais alto padrão disponível no momento: o método científico. Consequentemente, o naturalismo redefine aquilo que consideramos como um problema filosófico, fazendo com que o epistemólogo naturalista não tenha “quaisquer dúvidas para além das incertezas negociáveis internas à ciência” (QUINE, FME, p. 72).

Quine mantém a pretensão de sustentar as teorias a partir da evidência empírica, mas considera as implicações filosóficas deste *novo empirismo* (QUINE, LP, p. 58). Ao contrário do que ocorre no empirismo clássico, Quine não realiza as descrições do *input* sensorial em termos mentalistas, mas em termos fisiológicos. Isto é, ele não faz uso de termos como “percepções”, “sensações” ou “impressões”, mas descreve a entrada sensorial em termos de estimulação de nossas “superfícies sensoriais” (QUINE, WO, §8, p. 22; QUINE, TTPT, p. 22) ou como “disparos de nossos receptores sensoriais” (QUINE, PT, p. 2). Uma das justificativas para essa mudança tem relação com a forma a partir da qual a linguagem é aprendida: por meio da interação social em circunstâncias publicamente observáveis.

Tal situação de aprendizagem confere destaque àquilo a que Quine se refere como *immediatez subjetiva*. Para o aprendizado da palavra “coelho”, por exemplo, é importante que tanto a criança que aprende quanto o adulto que a ensina estejam vendo um coelho no momento da elocução da palavra; além disso, é importante que cada um dos sujeitos identifique que aquilo que é observado é comum a ambos, naquele exato momento. Por este motivo, as primeiras palavras aprendidas não são palavras que descrevem impressões sensoriais – as quais carecem de *immediatez subjetiva* –, mas palavras aplicáveis a objetos externos de fácil percepção:

Assim, considere o aprendizado típico de uma palavra, da maneira mais simples: você é confrontado com o objeto da palavra na presença de seu professor. Parte do plano é que ele saiba que você vê o objeto e que ele o vê. Esse recurso é igualmente importante na ocasião posterior, quando o professor

aprova ou desaprova o uso da palavra. A consequência natural é que as palavras mais claras, ou mesmo as que são aprendidas primeiro e usadas de maneira mais consistente, tendem a ser palavras não para impressões sensoriais, mas para objetos externos conspícuos (QUINE, PPLT, p. 4).

Assim, ao contrário da semântica mentalista endossada pelo empirismo clássico, que interpreta a significatividade da linguagem a partir da correspondência das ideias veiculadas pelo discurso, o empirismo de orientação naturalista entende que a explicação do significado deve ser realizada a partir das evidências publicamente acessíveis aos falantes. Tal concepção semântica tem sido interpretada como uma expressão da perspectiva behaviorista de Quine, algo que será discutido a seguir.

### **3.3. Behaviorismos**

#### **3.3.1 Behaviorismo filosófico e fisicalismo**

Não existe uma definição única para o termo “behaviorismo”. Além disso, existem diferenças marcantes entre as diversas perspectivas behavioristas, tanto na filosofia quanto na psicologia (FØLLESDAL, 1982, p. 553; O’DONOHUE; KITCHENER, 1999).

No âmbito da filosofia, o behaviorismo representa uma concepção acerca do significado de termos ou conceitos mentais. De modo geral, os partidários do behaviorismo filosófico – conhecido também como *behaviorismo lógico* ou *behaviorismo analítico* – afirmam que qualquer expressão que descreva conteúdos psicológicos pode ser interpretada ou traduzida em conceitos que fazem referência direta ao comportamento (HEMPEL, 1966, p. 298; MARTIN, 1978, p. 129; KITCHENER, 1999, p. 401-2; GRAHAM, 2019). Exemplos conhecidos do behaviorismo filosófico, com notáveis diferenças, são as formulações de Rudolf Carnap e Carl Hempel.

A concepção de Hempel, por exemplo, é a de que as hipóteses e teorias psicológicas devem ter implicações a nível observável e, por isso, os conceitos psicológicos devem ser formulados em termos comportamentais (HEMPEL, 1966, p. 298). Consequentemente, o behaviorismo preconiza a possibilidade de redução de qualquer discurso sobre fenômenos psíquicos a discursos sobre fenômenos comportamentais, sem o uso de conceitos psicológicos. Além disso, Hempel defende que, embora os conceitos psicológicos pareçam fazer referência aos estados mentais, eles servem simplesmente como meios para abordar os aspectos mais obscuros do comportamento – por exemplo, as nossas propensões ou disposições para agirmos

de uma determinada maneira em situações específicas, conforme ele próprio atesta em exemplos:

Nesta concepção, dizer de uma pessoa que é inteligente é dizer que ela tende a agir ou tem disposição para agir de certo modo característico; a saber, de modo que normalmente qualificaríamos como ação inteligente nas mesmas circunstâncias (HEMPEL, 1966, p. 298).

De acordo com essa visão, os enunciados da psicologia podem ser traduzidos em enunciados fisicalistas, isto é, em enunciados que façam menção unicamente a objetos físicos e suas propriedades. O behaviorismo de Hempel tem origem no *Círculo de Viena*, sobretudo no fisicalismo defendido por Rudolf Carnap.

A partir da década de 1930, os positivistas lógicos defenderam o ideal de uma ciência unificada, sustentada sobre a expectativa de formulação dos enunciados de todas as disciplinas científicas em uma linguagem universal e intersubjetiva: o fisicalismo. No âmbito da Psicologia, essa redução é apresentada no artigo *Psychology in Physical Language* (1932-3), no qual Carnap interpreta a psicologia como uma ciência cujas proposições versariam sobre eventos físicos.

Carnap não pretende defender que a psicologia deve restringir o seu interesse a situações ou a eventos fisicamente descritíveis – como fazem alguns behavioristas psicológicos, conforme veremos a seguir. Interpretada a partir de sua perspectiva fisicalista, a psicologia não enfrentaria qualquer limitação quanto ao seu objeto de estudo ou com relação à linguagem utilizada na formulação de suas hipóteses ou teorias – algo que está de acordo com o princípio de tolerância defendido por Carnap<sup>1</sup>. Longe de significar qualquer empecilho aos diferentes modelos de pesquisa em Psicologia, a tese de Carnap é a de que, em todos os casos, as proposições que compõem as teorias psicológicas poderiam ser “traduzidas para a linguagem fisicalista” (CARNAP, 1959[1932-3], p. 166):

Não é necessário que o psicólogo formule cada uma de suas proposições na terminologia física; para seus próprios propósitos, a psicologia pode, até agora, usar sua própria terminologia; tudo o que é solicitado é a formulação das definições que incorporem a linguagem psicológica em uma linguagem física (CARNAP, 1959[1932-3], p. 167).

---

<sup>1</sup> Carnap defende que a escolha por uma determinada linguagem não é uma decisão teórica, mas uma decisão guiada por critérios pragmáticos, tais como os de eficiência e conveniência (CARNAP, 1956[1950], p. 221). A postura de Carnap com relação a esse ponto é constantemente apresentada como caracterizando o seu *Princípio de Tolerância*: a ideia que todos devem ter a liberdade para a escolha de sua própria linguagem de trabalho, cuja funcionalidade deve ser julgada, sobretudo, a partir de critérios práticos.

Segundo o projeto de Carnap, uma proposição  $P$  é traduzível em uma proposição  $Q$  se, e somente se,  $P$  e  $Q$  descrevem o mesmo estado de coisas. Assim, aplicada à psicologia, tal tradução requer que toda a frase que contenha conceitos psicológicos possa ser reduzida a uma frase que, direta ou indiretamente, faça referência a conceitos físicos.

Carnap apresenta exemplos da tradução de termos psicológicos em descrições fisicalistas, destacando a similaridade entre as traduções que ocorreriam na Psicologia e em outras disciplinas. Na Física, por exemplo, a concepção é a de que qualquer proposição sobre as propriedades físicas de um objeto poderia ser definida como uma propensão deste objeto a reagir de uma maneira específica frente a determinadas circunstâncias (ou estímulos). Como exemplo, a proposição  $P_1$ , “*Este suporte de madeira é muito firme*”, poderia ser traduzida em uma proposição mais extensa que descreva o modo como o objeto em questão reage a alguns estímulos, como  $P_2$ : “*O suporte de madeira se caracteriza pelo fato de que, sob uma carga pequena, não experimenta nenhuma deformação perceptível, e sob cargas maiores se encurva de tal e tal maneira, mas não se rompe*” (CARNAP, 1959[1932-3], p. 166).

Similarmente, as traduções fisicalistas seriam possíveis no âmbito da Psicologia a partir de substituições dos conceitos psicológicos por descrições acerca do comportamento observável. Como exemplo, a proposição  $P_3$ , “*O Sr. A está muto ansioso agora*”, poderia ser traduzida em uma proposição que faça menção apenas aos estados corporais do Sr. A, como  $P_4$ : “*o Sr. A apresenta pulsação e respiração aceleradas, além de movimentos agitados e respostas factualmente insatisfatórias às perguntas que lhe são feitas*”. Então, assim como no exemplo da Física, cuja tradução faz referência às características da estrutura física do objeto, a tradução de uma proposição da Psicologia faria menção à estrutura física do corpo e, também, a certas propensões à ação.

Segundo Carnap, a identidade do conteúdo das duas proposições “será negada por quase todos os psicólogos (com exceção dos behavioristas radicais)” (CARNAP, 1959[1932-3], p. 173)<sup>2</sup>. Essa resistência ao fisicalismo, segundo Carnap, seria um exemplo atual das críticas que as novas teorias científicas enfrentam, simplesmente, por romperem com as tradições de uma determinada época. Carnap sinaliza que essa resistência impediu que os trabalhos de Nicolau Copérnico, Charles Darwin, Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud fossem,

---

<sup>2</sup> Contudo, Carnap não utiliza o termo “radical” no mesmo sentido que, posteriormente, caracterizaria o behaviorismo radical de B. F. Skinner, o qual será discutido posteriormente. A sua interpretação faz referência ao behaviorismo defendido por John B. Watson.



à época de cada um deles, analisados objetiva e racionalmente. No seu tempo, contudo, tais resistências atingem o trabalho daqueles que se apoiam na visão de mundo fisicalista:

Permita-nos uma breve observação sobre a oposição sentimental à tese do fisicalismo, embora não entre estritamente em nossa exposição. Tais oposições sempre surgem quando uma tese está prestes a destronar um ídolo, quando somos obrigados a descartar uma ideia a qual estão associados sentimentos de dignidade e grandeza. Como um dos resultados de Copérnico, o homem perdeu a distinção de sua posição central no universo; com Darwin, o homem foi privado da dignidade de uma existência supra animal [...]. Agora, propõe-se [pelos fisicalistas] degradar a psicologia, até hoje cercada por um certo ar de majestade como uma teoria dos eventos intelectuais e psíquicos, para o estado de “uma parte da física”. Sem dúvida, muitos considerarão essa tese uma presunção ofensiva (CARNAP, 1959[1932-3], p. 167-8)<sup>3</sup>.

A Psicologia de sua época, diz Carnap, engatinhava em seus esforços de expurgar a metafísica, movimento que já havia se iniciado nas ciências naturais, como na Física – graças, sobretudo, aos trabalhos de Ernst Mach, Henri Poincaré e Albert Einstein (CARNAP, 1959[1932-3], p. 174). No âmbito da Psicologia, portanto, o fisicalismo representaria o embate à psicologia metafísica.

Para Carnap, o fisicalismo seria a base ontológica da psicologia comportamental, uma vez que “o *behaviorismo* [...] reduz todos os fenômenos psicológicos ao que pode ser percebido pelos sentidos, isto é, ao físico” (CARNAP, 1969[1928], §59, p. 96). Contudo, Carnap hesita em referir-se à sua posição como behaviorista, fazendo uso exclusivo do termo “fisicalismo” – sobretudo, por ter o seu interesse fixado nas implicações epistemológicas do behaviorismo, não nos métodos ou conclusões sobre o comportamento humano provenientes dessa doutrina:

A posição que eu defendo aqui coincide, em suas linhas gerais, com o movimento psicológico chamado “behaviorismo”, desde que prestemos atenção a seus princípios epistemológicos e não a seus métodos especiais ou seus resultados. Não vinculamos nossa exposição a exposições comportamentais porque estamos interessados apenas em fundamentos epistemológicos, enquanto o behaviorismo se interessa principalmente por um

---

<sup>3</sup> É notável a semelhança dessa passagem com a posição de Skinner, exposta em *Verbal Behavior* (1957), acerca do papel do behaviorismo na destruição de antigas visões sobre a subjetividade humana, com a proposta de que o comportamento seja interpretado como uma função estrita de eventos ambientes, e não como resultante de processos cognitivos: “O sistema de Copérnico tirou o homem do centro do mundo, e a astronomia nunca parou de reduzir sua parte proporcional no universo. O darwinismo desferiu outro golpe na proeminência do homem, ao sugerir uma continuidade maior entre os homens e os animais, maior do que a que o próprio homem gostaria de reconhecer. [...] Era inevitável que a psicologia entrasse nesse rol. A ênfase do freudismo sobre o papel do irracional era ofensiva; mas, apesar de Freud ser um determinista, certas forças de controle permaneciam dentro do próprio homem, por mais indignas que elas pudessem parecer. O ataque final à aparente soberania do homem veio com o deslocamento da *atenção para os determinantes externos da ação*” (SKINNER, 1957, p. 446, grifos nossos).

determinado método de pesquisa e pela formação de certos conceitos (CARNAP, 1959[1932-3], p. 181).

Dessa maneira, apesar de ser um expediente metodológico indispensável à psicologia empírica, na filosofia de Carnap, o behaviorismo limita-se ao uso da linguagem fisicalista<sup>4</sup>.

Quine afirmou que a sua posição behaviorista foi “confirmada pelo fisicalismo de Carnap” (QUINE, SRP, p. 291). Contudo, ele também destacou que o seu contato inicial com o behaviorismo ocorreu por ocasião das discussões desenvolvidas, no âmbito da psicologia, pelo behaviorista John B. Watson, bem como pela apreciação de tal perspectiva psicológica por Bertrand Russell.

### 3.3.2 O Behaviorismo Metodológico de John B. Watson

No âmbito da psicologia, o termo “behaviorismo” designa um amplo programa de pesquisa que afirma a possibilidade de explicar o comportamento humano sem referência a estados mentais e que, assim, redefine a Psicologia como uma “ciência do comportamento” (GRAHAM, 2019). Contudo, existem notáveis diferenças entre as diversas concepções behavioristas, mesmo no âmbito da psicologia.

O behaviorismo, enquanto um movimento psicológico, encontra a sua primeira formulação no artigo *Psychology as the behaviorist views it* (1913), de John B. Watson, amplamente conhecido como o “Manifesto Behaviorista”. Nessa obra, Watson apresenta os fundamentos de uma psicologia disposta a superar as limitações da psicologia de sua época, ainda bastante influenciada pelo método da introspecção.

No contexto de Watson, a palavra “introspecção” era utilizada para demarcar a atitude de acessar e inspecionar os próprios estados mentais, de maneira controlada, na tentativa de descrevê-los. Endossada inicialmente pelos primeiros psicólogos experimentais, como Wilhelm Wundt e Edward Titchener, a introspecção pressupunha a capacidade de “olhar para dentro para ver o que se passa na própria mente”, um recurso para identificar os componentes mais simples que compõem os processos mentais conscientes (WATSON, 1924[1919], p. 02):

Os psicólogos dessa escola um tanto mais antiga são chamados de introspeccionistas. Eles afirmam que o ponto de partida na psicologia é o estudo da própria mente. Você deve, de algum modo, interromper de momento a momento suas atividades diárias comuns e analisar os “estados mentais” que

---

<sup>4</sup> Além disso, conforme afirma Lieven Decock (2010, p. 375), Carnap estava interessando estritamente no estudo das linguagens formais, e não em linguística empírica – algo que o próprio Quine reconhece. Sendo assim, o behaviorismo não poderia desempenhar um papel muito extenso em sua filosofia da linguagem.

as acompanham em termos de ‘sensações’, ‘imagens’ e ‘tons afetivos’ presentes. Você deve, por exemplo, interromper uma emoção forte durante o seu curso e descrever onde as ‘sensações’ estão localizadas e determinar quais ‘imagens’ estão presentes, e se a experiência como um todo é ‘agradável’ ou ‘dolorosa’ etc.” (WATSON, 1924[1919], p. xii).

A introspecção se tornaria amplamente popular, ao ponto de William James, constantemente citado com o *pai da psicologia americana*, ter afirmado que o método da “observação introspectiva é o que temos para confiar”, pois, a partir dele, “todos concordam que descobrimos estados de consciência” (JAMES, 1981[1890], p. 185). Watson, no entanto, não concordava com essa avaliação. A sua principal crítica à introspecção reflete a ausência de objetividade nos resultados encontrados a partir da aplicação deste método.

Para que a descrição dos estados mentais se realizasse de modo objetivo, os psicólogos treinavam os observadores a perceberem mudanças nos próprios estados de consciência, pressupondo que tal treinamento atribuiria um caráter mais científico ao método da introspecção. Apesar disso, diz Watson, o método da introspecção persistia carente de objetividade, já que psicólogos com treinamentos diferentes alcançavam resultados distintos a partir de sua aplicação, o que gerava uma pluralidade de interpretações divergentes sobre os fenômenos mentais e, ao mesmo tempo, envolvia a psicologia em questões “caóticas” (WATSON, 1913, p. 163-5). Segundo Watson, o apelo ao método da introspecção teria retardado a consolidação da psicologia enquanto ciência, restringindo-a à investigação de questões inúteis:

A psicologia iniciada por Wundt, portanto, falhou em se tornar uma ciência e, ainda mais lamentavelmente, falhou em contribuir com qualquer coisa de um tipo cientificamente utilizável para a natureza humana (WATSON, 1924[1919], p. 03).

Em contraposição à psicologia introspectiva de sua época, Watson definiu a psicologia como uma ciência experimental pertencente ao ramo das ciências naturais, cujo objetivo seria a previsão e o controle do comportamento. A sua perspectiva behaviorista era a de que a psicologia não deveria ser entendida como uma “ciência da mente” – entendida como algo distinto do comportamento –, mas como uma ciência cujo interesse e método estariam restritos à análise do comportamento publicamente observável e, portanto, que preconizava que o comportamento humano “pode ser investigado sem apelo à consciência” e sem auxílio do método da introspecção (WATSON, 1913, p. 176).

De acordo com essa perspectiva, a referência aos estados de consciência seria irrelevante à psicologia, pelo fato de não serem intersubjetivamente observáveis – e, logo, por não se constituírem como objetos adequados ao estudo empírico. Os estados mentais (como os pensamentos, as crenças e os sentimentos) não se constituíam como objeto de estudo da ciência natural porque inexistiam métodos científicos confiáveis para identificá-los, observá-los e mensurá-los adequadamente; em outras palavras, devido à ausência de métodos que permitissem uma *descrição operacional* da mente e de sua influência no comportamento animal e humano (WATSON, 1913, p. 176).

Essa perspectiva de Watson é constantemente interpretada como “uma antecipação do positivismo lógico” (SKINNER, 1974, p. 18; SKINNER, 1991[1989], p. 178), afinal, assim como algumas versões do positivismo lógico, o behaviorismo metodológico rejeitava os eventos privados devido à impossibilidade de estabelecer um acordo público sobre tais eventos.

Behavioristas metodológicos, assim como positivistas lógicos, argumentam que a ciência deve restringir-se a eventos passíveis de ser observados por duas ou mais pessoas; a veracidade de um fato depende da concordância. O que se pode ver através da introspecção não se qualifica como tal (SKINNER, 2006[1989], p. 13).

Os positivistas eram críticos à especulação metafísica de sua época, envolvida na pluralização de interpretações filosóficas acerca da realidade sem, no entanto, definir qualquer critério de avaliação e correção das interpretações propostas. Do mesmo modo, Watson mostrava-se abertamente insatisfeito com a pluralidade das escolas psicológicas que, semelhantemente, promulgavam visões bastante distintas sobre a mente humana. Nesse contexto, o critério de correção proposto por Watson seria, justamente, a concordância e a adequação da teoria diante do comportamento publicamente observável – ao passo que, para os positivistas, esse critério seria o método de verificação.

Skinner também definiu a psicologia como uma “ciência do comportamento” (SKINNER, 1963, p. 951) e, assim como Watson, estava interessado em “estudar o comportamento de um organismo absolutamente sem qualquer referência à vida mental” – entendida enquanto um elemento causal do comportamento – e sem apelo ao método da introspecção (SKINNER, 2006[1989], p. 164).

Conforme interpreta Skinner, as dificuldades relativas ao uso da introspecção envolvem dois aspectos principais: 1) a impossibilidade do estudo do comportamento de outras espécies a partir da introspecção (SKINNER, 1974, p. 18); e 2) a carência de objetividade desse

método, uma vez que, a partir da introspecção, observadores diferentes chegavam a conclusões distintas acerca dos próprios conteúdos mentais (SKINNER, 1974, p. 188):

Pelo menos por três mil anos, os filósofos, a quem se juntaram recentemente os psicólogos, têm procurado dentro de si mesmos as causas de seus comportamentos. Por razões que estão se tornando claras, eles nunca concordaram sobre o que encontraram (SKINNER, 1991, p. 24)<sup>5</sup>.

Embora tenha concordado com a crítica de Watson à introspecção, Skinner também identificou como insatisfatória a posição de Watson de reconhecer a existência de sentimentos e estados mentais e, ao mesmo tempo, negligenciar por completo o estudo do mundo subjetivo (SKINNER, 1974, p. 18; SKINNER, 2006[1989], p. 13). Segundo Skinner, a distinção entre *eventos públicos* (passíveis de observação intersubjetiva) e *eventos privados* (não passíveis de observação intersubjetiva) foi interpretada por Watson como equivalente à distinção entre *mundo físico* e *mundo mental*, respectivamente. Com essa equivalência, Watson restringiu a psicologia à investigação dos fenômenos comportamentais publicamente observáveis, impedindo o estudo dos aspectos subjetivos da vida humana:

Uma solução, frequentemente considerada comportamental, é garantir a distinção entre eventos públicos e privados e descartar os últimos da consideração científica. Esta é uma solução satisfatória para aqueles para quem a verdade científica é questão de convenção ou concordância entre observadores. É essencialmente a linha adotada pelo positivismo lógico (SKINNER, 1980[1969], p. 342).

No entanto, como behaviorista radical, Skinner afirmou que as pesquisas psicológicas deveriam centrar-se no estudo da história genética e ambiental das pessoas e, assim, interpretou o mundo mental – isto é, os dados introspectivamente observados – como produto colateral dessas histórias (SKINNER, 1974, p. 19). Portanto, ao contrário de Watson, Skinner não nega a existência dos eventos mentais – como os pensamentos, as aspirações ou os desejos –, apenas rejeita o *status causal* de tais eventos.

### **3.3.3 Bertrand Russell: leitor de Watson e divulgador do behaviorismo**

Skinner menciona em sua autobiografia que foi “convertido para a posição behaviorista” por influência de Bertrand Russell (SKINNER, 1979, p. 10): primeiramente, pelo contato com alguns artigos publicados por Russell e, em seguida, pela leitura *An Outline of*

---

<sup>5</sup> Além destas limitações, David Hothersall (2004) ressalta as dificuldades que envolvem o estudo do comportamento de crianças e de pessoas com transtornos mentais a partir da introspecção.

*Philosophy* (1927)<sup>6</sup>, obra na qual Russell discute o behaviorismo de John B. Watson e as implicações dessa perspectiva para a epistemologia e para a filosofia da linguagem. Posteriormente, ainda inspirado por Russell, Skinner teve contato com o livro *Behaviorism* (1924), de John B. Watson (SKINNER, 1976, p. 299).

Apesar do seu contato direto com a obra de Watson, “o pai do Behaviorismo”, Skinner ressaltou a importância da obra de Bertrand Russell para o behaviorismo, enfatizando que a mesma “contém uma discussão muito mais sofisticada de várias questões epistemológicas suscitadas pelo behaviorismo do que qualquer um dos livros de John B. Watson” (SKINNER, 1978, p. 113). Esse elogio de Skinner à obra de Bertrand Russell permite a interpretação de que parte do seu interesse e das pesquisas por ele desenvolvidas, sobretudo no âmbito da linguagem, foram derivadas de questões suscitadas pela apresentação e apreciação do behaviorismo por Bertrand Russell, conforme veremos ao decorrer do presente capítulo.

No prefácio do livro *The Analysis of Mind* (1921)<sup>7</sup>, Russell agradece a John B. Watson por ter realizado a leitura de uma versão preliminar do manuscrito, tendo lhe ajudado com “muitas sugestões valiosas” (RUSSELL, 1995[1921], p. xx)<sup>8</sup>. Nessa obra, Russell apresenta uma interpretação para o funcionamento da linguagem bastante amparada no behaviorismo, enfatizando que a aprendizagem da linguagem pode ser resumida à

---

<sup>6</sup> Skinner refere-se ao livro de Russell unicamente como *Philosophy*, título que a obra recebeu na edição americana. Contudo, ele também demarca que, na Inglaterra, esta obra recebeu o título de *An Outline of Philosophy*, pelo qual ficaria mais conhecida (SKINNER, 1978, p. 113).

<sup>7</sup> É interessante destacar que o livro *The Analysis of Mind* (1921), de Russell, foi discutido em algumas reuniões do Círculo de Viena, em 1929-30 (MANNINE, 2011, p. 257). Antes disso, no *Aufbau* (1928), Carnap cita este livro como fonte de consulta para compreensão acerca da estratégia do behaviorismo de reduzir “todos os fenômenos psicológicos ao que pode ser percebido pelos sentidos, isto é, pelo físico” (CARNAP, 2005[1928], p. 96). Desse modo, é bastante provável que a adoção de uma perspectiva behaviorista por parte de Carnap tenha sido resultado da influência do trabalho de Bertrand Russell. Consequentemente, Russell também teria influenciado Quine na adoção de uma posição behaviorista, mesmo que indiretamente, uma vez que o próprio Quine afirma que o seu interesse com relação ao behaviorismo se deveu à leitura direta de John B. Watson e, sobretudo, ao fisicalismo de Rudolf Carnap (QUINE, 1974, p. 291). Além disso, Quine menciona explicitamente a leitura de *An Outline of Philosophy* (1927), de Bertrand Russell, ainda em 1928, obra em que o behaviorismo de Watson é amplamente discutido (QUINE, TML, p. 58). Agradeço ao meu orientador, o prof. Mauro L. Engelmann, por ter direcionado a minha atenção para tais relações.

<sup>8</sup> Motivado pelo recebimento desse livro, Watson escreveu a Russell, em carta datada de 11 de outubro de 1921, agradecendo-lhe pelo generoso gesto de tê-lo mencionado no livro, já que ele não havia realizado a leitura dedicada que a obra de Russell merecia. Watson diz: “Você certamente foi mais do que generoso comigo no livro [*The Analysis of Mind*]. Eu não esperava a honra de ser mencionado em seu prefácio porque, devido ao meu estado mental perturbado na primavera, quando estava imerso em meus problemas, eu tinha pouco espírito para dar a seu manuscrito a leitura merecida (RUSSELL, 1921 *apud* LUDY, 2006, p. 164). Na carta, Watson provavelmente se refere ao seu conturbado divórcio, em 1920, depois que o seu envolvimento extraconjugal com a sua assistente de pesquisa, Rosalie Rayner (1898 – 1935), se tornou público, custando-lhe o emprego na Universidade Johns Hopkins (HOTHERSALL, 2004, p. 433-434; LUDY, 2006, p. 163).

aprendizagem de hábitos e associações determinadas pelo ambiente (RUSSELL, 1995[1921], p. 158).

Mais especificamente, Russell especifica que conhecer o significado de uma determinada palavra envolve, sobretudo, ser capaz de: (1) utilizar a palavra em circunstâncias adequadas e (2) de agir de forma apropriada ao ouvir a palavra (RUSSELL, 1995[1921], p. 164-5)<sup>9</sup>. Ou seja, o significado de uma palavra seria o conjunto de disposições comportamentais relacionadas à palavra, uma posição claramente behaviorista. Além dessas duas condições, Russell ressalta que a compreensão de uma palavra depende, também, da capacidade de substituir essa palavra por uma outra – por exemplo, de uma outra língua – que produza o mesmo o efeito no comportamento do ouvinte (RUSSELL, [1995[1921], p. 167).

Nessa obra, inclusive, Russell defende uma espécie de indeterminação do significado, afirmando que os processos comportamentais de especificação do significado de uma palavra implicam um certo grau de imprecisão:

Além disso, o significado de uma palavra não é absolutamente definido: há sempre um grau maior ou menor de imprecisão. O significado é uma área, como um alvo: podemos mirar o centro do alvo, mas as partes externas do alvo ainda estão mais ou menos dentro do significado, gradualmente decrescente, à medida que nos afastamos do centro (RUSSELL, 1995[1921], p. 165).

Em uma réplica a Donald Davidson, o próprio Quine comenta sobre a indeterminação da referência sugerida por Russell, dizendo tratar-se de uma indeterminação que afetaria exclusivamente os termos teóricos de uma determinada língua:

A inescrutabilidade da referência há muito foi reconhecida no caso de termos teóricos. De uma forma vaga, era um tema persistente em [*The*] *Analysis of Mind* de Russell, conforme eu o interpretei (QUINE, REE, p. 242).

Contudo, não é possível afirmar em qual medida a indeterminação sugerida por Russell pode ser contornada a partir da aplicação de novos métodos de investigação sobre o comportamento linguístico dos falantes ou se, ao contrário, se trata de uma indeterminação em princípio, tal como a defendida por Quine.

---

<sup>9</sup> Russell ressalta que essas duas condições representam, respectivamente, o *entendimento ativo* e *entendimento passivo* das palavras, ambos característicos da linguagem humana. Afinal, ao contrário dos humanos, os animais apresentam apenas o entendimento passivo de algumas palavras, mas não um entendimento ativo (RUSSELL, [1995]1921, p. 165).

Além disso, como se nota na citação anterior, uma diferença entre a indeterminação sugerida por Russell e o argumento da indeterminação apresentado por Quine envolve a expansão da indeterminação para os termos não-teóricos da linguagem. Afinal, o argumento de Quine acerca da inexistência de uma linha de demarcação estrita entre enunciados analíticos e sintéticos, somado à sua consideração de que a própria observacionalidade dos enunciados pode ser interpretada como uma questão de grau, permite que a indeterminação da referência seja estendida à totalidade do sistema linguístico. Conforme ele próprio afirmou: “Adicione, então, a minha afirmação de que toda referência e, portanto, todos os termos *enquanto* termos são teóricos, e você terá a inescrutabilidade da referência em todo o quadro” (QUINE, REE, p. 243).

Posteriormente, no livro *An Outline of Philosophy* (1927), Russell ancorou-se no behaviorismo para desafiar a concepção internalista e tradicional de conhecimento, fortemente arraigada no contexto filosófico de sua época, segundo a qual o conhecimento é um estado subjetivo da mente. Contrariamente a essa ideia, Russell defendeu que o conhecimento deve ser definido como um modo de ação. Na verdade, é interessante notar que Russell não trata do substantivo “conhecimento”, mas o verbo “conhecer”, demarcando, assim, uma relação específica entre o sujeito que conhece e aquilo que é conhecido – no caso, demarcando uma forma específica de ação sobre o mundo:

Quero dizer que se desejamos dar uma definição de “conhecer”, devemos defini-lo como uma maneira de reagir ao meio, sem envolver algo mais (um “estado da mente”) que somente a pessoa detentora do conhecimento seja capaz de observar. [...] O ato de conhecer, tal como entendo, é uma característica que pode ser exibida em nossas reações ao nosso ambiente (RUSSELL, 1951[1927], p. 20)<sup>10</sup>.

Essa forma de abordar o ato de conhecer, bastante influenciada pelo behaviorismo de Watson, determinará também a compreensão de significado apresentada por Russell. Nessa obra, ele destaca que “a única maneira satisfatória de tratar a linguagem [...] é tratá-la dessa maneira, como o Dr. Watson faz”, e que a teoria da linguagem é “um dos pontos mais fortes a favor do behaviorismo” (RUSSELL, 1951[1927], p. 46).

Segundo a concepção behaviorista apresentada por Russell, portanto, a aprendizagem da linguagem deve ser vista como a aprendizagem de qualquer outro hábito, como algo que “se

---

<sup>10</sup> Em *The Analysis of Mind* (1921), Russell já havia endossado uma posição semelhante, por influência explícita da perspectiva de John Watson: “Não há razão – assim afirma Watson – para supor que o seu conhecimento é algo que vai além dos hábitos exibidos nesse comportamento: a inferência de que as outras pessoas têm algo não-físico chamado “mente” ou “pensamento” é, portanto, injustificada” (RUSSELL, 1995[1921], p. 18).



aprende do mesmo modo como aprendemos a jogar futebol ou a andar de bicicleta” (RUSSELL, 1951[1927], p. 46), isto é, por mecanismos de associação – no caso, por uma associação entre a palavra e uma determinada circunstância ou objeto:

Uma criança aprende a compreende palavras exatamente como aprende qualquer outro processo de associação corporal. Se você sempre diz “mamadeira” ao dar à criança a sua mamadeira, ela, depois, reagirá, ao ouvir a palavra “mamadeira” dentro dos limites que reagia anteriormente diante da mamadeira (RUSSELL, 1951[1927], p. 51).

Então, retomando parcialmente aquilo que havia sido exposto anos antes, em *The Analysis of Mind* (1921), Russell afirma que, para compreender o significado de uma palavra, duas análises são primordiais: 1) quais são as circunstâncias em que empregamos a palavra; e 2) quais são os efeitos produzidos pelo contato (auditivo ou visual) com a palavra em questão (RUSSELL, 1921[1927], p. 47).

Skinner relembra que, em 1938-9, ele teve a oportunidade de relatar a Russell sobre a influência de *An Outline of Philosophy* (1927) na adoção de sua perspectiva behaviorista. Nessa ocasião, Russell teria retrucado dizendo ter suposto “que aquele livro tinha demolido o behaviorismo” (SKINNER, 1979, p. 224; SKINNER, 1999d[1956], p. 117). Em síntese, a suposição de Russell acerca da demolição do behaviorismo se deve ao fato de que, embora ele considerasse o behaviorismo uma inovação que permitiu que a filosofia de sua época desafiasse a concepção internalista e tradicional de conhecimento, ele também compreendia que “o behaviorismo, como *filosofia final*, se desmorona”, sobretudo, por sua incapacidade de lidar com alguns aspectos mais abstratos da linguagem (RUSSELL, 1951[1927], p. 135). Mais especificamente, o behaviorismo de Watson não explicaria os casos em que o falante emite alguma elocução estando distante (no tempo e no espaço) dos objetos que aparecem nessa elocução – como, por exemplo, no caso em que alguém relata um evento passado. Segundo Russell, nesses casos, a essência do significado seria uma imagem mental mantida pelo falante e, correspondentemente, pelo ouvinte; contudo, como o behaviorismo de Watson recrimina a postulação de constructos mentais não observáveis, parecia ser impossível lidar com tais aspectos da linguagem:

Se tivermos razão, o uso das palavras no pensar depende, pelo menos em sua origem, das imagens, e não podemos lidar com elas plenamente dentro dos princípios behavioristas (RUSSELL, 1951[1927], p. 169-170)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Russell se refere, aqui, ao behaviorismo de Watson. O behaviorismo radical, de B. F. Skinner, aborda e explica essas situações, por exemplo, a partir do conceito de *equivalência de estímulos*.

Sobre esse ponto, inclusive, Russell se refere ao behaviorismo de Watson dizendo que, para este teórico, as pessoas não pensam, apenas falam: “O Dr. John B. Watson, o behaviorista, afirma, ao contrário, que nós não pensamos, mas apenas falamos” (RUSSELL, 1951[1927], p. 10)<sup>12</sup>. Por isso, Russell entende que, embora a aprendizagem das palavras possa ser explicada a partir dos mecanismos de associação descritos pelo behaviorismo, tais princípios não explicariam de modo convincente a aprendizagem e a enunciação de sentenças complexas, sobretudo aquelas acerca do passado e futuro, as quais dependeria da memória, da expectativa e, sobretudo, de pensamentos do falante (RUSSELL, 1951[1927], p. 44).

A despeito das fortes críticas de Russell ao behaviorismo, Skinner relembra que, “de qualquer forma, ele [Russell] tinha levado Watson a sério” (SKINNER, 1999d [1956], p. 117), algo que o próprio Skinner também estava interessado em fazer.

### 3.3.4 O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner

Ao contrário do behaviorismo metodológico de John B. Watson, o behaviorismo defendido por B. F. Skinner considera que “uma ciência adequada do comportamento deve considerar os eventos que ocorrem *por sob a pele do organismo*”, sendo capaz de estudar a totalidade dos processos mentais (SKINNER, 1980[1969], p. 343, grifos nossos). No entanto, os eventos mentais não deviam ser interpretados como instâncias mediadoras do comportamento, mas como o próprio comportamento – sendo explicados, também, a partir da ação de variáveis ambientais.

A defesa de Skinner de interpretar os conteúdos mentais em função de variáveis ambientais, em vez de como fatores causais do comportamento, teve como inspiração parcial o

---

<sup>12</sup> Em direção semelhante, o próprio Quine destacou que, no behaviorismo de Watson, a maior parte do pensamento é interpretado como uma fala inaudível (QUINE, MVD, p. 313): “o pensamento, como afirmou John B. Watson, é principalmente um discurso incipiente” (QUINE, FSS, p. 88). Além disso, estabelecendo a diferença entre o seu behaviorismo e outras versões dessa perspectiva, Quine afirmou: “Meu behaviorismo não chega ao ponto de negar que estamos tendo pensamentos” (QUINE, TAFS, p. 93). Contudo, para fazer justiça ao programa filosófico de B. F. Skinner, é importante ressaltar que a atitude de negação dos eventos mentais privados não está presente em seu behaviorismo, mas, somente, no programa behaviorista defendido por John B. Watson. Conforme assinala o próprio Skinner, ao restringir ao uso de métodos objetivos, Watson limitou a possibilidade de investigação acerca dos fenômenos subjetivos: “o behaviorismo metodológico [de Watson] e certas versões do positivismo lógico ignoram a consciência, os sentimentos e os estados mentais, mas o behaviorismo radical não “decapita o organismo” com isso; não “varre o problema da subjetividade para baixo do tapete” (SKINNER, 1974, p. 187). Ademais, além de não ignorar os eventos mentais privados, Skinner especifica uma maneira pragmática de falar sobre tais eventos, propondo a substituição de uma linguagem mentalista por uma linguagem fisicalista que especifica relações comportamentais (MARTIN, 1978, p. 136). Por esse motivo, Norman Malcolm interpretou Skinner como um behaviorista filosófico, isto é, como alguém interessado em “reduzir a linguagem mentalista à linguagem que trabalha em termos de relações funcionais entre variáveis ambientais e comportamentais” (MALCOLM, 1964, p. 143).

*cânone da parcimônia* proposto por Lloyd Morgan (1852-1936), um princípio básico de investigação do comportamento animal, semelhante à Navalha de Ockham, segundo o qual:

Em nenhum caso podemos interpretar uma ação como o resultado do exercício de uma faculdade psíquica superior, se pudermos interpretá-la como o resultado do exercício de uma [faculdade] de um nível mais abaixo na escala psicológica (MORGAN, 1894, p. 53)<sup>13</sup>.

Segundo Skinner, “ao estabelecer a continuidade entre as espécies”, Darwin abriu espaço para o reconhecimento de processos mentais nos animais não-humanos e, com isso, diversos naturalistas começaram a catalogar exemplos de estados mentais – tais como o raciocínio – no reino animal. Contudo, Lloyd Morgan argumentou que o comportamento dos animais poderia ser explicado de maneira mais simples, sem referência a estados mentais (cf. SKINNER, 1938, p. 4; SKINNER, 1959, p. 197; SKINNER, 1963, p. 951).

Primeiramente, o cânone de Lloyd Morgan influenciou os trabalhos de Edward Lee Thorndike (1874-1949), que mostrou que os comportamentos complexos de animais, as quais pareciam demonstrar algum raciocínio, podiam ser explicados a partir do efeito<sup>14</sup> de tais comportamentos sobre o ambiente imediato desses animais – uma explicação precursora do conceito de *comportamento operante* e do *modelo de seleção por consequências*, ambos propostos por Skinner. Posteriormente, John B. Watson aplicou o cânone de Morgan na análise do comportamento humano, apontando que as tentativas de interpretação mental são desnecessárias e focalizando o estudo do comportamento no ambiente imediatamente observável<sup>15</sup> (WATSON, 1924[1919], p. 218; SKINNER, 1938, p. 4; SKINNER, 1959, p. 197) – embora tenha se tratado de um projeto com óbvias limitações, conforme já discutido.

---

<sup>13</sup> Bertrand Russell cita Lloyd Morgan em *The Analysis of Mind* (1921, p. 17, n.8), na parte em que apresenta e discute o behaviorismo de John B. Watson. Uma vez que Skinner tivera contato com o behaviorismo a partir das obras de Bertrand Russell, é provável que ele tenha tido o seu contato inicial com Lloyd Morgan, também, a partir de Russell.

<sup>14</sup> Thorndike descreve a *Lei do Efeito* do seguinte modo: “de várias respostas dadas à mesma situação, aquelas que são acompanhadas ou seguidas de perto pela satisfação do animal, outras coisas sendo iguais, estarão mais firmemente conectadas à situação, de modo que, quando a situação se repete, essas respostas serão mais propensas a se repetir; aquelas [respostas] que são acompanhadas ou seguidas proximamente pelo desconforto do animal, outras coisas sendo iguais, têm suas conexões com essa situação enfraquecidas, de modo que, quando a situação se repete, é menos provável que a resposta em questão ocorra. Quanto maior a satisfação ou desconforto, maior o fortalecimento ou o enfraquecimento do vínculo” (THORNDIKE, 1911, p. 244). Skinner observa que Thorndike continuou mentalista, por fazer referência, nesta *lei*, a termos mentais como “satisfação” ou “desconforto”. Apesar dos resquícios mentalistas em sua teoria de aprendizagem, Skinner afirma, também, que “ele [Thorndike] avançou muito o estudo objetivo do comportamento que tinha sido atribuído a processos mentais” (SKINNER, 1963, p. 952).

<sup>15</sup> Sobre a tentativa de explicar o comportamento sem postular estados de consciências responsáveis por esse comportamento, Bertrand Russell apresenta o seguinte exemplo: “Diz-se que um cachorro “sabe” o seu nome, porque obedece quando chamado, e que “se lembra” do seu dono, porque se mostra triste na sua ausência, mas

Nessa direção, o *modelo de seleção pelas consequências*, de inspiração darwinista<sup>16</sup>, se apresenta como o mais importante princípio do behaviorismo skinneriano, pelo estabelecimento de que os organismos são sensíveis às consequências que seus comportamentos produzem (SKINNER, 1981). Skinner desenvolveu esse modelo a partir do trabalho experimental na câmara de condicionamento operante, um instrumento que ficaria conhecido como a *Caixa de Skinner*: “uma caixa simples, feita originalmente para conter o rato, uma alavanca, um dispositivo para a entrega de uma pelota de comida quando o rato pressionasse a alavanca, e nada mais” (BORING, 1950, p. 650). Os estudos experimentais então realizados mostraram que o comportamento emitido por um determinado organismo pode ser seguido por uma consequência; quando isso acontece, tal consequência pode aumentar ou diminuir a probabilidade daquele comportamento ocorrer novamente, no futuro, em um contexto similar ao de sua emissão inicial. Assim, no modelo de seleção por consequências, a análise das interações entre um organismo e seu ambiente deve especificar três coisas, a saber: (1) a ocasião em que o comportamento ocorreu; (2) o próprio comportamento; e (3) as consequências por ele produzidas (SKINNER, 1980[1969], p. 180).

Desse modo, Skinner exclui os termos mediadores de seu modelo explicativo, não porque os estados internos (mentais) descritos por esses termos sejam inexistentes, mas porque tais instâncias mediadoras são irrelevantes em uma análise funcional do comportamento (SKINNER, 1953, p. 35) – isto é, são irrelevantes para a descrição de leis funcionais que relacionem o comportamento às variáveis ambientais antecedentes e consequentes ao próprio comportamento. Afinal, os próprios termos mediadores carecem de explicação – uma explicação que é alcançada apenas quando tais termos são também analisados funcionalmente:

Quando atribuímos comportamento a um evento neural ou mental, real ou conceitual, provavelmente nos esquecemos de que ainda temos a tarefa de explicar o evento neural ou mental. Quando afirmarmos que um animal age de uma dada maneira porque espera receber alimento, então o que começou como a tarefa de explicar o comportamento aprendido torna-se a tarefa de explicar a expectativa (SKINNER, 1999c[1949], p. 79).

---

agita a cauda e ladra quando o dono regressa. Que o cão se comporta desta maneira é questão de observação, mas que “sabe” ou que “se lembra” de alguma coisa é uma inferência, e, de fato, uma inferência muito duvidosa” (RUSSELL, 1995[1921], p. 17).

<sup>16</sup> Sobre a relação entre a teoria da seleção natural e o modelo behaviorista de seleção pelas consequências, Skinner afirma: “Há um paralelo entre a seleção natural e o condicionamento operante. A seleção de uma resposta instintiva por seus efeitos na promoção da sobrevivência de uma espécie assemelha-se, exceto por enormes diferenças na escala do tempo, à seleção de uma resposta mediante o reforço. A similaridade é notada na utilidade aparente das duas formas” (SKINNER, 1957, p. 450).

Portanto, a novidade do modelo skinneriano está no fato de que as ações passam a ser explicadas, unicamente, a partir de relações organismo-ambiente, sem a pressuposição de variáveis intermediárias, como a mente (SKINNER, 1999c[1949], p. 79; MURPHEY, 2012, p. 93; CARRARA, 2016, p. 27). Conforme resume o próprio Skinner, os resultados obtidos a partir da Análise Experimental do Comportamento, uma ciência conduzida a partir dos pressupostos antimentalistas do Behaviorismo Radical, sugerem fortemente que “o ambiente desempenha as funções anteriormente atribuídas a sentimentos e estados internos, introspectivamente observados” (SKINNER, 1974, p. 210).

### **3.4. Elementos históricos da influência mútua entre Skinner e Quine**

Skinner estudou literatura e língua inglesa no *Hamilton College*, em Nova York, entre 1922 e 1926. Após o seu contato com o behaviorismo, Skinner ingressou na *Harvard University*, em 1928, para a realização do seu doutorado em psicologia, instituição na qual permaneceu até 1936. Nesse período, Skinner estabeleceu as bases de sua perspectiva comportamental, a partir do desenvolvimento inicial do conceito de comportamento operante.

Skinner e Quine se conheceram em setembro de 1933, em um jantar de confraternização da *Harvard Society of Fellows* (QUINE, 1974, p. 291), uma instituição de pesquisa criada para abrigar pesquisadores de reconhecido potencial acadêmico, a quem eram concedidas bolsas de pesquisa de três anos para a condução de pesquisas em qualquer disciplina, sem obrigações institucionais. Quine, que havia recebido seu Ph.D. em 1932, também em Harvard, ingressou na *Society of Fellows* em 1933, juntamente com B. F. Skinner, para realização de trabalhos em Lógica e Teoria dos Conjuntos (QUINE, 1985, p. 13)<sup>17</sup>. À época, a sociedade era liderada por Alfred North Whitehead, orientador de Quine em seus estudos doutorais e coautor de Bertrand Russell na obra *Principia Mathematica*.

Na *Society of Fellows*, Quine e Skinner se tornaram amigos e, em certa medida, parceiros intelectuais. Em uma carta endereçada a Skinner, datada de 03 de agosto de 1985, Quine comenta a amizade que se desenvolvera entre os dois e, também, a coincidência acerca dos interesses e temas de pesquisa de ambos: o behaviorismo e a linguagem.

Éramos almas gêmeas, doutrinados por Watson no behaviorismo e imbuídos por uma filosofia experimental da realidade, e por nenhum *nonsense*. Éramos obcecados pela linguagem também; eu, pelos detalhes concretos da

---

<sup>17</sup> A instituição era composta por seis bolsistas juniores e sete seniores. Além de Quine e Skinner, os bolsistas juniores eram Garrett Birkhoff, Thomas Chambers, John C. Miller e Frederick M. Watkins.

etimologia, principalmente, e você pela teoria linguística básica (QUINE, 1985 *apud* MURPHEY, 2012, p. 14).

Com relação a este aspecto, Richard F. Kitchener (2004) destaca que, com base na leitura da autobiografia de Skinner, “uma hipótese provável” é a de que tenha sido “Skinner quem colocou Quine no caminho naturalista”. Segunda essa interpretação, o naturalismo seria uma perspectiva que Skinner teria absorvido de Bertrand Russell e, posteriormente, teria transmitido a Quine (KITCHENER, 2004, p. 278, n. 3). Nesse âmbito, o naturalismo de Skinner pode ser ilustrado por sua afirmação de que “À medida que o uso da ciência aumenta, somos forçados a aceitar a estrutura teórica com a qual a ciência representa seus fatos” (SKINNER, 1955-1956, p. 52), uma posição bem próxima à observação de Quine de que “é na própria ciência, e não em alguma filosofia primeira, que a realidade deve ser identificada e descrita” (QUINE, TTPT, p. 21).

Contudo, Quine já havia adotado uma perspectiva behaviorista antes mesmo de conhecer Skinner, quando tivera contato com o artigo *Psychology as the behaviorist views it* (1913), de John B. Watson, em 1929-30, em um curso sobre psicologia ministrado por Raymond Herbert Stetson – um linguista, discípulo de William James (QUINE, SRP, p. 291; QUINE, TML, p. 59; QUINE, TDR, p. 265; BORRADORI, 1984, p. 35). Além disso, o próprio Quine comenta em sua autobiografia que tem sido um erro recorrente supor que ele teria adotado uma posição behaviorista por influência de Skinner e que, na verdade, o seu contato com o behaviorismo teria precedido o contato de Skinner com essa perspectiva:

Fred [Skinner] e eu éramos simpáticos um ao outro, compartilhando um interesse pela linguagem e um viés behaviorista na psicologia. Foi erroneamente assumido que eu assimilei meu behaviorismo de Fred [Skinner]; recentemente aprendi com sua autobiografia que, de fato, minha exposição a John B. Watson foi um pouco anterior à dele (QUINE, TML, p. 110).

Sander Verhaegh (2019a, p. 711) se refere à afirmação de Quine de que o seu contato com o behaviorismo teria sido anterior ao de Skinner como “um erro de cálculo”, haja vista que a decisão de Skinner de se candidatar ao curso de pós-graduação em Psicologia, em Harvard, teria sido influenciada pela leitura das obras de Bertrand Russell e, posteriormente, pelo contato direto com os trabalhos de John B. Watson, algo que antecedeu o curso de Psicologia realizado por Quine no *Oberlin College*, em 1929-1930. Contudo, assim como Kitchener, Verhaegh aparenta desconsiderar que Quine também tivera contato com o behaviorismo a partir da leitura das obras de Russell, especialmente a partir de *An Outline of Philosophy* (1927), ainda em 1928 (QUINE, TML, p. 58), o que faz com que a datação de Quine esteja correta.

Foi a partir de sua relação com Quine que Skinner tivera contato com Carnap. Em uma carta endereçada a Carnap, datada de 07 de dezembro de 1933, Quine menciona o interesse de Skinner por seu trabalho:

Fiquei feliz em ler em sua última carta que o seu livro está quase pronto. [...] meu amigo B. F. Skinner, que está interessado nas relações entre psicologia experimental e lógica, adiou um projeto de publicação a fim de ler o seu próximo livro imediatamente (QUINE; CARNAP, 1990, p. 149).

O livro em questão era o *Logische Syntax der Sprache* (1934), de Carnap. Posteriormente, em 1934, Quine realizou uma série de três conferências na Universidade de Harvard acerca desse livro; Skinner assistiu à terceira dessas palestras (SKINNER, 1979, p. 158)<sup>18</sup>. Quine endereçou uma carta a Carnap (datada de 24 de novembro de 1934) sobre este evento, dizendo que, a partir das conferências por ele proferidas, um grupo de pesquisadores, incluindo Skinner, planejava manter reuniões periódicas para discutir o seu trabalho:

Este mês, na universidade, apresentei três palestras públicas sobre o seu recente trabalho [*Logische Syntax der Sprache*]. Um interesse muito satisfatório foi manifesto. Nesta área você é muito discutido. Um grupo de jovens Ph.D's planeja agora se reunir periodicamente para discutir suas ideias (QUINE; CARNAP, 1990, p. 149).

Ademais, devido ao sucesso dessas conferências, Quine, Skinner e David Prall<sup>19</sup> planejaram uma tradução da obra de Carnap para a língua inglesa. David Prall aceitou o encargo da tradução, desde que contasse com a ajuda de Quine (SKINNER, 1979, p. 158). Apesar de Quine ter discutido esse assunto com Carnap em uma série de correspondências (cf. QUINE; CARNAP, 1990, p. 149-152), o trabalho em conjunto não se realizou, uma vez que uma tradução encomendada por C. K. Ogden à Amethe Smeaton já estava em fase de preparação<sup>20</sup>.

O próprio Skinner menciona as palestras proferidas por Quine ressaltando a importância das mesmas para que ele tomasse conhecimento da perspectiva behaviorista de Carnap. Em uma carta endereçada a John Bissell Carroll<sup>21</sup>, em 1937, Skinner afirmou:

---

<sup>18</sup> Peter Hylton (2001, p. 257) destaca que, nessa época, Quine aceitava praticamente sem restrições a concepção de Carnap segundo a qual os problemas filosóficos envolvem sobretudo questões de sintaxe, uma posição que Quine criticaria posteriormente em decorrência de sua rejeição da distinção analítico-sintético. Hylton também sugere que o gérmen da rejeição a tal distinção pode ser encontrado já nestas palestras.

<sup>19</sup> David Wight Prall (1986-1940) foi um filósofo americano, particularmente interessado em estética. Prall estudou lógica e matemática filosófica com Bertrand Russell, entre 1919 e 1920, e lecionou filosofia na Universidade de Harvard de 1930 até a sua morte, em 1940 (SZÉKELY, 2005, p. 1967).

<sup>20</sup> A referida tradução: CARNAP, Rudolf. *The Logical Syntax of Language*. New York: Humanities, 1937.

<sup>21</sup> John B. Carroll (1916-2003) foi um psicólogo americano, colega de B. F. Skinner, conhecido por suas contribuições na área da linguística e da psicométrica. Carroll foi o responsável por editar os trabalhos do linguista Benjamin Lee Whorf (1897-1941), a quem Quine (1960) e Skinner (1959) se reportam.

Foi uma surpresa descobrir que você também havia estudado o Positivismo Lógico. Meu primeiro contato com ele veio através de um amigo, W. V. Quine, que estudou com Carnap em Praga. Desde então, Carnap veio para este país e eu vi algo sobre a obra dele no verão passado com Quine (Carnap deu algumas palestras no Departamento de Filosofia de Harvard.) Ele é o único europeu que já conheci que entende a importância da psicologia behaviorista moderna e suas implicações para o problema do pensamento (SKINNER, 1979, p. 213).

Embora Skinner não tenha influenciado Quine na adoção de sua perspectiva behaviorista, Quine reconhece a influência de Skinner para seu contato com a chamada “linguística esclarecida” (QUINE, 2008[1974], p. 292):

Foi particularmente na teoria da linguagem que Fred [Skinner] abriu as portas para mim. Meu interesse linguístico havia corrido para detalhes etimológicos; ele me apresentou [Leonard] Bloomfield e [Otto] Jespersen e me deu uma primeira edição americana de John Horne Tooke (QUINE, TML, p. 110).

Em sua autobiografia, Skinner comenta o mesmo episódio, dando ênfase ao seu incentivo para que Quine conhecesse a obra de John Tooke:

[Lawrence J.] Henderson<sup>22</sup> me incentivou a olhar para “Diversions of Purley” de John Horne Tooke, publicado em 1786. [...] O livro estava esgotado, mas eu anunciei meu interesse e vários livreiros me enviaram citações. Eu comprei dois e dei um a Van Quine, com a inscrição *Verbum Sat* (SKINNER, 1979, p. 158).

A inscrição grafada em latim, *Verbum Sat*, “a palavra é suficiente”, explica bem o espírito do livro de John Horne Tooke, com o qual Skinner presenteara Quine. Posteriormente, Quine utilizou expressões semelhantes para referir-se ao pensamento de John Tooke, como *Verbum sapienti satis est*: “A palavra é suficiente ao sábio” (QUINE, PPLT, p. 6; QUINE, WAAW, p. 334).

Tooke foi filólogo britânico que, ao final do século XVIII, escreveu um tratado intitulado *The Diversions of Purley* (1786), no qual criticou a *Teoria das Ideias* de John Locke, argumentando que a “composição de ideias”, descrita por Locke, era nada mais do que a “composição de palavras” (SKINNER, 1957, p. 446; SKINNER, 1979, p. 158; QUINE, FME, p. 67; QUINE, FM, p. 155; QUINE, PPLT, p. 3; QUINE, FSS, p. 6). Na obra *From Stimulus to Science* (1995), indicando a sua concordância com tal interpretação e perspectiva, Quine cita a

---

<sup>22</sup> Segundo o próprio Skinner, Lawrence Joseph Henderson (1878-1942) foi um bioquímico que fez um trabalho pioneiro sobre o sangue e fundou o *Harvard Fatigue Laboratory* (SKINNER, 1979, p. 49), projetado, à época, para investigar os impactos fisiológicos e psicossociais causados pela rotina dos trabalhadores da indústria.



seguinte passagem da obra de Tooke – uma passagem também citada por Skinner, décadas antes, no livro *Verbal Behavior* (1957, p. 446):

Eu só desejo que você leia o ensaio de [Locke] novamente com atenção para ver se tudo o que seu imortal autor concluiu não será, com justiça, igualmente verdadeiro e claro se você substituir por *composição de termos* onde quer que ele tenha suposto uma *composição de ideias*. A maior parte do ensaio de Locke, ou seja, tudo o que se relaciona com o que ele chama de abstração, complexidade, generalização etc. de ideias, na verdade, apenas se refere à linguagem” (TOOKE, 1975 p. 37-38 *apud* QUINE, FSS, p. 6)<sup>23</sup>.

A obra de Tooke se tornaria importante para Quine, a partir da qual ele teria desenvolvido a interpretação de que a teoria representacional das ideias é vazia, por não atender aos padrões empiristas (QUINE, FME, p. 68), uma vez que as ideias não são diretamente acessíveis e não existem métodos que permitam estabelecer um critério de identidade entre elas (QUINE, QIPD, p. 88). Afinal, se tudo a que temos acesso é o comportamento observável das outras pessoas, não podemos saber se as palavras que utilizamos referem-se realmente às mesmas ideias do nosso interlocutor:

Quando aprendemos a linguagem, aprendemos a associar palavras com as mesmas ideias associadas por falantes. Contudo, como sabemos que estas ideias são as mesmas? E, no que diz respeito à comunicação, o que isso importa? Todos aprendemos a aplicar a palavra “vermelho” a sangue, tomates, maçãs maduras e a lagostas cozidas. A ideia associada, a sensação associada, será a que for. Mas a linguagem ignora as ideias e se assenta no objeto. Poucas coisas são menos úteis para o estudo da linguagem do que as ideias (QUINE, TRR, §9, p. 35).

Portanto, a principal lição extraída de Tooke foi a necessidade de “exorcizar ideias e se contentar com as palavras” (QUINE, FSS, p. 81), já que são as situações de uso das palavras que, tomadas como partes do nosso mundo subjetivo, permitem o aprendizado da linguagem.

Conforme vimos no segundo capítulo da tese, essa postura tem relação direta com o naturalismo de Quine, em sua afirmação de que “não há lugar na ciência para ideias” (QUINE, QIPD, p. 131). Apesar das críticas de Tooke, contudo, as ideias permaneceriam vivas na filosofia contemporânea, disfarçadas sob o rótulo de significado – entendido, filosoficamente, como a ideia atrelada a uma palavra. Por isso, diz Quine, a noção de significado também merece ser exorcizada.

Assim, conforme argumenta Malone (2001, p. 67), se Tooke foi uma influência preliminar para o desenvolvimento de *insights* importantes de Quine acerca da relação entre

---

<sup>23</sup> TOOKE, John Horne. *The Diversions of Purley*, vol. 1. London, 1786; Boston, 1806, pp. 37-38.

linguagem e mundo, e se Quine chegou à Tooke via Skinner, existe uma influência incontestada de Skinner sobre Quine, mesmo que de forma indireta. Além disso, nesse ponto começam as maiores similaridades entre o pensamento de Quine e Skinner. Conforme veremos, ambos rejeitam a tentativa de explicar a linguagem a partir de uma perspectiva que nomeiam como “mentalista”.

### **3.5. Investigando a linguagem: paralelos entre Quine e Skinner**

Segundo Verhaegh (2019a, p. 723), seria um erro acreditar que Skinner tenha desempenhado qualquer influência na gênese do behaviorismo de Quine, apesar da estreita amizade entre os dois. O autor destaca a inexistência de evidências documentais que apontem que Skinner e Quine tenham se comunicado quando começaram a redigir os esboços de suas principais obras sobre linguagem: *Verbal Behavior*, de Skinner (1957), e *Word and Object*, de Quine (1960).

Com relação à gênese da posição behaviorista, a interpretação está correta, haja vista que o contato de Quine com o behaviorismo precedeu o contato de Skinner com essa perspectiva, conforme vimos na seção anterior. Contudo, existem paralelos notáveis entre alguns dos trabalhos de Quine e Skinner, inclusive com relação ao período de produção e publicação das duas obras citadas, o que sugere uma possível influência mútua entre Quine e Skinner, algo que será discutido daqui em diante.

Conforme destaca Malone (2001, p. 63), em suas principais obras, Quine e Skinner concordam em pelo menos dois aspectos essenciais: (1) com relação à influência do contexto para a definição do significado; e (2) acerca da importância da linguagem, condicionada por uma comunidade verbal, para a autoconsciência acerca de nossa experiência privada. Esses dois aspectos são interdependentes.

O primeiro ponto de contato repousa na recusa de formulações mentalistas para a explicação do fenômeno linguístico. Tanto Skinner quanto Quine entenderam que noções como “significado”, “proposição” e “ideias” são profundamente falhas e anticientíficas, por não serem adequadamente submetidas a análises empíricas.

Como o próprio Verhaegh (2019, p. 170) destaca, na eliminação da noção de significado, Quine faz uso da crítica alavancada por B. F. Skinner à circularidade das explicações mentalistas. Em diversas de suas obras, Skinner menciona que as perspectivas

mentalistas forneceriam pseudoexplicações para o comportamento, devido ao caráter circular das mesmas, uma vez que os conceitos mentalistas seriam inferências realizadas a partir do próprio comportamento que se pretende explicar. Para ilustrar esse ponto, Skinner (1953) apresenta algumas causas mentais frequentemente listadas como explicações para diversos comportamentos observáveis, mostrando que as mesmas são “meras descrições redundantes”:

Quando dizemos que um homem como *porque* tem fome, fuma demais *porque* tem o vício do fumo, briga por *causa* de seu instinto de luta, comporta-se de modo brilhante *porque* é inteligente, ou toca piano muito bem *por causa* de sua habilidade musical, aparentemente estamos nos referindo a causas. Mas uma análise destas frases prova que não passam de meras descrições redundantes. Descreve-se um único conjunto de fatos com duas afirmações: “Ele come” e “Ele tem fome”. Ou “Fuma bastante” e “tem o vício do fumo”. Ou ainda “Toca muito bem” e “Tem habilidade musical” (SKINNER, 1953, p. 33).

Segundo Skinner, além de inefetivas, as explicações mentalistas tendem a aplacar a nossa curiosidade e a paralisar a pesquisa sobre os reais determinantes do comportamento: o ambiente externo imediato a partir do qual o comportamento em questão se desenvolve (SKINNER, 1953, p. 33-4; SKINNER, 1974, p. 17)<sup>24</sup>.

De forma semelhante, Quine aponta que a explicação do comportamento linguístico a partir da noção de “ideia” ou “significado” é problemática, sobretudo, por configurar-se como uma empreitada circular que gera uma ilusão de explicação. Em uma analogia, Quine recorda o uso circular da ideia de *virtus dormitiva*, na comédia *Le Malade Imaginaire*, de Molière, para explicar a conhecida capacidade do ópio de provocar sono: “o ópio teria uma capacidade dormitiva”. Essa suposta explicação, contudo, seria uma mera reafirmação do fato a ser explicado e, por isso, um pseudoexpediente explicativo, completamente inútil. Do mesmo modo, a tentativa de explicar o comportamento linguístico em termo de “ideias na mente” seria uma abordagem circular estéril (QUINE, PML, p. 74; QUINE, WB, p. 111)<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Skinner demarca que a explicação para o comportamento deve ser buscada no ambiente externo imediato do sujeito que se comporta, considerando, também, a história de interação entre esse sujeito e o seu ambiente (SKINNER, 1953; 1974).

<sup>25</sup> Skinner cita o mesmo exemplo de Molière em seu primeiro livro, *The Behavior of Organisms* (1938), argumentando contra a suposta vantagem de uma explicação neurológica do comportamento humano. Skinner interpreta a passagem de Molière como um “golpe de misericórdia ao verbalismo”, isto é, a qualquer tipo de pseudoexplicação: “O erudito médico me pergunta a causa e a razão pela qual o ópio induz o sono. Ao que eu respondo, porque há nisso uma virtude soporífica cuja natureza é acalmar os sentidos” (SKINNER, 1938, p. 427). Posteriormente, em um texto crítico aos aspectos mentalistas Psicologia Cognitiva, *Why I Am Not a Cognitive Psychologist* (1977), Skinner menciona a mesma anedota, argumentando contrariamente à tentativa de explicar o comportamento a partir dos processos mentais que, em si mesmos, também carecem de explicações (SKINNER, 1977, p. 9).

O segundo ponto de aproximação entre Quine e Skinner refere-se à concepção de que a nossa experiência privada está inextricavelmente vinculada à linguagem e, portanto, fortemente relacionada às experiências de uma dada comunidade verbal.

Segundo a concepção skinneriana, a vida subjetiva se desenvolve a partir das relações sociais, uma vez que é a partir do convívio social que aprendemos a utilizar a linguagem – inclusive, para fazer referência a fenômenos e estados corporais privados (CATANIA, 1999, p. 262). Dessa forma, o mundo privado pode ser interpretado como uma construção social na medida em que o relato sobre aquilo que sentimos, pensamos ou desejamos depende do modo a partir da qual a nossa comunidade verbal nos ensinou a falar – e, antes disso, a observar – os nossos estados subjetivos:

A comunidade pode [...] estabelecer uma resposta verbal a um dente que dói apresentando ou mantendo reforço de acordo com uma condição especial do dente que quase certamente acompanha o evento privado ou de acordo com respostas colaterais violentas, como segurar o queixo ou chorar. Assim ensinamos uma criança a dizer “isto coça” ou “isto faz cócegas” porque observamos alguma manifestação que acompanha a estimulação privada [...] (SKINNER, 1953, p. 283).

Quine endossou uma perspectiva semelhante a essa, tendo afirmado que, sem os sinais externos, os termos subjetivos (mentalistas) não poderiam ser aprendidos, uma vez que todo o discurso acerca de eventos mentais depende de termos que são adquiridos a partir de associações, diretas ou indiretas, com o comportamento socialmente observável (QUINE, WO, p. 243; QUINE, MBB, p. 1)<sup>26</sup>. Ele destaca:

Como aprendemos a chamar suas ansiedades de “ansiedades”, nossas dores maçantes de “dores maçantes”, nossas alegrias de “alegrias” e nossa consciência de “consciência”? [...] Claramente, a resposta é que esses termos são aplicados à luz de sinais publicamente observáveis e depois extrapolados a percepções privadas. Alguém observa minha expressão alegre ou ansiosa ou, talvez, observa a própria situação gratificante ou ameaçadora em que me encontro, ou me escuta dizer algo sobre isso. Então, ele aplica a palavra “alegria” ou “ansiedade”. Depois de, talvez, mais uma ou duas dessas lições, eu mesmo aplico essas palavras a alguns dos meus estados similares. Assim, relato minha alegria ou ansiedade nos casos em que nenhum sinal externo deve ser observado além do meu próprio relato (QUINE, PMPN, p. 21).

A partir de tais paralelos, os quais mantêm relação com a posição behaviorista endossada por Skinner e Quine para a análise da linguagem, apresentarei a crítica à semântica mentalista desenvolvida por Skinner no livro *Verbal Behavior* (1957), argumentando sobre

---

<sup>26</sup> Quine afirma que essa visão é essencialmente à crítica de Wittgenstein sobre a possibilidade de uma linguagem privada (QUINE, PMPN, p. 21).

possíveis influências dessa obra nas discussões sobre a aprendizagem da linguagem apresentadas posteriormente por Quine, em *Word and Object* (1960).

### 3.5.1 O *Verbal Behavior* (1957): uma explicação científica para a linguagem

A motivação de Skinner para a escrita de um livro sobre linguagem teria surgido ainda na *Harvard Society of Fellows*, em uma conversa com o seu presidente, o filósofo Alfred North Whitehead.

Skinner relembra que Whitehead frequentava regularmente os jantares da sociedade, sempre disposto a conversar com os bolsistas. Em 1934, após um desses jantares, Whitehead teria enfatizado que o behaviorismo poderia explicar com sucesso o comportamento humano, com exceção do comportamento verbal, encerrando a conversa com o seguinte desafio a Skinner: “Explique meu comportamento enquanto estou sentado aqui dizendo: *Nenhum escorpião negro está caindo sobre esta mesa*” (SKINNER, 1957, p. 456-7; SKINNER, 1979, p. 149). Skinner comenta que, no dia seguinte, ele começou o primeiro esboço do que viria a ser a obra *Verbal Behavior* (1957).

Considerando o fato de que Russell e Whitehead eram colaboradores intelectuais e, além disso, tendo em vista que Russell pode ser apontado, provavelmente, como o primeiro filósofo de língua inglesa a discutir e analisar as influências do movimento behaviorista para a filosofia – tendo, a esse respeito, influenciado figuras como Carnap, Quine e o próprio Skinner –, é provável que Whitehead tenha tido contato com o behaviorismo a partir da leitura das obras de Russell. Essa influência justificaria o tipo de crítica dirigida por Whitehead ao behaviorismo, haja vista a similaridade entre a crítica de Whitehead e aquela elaborada por Russell, ainda em *An Outline of Philosophy* (1927). Conforme vimos, Russell afirmou que, por buscar explicar a aprendizagem da linguagem a partir de mecanismos de associação, o behaviorismo de Watson enfrenta dificuldades para analisar o proferimento de frases que não fazem referências a estímulos presentes (RUSSELL, 1951[1927], p. 73-81), um aspecto que também é destacado pela crítica realizada por Whitehead<sup>27</sup>.

Em sua autobiografia, Skinner relata que as suas qualificações para a escrita do livro “eram limitadas”, devido ao seu escasso conhecimento de linguística – e que, à época, Quine

---

<sup>27</sup> É interessante notar que, em parte, essa é também uma das críticas de Noam Chomsky ao behaviorismo de Skinner: a suposta incapacidade da perspectiva behaviorista em explicar a emissão de frases não aprendidas diretamente por condicionamento operante ou imitação. As características específicas dessa crítica de Chomsky e as réplicas de Skinner e Quine serão abordadas em seção específica da tese, ainda no presente capítulo.

lhe ofereceu algum apoio para o livro (SKINNER, 1979, p. 150-1). Embora não seja possível especificar os detalhes dessa colaboração, o relato de Skinner contradiz algumas interpretações, como a de Verhaegh (2019a), que menosprezam possíveis influências mútuas entre Skinner e Quine, sob o argumento da ausência de correspondências entre os dois, entre 1936 e 1947, momento em que ambos escreviam os esboços de suas respectivas grandes obras: *Verbal Behavior* (1957) e *Word and Object* (1960). Conforme veremos, existem outros paralelos entre as obras que sugerem possíveis contribuições mútuas.

Nessa época, Leonard Bloomfield se tornaria fonte de influência para os trabalhos de Skinner (MATOS; PASSOS, 2006, p. 95). Conforme o próprio Skinner relata, Bloomfield abandonou o estruturalismo<sup>28</sup> em direção a uma perspectiva behaviorista para o estudo da linguagem, afirmando que o significado das palavras não deve ser atrelado a um pensamento ou a qualquer outro ato cognitivo, mas a eventos públicos que antecedem ou sucedem o comportamento verbal. Mais especificamente, segundo o próprio Bloomfield, os proferimentos verbais poderiam ser analisados como uma resposta a estímulos ambientais. Em *Language* (1933), sua principal obra, ele apresenta o seguinte exemplo desse processo:

Suponha que Jack e Jill estão andando por um caminho. Jill está com fome. Ela vê uma maçã em uma árvore. Ela faz um ruído com sua laringe, sua língua e seus lábios. Ele pula a cerca, sobe na árvore, pega a maçã, leva-a para Jill e a entrega em suas mãos. Jill come a maçã (BLOOMFIELD, 1973[1933], p. 22).

Apesar de ter sido influenciado por essa perspectiva pragmática, Skinner critica a análise realizada por Bloomfield, rotulando-a de “risível” (SKINNER, 1979, p. 150). Segundo Skinner, o exemplo utilizado por Bloomfield para explicar o que ocorre quando determinadas palavras são utilizadas seria “simplista demais”, por ancorar-se em um paradigma estímulo-resposta de tipo watsoniano, insuficiente para descrição da complexidade que envolve o comportamento humano e, portanto, da linguagem. Contudo, posteriormente, em um artigo que tratou da comunicação simbólica entre dois pombos, Skinner reafirmou a importância do paradigma comportamental de explicação da linguagem idealizado por Bloomfield, prestando-lhe a homenagem de nomear os pombos utilizados no experimento como Jack e Jill:

Os pombos eram ambos do sexo masculino, mas, nós os chamamos de Jack e Jill em homenagem a Leonard Bloomfield, que, em *Language* (Holt, Nova York, 1933), representou a comunicação comportamental descrevendo um

---

<sup>28</sup> Antes da publicação de sua principal obra, *Language* (1933), a linguística desenvolvida por Bloomfield era amplamente baseada na psicologia de Wilhelm Wundt, teórico que inspirou o movimento estruturalista na Psicologia (DECOCK, 2010, p. 377).

episódio em que Jill pediu a Jack que lhe desse uma maçã (EPSTEIN; LANZA; SKINNER, 1980, p. 545, n. 3).

Skinner observa que o behaviorismo de Bloomfield tivera origem no fisicalismo defendido pelo positivismo lógico. Sobre esse ponto, Skinner (1979, p. 282) cita uma passagem de Bloomfield, na qual ele afirma que:

[...] os lógicos do Círculo de Viena chegaram independentemente à conclusão do fisicalismo: qualquer declaração cientificamente significativa relata um movimento no espaço e no tempo. [...] Esta conclusão implica que declarações sobre ideias devem ser traduzidas em declarações sobre formas de fala (BLOOMFIELD, 1936, p. 89)<sup>29</sup>.

Assim, a concepção behaviorista do significado defendida por Skinner, segundo a qual o significado de uma elocução deve ser buscado nas circunstâncias em que o comportamento verbal ocorre (SKINNER, 1957, p. 13-4) revela-se um influência indireta do fisicalismo de Carnap, via Bloomfield.

Ao longo de toda a sua obra, Skinner criticou a abordagem mentalista em Psicologia. Mais precisamente, ele criticou a tentativa de explicar o comportamento humano a partir da pressuposição de uma entidade hipotética e refratária à investigação científica: a mente. Ao contrário dessa perspectiva, o seu behaviorismo se apresenta como uma filosofia que discute e fundamenta uma ciência psicológica preocupada em investigar experimentalmente as relações existentes entre o organismo e o seu ambiente.

Convencido da validade heurística dos princípios comportamentais descritos a partir da pesquisa experimental com animais, Skinner aplicou a sua teoria operante à interpretação do fenômeno da linguagem, algo que culminaria na publicação do livro *Verbal Behavior*, em 1957. O próprio Skinner afirma que a extensão da teoria operante ao comportamento verbal “é um exercício de interpretação, mais do que uma extrapolação quantitativa de resultados experimentais rigorosos” (SKINNER, 1957, p. 13).

Nessa obra, Skinner definiu o comportamento verbal como o comportamento oral, gestual ou textual “reforçado pela mediação de outras pessoas” (SKINNER, 1957, p. 5). O comportamento verbal é apresentado com um tipo de comportamento que atua indiretamente sobre o mundo, uma vez que as consequências resultantes desse comportamento não dependem

---

<sup>29</sup> Essa passagem é citada por Skinner na segunda parte de sua autobiografia (SKINNER, 1979, p. 282), sem, contudo, especificar a referência da obra em questão. Trata-se de um artigo intitulado “Language or Ideas?”, publicado por Bloomfield em 1936 no periódico *Language*, o mesmo em que, anos mais tarde, Chomsky (1959) publicaria a sua resenha crítica ao *Verbal Behavior* (1957) de Skinner.

exclusivamente do próprio comportamento, mas também do intermédio de outras pessoas. Ou seja, o primeiro efeito do comportamento verbal seria sobre outras pessoas e, apenas posteriormente, sobre o mundo físico:

Um homem sedento, por exemplo, em vez de dirigir-se a uma fonte, pode simplesmente “pedir um copo d’água”, isto é, pode produzir um comportamento constituído por certo padrão sonoro, o qual por sua vez induz alguém a lhe dar um copo d’água (SKINNER, 1957, p. 4).

Skinner utiliza a expressão “comportamento verbal”, em vez do termo “linguagem”, por dois motivos principais: 1) pela carga mentalista que acompanha a palavra “linguagem”; e 2) para frisar que o comportamento verbal não se distingue do comportamento em geral, estando sujeito aos mesmos princípios que influenciam os demais comportamentos humanos. Conforme ele próprio afirma:

O que ocorre quando um homem fala ou responde a uma fala é claramente uma questão relativa ao comportamento humano e, portanto, uma questão a ser respondida com os conceitos e técnicas da psicologia enquanto ciência experimental do comportamento (SKINNER, 1957, p. 7).

De partida, a perspectiva skinneriana é bastante diferente da perspectiva mentalista, aquela que visa explicar a linguagem, ou qualquer um de seus aspectos, a partir da identificação de supostos estados mentais dos falantes. Como vimos, tal perspectiva foi inicialmente representada pela “doutrina das ideias”, segundo a qual uma alocação pode ser explicada pelas ideias que expressava: assim, por exemplo, se duas pessoas proferem frases parecidas, elas teriam as mesmas ideias em mente. Contudo, a fraqueza dessa perspectiva reside no fato de que as ideias não podem ser observadas independentemente das palavras que supostamente transmitem as ideias.

Os sucessores da doutrina das ideias foram, segundo Skinner, os conceitos de “significado” e “proposição” e, mais recentemente, a noção de “informação” proveniente da Psicologia Cognitiva. Contudo, a sua argumentação é a de que a noção de “significado” é cientificamente irrelevante, porque os significados não existem independentemente do contexto de produção do comportamento verbal: afinal, para além de tais contextos, onde os significados estariam localizados?

Nesse ponto, a crítica realizada por Skinner relembra bastante o percurso de Quine, em *Two Dogmas of Empiricism* (1951) e em outras obras, em sua afirmação de que a existência de dicionários não prova a existência de sinonímias cognitivas, uma vez que a função dos mesmos é simplesmente a de explicar os usos de cada palavra:



Muitas vezes, um dicionário explica uma palavra citando outra palavra ou frase que serviria aos mesmos propósitos na maioria das situações ou em situações de tipos especificados, mas nenhuma relação clara de sinonímia é necessária (QUINE, QIPD, p. 131).

Semelhantermente, Skinner afirma que “os dicionários não fornecem significado”; na melhor das hipóteses, “eles oferecem palavras que possuem o mesmo significado” (SKINNER, 1957, p. 10). Uma vez que tanto Quine quanto Skinner leram *The Analysis of Mind* (1921), é provável que a crítica quanto ao recurso aos dicionários para estabelecimento da sinonímia tenha sido derivada de Russell, pois, naquela obra, referindo-se a John Watson, ele também afirma que o significado de uma palavra é deduzido a partir do seu uso, em conjunto com a observação do comportamento do falante, e que os dicionários apenas sintetizam tais usos:

Não é necessário, para que um homem “compreenda” uma palavra, que ele “saiba o que ela significa”, no sentido de poder dizer “essa palavra significa isto e aquilo”. Compreender palavras não consiste em saber suas definições de dicionário ou em poder especificar os objetos aos quais elas são apropriadas. Esse entendimento pode pertencer a lexicógrafos e estudantes, mas não a mortais comuns na vida cotidiana. [...] Dizer que uma palavra tem um significado não é dizer que aqueles que a usam corretamente pensaram alguma vez no que ela significa: o uso da palavra vem primeiro, e o significado é destilado do uso por meio da observação e análise (RUSSELL, 1995[1921], p. 165).

Além disso, uma crítica semelhante é dirigida, por Skinner, à noção de “proposição” – especificamente, à concepção de proposição defendida por Bertrand Russell em *An Inquiry into Meaning and Truth* (1940). Em geral, entende-se por proposição o pensamento expresso por uma frase declarativa com sentido, por exemplo, o pensamento expresso pelas seguintes frases: ‘A neve é branca’, ‘The snow is white’ ou ‘La neige est blanche’. Contudo, Skinner ressalta que “definir uma proposição como *algo que pode ser dito em qualquer língua* não especifica o que são as proposições”, nem os métodos necessários para identificá-las (SKINNER, 1957, p. 10, grifos do autor).

Na concepção de Skinner, portanto, noções como “ideias”, “significados” ou “proposições” deveriam ser substituídas por análises e constructos científicos mais úteis para a descrição e compreensão do comportamento verbal. Para isso, seria necessário que a semântica tivesse como foco as relações ambientais – ou funcionais – que controlam o comportamento verbal, orientada pela seguinte pergunta: “Que condições são relevantes para a ocorrência do comportamento [verbal] – quais são as variáveis das quais ele é função?” (SKINNER, 1957, p. 11).

Segundo a teoria skinneriana, portanto, o significado de uma palavra são as condições ambientais – verbais ou não – que evocam essa palavra, as quais adquiriam essa função devido ao treino social imposto pelas práticas reforçadoras de uma dada comunidade social. Ou seja, o significado das palavras não seriam as ideias presentes na mente do falante, mas as “*circunstâncias* em que as palavras são usadas pelo falante e compreendidas pelos ouvintes” (SKINNER, 1974, p. 82):

O que “significa” realmente *poesia, cadeira, vermelho, raposino* ou *piramidalidade*? Se tentamos responder a esta questão, [...] a fórmula básica é simples: manipular os estímulos e, em função da presença ou ausência da resposta, identificar as propriedades controladoras efetivas [para a emissão dessas palavras] (SKINNER, 1957, p. 108).

Assim como qualquer outro comportamento, o comportamento verbal deve ser analisado a partir das contingências de reforçamento, isto é, a partir dos três aspectos da relação estabelecida entre o falante e o seu contexto – conforme abordado na seção 3.3.4. Essa análise é importante, pois, devido às contingências de reforçamento, um dado comportamento terá a sua probabilidade de ocorrência aumentada em contextos similares àqueles em que as consequências reforçadoras foram produzidas (SKINNER, 1957, p. 31). Por exemplo, na medida em que uma pessoa privada de água diz “água” e o grupo social atende ao seu pedido – reforçando, com isso, o seu comportamento de pedir água –, a emissão da palavra “água” torna-se cada vez mais provável, sobretudo, nas condições em que essa pessoa esteja privada de água e, ao mesmo tempo, esteja diante de uma comunidade verbal que já tenha atendido a pedidos similares<sup>30</sup>.

Como se percebe, o significado de qualquer elocução passa a ser buscado na análise funcional dos contextos que suscitam tais elocuições, tendo-se em vista a história de reforçamento dos proferimentos nestes contextos. Ou seja, o significado de uma palavra consiste no conjunto de circunstâncias ambientais em que a palavra é emitida e reforçada por uma comunidade verbal. Assim, é por atentar-se a tais circunstâncias ambientais que Skinner

---

<sup>30</sup> Skinner descreveu diversos tipos de *operantes verbais*. O exemplo em questão, o pedido de água, seria um exemplo de um *mando*, isto é, uma resposta verbal que tem como função a redução de alguma privação (como a sede) ou a redução/adiamento do contato com alguma estimulação aversiva (SKINNER, 1957, p. 35-6). Um outro operante verbal importante, o *tato*, diz respeito às respostas verbais controladas por estímulos antecedentes físicos (por exemplo, as propriedades físicas de um determinado objeto ou evento) e que produzem reforço condicionado generalizado, tal como a atenção ou a aprovação de um determinado grupo social (SKINNER, 1957, p. 81-2). A frase “O coelho se escondeu atrás daquela árvore”, por exemplo, seria um exemplo de *tato*.

afirma que “o significado não é uma propriedade do comportamento enquanto tal, mas das condições sob as quais o comportamento ocorre” (SKINNER, 1957, p. 15).

As circunstâncias ambientais que evocam uma dada elocução substituem a noção de referência, algo que acontece não apenas no tocante às respostas que ocorrem de forma isolada, como o proferimento de palavras, mas também no tocante às respostas complexas, como no proferimento de frases (SKINNER, 1974, p. 85). A partir dessa perspectiva, Skinner aborda o problema da tradução obtendo conclusões similares àsquelas de Quine acerca da indeterminação dos termos, embora não utilize tal expressão.

Em sua concepção, traduzir significa identificar palavras ou frases diferentes que, embora intercambiáveis, sejam emitidas sob a influência dos mesmos estímulos ambientais – devido ao reforço da comunidade verbal ao proferimento dessas palavras ou frases diante de estímulos (ou circunstâncias estimulatórias) similares (SKINNER, 1957, p. 449). Assim, palavras que são vistas como possuindo o mesmo significado são, na verdade, palavras que estão sujeitas ao mesmo controle verbal:

Quando se pede que alguém intérprete uma passagem ouvida em outra língua, a resposta mais simples pode não ser a tradução, mas a construção de outro conjunto de respostas que tenham o mesmo efeito (SKINNER, 1957, p. 189).

Posteriormente, Skinner detalha esse ponto afirmando que uma tradução é nada mais do que “um estímulo verbal que produz o mesmo efeito original (ou tanto do mesmo efeito quanto possível) numa comunidade verbal diferente” (SKINNER, 1974, p. 85), isto é, um estímulo verbal que predispõe uma comunidade verbal a comportamentos públicos e privados similares aos comportamentos dos falantes da língua a partir da qual o proferimento em questão fora traduzido:

Uma tradução francesa de um livro inglês não é outro enunciado de um conjunto de proposições; é outra amostra de comportamento verbal que produz, num leitor francês, efeito semelhante àquele que a versão inglesa produz no leitor inglês (SKINNER, 1974, p. 85).

De acordo com essa perspectiva, dizemos “a mesma coisa” em línguas diferentes no sentido de que uma mesma situação evoca respostas verbais que são igualmente reforçadas por duas comunidades verbais diferentes; por exemplo, um falante bilíngue pode dizer ‘vermelho’ ou ‘rouge’ diante de um objeto vermelho, a depender da língua em ele esteja sendo interrogado. (SKINNER, 1957, p. 187).

Conforme descreve Skinner, um falante bilíngue consegue realizar traduções entre duas línguas comparando os efeitos das suas traduções ou, mais especificamente, alternando entre a escolha das expressões até que os efeitos das expressões nas duas línguas sejam aproximadamente os mesmos (SKINNER, 1957, p. 76). Contudo, o fato de que duas elocuições proferidas em línguas diferentes produzam efeitos semelhantes em comunidades verbais distintas não implica que tais elocuições possuam a mesma referência, mas, somente, que são expressões verbais comumente proferidas e reforçadas diante de contextos também semelhantes (SKINNER, 1957, p. 187). Como se nota, a perspectiva skinneriana também parece acarretar uma espécie de indeterminação da tradução – ao menos, em sua forma mais fraca, a indeterminação da referência. Talvez seja essa a motivação para a afirmação de Skinner de que é “difícil dizer o que ocorre quando ele [o linguista] ouve algo numa língua e responde em outra” (SKINNER, 1957, p. 76).

### **3.5.2 Uma explicação behaviorista do aprendizado da linguagem: o debate entre Quine-Skinner e Chomsky**

No modelo seleção por consequências proposto por Skinner, como vimos, o comportamento operante é seletivamente reforçado – isto é, torna-se mais provável – por ação de um estímulo reforçador imediato ao comportamento (SKINNER, 1938, p. 21)<sup>31</sup>, algo que ele nomeou de *condicionamento operante*. Consequentemente, o contexto no qual a ação foi reforçada transmuta-se, devido ao reforço, em um estímulo para uma nova ação do sujeito. Ou seja, por ocasião do condicionamento, o sujeito tende a repetir o ato reforçado quando os estímulos que estavam casualmente presentes em sua ação original voltarem a ocorrer.

No caso específico da linguagem, as emissões verbais da criança produzem consequências que fazem com que, futuramente, tais emissões fiquem sob controle – isto é, tenham a sua probabilidade de emissão afetada em função – de condições ambientais semelhantes àsquelas de suas verbalizações iniciais. Isso acontece na medida em que, em um dado contexto, as palavras ou frases emitidas pelas crianças produzem consequências reforçadoras (por exemplo, a atenção ou aprovação dos pais) ou, também, na medida em que essas palavras e frases não produzem consequências as reforçadoras habituais (por exemplo, quando a criança não é compreendida ou atendida) ou, ainda, quando elas produzem

---

<sup>31</sup> Assim Skinner enuncia a *lei do comportamento operante*: “Se a ocorrência de um operante for seguida pela apresentação de um estímulo reforçador, a força (desse operante) é aumentada” (SKINNER, 1938, p. 21).

consequências aversivas (por exemplo, repreensão e correção por parte dos pais). A partir de tais processos, as disposições para o comportamento verbal de cada indivíduo acabam convergindo para as disposições da comunidade linguística mais ampla.

Como exemplo específico desse processo de condicionamento, Quine descreve o papel da interação social no aprendizado, por parte de uma criança, da palavra “Mamãe”:

O ato operante pode ser o balbucio aleatório de algo como “Mamãe” em um dado momento quanto, por coincidência, o rosto da mãe está se assomando. A mãe, satisfeita por ter sido nomeada, recompensa esse ato aleatório, e, assim, no futuro, a aproximação do rosto da mãe tem sucesso como um estímulo para ulteriores enunciações de “Mamãe” (QUINE, WO, §17, p. 74)<sup>32</sup>.

O exemplo mostra que as primeiras partes da linguagem que uma criança adquire são *as frases de observação* rudimentares, incluindo aquelas de uma só palavra, como “Mamãe”, “leite” e outras parecidas, como já discutido no capítulo anterior. Além disso, o uso de expressões como “ato operante” e “recompensa” revela que Quine segue a abordagem behaviorista de B. F. Skinner – e, conseqüentemente, o conceito de *comportamento operante* – para explicar a aprendizagem da linguagem.

Essa influência é atestada pelo próprio Quine, em sua afirmação de que segue Skinner “em aspectos essenciais” (QUINE, WO, §17, p. 75). Além disso, tal influência é notada por diversos comentadores e críticos, os quais afirmam que Quine foi “muito influenciado por seu amigo B. F. Skinner” (RORTY, 2001) e que o seu relato inicial da aprendizagem da língua é predominantemente skinneriano (GIBSON, 1999, p. 426; DECOCK, 2010, p. 374), o que o teria levado à “rejeição de significados como entidades mentais” (SMITH, 1997, p. 55). De modo mais enfático e aparentemente pejorativo, Noam Chomsky afirmou que *Word and Object* (1960) “é basicamente uma ortodoxia skinneriana” (VIRUÉS-ORTEGA, 2006, p. 246).

Embora Quine tenha feito uso de conceitos oriundos da perspectiva behaviorista skinneriana para a descrição da aprendizagem da linguagem, argumentarei que as críticas de Chomsky falham por dois motivos principais: primeiro, devido à sua interpretação incorreta e

---

<sup>32</sup> Observa-se grande paralelo na descrição formal apresentada por Skinner, em *Verbal Behavior* (1957): “Em todo comportamento verbal sob controle de estímulo há três acontecimentos importantes a serem considerados: um estímulo, uma resposta e um reforço. Eles são interdependentes, como vimos, da seguinte forma: o estímulo, agindo antes da emissão da resposta, cria ocasião para que a resposta provavelmente seja reforçada. Sob tal dependência, mediante um processo de discriminação operante, o estímulo torna-se a ocasião em que a resposta provavelmente será emitida” (SKINNER, 1957, p. 79).

limitante do behaviorismo de Skinner; segundo, pelo peso desproporcional atribuído ao behaviorismo enquanto suporte para a tese da indeterminação da tradução.

Ainda em *Word and Object* (1960), Quine concede que posição skinneriana sobre o aprendizado da língua não está isenta de críticos (QUINE, WO, §3, p. 75), referindo-se à Noam Chomsky e à resenha da obra *Verbal Behavior* (de Skinner) por ele publicada em 1959. Para diversos autores, a crítica de Chomsky (1959) teria convencido a comunidade científica da impossibilidade de aplicação dos cânones do behaviorismo para a compreensão do comportamento verbal, algo que teria levado ao declínio do behaviorismo em geral (e.g. COWIE, 1999, p. 159; BOECKX, 2006, p. 18, n. 2; MATTHEWS, 2006, p. 81; SMITH, 2009, p. 28, n. 20; MURPHEY, 2012, p. 94; SMITH, 2014, p. 494). Além disso, alguns autores destacam que as críticas dirigidas por Chomsky a Skinner, com relação à aprendizagem da linguagem, também poderiam ser endereçadas a Quine (e.g., SWIGGERS, 1995, p. 8; HINTIKKA, 1997, p. 474).

Skinner não respondeu à crítica de Chomsky, o que foi interpretado, muitas vezes, como uma autoconfissão de derrota. Contudo, a ausência de uma resposta não significou a concordância para com os argumentos de Chomsky, afinal, Skinner julgara que a resenha não era relevante para ser respondida, uma vez que partia de uma interpretação equivocada do seu behaviorismo (SKINNER, 1983, p. 153-4):

Eu publiquei *Verbal Behavior* em 1957. Em 1958, eu recebi uma resenha datilografada de 55 páginas de alguém de quem nunca tinha ouvido falar, chamado Noam Chomsky. Li metade de uma dúzia de páginas, percebi que ele não tinha entendido meu livro e não fui além. Em 1959, recebi uma reimpressão da revista *Language*. Era uma resenha que eu já tinha lido, agora reduzida a 32 páginas e novamente a descartei. [...] Nos anos 1960 [...] a resenha de Chomsky começou a ser amplamente citada e reimpressa, e se tornou, de fato, muito mais bem conhecida que meu livro (SKINNER, 1999b, p. 353).

A crítica de Chomsky a Skinner envolve uma divergência com relação aos modos a partir dos quais a linguagem é adquirida e, também, com relação ao papel que as ideias ou estruturas inatas desempenham nesse processo. Ao contrário de Quine, que descreve a aprendizagem da língua a partir das evidências públicas responsáveis por tal aprendizado, Chomsky defende que “*a teoria linguística é mentalista*, uma vez que se preocupa em descobrir uma realidade mental subjacente ao comportamento real” (CHOMSKY, 1965, p. 4, grifos meus). Segundo Chomsky, essa realidade subjacente seria uma estrutura inata especificamente

relacionada à faculdade da linguagem, responsável pelo conhecimento dos princípios abstratos compartilhados por todas as línguas (CHOMSKY, 1965, §5, p. 27).

Chomsky afirma que, no âmbito da linguística, a distinção entre mentalismo (ou racionalismo) e antimentalismo (ou empirismo) pressupõe uma distinção anterior entre *competência* e *desempenho*. A competência seria o conhecimento da língua por parte do falante/ouvinte, ao passo que o desempenho representa o uso efetivo da língua em situações concretas (CHOMSKY, 1965, §1, p. 4). A linguística mentalista utilizaria os dados acerca do desempenho – e, também, os dados fornecidos pela introspecção – para determinar a competência linguística, entendida como o “objeto primário de sua investigação”. A perspectiva antimentalista, por sua vez, representada pelo behaviorismo, restringiria a sua investigação e interesse aos dados relativos ao desempenho linguístico. Por esse motivo, Chomsky afirma que o behaviorismo não é sequer uma posição teórica digna de consideração no âmbito da teoria linguística, mas “simplesmente uma expressão de falta de interesse pela teoria e explanação” (CHOMSKY, 1969, p. 193, n. 1).

Além da diferença de “objetivos e prioridades” entre essas as perspectivas mentalista e antimentalista em linguística, conforme Chomsky as descreve (CHOMSKY, 1969, p. 193, n. 1), existiria também uma divergência marcante acerca dos mecanismos explicativos elencados por essas duas perspectivas. Enquanto a perspectiva nativista de Chomsky, de orientação mentalista/racionalista, enfatiza a existência de ideias ou estruturas inatas que determinam a forma como a linguagem é processada e adquirida, a perspectiva behaviorista, de orientação antimentalista/empirista, enfatizaria os processos externos relacionados à aprendizagem da linguagem – mais especificamente, aqueles relacionados ao condicionamento ou ao treino social:

A abordagem racionalista sustenta que além dos mecanismos processadores periféricos existem ideias inatas e princípios de várias espécies que determinam a forma do conhecimento adquirido (CHOMSKY, 1969, §8, p. 48).

Esta concepção contrasta pronunciadamente com a ideia empirista (a concepção prevalecente hoje em dia) de que a linguagem é essencialmente construto adventício, ensinado por “condicionamento” (como sustentariam, por exemplo, Skinner ou Quine) ou, por treino e explicação aberta (como reivindicava Wittgenstein) (CHOMSKY, 1965, §8, p. 51).

Em oposição à perspectiva empirista, Chomsky defende que a aprendizagem da língua pode ser adequadamente explicada apenas se admitirmos que todas as crianças nascem com uma mesma capacidade inata para tal aprendizagem – ou, mais especificamente, que todas as

crianças têm uma predisposição a fazer uso de certos princípios inatos de uma *gramática universal* na análise e produção de suas elocuições (CHOMSKY, 1959, p. 27; BOECKX, 2006, p. 19; MATTHEWS, 2006, p. 84). Nessa direção, ele estabelece uma teoria preocupada em descrever o conjunto das regras inatas que especifiquem a estrutura e a organização da língua, as quais supostamente orientariam a produção de novas frases a partir da combinação de partes de frases já aprendidas – algo que ele chamou de *gramática gerativa*: “[...] um sistema de regras que podem ser repetidas a fim de gerar um número indefinidamente grande de estruturas” (CHOMSKY, 1965, §2, p. 15-6).

Chomsky chegou a comparar o desenvolvimento da linguagem ao desenvolvimento de um órgão anatômico, tal como o estômago ou o fígado, afirmando que, assim como tais órgãos independem da interação com o ambiente para serem formados, o desenvolvimento da fala, o “órgão linguístico”, independeria de processos de interação (CHOMSKY, 2005, p. 35). Skinner, por sua vez, argumentou que a aprendizagem de uma língua depende da interação da criança com uma comunidade verbal que utiliza e incentiva o uso da língua em questão, o que aponta para a preponderância dos aspectos ambientais na explicação da aprendizagem de qualquer língua, sem a pressuposição de regras gramaticais universais e inatas:

Ao argumentar que as regras gramaticais são inatas, Chomsky apontou para certas características universais em todas as línguas. Mas, leve uma criança de Pequim para Nova York e ela crescerá falando inglês e não chinês. É verdade que haverá características comuns – universais –, mas elas serão devidas, não a regras inatas da gramática, mas ao fato de que ambas as línguas têm as mesmas funções (SKINNER, 1983, p. 154).

Chomsky apontou essa tentativa de defender a experiência como um fator predominante para a aprendizagem de um determinado idioma com base no fato de que as crianças falam a língua do grupo social em que vivem seria um “argumento superficial” (CHOMSKY, 1959, p. 44). Na base de sua crítica está a avaliação de que os estímulos ambientais disponíveis para a aprendizagem da língua são muitos restritos e, por isso, seriam insuficientes para permitir a aprendizagem de uma habilidade tão complexa em um espaço tão curto de tempo, algo que ficou conhecido como o *argumento da pobreza dos estímulos* – o argumento mais importante para os nativistas (COWIE, 1999, p. 159; BOECKX, 2006, p. 24; MATTHEWS, 2006, p. 82).

Conforme destaca Matthews (2006), embora o argumento da pobreza dos estímulos assuma diversas formas, a ideia geral é a de que os estímulos com os quais as crianças têm contato são insuficientes para explicar o rápido e complexo desenvolvimento da linguagem, o



que sugeriria que esse desenvolvimento depende da existência de ideias ou habilidades inatas acerca da estruturação das línguas:

Os nativistas linguísticos confiam fortemente nos argumentos da pobreza dos estímulos [...] para argumentar que a aquisição de uma linguagem natural requer que a criança-aprendiz chegue à tarefa de aprendizagem com certo conhecimento inato de domínio específico da linguagem. [...] Aplicado à aquisição da linguagem, a ideia básica é que se você considerar a rica complexidade das línguas que os aprendizes adquirem e os dados relativamente empobrecidos com base nos quais eles as adquirem, deve-se concluir que os aprendizes obtêm sucesso nesta tarefa de aquisição apenas porque eles a iniciam já sabendo muito sobre as línguas que irão adquirir (MATTHEWS, 2006, p. 84)<sup>33</sup>.

Assim, considerando a suposta escassez de estímulos disponíveis para a aquisição da linguagem, o argumento de Chomsky é o de que tanto o desempenho linguístico que os falantes rapidamente desenvolvem quanto a ocorrência de certos princípios gramaticais semelhantes em diversas línguas naturais apenas poderiam ser explicados a partir de uma teoria interessada na descrição das competências inatas dos falantes. Seguindo esse argumento, Cedric Boeckx (2006) detalha diversos aspectos relativos à aprendizagem da linguagem que, pela complexidade envolvida, apenas poderiam ser explicados a partir da existência de faculdades inatas da linguagem:

Nossa capacidade de transformar ruído em som e som em significado, nossa capacidade de extrair palavras do sinal de fala confuso e organizá-las em unidades significativas chamadas frases e combinar essas frases em frases, nossa capacidade de expandir qualquer frase em uma frase mais longa, nossa capacidade de perceber contrastes sutis, mas robustos, [...] e nossa capacidade de produzir e compreender expressões que nunca encontramos antes – todas elas apontam para a necessidade de uma faculdade inata da linguagem (BOECKX, 2006, p. 2).

Nesse bojo, a maioria das críticas que Chomsky dirige à Skinner tiveram como alvo a suposta incapacidade da perspectiva behaviorista de explicar a *geratividade da linguagem*, isto é, de explicar a facilidade a partir da qual os usuários de uma língua conseguem proferir e entender sentenças completamente novas, nunca antes ouvidas (LYONS, 1970; LACEY, 2001,

---

<sup>33</sup> Com relação à centralidade do *argumento da pobreza dos estímulos* para a defesa nativista da necessidade de especificação de estruturas inatas responsável pelo o rápido e pleno desenvolvimento da linguagem, Boeckx (2006) destaca o seguinte: “[...] a evidência linguística disponível para a criança no período de aquisição da linguagem é simplesmente muito pobre para explicar como ela generaliza a partir da pequena amostra de casos que obtém como entrada para uma gramática que gera o conjunto infinito de frases bem formadas da língua (para não falar da façanha verdadeiramente incrível de ser capaz de escolher algum ruído do ambiente e categorizá-lo como sons linguísticos reunidos em palavras). À luz desta lacuna entre *input* linguístico e conhecimento linguístico, o objetivo mais amplo da teoria linguística é [...] delinear a estrutura cognitiva dada biologicamente que permite às crianças humanas projetar gramáticas a partir dos dados que recebem de maneira tão confiável e sem esforço (BOECKX, 2006, p. 19).

p. 45; BANDINI; ROSE, 2006, p. 17). No âmbito específico da aprendizagem infantil, a observação é a de que o número de sentenças produzidas por uma criança é muito maior do que o número de sentenças aprendidas diretamente por meio de condicionamento ou imitação (CHOMSKY, 1959, p. 42). Portanto, a gramática gerativa despontaria como uma espécie de registro cognitivo inato que permitiria a compreensão das propriedades mais fundamentais da língua, auxiliando em sua organização sintática e semântica.

Na interpretação de Chomsky, o condicionamento operante seria lento e trabalhoso, o que sugeriria que as crianças aprendem novas respostas verbais apenas por meio de “meticuloso cuidado” por parte dos adultos. Contudo, ao contrário daquilo que seria o esperado aos moldes behavioristas, as crianças adquirem grande parte do seu vocabulário sem a supervisão dos adultos, por exemplo, “através da televisão, da leitura, escutando os adultos etc.” (CHOMSKY, 1959, p. 42), prescindindo de quaisquer formas de condicionamento programado – o que, supõe Chomsky, contraria o paradigma behaviorista.

No entanto, Skinner relembra que, embora as crianças adquiram novo vocabulário com uma velocidade espantosa – frequentemente, como resultado de um único episódio reforçador –, elas também aprendem “a fazer coisas não-verbais com uma velocidade comparável” (SKINNER, 1974, p. 71), algo que o próprio Chomsky reconhece (CHOMSKY, 1959, p. 29). Desse modo, a aplicabilidade da lei do comportamento operante à aprendizagem verbal não pode ser questionada, simplesmente, porque o processo ocorre em um ritmo rápido (MacCORQUADALE, 1970, p. 93).

Independentemente dessa consideração, Skinner também ressalta que, embora o princípio de seleção pelas consequências seja de fato simples, as contingências de reforço que atuam na seleção do comportamento verbal são, ao contrário do que Chomsky interpreta, bastante complexas (SKINNER, 1983, p. 154). Considerando este aspecto, Skinner sinalizou que o argumento de Chomsky é enganoso, sobretudo, porque desconsidera que existem variações aleatórias nos proferimentos verbais que são selecionadas por seus efeitos na comunidade verbal – isto é, que as crianças aprendem a falar devido aos efeitos que suas vocalizações produzem na comunidade verbal, mesmo que tal comunidade não desenvolva um programa intencional de reforçamento para tais vocalizações:

Eu havia assinalado que, quando uma criança pequena está aprendendo a falar, suas primeiras respostas verbais são reforçadas [...]. Isso sugeria que eu estava argumentando que as crianças sempre precisavam ser ensinadas a falar. Mas muitas das contingências de reforçamento mantidas por uma comunidade

verbal não tinham nenhuma relação com a instrução (SKINNER, 1983, p. 154).

Ainda no *Verbal Behavior* (1957), Skinner já havia afirmado que “as especificações formais sobre as quais o reforço é contingente são, no começo, muito suaves” (SKINNER, 1974, p. 30). Com essa afirmação, Skinner demarca o fato de que, no início da aprendizagem da língua, qualquer enunciação que se aproxime vagamente do comportamento verbal padrão da comunidade tende a ser reforçado. Além disso, a comunidade verbal passa a exigir maior precisão à medida que o comportamento verbal da criança se torna mais frequente, o que faz com que, aos poucos, emissões verbais mais complexas sejam aprendidas.

Para ilustrar esse ponto, Skinner cita uma passagem do livro *Language* (1922), de autoria do linguista dinamarquês Otto Jespersen, na qual ele apresenta um exemplo de aprendizagem que considera as consequências que os ouvintes proveem para aquelas elocuições da criança que, apesar de aleatórias, aproximam-se em alguma medida das práticas linguísticas da comunidade verbal da qual a criança faz parte. A passagem é a seguinte:

Em muitos países, tem-se observado que muito cedo as crianças usam um “m” longo (sem vogal) como sinal de que querem algo, mas nós dificilmente acertaríamos ao supor que originalmente o som era emitido pela criança com esse sentido. Elas não o usam conscientemente até perceberem que os adultos, ao ouvirem o som, acorrem para descobrir o que a criança deseja (JESPERSEN, 1922, p. 157<sup>34</sup> *apud* SKINNER, 1957, p. 31)<sup>35</sup>.

No entanto, Chomsky também argumentou que, apesar de imensamente complicadas e abstratas, as regras gramaticais que governam a formação de sentenças são aprendidas pelas crianças muito rapidamente, sem esforço consciente, algo que ele julgou não ser explicável a partir dos processos de condicionamento operante. Por exemplo, Chomsky destaca que as crianças são capazes de derivar regularidades estruturais de sua língua materna e de fazer o uso de tais regularidades na construção de expressões verbais nunca antes ouvidas (CHOMSKY, 1959, p. 42), o que significa que as crianças *convergem para uma mesma gramática* independentemente das características da interação linguística a que são expostas. Segundo Chomsky, essa convergência seria evidenciada, também, pela regularidade de tipos de erros

---

<sup>34</sup> A referência completa da obra citada por Skinner é a seguinte: JESPERSON, O. *Language*. Nova Iorque, 1922, p. 157.

<sup>35</sup> Skinner parafraseia Jespersen fazendo uso de termos e conceitos behavioristas. O resultado é o seguinte: “Tem-se observado que muito cedo uma criança emite o som “m” em certos estados de privação ou de estimulação aversiva, mas nós dificilmente acertaríamos chamando tal resposta de verbal, nesse estágio. Ela é condicionada como um operante verbal apenas quando as pessoas, ao ouvirem o som, acorrem e proporcionam o reforço apropriado” (SKINNER, 1957, p. 31).

que essas crianças cometem (ou não) no decurso do processo aprendizagem, o que sugeriria a existência de espaço inato de hipóteses que direcionam as crianças para a aprendizagem correta (ANTHONY, 2000, p. 146; BOECKX, 2006, p. 20; SAMET; ZAITCHIK, 2017).

De fato, muitas vezes, erros comuns de conjugação são aparentemente motivados pela estrutura de frases já conhecidas. Na língua portuguesa, por exemplo, as crianças costumam errar a conjugação do verbo “fazer” quando o utilizam para narrar coisas que realizaram no passado, dizendo “eu *fazi*” ao invés de “eu *fiz*” – aparentemente, seguindo as conjugações de verbos com sonoridade parecidas, como “correr” (Eu *corri*) e “cair” (Eu *caí*). Ou seja, as crianças lidam com um verbo irregular como se ele fosse regular (isto é, como um verbo que, nas conjugações, não sofre alterações em seu radical). O argumento de Chomsky, portanto, é o de que as crianças não regularizam os verbos por imitação ou condicionamento, mas a partir de uma suposição (ou a partir do entendimento) das regras da gramática de sua língua materna.

Contudo, segundo Skinner, a explicação de um erro desse tipo não depende da existência de regras inatas da gramática, mas do processo de *generalização operante* (SKINNER, 1974, p. 89): isto é, do fato de que os organismos se comportam de modo semelhante diante de estímulos fisicamente semelhantes – ou, em outras palavras, devido a uma disposição da criança a se comportar diante de novos estímulos (que, porém, são semelhantes a estímulos anteriores) de forma semelhante àquela em que o seu comportamento foi anteriormente reforçado. De modo análogo, Quine também ressalta a importância da generalização para a explicação da linguagem, dizendo que “uma resposta condicionada é condicionada não a uma estimulação única, mas a uma classe de estímulos<sup>36</sup> suficientemente semelhantes” (QUINE, RA, p. 294).

Sendo assim, a generalização explicaria tanto o uso de uma palavra em contextos diferentes daqueles em que o uso da palavra foi primeiramente reforçado, quanto os erros de linguagem (de conjugação verbal) que, inicialmente, poderiam ser interpretados como base para a teoria inatista de Chomsky. Na verdade, o próprio Chomsky reconhece a existência do mecanismo de generalização – além de outros princípios de associação de frases –, mas o descreve como um “princípio fraco” para explicar tal aspecto gerativo da linguagem (CHOMSKY, 1965, §8, p. 47), embora não apresente argumentos para essa afirmação.

---

<sup>36</sup> Uma *classe de estímulos* é um grupo de estímulos que partilham propriedades ou características comuns, sejam elas físicas ou funcionais. Assim, se os estímulos X, Y, Z apresentam relações similares para com um determinado comportamento, então tais estímulos constituem uma mesma classe.

Diversos autores concordaram com as críticas apresentadas por Chomsky (e.g. ANTONY, 2000; BOECKX, 2006, COWIE, 2007; SMITH, 2009, SAMET; ZAITCHIK, 2017). Com relação ao aspecto generativo da linguagem, por exemplo, Fiona Cowie (2007) afirma que a possibilidade de dizer coisas que não fomos treinados mostra claramente que o uso da linguagem “não é determinado por nossa história de reforço”.

Cowie (1999) destaca que, desde a década de 1960, a linguística cognitiva tem acumulado evidências de que o reforço é irrelevante para aquisição da linguagem, já que “a progressão das crianças por vários estágios de conhecimento sintático não está relacionada às expressões parentais de aprovação ou desaprovação” por parte de seus pais ou cuidadores (COWIE, 1999, p. 161). Tal afirmação estaria apoiada pelo fato de que, nas interações observadas, as correções semânticas realizadas pelos adultos não provocam mudanças imediatas na fala das crianças, bem como na observação de que os pais raramente corrigem os erros sintáticos cometidos pelos filhos – e, ainda assim, aos poucos, a habilidade linguística das crianças converge em direção àquela dos adultos. Baseando-se igualmente nessa suposta ausência de correção dos erros sintáticos durante o processo de aprendizagem da linguagem, Antony destaca que as crianças parecem não receber “evidência negativa” de que algumas construções específicas não são gramaticais e, mesmo assim, elas evitam tais construções linguísticas (ANTHONY, 2000, p. 146).

Contudo, estudos que analisaram a interação linguística entre crianças pequenas e suas mães têm identificado características diversas do *input* linguístico que facilitam o desenvolvimento cognitivo e linguístico infantil, algo que contraria as críticas inatistas (BORGES; SALOMÃO, 2003, p. 328; BARBOSA; CARDOSO-MARTINS, 2014, p. 196). Tais pesquisas revelam que as mães – e demais cuidadores – dirigem-se aos bebês com uma fala muito diferente daquela comumente direcionada aos adultos, representada pelo uso de formas sintáticas e semânticas simplificadas, repleta de repetições e reformulações (SNOW, 1977, p. 564) e com grande número de perguntas do tipo *sim/não* (SODERSTROM; BLOSSOM; FOYGEL; MORGAN, 2008, p. 893-4). Além disso, nestas falas, ocorrem modificações prosódicas (no ritmo e na entonação da fala) adaptadas ao nível de desenvolvimento linguístico das crianças – por exemplo, o uso de uma fala mais lenta, mais aguda, com pausas mais longas, ênfase nas palavras essenciais do discurso (FEMALD; SIMON, 1984, p. 113; FERNALD, 1989, p. 1508) e vogais mais claras (KUHL *et al.*, 1997, p. 685), algo que mobiliza a atenção da criança, mantém a interação e fornece pistas sobre a estrutura

sintática e semântica do discurso (SAINT-GEORGES, 2013, p. 11). Todas essas evidências contrariam a interpretação de Chomsky de que a descrição do comportamento a partir da interação organismo e ambiente é “de uma natureza particularmente simples” (CHOMSKY, 1959, p. 27) e, conseqüentemente, lançam dúvidas ao argumento da pobreza dos estímulos

Além disso, o argumento inatista de que os adultos raramente corrigem os erros gramaticais das crianças foi recentemente descrito como um mito, devido à enorme gama de evidências que refutam tal alegação (SCHONEBERGER, 2010, p. 111). Em síntese, os estudos indicam que os adultos corrigem os erros gramaticais das crianças de forma sutil ou indireta, muitas vezes, repetindo os enunciados gramaticalmente incorretos proferidos pela criança, mas reformulando-os corretamente.

Existem outras evidências que contrariam o argumento nativista da pobreza dos estímulos para aquisição da linguagem. Alguns estudos identificaram que a qualidade da interação mãe-filho – representada, por exemplo, pelo uso de construções linguísticas mais simples – é um preditor adequado do desenvolvimento linguístico subsequente da criança (POULAIN; BRAUER, 2017, p. 12; DAVE; MASTERGEORGE; OLSWANG, 2018, p. 17). De modo análogo, Lieven e Tomassello (2008, p. 191) destacam que a existência de falantes adultos com habilidades linguísticas muito díspares contraria a ideia de uma Gramática Universal responsável pelo desenvolvimento da linguagem nos primeiros anos de vida.

Para além desses dados, Robert Matthews (2006) destaca que o argumento da pobreza dos estímulos não estabelece em que medida o conhecimento prévio necessário ao desenvolvimento linguístico seria inato ou, simplesmente, adquirido em outro momento do desenvolvimento, por exemplo, “com base na experiência sensorial não linguística” (MATTHEWS, 2006, p. 84)<sup>37</sup>. Além disso, o argumento da pobreza dos estímulos também não especifica se a aquisição da linguagem dependeria de algum tipo de *conhecimento inato* (como crenças ou ideias) sobre a linguagem – como defendem os nativistas – ou se simplesmente dependeria de alguns *mecanismos inatos* de aprendizagem, algo que os teóricos behavioristas também estão dispostos a aceitar (MATTHEWS, 2006, p. 87). De modo semelhante, alguns autores salientam que Chomsky jamais definiu o status das ideias inatas que ele postulou, o que fez com que o termo “inato” tenha assumido sentidos divergentes no âmbito da linguística,

---

<sup>37</sup> Como defensor dessa segunda perspectiva, Mathews (2006, p. 84) menciona o biológico, psicólogo e epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1990).

dificultando a especificação dos mecanismos inatos de aquisição da linguagem supostos pelos nativistas (SWIGGERS, 1995, p. 12; SHOLZ; PULLUM, 2006, p. 74).

Sendo assim, o argumento da pobreza dos estímulos pode ser interpretado como insuficiente para estabelecer o papel que os processos cognitivos em geral, incluindo as tendências inatas, desempenham na aquisição – e, conseqüentemente, na própria geratividade linguística –, o que abre margem para uma reconsideração das teorias da aprendizagem acerca da linguagem, incluindo o behaviorismo.

### **3.5.2.1 A explicação de Quine para a geratividade da linguagem**

Ainda no *Verbal Behavior* (1957), Skinner discutiu o surgimento de novas respostas verbais, explicando-as a partir de alguns tipos de recombinações. Ele menciona, por exemplo, o fato de que, ao longo do processo de aprendizagem de uma língua, a comunidade verbal costuma ampliar o grau de exigência acerca das elocuições proferidas pelos falantes, passando a reforçar respostas verbais cada vez mais extensas. Essa exigência da comunidade verbal faz com que as respostas verbais mais amplas figurem como unidades funcionais e, conseqüentemente, possam ser recombinadas. Um dos exemplos apresentados por Skinner é o seguinte:

Se ele [o falante] adquiriu uma série de respostas, tais como *a arma do menino* e *o chapéu do menino*, podemos supor que o arcabouço parcial *a \_\_\_\_\_ do menino* está disponível para recombinação com outras respostas. A primeira vez que o menino adquirir uma bicicleta, o falante pode compor uma nova unidade: *a bicicleta do menino*. Esta não é uma simples emissão de duas respostas adquiridas separadamente (SKINNER, 1957, p. 336, grifos do autor).

Ainda assim, no artigo *Quine's Empirical Assumptions* (1968), Chomsky argumentou que a linguagem é fruto de tamanha complexidade que não poderia ser interpretada como uma mera “rede associativa” constituída a partir de respostas condicionadas, assim como fizeram Skinner e Quine (CHOMSKY, 1969, p. 64). Com relação a esse ponto, Chomsky apresenta o seguinte exemplo: se, observando uma determinada passagem, eu digo “*Essa cena é mais ou menos como a vista que tenho da minha janela, com excessão do lago*”, é improvável pensar que essa frase tenha sido aprendida como uma totalidade, via condicionamento – ou, ainda, imaginar aprendizagens anteriores que permitiriam a sua composição a partir de substituições analógicas. Segundo essa perspectiva, um repertório verbal assim desenvolvido presupõe o

desenvolvimento de regras gramaticais que, mesmo inconscientes, permitem a construção de novas frases significativas (CHOMSKY, 1969, p. 64).

Contudo, Quine diz ser frustrante o fato de Chomsky ter-lhe atribuído a “*crença absurda* de que as frases no repertório de um homem são finitas em número e geralmente aprendidas como um todo” (QUINE, RTC, p. 304, grifos meus). Afinal, Quine destacou mais de uma vez que qualquer língua é composta por uma totalidade infinita de sentenças e, além disso, que inúmeras sentenças não são aprendidas enquanto totalidades, mas construídas a partir de partes já aprendidas por meio de *sínteses analógicas*. Por exemplo, muitas palavras são aprendidas contextualmente, por analogias a partir da forma em que apareceram anteriormente em outras frases (QUINE, WO, §3, pp. 8-12; QUINE, TRR, §9, p. 51)<sup>38</sup>:

Tendo sido condicionado ao uso apropriado de “Pé” (ou “Este é meu pé”) como uma frase, e “Mão” da mesma forma, e “Meu pé dói” como um todo, a criança pode de forma imaginativa enunciar “Minha mão dói” em uma ocasião apropriada, embora sem a ajuda de experiência prévia com tal frase concreta (QUINE, WO, §3, p. 8).

Posteriormente, em *The Roots of Reference* (1974), Quine detalhou outro mecanismo responsável pela produtividade da linguagem, a chamada *composição atributiva*, um processo em que uma expressão composta (e que contenha palavras já aprendidas) é aprendida mediante o incentivo social para a utilização de tal expressão nos mesmos contextos em que as palavras individuais que nela ocorrem também podem ser apropriadamente empregadas – e

---

<sup>38</sup> A geratividade da linguagem surge da natureza composicional do significado – descrita, por exemplo, pelo *princípio de composicionalidade* formulado por Gottlob Frege. Em síntese, o princípio da composicionalidade afirma que o significado de uma expressão complexa é determinado pelos valores semânticos de suas partes e pela forma como estas são combinadas. Em uma linguagem natural, as expressões complexas são construídas com base nesse princípio, a partir de operações sintáticas realizadas sobre um conjunto de representações simbólicas simples (como morfemas ou palavras) de modo a constituir expressões complexas (como as frases) (FRANKLAND; GREENE, 2017). É provável que Chomsky tenha atribuído a Quine a concepção de que as frases são aprendidas em sua totalidade por interpretar a sua concepção semântica – segundo a qual o significado de uma expressão é determinado por seu uso em um dado contexto – como uma expressão do *princípio do contexto*, também formulado por Frege, segundo o qual uma palavra apenas tem significado no contexto de uma frase – algo que, à primeira vista, entra em conflito com o princípio de composicionalidade. No entanto, Quine propõe uma certa compatibilidade entre os dois princípios, indicando que, embora o significado de uma palavra apenas possa ser compreendido no contexto de uma frase, quando queremos saber se uma determinada pessoa realmente compreende uma dada palavra, o melhor que podemos fazer é investigar a sua capacidade de compor uma nova frase, de igual sentido, utilizando palavras diferentes: “Nesta questão de compreensão da linguagem, há, portanto, uma interação sutil entre palavra e frase. Por um lado, a frase é fundamental: compreender uma palavra consiste em saber usá-la em frases e como reagir a tais frases. No entanto, se quiséssemos testar a compreensão de uma frase por alguém, faríamos melhor nos concentrando em uma palavra, fazendo mudanças em seus contextos sentenciais. Uma vez que tenhamos nos convencido, por meio de uma multiplicidade de tais sentenças, de que ele entendeu mal a palavra, estamos finalmente justificados em concluir que sua estranha resposta à sentença original que a contém foi devido a um mal-entendido da palavra e não a alguma estranha opinião sobre questões de fato” (QUINE, CM, p. 140-1). Para discussões mais gerais sobre a compatibilidade ou incompatibilidade entre os dois princípios, ver Cohnitz (2005). Agradeço ao prof. Ernesto Perini por ter chamado a minha atenção para este ponto.



desencorajando uso da expressão nas situações em que o emprego individual das palavras componentes não for simultaneamente adequado. Para ilustrar esse ponto, Quine cita o exemplo da aprendizagem do uso da expressão “papel amarelo”:

Aprendemos modos de composição tanto quanto palavras, e assim estamos preparados para produzir e responder a expressões complexas nunca antes ouvidas. Um desses modos de composição é o que os gramáticos chamam de *composição atributiva*, como em ‘papel amarelo’. Podemos imaginar sua aprendizagem do seguinte modo. Os componentes ‘amarelo’ e ‘papel’ foram aprendidos separadamente de uma forma que já nos é familiar. Ouvir essas palavras dá vida a traços de episódios em que o amarelo era saliente e episódios em que o papel era saliente; e esses traços realçam a saliência de qualquer amarelo ou de qualquer papel presente na cena. A saliência do papel amarelo é, então, duplamente realçada. Tudo o que nosso mentor tem que fazer para aperfeiçoar nosso treinamento com o composto ‘papel amarelo’ é desencorajar o assentimento nos casos menos marcantes em que o amarelo e o papel estão separados (QUINE, TRR, §16, p. 59-60).

Assim, ao contrário do que Chomsky sugere, Quine cita pelos menos três modos de aprendizagem de palavras/frases: a ostensão direta (via condicionamento operante), a síntese analógica e a composição atributiva<sup>39</sup>. A ocorrência destes dois últimos modos depende, obviamente, da existência de um repertório linguístico composto por palavras aprendidas diretamente, via condicionamento operante.

Contudo, Quine também destaca que o estabelecimento de quais palavras ou frases foram aprendidas por condicionamento direto e quais foram adquiridas a partir de sínteses analógicas é algo que depende da história individual de cada indivíduo. Nessa direção, ele ressalta que grande parte das críticas que recaem sobre a teoria skinneriana se devem justamente à dificuldade natural de descrever o aprendizado da linguagem e, também, ao fato de que produzimos elocuições que não têm relação importante com circunstâncias observáveis correntes – por exemplo, frases acerca do passado e do futuro (QUINE, TRR, §9). Essa interpretação de Quine encontra paralelo na obra do próprio Skinner, em sua afirmação de que “é difícil, se não impossível, descobrir estímulos que evocam respostas vocais específicas na criança muito jovem” (SKINNER, 1957, p. 31). Contudo, mesmo onde o discurso for complexo e o aprendizado da linguagem parecer obscuro, não teríamos outro modo de analisar o

---

<sup>39</sup> No texto *Mind and Verbal Dispositions* (1975), Quine também cita a *imitação* como um processo de aprendizagem de palavras; contudo, ele reconhece que o sucesso deste mecanismo está relacionado ao provimento de reforço social para o uso das palavras aprendidas via imitação (QUINE, MVD, p. 314).

fenômeno da linguagem a não ser a partir da investigação do comportamento público dos falantes de uma comunidade verbal<sup>40</sup>.

Ainda assim, Chomsky argumenta que, na aprendizagem da língua, o que adquirimos não é um conjunto de disposições para o comportamento, mas um estado mental complexo: o conhecimento de propriedades semânticas da linguagem, o que dificultaria o estudo dessa aprendizagem a partir da perspectiva comportamental (SEGAL, 2000, p. 136). Contudo, Quine destaca que as crianças aprendem corretamente o idioma – isto é, aprendem a utilizar diversas palavras e frases em situações apropriadas – mesmo desprovidos de qualquer acesso aos dados cognitivos dos falantes de sua comunidade verbal, ou seja, mesmo sem qualquer possibilidade de verificarem, para além do comportamento verbal publicamente observável, se as palavras aprendidas expressam ou não as mesmas ideias entre os falantes de sua comunidade verbal.

Quine também afirma que a aprendizagem da linguagem não acontece por telepatia (QUINE, PMPN, p. 31; QUINE, QR, p. 421). Com essa afirmação, ele novamente sinaliza que “os estados internos que acompanham nossas palavras são irrelevantes para o significado”, uma vez que qualquer significado empírico apenas pode ser descoberto a partir da observação da aplicação dessas palavras em contextos intersubjetivos – ou, analiticamente, a partir da “reconstrução de etapas pelas quais elas podem ter sido aprendidas” (QUINE, PMPN, p. 31). Consequentemente, não são os estados psicológicos que determinam o significado das palavras, mas a observação do uso destas palavras e frases em situações intersubjetivamente acessíveis. Por isso, o linguista não tem escolha a não ser atuar como um behaviorista em suas investigações, a partir do uso de métodos de investigação empíricos.

### **3.5.2.2 Behaviorismo e “*tábula rasa*”: uma relação improcedente**

As críticas que Chomsky dirige a Skinner partem, também, da compreensão de que o behaviorismo explica a aprendizagem da linguagem exclusivamente a partir da noção de condicionamento, desconsiderando os aspectos biológicos que permitem tal aprendizado, como se o behaviorismo implicasse a noção de *tabula rasa* (BOECKX, 2006, p. 18) – algo que, conforme veremos, é bastante incorreto. Embora Skinner tenha enfatizado o papel das variáveis

---

<sup>40</sup> É interessante notar que Skinner salienta esse mesmo ponto acerca da compreensão do comportamento em geral, e não apenas com relação ao comportamento verbal. No livro *About Behaviorism* (1974) ele ressalta que compreender o comportamento humano “não é uma tarefa fácil porque muitos fatores relevantes estão fora do alcance e cada pessoa é indubitavelmente única”. Independentemente de tais eventuais dificuldades acerca desses aspectos, ele também destaca que o “nosso conhecimento de outrem é limitado pela acessibilidade, não pela natureza dos fatos” (SKINNER, 1974, p. 152).

ambientais para a aprendizagem da linguagem, ele nunca negou a influência dos aspectos genéticos nesse processo.

Em sua crítica à linguística empirista ou antimentalista, Cedric Boeckx (2006) afirmou que “nenhuma teoria de “tábula rasa” baseada exclusivamente em dados externos pode explicar o aspecto criativo do uso da linguagem (BOECKX, 2006, p. 26). Consequentemente, em sua interpretação, os argumentos da pobreza dos estímulos apresentados por Chomsky mostram que “a aquisição linguagem não é explicável apenas com base no *input* linguístico”, sendo “necessário mais” para essa explicação (BOECKX, 2006, p. 26). Que é “necessário mais” do que o condicionamento para explicar a aquisição da linguagem é uma afirmação óbvia a respeito da qual o próprio Skinner concorda. O ponto relevante, no entanto, envolve a especificação do que seria esse algo mais, como identificá-lo e como especificar a sua função na explicação da linguagem.

Ao descrever a perspectiva behaviorista de Skinner, Chomsky (1965) a apresenta como uma abordagem que analisa e explica a linguagem estritamente a partir de elementos atrelados aos processos de aprendizagem. Em contraponto, ao descrever a sua própria posição mentalista, Chomsky não se restringe à especificação de regras inatas, mas reconhece a importância de processos adventícios de aprendizagem relacionados ao desenvolvimento da capacidade linguística, aos quais ele se refere como “mecanismos processadores periféricos”. Além disso, Chomsky enfatiza que a estimulação apropriada desses mecanismos periféricos seria uma condição necessária para que as estruturas inatas fossem ativadas:

A abordagem racionalista sustenta que *além dos mecanismos processadores periféricos* existem ideais inatas e princípios de várias espécies que determinam a forma do conhecimento adquirido – num modo que pode ser bastante restrito e altamente organizado. *Uma condição para que os mecanismos inatos venham a ser ativados é que seja apresentada estimulação apropriada* (CHOMSKY, 1965, §8, p. 48, grifos meus).

Portanto, Chomsky parece reconhecer a necessidade de, em alguma medida, equacionar o seu inatismo com alguma espécie de empirismo; mas, ao mesmo tempo, ele nega que o behaviorismo equacione (ou possa equacionar) a sua posição empirista com alguma forma de dotação inata. Em direção semelhante, MacCorquadele (1970, p. 92) aponta que crítica de Chomsky a Skinner parece pressupor “uma pseudo incompatibilidade entre os processos genéticos e o reforçamento”, algo que é incorreto. Para além disso, Marc Richelle (2014, p. 151) destaca que Skinner estava ciente de que a controversa clássica entre *ambientalismo radical* e *inatismo radical* havia perdido força ao longo do século XX.

De fato, o próprio Skinner afirmou que “é difícil compreender porque se diz tão frequentemente que o behaviorismo negligencia a dotação inata”, afinal, desde Watson, foram inúmeras as referências “à hereditariedade e ao equipamento de hábitos”, sendo poucos os behavioristas que afirmaram que o comportamento é ilimitadamente maleável (SKINNER, 1974, p. 188). Ademais, Skinner é explícito ao afirmar que a determinação do comportamento humano não se resume aos fatores ambientais, por dependerem também de fatores genéticos:

Numa análise behaviorista, conhecer outra pessoa é simplesmente conhecer o que ela faz, fez ou fará, bem como a *dotação genética* e os ambientes passados e presentes que explicam o que ela faz (SKINNER, 1974, p. 152, grifos meus).

Em direção semelhante, Quine destacou que os behavioristas reconhecem a importância dos fatores inatos para a explicação do desenvolvimento da linguagem, afirmando que ele próprio endossa uma posição bastante semelhante:

Cito o instinto e, portanto, a seleção natural para explicar a indução e também explicar nossos padrões subjetivos inatos de similaridade perceptiva e sua harmonia intersubjetiva pré-estabelecida. Tudo isso é essencial para a prontidão da linguagem. O behaviorismo dá as boas-vindas à genética, a neurologia e às dotações inatas. Apenas exclui explicações mentalistas. (QUINE, QR, p. 417).

Apesar de compreender que o comportamento verbal é estabelecido e mantido por padrões de reforçamento, o behaviorismo radical não menospreza a influência dos aspectos genéticos para a aprendizagem. Conforme destacou o próprio Skinner, “para que haja um comportamento é necessário um organismo que se comporte, e este organismo é produto da genética” (SKINNER, 1953, p. 27). Especificamente no âmbito da linguagem, aquilo que uma criança consegue aprender a partir da observação verbal dos adultos é bastante diferente daquilo que pode ser aprendido, na mesma situação, por qualquer primata. Essa trivialidade mostra que indivíduos de espécies diferentes são dotados de princípios inatos de aprendizagem também distintos – algo que, segundo Gabriel Segal (2000, p. 136), induz os behavioristas a rejeitarem a ideia de tábula rasa. Portanto, a aprendizagem da fala dependeria não apenas da estimulação ambiental, mas também de uma organização biológica específica: de uma musculatura vocal bem desenvolvida e, paralelamente, de uma sensibilidade genética ao reforço contingente à emissão verbal.

Ainda assim, segundo Skinner, a tentativa de explicar a linguagem exclusivamente a partir da genética se revelaria uma espécie de “apelo à ignorância” (SKINNER, 1957, p. 27), devido à impossibilidade de atuar sobre esse âmbito para aprimorar o processo aprendizagem

da linguagem. Tal ressalva demarca o compromisso do behaviorismo não apenas com uma posição antimentalista em linguística, mas com uma concepção pragmática bastante definida: a de ampliar a previsão e o controle do comportamento humano – algo que, na interpretação de Skinner, apenas seria alcançado quando a ciência psicológica direcionasse a sua atenção para as variáveis ambientais que controlam o comportamento humano (incluindo o comportamento verbal). Alguns autores salientam, inclusive, que essa posição pragmática seria o que verdadeiramente distingue a abordagem de Skinner da abordagem de Chomsky, a qual enfatiza mais especificamente a forma ou a estrutura da linguagem (e.g. ROSALES; GARCIA; GARCIA; REHFELDT, 2020, p. 20).

A resposta de Quine às críticas de Chomsky se aproxima e, ao mesmo tempo, se distancia da resposta dada por Skinner. Quine afirma que “o behaviorista está consciente e alegremente envolvido até o pescoço com mecanismos inatos de prontidão para aprender” (QUINE, LP, p. 95), que o behaviorista dá “boas-vindas à genética, à neurologia e às dotações inatas” (QUINE, QR, p. 417) e que é impossível estudar a formação de hábitos ou condicionamentos “sem disposições prévias por parte do sujeito” (QUINE, RTC, p. 306)<sup>41</sup>.

Além disso, ele enfatiza que o próprio funcionamento do reforço, tão central ao behaviorismo, também depende do “espaçamento qualitativo” das estimulações – isto é, da organização do aparato sensorial do organismo e do funcionamento desse aparato no reconhecimento de similaridades ou na identificação de diferenças entre estímulos<sup>42</sup>. Afinal, seria justamente o espaçamento qualitativo que permitiria ao indivíduo, quando afetado por um determinado estímulo, reagir ao estímulo em questão como sendo similar ou como diferente de estímulos anteriores com os quais já manteve contato. Esse espaço inato de qualidades pode ser identificado, parcialmente, a partir do método de condicionamento operante proposto pelo behaviorismo – por exemplo, condicionando uma determinada resposta verbal diante de um

---

<sup>41</sup> Segundo Quine, a afirmação de incompatibilidade entre o behaviorismo e a defesa de disposições inatas para o aprendizado da linguagem parece derivar de uma equalização incorreta entre behaviorismo e o empirismo de John Locke: “[...] ultimamente, senti uma noção equivocada de que há uma tensão entre behaviorismo e disposições inatas. Nada poderia estar mais longe da verdade, uma vez que o próprio condicionamento repousa no espaçamento inato de qualidades. Suponho que a noção equivocada decorra de associar primeiro o behaviorismo ao empirismo, o que é certo, e depois associar o empirismo ao repúdio de Locke às ideias inatas, o que é possível, e finalmente associar ideias inatas a disposições inatas” (QUINE, PPLT, p. 6). Segundo Quine, contudo, essas associações negligenciam os cinco marcos rumo à naturalização do empirismo, discutidos na seção 3.2.

<sup>42</sup> Por Quine ter sustentado a ideia de um “espaço qualitativo” inato das estimulações sensoriais, Chomsky afirma que “não está claro se a posição de Quine deve ser considerada como realmente empirista”, podendo a sua filosofia ser interpretada também como um “uma forma extrema de nativismo” (CHOMSKY, 1969, p. x, n. 48). Contudo, conforme temos visto, essa interpretação se apoia em sua concepção errônea de que os teóricos empiristas rejeitam quaisquer tipos de dotações inatas.

estímulo específico e, posteriormente, verificando na presença de quais estímulos essa resposta verbal também seria emitida:

Nós podemos estimar distâncias relativas em seu espaço de qualidade observando como ela [a criança] aprende. Se nós reforçarmos sua resposta “Vermelho” na presença de carmesim [vermelho escuro] e a desencorajarmos na presença de amarelo, e então descobrimos que ela apresenta essa resposta ao rosa e não ao laranja, nós podemos inferir que os matizes do carmesim e do rosa utilizados são mais próximos um do outro, no seu espaço de qualidade, do que o carmesim e o laranja. Indícios suplementares do espaçamento estão disponíveis na hesitação da criança ou no seu tempo de reação (QUINE, WO, §17, p. 75-6).

Quine também destaca que esse espaçamento de qualidades é parcialmente inato, haja vista a possibilidade de alterá-lo por meio de estimulações, isto é, de alterar a forma como o indivíduo reage a determinados estímulos a partir do condicionamento operante, modificando as disposições prévias a determinados estímulos:

Se o sujeito é recompensado por responder de uma certa maneira a um estímulo e punido por responder a outro estímulo, então, o fato de responder do mesmo modo a um terceiro estímulo reflete uma desigualdade nesse espaçamento qualitativo das três estimulações; o terceiro estímulo deve se assemelhar mais com o primeiro do que o segundo. Como cada resposta aprendida pressupõe algumas dessas desigualdades anteriores, algumas dessas desigualdades devem ser desaprendidas; elas, portanto, são inatas (QUINE, LP, p. 96).

Além disso, Quine enfatiza que os mecanismos inatos relativos à aprendizagem da linguagem vão muito além do espaçamento de qualidade, incluindo possíveis mecanismos ainda desconhecidos:

Duas gerações atrás, a dotação inata suplementar que obteve o crédito principal era um instinto de imitação. Uma geração atrás, um instinto balbuciante alcançou o primeiro lugar; o bebê balbucia aleatoriamente e os pais reforçam seletivamente esses enunciados. Atualmente, o instinto balbuciante está perdendo o sabor e o instinto de imitação está de volta à ascensão. Espero que esses dois auxiliares inatos estejam presentes, e também, é claro, o espaçamento inato das qualidades, e também algum outro aparato inato que ainda não foi identificado (QUINE, PPLT, p. 5).

Sendo assim, a adoção de uma concepção behaviorista acerca da aquisição da língua não implica que esse aprendizado seja determinado exclusivamente por fatores ambientais. Afinal, embora exista uma parcela de influência ambiental representada pela ação seletiva da comunidade verbal, o aprendizado da linguagem também depende do espaçamento de qualidade pré-linguístico da criança, isto é, de uma organização biológica que a capacita a identificar – e a aprender a identificar – semelhanças e diferenças entre os diversos estímulos.

Portanto, ao contrário de Skinner, que minimiza a importância da identificação dos aspectos inatos que orientam a aprendizagem humana, Quine defende que uma descrição mais acurada dessa estrutura inata permitiria não apenas uma compreensão mais exata da linguagem, mas de todos os processos de aprendizagem (QUINE, LP, p. 96). Além disso, Quine ressalta que, providos de uma melhor compreensão dos mecanismos internos e das aptidões inatas relativos à aprendizagem de idiomas, poderíamos aprimorar o conjunto de hipóteses analíticas utilizadas na tradução. Esse aprimoramento não eliminaria a indeterminação da tradução, como ele próprio enfatiza, mas permitiria traduções mais adequadas:

Pois, se tivéssemos uma compreensão profunda dos mecanismos internos do aprendizado de idiomas e das aptidões inatas por de trás desse aprendizado, poderíamos usar esse conhecimento para restringir nossa escolha entre os conjuntos de hipóteses analíticas que, do ponto de vista do comportamento verbal, estão no mesmo nível. Podemos descobrir que uma escolha simula melhor os mecanismos universais de aprendizado de idiomas do que outra. Tal desenvolvimento não refutaria a indeterminação da tradução, mas proporcionaria maneiras superiores de acomodá-la (QUINE, PPLT, p. 18-9).

Considerando que Quine reconhece a importância da identificação das estruturas inatas para a compreensão dos processos de aprendizagem, poderíamos questionar o seguinte: por que Quine rejeita a teoria inatista de Chomsky?

Em primeiro lugar, porque a teoria inatista pode levar a equívocos – por exemplo, embasando uma compreensão incorreta do papel do ambiente na aprendizagem da língua. Considerando que as evidências disponíveis para a identificação dos estados cognitivos e das estruturas inatas de aprendizagem advêm da observação do comportamento dos falantes, poderíamos cometer o erro de, observando uma performance linguística que tenha sido modelada pela comunidade verbal, julgá-la como o resultado direto de estruturas inatas. Por isso, Quine conclui que devemos ser cuidadosos na suposição e identificação do espaçamento de qualidades pré-linguísticas de uma criança. Essa posição faz-se exposta ainda em *Word and Object* (1960), como se nota:

Assim elaboradamente explorando e planejando um espaço de qualidade pré-linguístico de uma criança, nós poderíamos, na verdade, estar sistematicamente nos enganando. Pois, talvez o espaço assim reconstruído corresponda somente minimamente a suas disposições iniciais, e foi moldado principalmente pelos efeitos progressivos de nossos próprios testes sobre a criança (QUINE, WO, §17, p. 76)<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Quine menciona que foi alertado sobre esse ponto por Donald Davidson (QUINE, WO, p. 76, n. 5).

Quine retoma esse mesmo argumento em *The Roots of Reference* (1974), inspirado pelas reflexões sobre ideias inatas e disposições elaboradas por Stephen P. Stich<sup>44</sup>. Quine destaca que qualquer disposição – entendida como a tendência a se comportar de uma determinada forma em determinada(s) circunstância(s) – pode ser estabelecida sem dificuldades desde que as circunstâncias nas quais a disposição se manifesta sejam definidas de forma suficientemente restrita. De modo análogo, as disposições inatas podem ser facilmente estabelecidas, mesmo que, muitas vezes, o comportamento observado não esteja de acordo com a disposição esperada – basta que, nesses casos, sejam feitas restrições posteriores a respeito do contexto em que a disposição inata deveria se manifestar:

Stephen Stich fez essa observação de maneira notável com referência às disposições inatas. Por que não atribuir cada ato de um homem a uma disposição inata? É verdade que, se as circunstâncias em que ele agora age de uma certa maneira são circunstâncias em que ele uma vez falhou em agir, parece que temos motivos para negar uma disposição inata; mas o problema é que qualquer circunstância pode ser considerada de um tipo sem precedentes, definindo o tipo estritamente (QUINE, TRR, §2, p. 5).

Em direção semelhante, Føllesdal (1999) comenta que, embora exista um sistema inato de aprendizagem, tal sistema se modifica a partir da experiência, facilitando o desenvolvimento da linguagem. Sendo assim, pode ser difícil estabelecer a demarcação estrita entre aquelas características que são inatas e aquelas que, ao contrário, se desenvolveram propriamente a partir da experiência:

Nascemos com muitas disposições e habilidades para registrar certas características do mundo e extrapolá-las indutivamente. Essas habilidades são decisivas para a percepção e ação, e também para o aprendizado de idiomas. Através do aprendizado de idiomas, essas habilidades se tornam mais desenvolvidas e refinadas. Isso, por sua vez, facilita o aprendizado de idiomas (FØLLESDAL, 1999, p. 147).

Portanto, o entendimento de Quine é o de que, embora a aptidão linguística seja inata, a linguagem, em si mesma, é aprendida – e, na aprendizagem de uma língua, a aptidão inata vem à tona a partir da interação com falantes de uma determinada comunidade em contextos publicamente observáveis, isto é, a partir de vivências intersubjetivas. Nesse ponto reside a importância do condicionamento operante descrito por Skinner: a possibilidade de aprendermos frases de observação simples, de modo direto, por meio da ostensão:

---

<sup>44</sup> Embora Quine não cite um texto específico, é provável que ele se refira ao seguinte texto: “STICH, Stephen P. Introduction: The Idea of Innateness. In: STICH, Stephen P. (Ed.). *Innate Ideas*. Los Angeles: University of California Press, 1975”.



A resposta condicionada mantém um papel fundamental no aprendizado de idiomas. É o ponto inicial de qualquer léxico particular, pois mostra que aprendemos termos de observação (ou, melhor, frases simples de observação) por ostensão. Aprender por ostensão é aprender por indução simples, e o mecanismo de tal aprendizado é condicionamento (QUINE, LP, p. 96).

Ao mesmo tempo, Quine também assume que, isoladamente, o condicionamento operante é incapaz de suportar toda a aprendizagem da língua, argumentando que o espaçamento de qualidades pré-linguísticas e demais estruturas inatas ainda desconhecidas são necessárias para que a criança supere os limites da aprendizagem por ostensão.

Assim, foram justamente as limitações do condicionamento operante para a aprendizagem total da língua que, no âmbito da tradução, teriam sugerido a importância das hipóteses analíticas – isto é, a importância de correlações exploratórias, para além dos dados empíricos disponíveis, entre a língua nativa a ser traduzida e a nossa língua de trabalho (QUINE, LP, p. 96). Com relação a este aspecto, Quine afirma que, se o antiempirismo de Chomsky afirma apenas que, tomado isoladamente, “o condicionamento é insuficiente para explicar o aprendizado de idiomas”, tal afirmação estaria plenamente de acordo com a tese da indeterminação da tradução (QUINE, LP, p. 97)<sup>45</sup>. Afinal, é justamente pelo fato de que os dados públicos são insuficientes para a determinação da referência – somado ao fato de que tais dados são os únicos disponíveis para a especificação do significado – que nos deparamos, por vezes, com a indeterminação dos nossos enunciados.

### ***3.5.2.3 Muito além da investigação sobre a aprendizagem da linguagem***

Ao recusar a possibilidade de compreensão empírica da linguagem, Chomsky interpretou Skinner como um defensor do modelo causal “Estímulo-Resposta” proposto por John Watson, uma análise equivocada e que denota a falha de Chomsky em compreender a abordagem funcional defendida por Skinner (cf. MacCORQUADALE, 1969, p. 841; JUSTI; ARAUJO, 2004, p. 269; PRIMERO, 2008, p. 276; RICHELLE, 2014, p. 147). A explicação de Skinner sobre a recusa em responder a resenha de Chomsky aborda, justamente, esse ponto:

Finalmente, se fez a questão: por que não respondi a Chomsky?  
Muitas razões temo que mostrem uma falta de caráter [por parte de Chomsky].  
[A sua interpretação] implicava que eu era um psicólogo estímulo-resposta (o

---

<sup>45</sup> Em uma réplica a Jitendra Nath Mohanty, Quine reafirma esse mesmo argumento: “Quando ele assume [Jean] Piaget, Mohanty insiste que a fala não é um mero “sistema de condicionamento e reflexos condicionados”. Concordo. Caso contrário não haveria indeterminação da tradução; a sinonímia de estímulo seria suficiente para todos” (QUINE, REE, p. 230).

que não sou) e que eu pensava que as pessoas eram muito parecidas com pombos (o que não penso) (SKINNER, 2009[1974], p. 354).

Chomsky defendeu a existência de regras universais e inatas da gramática que explicariam o fenômeno da linguagem. Skinner, apesar de reconhecer aspectos comuns e universais entre línguas distintas, enfatizou que tais semelhanças não se deviam à existência de regras inatas da gramática, mas ao fato de que todas as línguas servem às mesmas funções: à descrição de objetos e fatos, à realização de perguntas, ao proferimento de ordens etc. Para Skinner, portanto, as principais semelhanças entre as diversas línguas não são os seus aspectos gramaticais, mas os efeitos que os falantes produzem no ambiente social – algo que, conforme venho argumentando, deve ser analisado e descrito funcionalmente.

Segundo Quine, apesar das dificuldades existentes na descrição dos processos de aprendizagem do comportamento verbal, as ideias de Skinner “são substancialmente verdadeiras de uma boa parte do que acontece na primeira aprendizagem de palavras” (QUINE, WO, §17, p. 75). Por isso, apesar de reconhecer a existência de críticos, Quine prossegue a sua descrição comportamental do aprendizado da linguagem “como se não houvesse dúvida sobre a verdade do behaviorismo” (MURPHEY, 2012, p. 112) – algo que, para muitos, pareceu uma adesão dogmática ao behaviorismo.

Contudo, Quine não pode ser acusado de dogmatismo nesse ponto, sobretudo, devido à fidelidade ao seu naturalismo. Como vimos, o naturalismo de Quine envolve a concepção de que é no interior da própria ciência que a realidade deve ser identificada e descrita (QUINE, TTPT, p. 21), o que implica, por exemplo, na importância de utilizar a teoria científica mais adequada para fundamentar as discussões filosóficas. Isso foi exatamente o que Quine fizera, já que, o “behaviorismo era a tendência dominante na psicologia, filosofia e linguística na época” (DECOCK, 2010, p. 373).

No entanto, em escritos posteriores, Quine destacou que é incorreto interpretar o experimento mental de tradução radical como resultado de uma investigação acerca da aquisição da linguagem por parte da criança – e, como vimos, o ataque de Chomsky à tese da indeterminação da tradução se concentra, justamente, nesse ponto. Embora Quine mencione que a investigação empírica acerca da aprendizagem da língua é uma questão “fascinante”, ele afirma também que esse nunca fora o seu foco de estudo (QUINE, QR, p. 419).

Em parte, essa afirmação pode parecer estranha, haja vista as várias passagens em que Quine discute abertamente tal aprendizagem. Contudo, convém salientar que, desde *Word and*

*Object* (1960), Quine pareceu distanciar-se de possíveis aspectos idiossincráticos relativos à formação dos hábitos linguísticos<sup>46</sup>. Por exemplo, ele argumentou que as situações de aprendizagem e, suspostamente, as próprias conexões neurais de cada sujeito podem ser diferentes e, ainda assim, o resultado final em termos de desempenho linguístico continua sendo bastante semelhante:

Pessoas diferentes que se desenvolvem na mesma linguagem são como diferentes arbustos podados e adestrados para tomar a forma de elefantes idênticos. Os detalhes anatômicos de ramos e galhos encherão a forma elefantina de maneira diferente em cada arbusto, mas os resultados globais exteriores são semelhantes (QUINE, WO, §2, p. 8).

Posteriormente, Quine retoma essa mesma alegoria dos arbustos em uma afirmação explícita de que a estruturação das conexões neurais de cada sujeito é indiferente para a compreensão do funcionamento da linguagem:

A discussão com [Burton] Dreben ajudou a esclarecer essas consequências de minha nova postura. Em *Word and Object*, eu já havia assinalado que a comunicação não pressupõe nenhuma semelhança nas redes nervosas; o comportamento verbal é inculcado apenas com a força da estimulação superficial. Essa foi a minha parábola dos arbustos aparados (p. 8), semelhantes na forma externa, mas totalmente diferentes em seus galhos e ramos internos. Salve a superfície, nas palavras do pintor, e você salva tudo (QUINE, TI, p. 4).

Ademais, Quine também afirmou explicitamente que a questão importante “não é apenas o fato de aprendermos a linguagem condicionando respostas claras à estimulação externa”, mas simplesmente o fato de que a observação do comportamento verbal em contextos intersubjetivos é uma condição necessária para o desenvolvimento da linguagem:

O ponto mais especial é que o comportamento verbal é determinado pelo que as pessoas podem observar das respostas umas das outras e pelo que as pessoas podem observar acerca dos estímulos externos umas das outras (QUINE, PPLT, p. 4).

Consequentemente, a plausibilidade da tese indeterminação da tradução não dependeria da identificação dos modos pelos quais – e dos mecanismos a partir dos quais – a

---

<sup>46</sup> Além disso, Sofia Stein (2009, p. 93) afirma que, para os propósitos de explicar como aprendemos a nos referir a objetos, “Quine não está propriamente preocupado em reproduzir como de fato ocorre o aprendizado da linguagem, ele se satisfaz com a possibilidade de construir uma explicação plausível de como esse aprendizado poderia ocorrer”. Conforme a autora destaca, Quine é explícito quanto a isso em *The Roots of Reference* (1974): “De qualquer modo, não estou comprometido nem mesmo com uma explicação factual do aprendizado do inglês, mesmo que isso fosse bem-vindo. Minha preocupação essencial com a psicogênese da referência seria satisfeita, numa medida adequada, com uma explicação plausível de como se poderia proceder, passo a passo, da infância para uma linguagem logicamente regimentada da ciência, mesmo que se passasse ao largo do inglês” (QUINE, TRR, §24, p. 92).

criança aprende a língua materna, mas apenas da constatação de que, independentemente de quais sejam os mecanismos subjacentes a tal aprendizado, ele se realiza a partir da evidência obtida, social e intersubjetivamente, a partir dos sentidos. Sendo assim, o significado pode ser adequadamente interpretado como uma propriedade do comportamento, algo que justificaria a conjectura da indeterminação da tradução. Com esse argumento, Quine parece destacar que, apesar de ter feito uso de argumentos skinnerianos para a análise da linguagem, em certa medida tal behaviorismo é irrelevante para o estabelecimento da tese da indeterminação da tradução.

### **3.6. As funções da atitude behaviorista: diferenças entre Skinner e Quine**

Existem diferenças notáveis quanto ao projeto epistemológico apresentado por Quine e o projeto científico desenvolvido por Skinner ao longo de toda a sua produção científica. Enquanto Quine estava interessado em uma questão filosófica sobre como somos capazes de produzir frases que descrevem efetivamente o mundo (QUINE, TRR, §1, p. 1; QUINE, PMPN, p. 32), o interesse de Skinner consistia em explicar, prever e controlar o comportamento humano, incluindo o comportamento verbal (SKINNER, 1957, p. 13).

A intenção de Skinner era a de descrever a linguagem a partir de um paradigma que possibilitasse intervenções. Como vimos, ele afirmou que, embora os fatores genéticos sejam importantes para compreensão do comportamento, a genética “é de mínimo valor em uma análise experimental ou no controle do comportamento porque essa condição conhecida não pode ser manipulada” (SKINNER, 1953, p. 28). Assim, sua recusa quanto à utilização de processos ou mecanismos mediadores tem, além de uma motivação teórica, uma função pragmática ancorada no ideal de controle e previsão do comportamento humano. Essa motivação pragmática é apontada por Skinner, também, em um texto no qual ele apresenta argumentos críticos à psicologia cognitivista:

Eu estou igualmente *preocupado com as consequências práticas*. O apelo para estados e processos cognitivos é um desvio de atenção que bem pode ser responsável por muito de nossa falha em resolver nossos problemas. Nós precisamos mudar nosso comportamento e só podemos fazê-lo mudando nosso ambiente físico e social (SKINNER, 1977, p. 10, grifos nossos).

No entanto, Quine discordava que as explicações últimas para o comportamento deveriam ser buscadas na análise funcional do ambiente físico e social. Em uma entrevista a Giovanna Borradori, Quine afirmou que a concordância que ele mantinha com relação ao

behaviorismo de Skinner quanto aos seus aspectos metodológicos não se estendia à utilização dessa teoria enquanto um modelo de explicação última da realidade:

Skinner e eu temos a posição fundamental de que uma explicação – *não a mais profunda, mas a de um tipo mais superficial* – é possível no mais puro nível comportamental [...]. No entanto, acredito que o behaviorismo não é, em última análise, explicativo, embora seja indispensável metodologicamente (BORRADORI; QUINE, 1994, p. 35, grifos nossos).

O behaviorismo seria indispensável metodologicamente na medida em que permite conferir sentido empírico àquilo que é dito em termos vagos e mentalistas:

Os estados e eventos mentais não se reduzem ao comportamento, nem são explicados pelo comportamento. Eles são explicados pela neurologia, quando explicados. Mas seus adjuntos comportamentais servem para especificá-los objetivamente. Quando falamos de estados ou eventos mentais sujeitos a critérios comportamentais, podemos ter certeza de que não estamos apenas proferindo palavras (QUINE, FM, p. 167).

Assim, ao contrário de Skinner, que sustentava que as leis psicológicas deveriam ser descritas em um nível estritamente comportamental ou funcional, Quine defendia que uma explicação última para o comportamento humano e para a linguagem envolveria a descrição dos processos neurológicos:

Para uma explicação causal profunda dos estados e eventos mentais, por outro lado, devemos olhar não apenas para o comportamento, mas também para a neurologia (QUINE, SBLM, p. 26).

Essa posição se mantém constante ao longo da obra de Quine, inclusive em suas últimas publicações, nas quais ele continuaria a afirmar que uma explicação última para o comportamento deve ser buscada a nível neurológico ou fisiológico:

[...] eu nunca acho que o comportamento seja explicativo. O comportamento exige explicação. E a explicação vai estar no sistema nervoso. Vai ser fisiológica (QUINE, TAFS, p. 94).

A explicação mais profunda, a fisiológica, analisaria essas disposições [comportamentais] em termos explícitos de impulsos nervosos e outros processos orgânicos identificados anatomicamente e quimicamente (QUINE, MVD, p. 323-4).

Quine argumentou que os estados mentais são eventos neuronais e que a descrição comportamental seria apenas um meio de identificar e especificar tais estados, representando um nível preliminar de pesquisa, anterior à descrição neurológica. Como metáfora para explicar a relação entre os níveis comportamentais e neurológicos, Quine comparou os estados mentais a doenças. Ele ressalta que, apesar de existir uma causa fisiológica para os sintomas observados

em um determinado quadro patológico, costumamos definir e diagnosticar tais enfermidades a partir de sinais publicamente observáveis – incluindo, sob este rótulo, os relatos do paciente. Semelhantemente, embora os eventos neuronais sejam a causa dos eventos mentais, identificamos e estudamos tais eventos indiretamente, a partir do comportamento publicamente observável e das disposições comportamentais do falante.

Ou seja, assim como os sintomas não são a causa da doença, mas aquilo que permitem a sua identificação por parte do médico, os fenômenos comportamentais seriam os sintomas resultantes dos estados mentais (QUINE, MBB, p. 1; QUINE, TAFS, p. 94). Essa metáfora é apresentada em diversos textos:

No caso de uma doença infecciosa, você procura pelo microrganismo, mas não identifica a doença por esse organismo, identifica a doença pelos sintomas. O comportamento verbal é o sintoma: os sintomas dos estados mentais (BORRADORI; QUINE, 1994, p. 35)<sup>47</sup>.

Os estados mentais são como doenças. Uma doença pode ser diagnosticada à luz de seus sinais observáveis, embora o germe culpado ainda seja desconhecido pela ciência. Aliás, o diagnóstico depende muito dos sintomas relatados pelo paciente; e é assim, predominantemente, com a detecção de estados mentais (QUINE, PMPN, p. 24).

Precisamos da descrição comportamental para até mesmo especificar de qual estado ou evento neural estamos falando [...]. A situação é como a de uma doença cujo micróbio ou mecanismo ainda não foi determinado; especificamos a doença por sua manifestação externa, mas a doença em si não é a manifestação (QUINE, MBB, p. 1).

Em resumo, o nível comportamental seria o âmbito a partir do qual os estados mentais são identificados. Por isso, ao afirmar que o behaviorismo é “indispensável metodologicamente” (BORRADORI; QUINE, 1994, p. 35), Quine enfatiza que a importância do behaviorismo não reside nas explicações fornecidas para o comportamento humano, mas no fato de que “é em termos de comportamento externo que especificamos o que queremos que seja explicado” (QUINE, TIQ, p. 174).

---

<sup>47</sup> No entanto, é importante destacar que, para Skinner, os comportamentos também podem ser vistos, metaforicamente, como sintomas. Contudo, ao contrário de Quine, que enxerga os comportamentos como sintomas dos processos neurais, Skinner entende os comportamentos como sintomas das contingências, isto é, como resultado das relações funcionais estabelecidas entre o comportamento/organismo e as variáveis ambientais – ou, para simplificar, das relações com o seu ambiente físico e social, tanto no passado quanto no presente. O comportamento verbal, por exemplo, seria um sintoma da história de aprendizagem – isto é, da história de interação do sujeito com a sua comunidade verbal. De todo modo, temos, aqui, exemplos de atitudes completamente diferentes acerca do behaviorismo. Para Skinner, ser behaviorista significa entender que todo o comportamento humano – incluindo o comportamento verbal – é selecionado por suas consequências. Para Quine, entretanto, assumir uma posição behaviorista significa, meramente, endossar uma atitude empírica na investigação do fenômeno da linguagem.

Além disso, o behaviorismo seria importante por constituir-se como um método capaz de “ancorar os termos mentalistas”; isto é, por sua capacidade de estabelecer um significado objetivo para tais termos e conceitos a partir de “vínculos substanciais com a observação” (QUINE, PML, p. 26). Temos, nesse ponto, mais um contraste entre as perspectivas teóricas de Quine e Skinner. De sua parte, Quine entende que, assim como as noções mentalistas são postuladas nas ciências com a esperança de que elas “possam ser submetidas um dia a uma explicação física completa” (QUINE, TRR, §9, p. 34)<sup>48</sup>, as conjecturas sobre “mecanismos internos são louváveis na medida em que haja esperança de que sejam apoiadas por descobertas neurológicas” (QUINE, TRR, §9, p. 37). Por sua vez, Skinner discorda da postulação de mecanismos neurológicos como expedientes explicativos, afirmando a incapacidade de atuarmos sobre tais mecanismos visando a predição e o controle do comportamento humano.

Por isso, é possível afirmar que, ao contrário do apontaram diversos de seus críticos (e.g. CHOMSKY, 1969; DEVITT; STERELNY, 1999, p. 199; RORTY, 2001; VIRUÉS-ORTEGA, 2006, p. 246), Quine não teria se comprometido epistemologicamente com o behaviorismo no sentido de defender que as descrições funcionais seriam as explicações científicas últimas para o comportamento humano. Ao contrário, a partir da análise de diversas de suas obras, sobretudo àquelas posteriores a *Word and Object* (1960), é possível concluir que, em sua filosofia, o behaviorismo deve ser interpretado, tão somente, como um expediente metodológico capaz de produzir informações relevantes sobre o comportamento humano em contextos intersubjetivamente observáveis.

### **3.7. Para além do behaviorismo: o argumento empirista para a indeterminação da tradução**

O fato de Quine ter se aproximado do behaviorismo skinneriano levou muitos interpretes a assumirem tal behaviorismo como o núcleo da tese da indeterminação da tradução (e.g. FRIEDMAN, 1975, p. 364; DEVITT; STERELNY, 1999, p. 199; DECOCK, 2010, p. 371; McDERMOTT, 2012, p. 300; CHATEAUBRIAND, 2014, p. 153; PAGIN, 2014, p. 250), sobretudo devido ao destaque dado por Quine aos aspectos behavioristas que acompanham o

---

<sup>48</sup> Contudo, é importante salientar que, ao contrário de Carnap, que adota o fisicalismo como um desiderato científico, Quine adota “o fisicalismo como uma posição científica” (QUINE, QIPD, p. 281), da qual ele poderia ser dissuadido caso a ciência mais avançada desenvolvesse interpretações não fisicalistas de suas melhores teorias. Como exemplo dessa possibilidade de superação do fisicalismo, Quine menciona a mecânica quântica, que, em sua interpretação neoclássica (de Copenhague), adquire “um toque distintamente mentalista” (QUINE, QIPD, p. 281).

aprendizado da linguagem, algo que refletiria no trabalho do tradutor radical. Contudo, o próprio Quine também afirmou que “o behaviorismo mais amplo é irrelevante” para a indeterminação da tradução (QUINE, COF, p. 110).

O seu behaviorismo, tal como o próprio Quine o apresenta, provém da compreensão de que “a linguagem é uma arte social” aprendida e ensinada a partir da observação e correção do comportamento verbal em circunstâncias observáveis (QUINE, WO). Ou seja, uma posição que não se restringe a um “esquematismo psicológico específico” (QUINE, LP, p. 96), configurando-se meramente, como uma espécie de “programa de pesquisa” em linguística (QUINE, ITA, p. 5; QUINE, PT, p. 38).

Essa interpretação é confirmada inclusive por “um dos mais veemente críticos de Quine”: Jerrold Katz (HYLTON, 2007, p. 374, n. 8). Katz (1988) afirma que o behaviorismo endossado por Quine não assume qualquer forma reducionista: “não é a doutrina militante que classifica como heresia científica tudo que não pode ser estritamente definido em termos de estímulo e resposta” (KATZ, 1988, p. 230)<sup>49</sup>. O behaviorismo de Quine, conforme Katz destaca, é simplesmente “uma maneira de colocar o estudo da linguagem em pé de igualdade com outras ciências” (KATZ, 1988, p. 230), porque exige que as teorizações da linguística sejam efetuadas com base em evidência objetivas – no caso, a partir da observação do comportamento público dos falantes:

O behaviorismo de Quine simplesmente retira os linguistas de suas poltronas e os coloca em campo enfrentando a tarefa de ter que alcançar uma teoria de uma língua com base no comportamento manifesto de seus falantes em circunstâncias observáveis (KATZ, 1988, p. 231).

O behaviorismo endossado por Quine representa um programa de pesquisa empirista e antimentalista que tenta compreender a linguagem – e não a totalidade do comportamento humano – a partir das condições públicas que sustentam a sua aprendizagem e correção. Desse modo, Quine não parece assumir qualquer compromisso para com a validade geral do behaviorismo, mantendo a tese da indeterminação da tradução imune às críticas padrões dirigidas a esta doutrina, em sua forma mais ampla – apesar do fato de que, muitas vezes, o próprio Quine contestou diversas dessas críticas, conforme vimos.

---

<sup>49</sup> Ao dizer que o behaviorismo de Quine não é simplesmente uma doutrina que interpreta o comportamento em termos de “estímulos e respostas”, Katz (1988, p. 235) parece apresentar a perspectiva behaviorista a partir da terminologia que caracteriza o behaviorismo metodológico de John B. Watson. Contudo, conforme vimos, o behaviorismo de Watson se difere amplamente do behaviorismo radical B. F. Skinner, que é a posição behaviorista à qual Quine se refere mais especificamente, sobretudo em *Word and Object* (1960).



Assim, o behaviorismo é relevante como argumento para a indeterminação da tradução apenas na medida em que fornece critérios para o estudo do aprendizado da linguagem. Ou seja, o behaviorismo é interpretado como uma espécie de empirismo intersubjetivo indispensável à compreensão científica da linguagem, uma atitude condizente com o seu realismo robusto. Por essa razão, Quine afirmou que “mesmo aqueles que não adotaram o behaviorismo como filosofia são obrigados a aderir ao método behaviorista dentro de certas atividades científicas” (QUINE, PPLT, p. 5) e que ele próprio se considera “behaviorista assim qualquer pessoa de mente saudável deveria ser” (QUINE, RTH, p. 296).

Como tal, em sua posição behaviorista, o significado linguístico é identificado como uma função estrita do comportamento observável (QUINE, ITA, p. 5; QUINE, PT, p. 38) e, nesta direção, Quine compartilha com Dagfinn Føllesdal (1990) a interpretação de que meras *condições empíricas* já seriam suficientes para o estabelecimento da tese da indeterminação:

Dagfinn [Føllesdal] tem iluminado a tese de indeterminação eliminando o que não lhe pertence. O que importa é apenas que o significado linguístico é uma função do comportamento observável em circunstâncias observáveis. Dagfinn [Føllesdal] divide esta condição em duas: [1] o significado é fruto das evidências pelas quais ele é aprendido, e [2] essa evidência é pública (QUINE, COF, p. 110).

De fato, Føllesdal insistiu que o fundamento para a indeterminação da tradução seria unicamente o empirismo (FØLLESDAL, 1973, p. 294) ou, ainda, aquilo que mais tarde ele chamaria de “behaviorismo evidencial” (FØLLESDAL, 1990, p. 98; FØLLESDAL, 2011, p. 274), isto é, a compreensão de que as únicas evidências disponíveis para o estudo da linguagem são as evidências publicamente disponíveis nas situações sociais de sua aprendizagem, a saber, o comportamento linguístico dos falantes<sup>50</sup>. A partir dessa perspectiva, a tese da indeterminação da tradução aponta para o fato de que as evidências sensoriais empiricamente disponíveis fornecem apenas as *condições de contorno* para o estabelecimento dos significados – condições estas que, por sua vez, podem ser satisfeitas por diferentes hipóteses ou manuais de tradução. Como consequência, a tradução resulta indeterminada.

---

<sup>50</sup> Alguns comentadores concordam com a caracterização do behaviorismo em termos estritamente evidenciais. Seguindo Føllesdal, Paul A. Roth (2003, p. 263) enfatizou que “o behaviorismo de Quine pertence à sua noção de evidência para explicações científicas”, por valorizar a observacionalidade. De modo semelhante, Tyrus Fisher (2010, p. 57) afirmou que “o behaviorismo de Quine equivale apenas a um aspecto amplamente incontroverso de seu empirismo evidencial”. Ainda nessa direção, Richard Kitchener se refere ao programa de Quine a partir do rótulo de “behaviorismo epistemológico” (KITCHENER; 2004, p. 286).

Isto posto, Quine destaca que se o termo “behaviorismo” não se encaixa em suas descrições acerca da linguagem, o uso do termo deve ser repensado:

[...] tenho resumido o ponto dizendo que a linguística tem que ser behaviorista; mas se o termo não se encaixa em minha descrição, o termo é o que deve ser descartado (GIBSON, 1988, p. 129)<sup>51</sup>.

Concluindo suas ponderações acerca de sua orientação behaviorista, Quine entende que, talvez, fosse mais apropriado referir-se à sua postura meramente como um exemplo de uma posição empirista em linguística – uma postura empirista que, todavia, se distancia do empirismo tradicional moderno, por rejeitar posições mentalistas relativas à linguagem:

Para não sofismar sobre a palavra “behaviorismo”, talvez um uso atual e mais adequado seria referir-se a esta orientação simplesmente como empirismo; mas é o empirismo em um sentido distintamente moderno [mais precisamente, contemporâneo], pois rejeito o mentalismo ingênuo que tipificava o velho empirismo (QUINE, LP, p. 58).

O velho empirista olhava para dentro, em direção às ideias; o *novo empirista* olha para fora, em direção à organização social da linguagem (QUINE, LP, p. 58, grifos meus).

Assim, ao contrário do que afirma a maioria dos intérpretes e críticos de Quine, o núcleo da tese da indeterminação da tradução não seria o behaviorismo – entendido, em sua forma mais ampla, como um programa de pesquisa em psicologia – mas, unicamente, o seu *empirismo*: a insistência em expressar os critérios linguísticos em termos de observação, ou seja, em termos que são (ou podem ser) ensinados por ostensão e cuja aplicação pode, em cada caso particular, ser verificada intersubjetivamente.

Esse “novo empirismo” – ou *empirismo naturalista* – representa uma atitude de bom-senso, por exigir que as nossas hipóteses estejam amparadas em alguma evidência empírica, em vez de em ilusões. Assim, tal empirismo rejeita ficções vazias, exemplificadas na postulação de entidades mentais como forma de dar sentido àquilo que, simplesmente, poderia ser explicado a partir da observação do comportamento em contextos publicamente acessíveis. Ser um *realista robusto*, como Quine foi, significa conceder status de realidade apenas àquelas entidades e noções que assumem algum papel explicativo em nosso melhor expediente de compreensão da realidade: a ciência. Apesar de eventuais incertezas que rondam esse processo, não há outro caminho.

---

<sup>51</sup> Correspondência pessoal de Quine a Roger Gibson (1988), datada de 14 de dezembro de 1984.

## CONCLUSÕES

Desde o seu estabelecimento em *Word and Object* (1960), a indeterminação da tradução tem sido apontada como a “tese mais conhecida e controversa de Quine” (HOOKWAY, 1998, p. 127), por ter obtido avaliações bastante discrepantes por parte de seus comentadores e críticos. Alguns afirmaram que a indeterminação poderia ser reduzida ou eliminada e, por isso, que esta tese seria falsa (e.g. EVANS, 1975; KIRK, 1986); outros, como Chomsky, afirmaram que, interpretada epistemologicamente, a tese é “verdadeira e desinteressante” (CHOMSKY, 1980, p. 15); e há aqueles, ainda, que apresentaram a indeterminação da tradução como uma tese “intrigante, profunda e importante” (SEGAL, 2000, p. 131).

A proliferação de interpretações discrepantes acerca da indeterminação da tradução fez com que alguns comentadores afirmassem que “não está claro o que é a tese, nem quais são os argumentos” que a sustentam (McDERMOTT, 2012, p. 300). Considerando tais críticas, o objetivo do presente trabalho foi justamente o de lançar luz ao debate, indicando a relação da indeterminação da tradução com outras teses da filosofia do Quine, os argumentos que a estabelecem e as suas consequências filosóficas.

A tese da indeterminação da tradução não pode ser dissociada do debate travado entre Quine e Carnap acerca das noções de *significado* e *analiticidade* – um debate em que as divergências entre os dois filósofos podem ser explicadas pela atitude empirista endossada por Quine, em sua exigência de que a analiticidade e a sinonímia (a igualdade de significados) fossem especificadas em termos empíricos (QUINE, EDQ, p. 154; CARNAP, 1963a, p. 918). O diagnóstico inicial é o de que tais conceitos são assumidos muito rapidamente e de modo pouco críticos por alguns filósofos, por produzirem uma atraente explicação para o funcionamento da linguagem que, no entanto, seria ilusória. Ao contrário, a indeterminação da tradução aponta para o fato de que os significados não contribuem para a compreensão da significatividade da linguagem.

Em diversos textos, Quine destacou que o experimento da tradução radical foi concebido como uma crítica às noções de significado e proposição – e, conseqüentemente, à semântica introspectiva em geral (QUINE, ITA, p. 9; QUINE, QR, p. 419), isto é, como um ataque à posição segundo a qual o significado de uma frase reside nas ideias presentes na mente do falante. A crítica realizada por Quine ressalta que noções como “significado”, “proposição”

e “ideias” são falhas e anticientíficas, por não serem adequadamente submetidas a análises empíricas. Como exemplo, tem-se o próprio experimento da tradução radical, que ilustra a possibilidade de estabelecer manuais alternativos de tradução que especifiquem intensões distintas e empiricamente equivalentes para um mesmo termo. Tal possibilidade mostra que os significados são pouco claros com relação à sua individuação e que, por isso, seriam expedientes fúteis na descrição do funcionamento da linguagem (QUINE, PL, p. 10).

A indeterminação da tradução é apresentada na obra de Quine como duas teses distintas: a *indeterminação da referência*, relativa à indeterminação dos elementos subsentenciais do discurso, como os termos; e a *indeterminação holofrástica*, relativa à indeterminação de frases em sua totalidade. A primeira indica que dois termos podem ser equivalentes do ponto de vista de suas condições estimulatórias (ou seja, que dois termos podem ser incitados pelos mesmos estímulos) e, ainda assim, designarem objetos diferentes. A segunda afirma que duas sentenças podem ser equivalentes do ponto de vista de suas condições estimulatórias, embora contrárias em valor de verdade. Alguns comentadores indicaram que a indeterminação da tradução seria uma mera instância, no âmbito linguístico, da *tese da subdeterminação das teorias físicas* (eg. CHOMSKY, 1969, p. 67; RORTY, 1972; SOAMES, 1999, p. 322; BETCHEL, 1980, p. 315; SEGAL, 2000, p. 133; COLLIN, 2011, p. 11), uma interpretação que ignora o carácter ontológico da indeterminação da tradução (QUINE, ITA, p. 9; QUINE, LMAP, p. 150).

Uma das consequências da tese da indeterminação da referência é a de que a referência de um termo não pode ser especificada absolutamente, mas apenas relativamente a um manual de tradução (QUINE, OR, p. 205; QUINE, PT, 33). Conforme o próprio Quine destacou, “talvez isso cheire a relativismo, mas o odor é vago” (QUINE, RA, p. 294), afinal, a tese não tem pretensões de dissolver a noção objetiva de realidade. Na verdade, a tese descreve, somente, a possibilidade de estabelecer ontologias alternativas para qualquer teoria, a partir da substituição do domínio de variáveis e da reinterpretação, nesse novo domínio, dos predicados que compõem a teoria, mantendo inalterados os valores de verdade das frases. Ou seja, a relatividade ontológica descreve a possibilidade de estabelecer relações semânticas entre quaisquer linguagens, preservando o suporte empírico das mesmas.

Além disso, a indeterminação da referência mostra que a especificação de uma referência – ou que a consciência acerca da referência – não é necessária ao sucesso da

comunicação, já que compreender uma palavra significa simplesmente ser capaz de utilizá-la – ou de se comportar em relação a ela – em contextos apropriados (QUINE, OR, p. 186).

A tese da indeterminação holofrástica, por sua vez, mostra que a noção de proposição não é empiricamente fundamentada, o que desafia a concepção tradicional segundo a qual a tradução expressa uma ideia idêntica à da frase original. Além disso, a tese estabelece uma interdependência entre o significado e a verdade, já que duas frases são consideradas equivalentes se são incitadas pelas mesmas condições estimulatórias, isto é, pelas mesmas condições de verdade.

Com a segunda tese, Quine não sugere que a tradução seja impossível, nem que seja impossível compreender o que as pessoas querem dizer – algo sugerido por diversos críticos (e.g. KIRK, 1986, p. 250; KATZ, 1988, p. 251; PUTNAM, 1997, p. 198; WEIR, 2009, p. 5). O resultado da tese é o de que, tomadas globalmente, traduções distintas – e, até mesmo, conflitantes – podem estar de acordo com as mesmas condições estimulatórias. Isto acontece porque, no contexto da tradução radical, o que está na base da tradução não é a descoberta de nenhum fato empírico acerca do significado – algo que, supostamente, estaria subjacente à frase original e, também, à versão traduzida da frase –, mas a identificação das situações estimulatórias que incitam as duas frases em questão. Consequentemente, dizer que as duas frases apresentam o mesmo significado – no sentido de que *expressam ideias semelhantes* – seria uma inferência duvidosa e, ao mesmo tempo, dispensável para a compreensão do uso da linguagem.

O próprio Quine afirmou que a indeterminação holofrástica seria meramente uma “conjectura” (QUINE, PT, p. 50), pelo fato de englobar a linguagem de forma demasiado ampla para receber ilustrações factuais acessíveis. No entanto, a literatura especializada tem apresentado exemplos de indeterminação holofrástica que envolvem tanto linguagens artificiais (LEVY, 1970; MASSEY 1978) quantos línguas naturais (SEVERO, 2014) – estes últimos, identificados ou formulados a partir de estudos provenientes da antropologia. Contudo, é incorreto interpretar os exemplos de indeterminação da tradução no âmbito da antropologia como sugerindo um relativismo linguístico aos moldes de Sapir e Whorf – a tese de que a língua falada por um grupo social influencia radicalmente o seu modo de pensamento (algo defendido, por exemplo, por GOSSELIN, 2000, p. 57). Sem pretender identificar quaisquer semelhanças ou diferenças absolutas entre os modos de pensamentos de indivíduos de culturas e ambientes linguístico diferentes dos nossos, a tese da indeterminação da tradução explicita as dificuldades

para o estabelecimento de correlações entre línguas distintas, sobretudo para frases que mantêm um vínculo bastante indireto com a estimulação sensorial, como as frases teóricas (cf. QUINE, MT, p. 112; QUINE, WO, §16, p. 70).

Independentemente da pertinência dos exemplos empíricos de indeterminação da tradução, todos bastante questionados pelos críticos (cf. GLOTZBACH, 1983, p. 552; KIRK, 1982, p. 409; KIRK, 2006, p. 172; PAGIN, 2000, p. 175), Quine destacou que a indeterminação holofrástica seria uma “conjectura plausível” (QUINE, QR, p. 420), já que a simples reflexão acerca dos dados e dos métodos disponíveis para a tradução permitiriam “compreender a indeterminação” (QUINE, WO, §15, p. 65).

Conforme ele explica, na tradução radical, as primeiras frases a serem traduzidas são aquelas que mantêm contato direto com a evidência sensorial. Mesmo com relação a essa parcela observacional do discurso, o método das hipóteses analíticas requer que o linguista segmente as frases dos nativos em unidades menores (por exemplo, em palavras), atribuindo significados independentes a tais partes. No entanto, como as hipóteses analíticas são equações exploratórias de origem pragmática, cujo critério de correção envolve a possibilidade de estabelecer diálogos fluentes com os falantes da língua traduzida, tais hipóteses “estendem os limites ativos da tradução para além de onde pode existir evidência independente” (QUINE, WO, §15, p. 64), o que produz a indeterminação dos termos. Conseqüentemente, quando o linguista se aventura na tradução das frases mais teóricas do discurso nativo – aquelas menos diretamente relacionadas à estimulação sensorial e que, além disso, dependem das hipóteses analíticas que direcionaram a tradução das frases anteriores –, a totalidade do sistema é afetado pela indeterminação que, inicialmente, alcançava unicamente as partes subsentenciais e mais observacionais do discurso nativo (QUINE, WO, §15, p. 65). Tendo em vista este quadro, a conclusão obtida é a de que os manuais de tradução estabelecidos a partir de conjuntos de hipóteses analíticas distintos podem se adequar perfeitamente à totalidade das disposições verbais e, ainda assim, as traduções propostas por cada manual para uma determinada frase podem entrar em conflito – algo que, Quine destaca, apenas ocorre porque as partes são tomadas fora de sua totalidade (QUINE, WO, §16, p. 71).

A indeterminação da tradução chegou a ser apontada como uma doutrina central na obra de Quine (e.g. SOAMES, 1999, p. 321-322). Segundo Peter Hylton (2007, p. 200), essa interpretação seria motivada pelo imenso volume de discussões relativas à tese, o que teria gerado a falsa impressão de que ela seria a base de sustentação da posição filosófica de Quine

em geral. Contudo, a indeterminação não pode ser vista como uma tese central na filosofia de Quine, já que são justamente as teses centrais do sistema filosófico quineano que sugerem a indeterminação da tradução, em especial o *empirismo naturalista* e o holismo. Além disso, porque a principal consequência filosófica extraída da tese, a crítica às noções intensionais, pode ser obtida a partir de outros argumentos presentes na obra de Quine (HYLTON, 2007, p. 226; SEVERO, 2011, p. 102). Essa interpretação é apoiada, inclusive, por alguns críticos, como Robert Kirk, que defendeu que mesmo um eventual fracasso da doutrina da indeterminação da tradução ainda manteria “a maioria das outras posições de Quine intactas”, excetuando a tese da relatividade ontológica (KIRK, 1986, p. 239) – obviamente, devido à interrelação ou à equalização entre as duas teses. De modo semelhante, Gary Kemp destacou que, mesmo se a tradução fosse determinada, isso não implicaria “que as noções de *proposição* ou *significado* assumiriam [alguma] importância em uma descrição explicativa da linguagem” (KEMP, 2010, p. 288).

Ainda em *Word and Object* (1960), Quine afirmou que “o princípio da indeterminação *requer atenção* apenas porque [...] as frases são pensadas como comunicando significados separadamente” (QUINE, WO, §17, p. 71). Isto é, porque as frases são pensadas como capazes de comunicar significados que, de alguma maneira, se desvinculam daquilo que pode ser identificado a partir das disposições ao comportamento verbal – algo que, como vimos, é criticado pelo experimento de tradução radical. Contudo, a crítica à semântica introspectiva pode ser realizada sem menção à indeterminação da tradução.

No interior do naturalismo de Quine, essa crítica pode ser realizada, por exemplo, a partir do desiderato da simplicidade (ou parcimônia filosófica), descrito metaforicamente por Quine como o seu “gosto por paisagens desertas” (QUINE, OWTI, p. 4), ou como seu “desejo de não sonhar com mais coisas no céu e na terra do que sejam necessárias” (QUINE, PL, p. 03). Um princípio pragmático que, portanto, nos convida a evitar a postulação de entidades intensionais como os significados, as quais não desempenham qualquer papel explicativo no processo de aquisição e de uso da linguagem e que, ao mesmo tempo, produzem ilusões filosóficas pouco realistas. Ao mesmo tempo, a crítica às proposições também pode ser derivada da adoção de uma semântica empirista, segundo a qual “os fatos sobre o significado [...] devem ser interpretados em termos de comportamento” (QUINE, OR, p. 186), o que limita as tentativas de interpretar o significado como determinados por supostas evidências que não aquelas

disponíveis para a aprendizagem da linguagem: a observação do comportamento verbal em circunstâncias publicamente observáveis.

Nessa direção, diversos comentadores indicaram que a indeterminação da tradução seria consequência do behaviorismo endossado por Quine. Ele próprio chegou a concordar com tal afirmação (QUINE, ITA, p. 5). No entanto, Quine também ressaltou não ter “certeza do que o behaviorismo filosófico envolve”, afirmando que se considera um “behaviorista assim como qualquer pessoa de mente saudável deveria ser” (QUINE, RTH, p. 296), isto é, como alguém que assume uma perspectiva behaviorista na medida em que a própria ciência, por seu caráter empírico, exige tal perspectiva – ou, em outras palavras, como alguém que interpreta o behaviorismo “como parte integrante do naturalismo” (QUINE, PPE, p. 37).

Considerando, portanto, a constatação principal de sua epistemologia naturalizada, a de que adoção de uma posição verdadeiramente realista pressupõe a defesa de que “toda evidência de que a ciência dispõe é evidência sensorial”, o que, conseqüentemente, implica no fato de que “qualquer significado linguístico deve ser apoiado em evidências sensoriais” (QUINE, EN, p. 75), a posição de Quine é a de que, em alguma medida – mesmo que apenas de um ponto de vista estritamente metodológico –, qualquer teoria da linguagem deve ser uma teoria acerca do comportamento verbal. Demandar qualquer outra evidência para a descrição do uso da linguagem seria uma fantasia, por sugerir a existência de alguma evidência empírica para além daquela a partir da qual a própria aquisição da linguagem se realiza: a interação com os membros de uma comunidade linguística em situações publicamente observáveis (QUINE, PT, p. 38).

No entanto, a afirmação de Quine de que “Em psicologia podemos ser ou não behavioristas, mas em linguística não temos escolha” (QUINE, ITA, p. 5; QUINE, PT, p. 38) fez com que alguns críticos indagassem a coerência em restringir a obrigatoriedade do behaviorismo à linguística. Jerrold Katz, por exemplo, questionou:

Por que Quine não acha que o behaviorismo também é obrigatório para o psicólogo? Ele não supõe que aprendemos mais do que apenas línguas observando os outros e sendo corrigidos por eles? A “semântica introspectiva” não é boa, mas a psicologia introspectiva pode permanecer? (KATZ, 1988, p. 231, n. 10).

Em tom semelhante, Oswaldo Chateaubriand (2014) afirmou que, a partir de Chomsky, tornou-se evidente a não obrigatoriedade da abordagem behaviorista no âmbito da



linguística e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de “distinguir behaviorismo em linguística e behaviorismo em psicologia” (CHATEAUBRIAND, 2014, p. 156).

Contudo, tais críticas resultam de uma relativa incompreensão sobre o behaviorismo de Quine – e, no caso específico da crítica realizada por Jerrold Katz, de uma incompreensão sobre a posição de Quine com relação à introspecção e à própria psicologia introspectiva.

A atitude de Quine com relação ao behaviorismo na linguística e na psicologia pode ser explicada, ao menos parcialmente, pela interpretação de Roger Gibson (1982) de que o “o behaviorismo de Quine tem tanto um aspecto substantivo quanto um aspecto metodológico” (GIBSON, 1982, p. 197). O *aspecto substantivo* representa o uso de conceitos behavioristas para explicar o processo de aprendizado das frases de observação; mais especificamente, o uso dos conceitos de condicionamento operante e reforçamento e, ao mesmo tempo, a interpretação de que o próprio processo de condicionamento pressupõe a existência de um espaço de qualidades perceptuais inatas (que também pode ser identificado e descrito a partir de testes de condicionamento). O *aspecto heurístico*, por sua vez, diz respeito aos modos ou aos métodos adequados de investigação do fenômeno linguístico. Conforme o próprio Quine destacou, em sendo a linguagem uma “arte social”, adquirida por meio da evidência do comportamento explícito de outras pessoas em circunstâncias publicamente observáveis, ela deve ser acessível a partir de técnicas intersubjetivas de investigação (QUINE, COH, p. 176). Assim, ao sustentar behaviorismo na linguística, Quine simplesmente estipula que, devido ao seu caráter intersubjetivo, a linguagem deve ser estudada a partir de métodos empíricos.

No entanto, tal semântica behaviorista se ancora em uma concepção naturalista mais geral que reivindica que o estudo da linguagem deve ser realizado tendo em vista os mesmos critérios que animam a ciência natural: as evidências intersubjetivamente observáveis. Sendo assim, a posição behaviorista de Quine pode ser reduzida (ou equacionada) ao seu *empirismo naturalista*, sendo este o principal argumento para a tese da indeterminação da tradução.

Embora a perspectiva argumentativa em questão não seja inédita na literatura filosófica – tendo sido proposta, por exemplo, por Peter Hylton (2007, p. 102), em sua afirmação de que “a abordagem de Quine para a linguagem é simplesmente um caso especial de seu empirismo geral” –, a novidade da presente tese reside na identificação da relação entre a perspectiva *empirista-naturalista* de Quine e a perspectiva behaviorista de B. F. Skinner, elencando pontos de aproximação e de distanciamentos que permitem uma compreensão mais acurada da posição filosófica de Quine e, conseqüentemente, da indeterminação da tradução.

Assim, o presente trabalho preenche, ao mesmo parcialmente, a lacuna identificada por Richard Kitchener relativa à ausência de trabalhos que investigam “a conexão entre a epistemologia naturalista de Skinner e a epistemologia naturalista de Quine” (KITCHENER, 2004, p. 278, n. 3).

A influência de Skinner sobre Quine pode ser detectada, sobretudo, em *Word and Object* (1960), onde Quine afirmou que a teoria de Skinner é “substancialmente verdadeira de uma boa parte do que acontece na primeira aprendizagem de palavras” e que, por isso, ele a endossa “em seus aspectos essenciais” (QUINE, WO, §17, p. 75). Posteriormente, contudo, Quine afirmou que seria um equívoco interpretar o experimento mental de tradução radical como resultado de uma investigação acerca da aquisição da linguagem por parte da criança (QUINE, QR, p. 419), algo que, de certa forma, o distancia das investigações realizadas por Skinner – isto é, daquilo que Roger Gibson se referiu como o aspecto substancial do seu behaviorismo.

No entanto, como vimos, existem diversas semelhanças nos trabalhos de Quine e Skinner, sobretudo na crítica às pseudoexplicações mentalistas para o funcionamento da linguagem, realizadas a partir da identificação da importância do contexto para a definição do significado, conforme destacado ao longo da presente tese. Uma semelhança adicional entre as duas perspectivas seria a importância dada à linguagem para o desenvolvimento da autoconsciência acerca da própria experiência privada (MALONE, 2001, p. 63). Além disso, também existem semelhanças entre Quine e Skinner com relação a aspectos sobre os quais alguns comentadores tentam distanciá-los.

Conforme vimos no terceiro capítulo da presente tese, o início do movimento behaviorista pode ser interpretado, em grande parte, como uma crítica à psicologia introspectiva. No entanto, segundo Roger Gibson, a filosofia de Quine teria “vestígios do mentalismo que caracterizou o empiricismo de Locke, Berkeley e Hume”, entre os quais “a confiança no método da introspecção” (GIBSON, 1982, p. 196) – algo que, conseqüentemente, representaria um distanciamento de Quine com relação ao behaviorismo, em sua forma mais ampla. No entanto, a relação de Quine com a introspecção envolve nuances que escapam à interpretação de Gibson; além disso, em certa medida, as críticas que o behaviorismo dirige à introspecção permeiam a argumentação de Quine contra a semântica mentalista.

Ao contrário daquilo que Roger Gibson (1982) sugere, Quine afirmou que “o método de introspecção é frequentemente condenado pelos cientistas empíricos como a própria antítese

do método empírico” (QUINE, PPLT, p. 3) – uma crítica que, seguindo o seu *empirismo naturalista*, Quine deveria se atentar. Além disso, o próprio Quine destacou que “rejeit[a] a introspecção como um critério objetivo” (QUINE, QR, p. 418).

Em geral, os behavioristas destacaram a ausência de objetividade do método da introspecção, haja vista a pluralidade de interpretações sobre os fenômenos mentais decorrente de sua aplicação (cf. WATSON, 1913, p. 163-5; SKINNER, 1991, p. 24). Contudo, tal crítica não incorre na negação da existência dos eventos ou dos estados mentais – alguns behavioristas, como Watson, podem ter negado existência a tais eventos, mas isso não ocorre na obra de Skinner. A afirmação de Quine de que ele mantém “*apreensões saudáveis* com relação à psicologia introspectiva” (QUINE, FSS, p. 76, grifos meus) ressalta justamente que as críticas à introspecção não devem ser entendidas como uma negação dos fenômenos mentais – algo a que a interpretação de Gibson se atenta.

A despeito disto, Quine compreende que a ciência deve apoiar-se em métodos que permitam o reconhecimento da existência dos estados mentais “em outras pessoas além de nós mesmos” (QUINE, RTS, p. 533) e que o problema da linguagem mentalista, ligada à introspecção, é justamente a sua extrapolação “para além do acesso intersubjetivo” (QUINE, MBB, p. 2). Por isso, Quine afirma que “tolera o recurso à introspecção” como “um meio de chegar a conjecturas ou a conclusões *apenas* na medida em que estas possam eventualmente ser entendidas em termos de observação externa” (QUINE, LP, p. 97, grifos meus). Isto é, apenas na medida em que as conjecturas sugeridas pela introspecção possam ser investigadas intersubjetivamente, algo que apenas pode ser realizado a partir da observação do comportamento público das outras pessoas – isto é, por meio da observação daquilo que as outras pessoas fazem e falam.

Compreender a real posição da posição de Quine com relação aos estados mentais e à introspecção ajuda a esclarecer os motivos pelos quais ele se distancia da perspectiva semântica mentalista. Em síntese, os defensores de tal semântica são críticos à tese da indeterminação da tradução porque entendem que cada um de nós “tem em mente” os significados das próprias palavras – algo que, supostamente, permitiria saber se, com o uso de uma determinada palavra, queremos nos referir a um coelho inteiro, a alguma parte do coelho ou a uma determinada fase temporal de coelho. Contudo, um contra-argumento possível a tal perspectiva, derivado da crítica behaviorista à introspecção, é o de que tanto a aprendizagem da linguagem quanto o próprio desenvolvimento da nossa capacidade de identificar os estados subjetivos associados

ao uso das palavras repousam na observação do comportamentos das outras pessoas em situações publicamente acessíveis (cf. QUINE, RTS, p. 533; QUINE, FSS, p. 76), já que as palavras para a descrição dos estados mentais são aprendidas por meio de sua correlação com a evidência comportamental. Quine descreve tal aprendizagem do seguinte modo:

Aprendemos nossos primeiros termos mentalistas como termos comportamentais – não há outra maneira. Considere, assim, o caso mais simples, uma palavra como “dor”. A dor é algo privado, certamente; eu sei, melhor do que qualquer um, se estou com dor. Mas como aprendi a nomeá-la assim? Aprendi a palavra de outra pessoa, em uma ocasião em que ela pôde ver por sinais ou circunstâncias externas que eu estava com dor. Eu associei a palavra à minha dor e continuei a aplicá-la às recorrências desse estado interno [...]. O uso da palavra é adquirido à luz do comportamento e, então, extrapolado pela introspecção (QUINE, MBB, p. 1-2).

Isso significa que seria uma ilusão supor que o significado possa ser determinado a partir da introspecção, uma vez que os eventuais vínculos que possam existir entre uma palavra e uma dada imagem mental são meramente correlacionais, isto é, representam regularidades estabelecidas a partir do uso (ou a partir da observação do uso) de tal palavra em contextos públicos – regularidades que, obviamente, dependem dos processos por meio dos quais (e das situações nas quais) cada falante aprendeu a referida palavra. No entanto, como uma palavra pode ser aprendida de diferentes formas, engendrando imagens mentais supostamente distintas para cada um dos membros da comunidade linguística – e, ainda assim, ser utilizada apropriadamente por cada um dos falantes desta comunidade diante de situações que, por serem maximamente aproximadas, configuram-se como condições estimulatórias para uma mesma disposição comportamental –, o aprendizado (ou mesmo o uso) de uma determinada palavra não pressupõe nenhuma semelhança nas conexões neurais dos falantes que integram uma dada comunidade linguística.

Sendo assim, não existem razões para supor qualquer semelhança significativa entre os estados neuronais que subjazem um determinado estado mental em pessoas diferentes. Na verdade, nem mesmo há razões para supor que os eventos neuronais que subjazem um determinado estado mental (por exemplo, o ato de pensar em um coelho) sejam os mesmos, para uma mesma pessoa, em duas ocasiões diferentes. Essa ausência de regularidades significativas entre o nível mental e o nível neuronal pode ser apontada como uma evidência para a afirmação de Quine de que não existem fatos que permitam a escolha de um manual de tradução em detrimento de outros: afinal, as evidências neurológicas não qualificariam a nossa

compreensão acerca do processo de aquisição da linguagem e, assim, também não eliminariam a indeterminação da tradução.

Além disso, a crítica de Quine à introspecção – e, conseqüentemente, à ausência de controle intersubjetivo para a linguagem mentalista – também revela que, ao contrário do que o questionamento de Jerrold Katz citado anteriormente sugere, Quine não se contenta com a psicologia introspectiva. Sobre esse ponto, inclusive, o próprio Quine destacou que a maior contribuição da “disciplina behaviorista” teriam sido as suas tentativas de banir “as expressões irreduzivelmente intensionais do aparato de descrição e explicação científica rigorosa” (QUINE, MBB, p. 6). Note-se que, ao usar a palavra “disciplina” para referir-se ao behaviorismo, Quine não destaca meramente o aspecto metodológico do behaviorismo, mas também o seu aspecto substancial.

Desse modo, ao contrário do que sugerem Jerrold Katz (1988) e Roger Gibson (1982), a crítica a introspecção pode ser interpretada como um dos argumentos de Quine para a afirmação de que o significado seria uma disposição manifesta em utilizar uma palavra em ocasiões apropriadas, algo que o aproxima de Skinner, que compreende o significado como uma propriedade “das condições sob as quais o comportamento [verbal] ocorre” (SKINNER, 1957, p. 15).

Contudo, também existem diferenças notáveis entre as perspectivas de Skinner e Quine. Enquanto Skinner minimizou a importância da identificação dos aspectos inatos que orientam a aprendizagem humana, por julgar que tal identificação não ampliaria as possibilidades de predição e controle do comportamento humano (SKINNER, 1957, p. 27), Quine enfatizou que uma descrição acurada dessa estrutura inata poderia permitir uma compreensão mais exata de todos os processos de aprendizagem, inclusive da linguagem (QUINE, LP, p. 96). Além disso, embora Quine concorde que a atitude behaviorista – ou, mais amplamente, que a atitude empirista – é “indispensável metodologicamente” para a descrição do comportamento (BORRADORI; QUINE, 1994, p. 35), ele também compreendeu que a explicação última para o comportamento humano não se encontra restrita às regularidades comportamentais, devendo ser buscada a nível fisiológico ou neurológico (QUINE, TAFS, p. 94; QUINE, SBLM, p. 26). Ou seja, Quine não se comprometeu substancialmente com o uso dos conceitos behavioristas para a explicação no âmbito da psicologia.

No âmbito da indeterminação da tradução, o distanciamento de Quine com relação ao behaviorismo skinneriano pode ter sido motivado pela percepção de que, para os propósitos

naturalistas-empiristas de explicar a capacidade significativa da linguagem, o mais relevante é o argumento de que a observação do comportamento verbal em contextos publicamente acessíveis representa a totalidade das evidências disponíveis para a aprendizagem da linguagem – independentemente da possibilidade de descrever tal aprendizagem a partir dos mecanismos de condicionamento e generalização propostos por Skinner (cf. QUINE, LP, p. 97; QUINE, PPLT, p. 4). Afinal, como Quine avaliou ainda em *Word and Object* (1960), a contribuição do behaviorismo seria substancial para a compreensão do processo que permeia a “primeira aprendizagem de palavras” (QUINE, WO, §17, p. 75), não sendo necessariamente aplicável à descrição integral do desenvolvimento posterior desta habilidade.

Apesar de tal distanciamento, Quine também afirmou que apoia “a estratégia de Skinner de evitar a rede nervosa e permanecer com correlações comportamentais autocontidas” (QUINE, MBB, p. 3). Quine adverte que, embora a descrição comportamental seja apenas um expediente intermediário na especificação dos eventos neuronais responsáveis pelo comportamento, a teoria psicológica não deve ser deixada unicamente a cargo da neurologia, afinal, “como Skinner há muito enfatizou”, há fortes razões teóricas para buscar “leis ou uniformidades no nível comportamental” (QUINE, MBB, p. 2). Entre tais razões, Quine cita o fato de que as explicações mais interessantes em psicologia são aquelas que lançam luz à função dos comportamentos independentemente de qualquer identificação dos detalhes anatômicos ou neurológicos a eles atrelados. Para exemplificar essa posição, Quine faz menção aos experimentos realizados com ratos em labirintos complexos, um expediente bastante utilizado pelos psicólogos comportamentais:

Percorrer o labirinto é o assunto, e não importa quais músculos são flexionados e em que ordem, ou quais neurônios são acionados para flexioná-los. A atenção ao detalhe anatômico de execução seria contraproducente, obstruindo as generalidades explicativas e obscurecendo a floresta com árvores (QUINE, MBB, p. 2).

De fato, no âmbito da linguística, o behaviorismo de Quine configura-se estritamente como um apelo metodológico para estudar a linguagem a partir de evidências empíricas. Por isso, a indeterminação da tradução pode ser interpretada como resultado direto do seu *empirismo naturalista*. Contudo, como a própria apreciação da obra de Skinner indica, Quine não recusa o behaviorismo skinneriano em seus aspectos substanciais, conforme supõem alguns comentadores (e.g. HYLTON, 2007, p. 102) e críticos (KATZ, 1988, p. 231).

Em parte, as tentativas de vários comentadores de distanciar Quine do behaviorismo parecem motivadas pela crença de que o behaviorismo estaria morto, suplantado pela revolução cognitiva da década de 1960, da qual Noam Chomsky seria um dos maiores representantes (cf. COWIE, 1999, p. 154). Assim, tal distanciamento blindaria a filosofia de Quine contra as críticas dirigidas ao behaviorismo, em sua forma mais ampla.

Jerrold Katz, por exemplo, afirmou que o behaviorismo de Quine é “um behaviorismo com o qual podemos conviver” e que, “se não fosse, *seria muito controverso no clima cognitivo atual para suportar o peso do argumento da indeterminação*” (KATZ, 1988, p. 231, grifos meus). Em direção semelhante, Peter Hylton afirmou ser incorreta a interpretação de que a perspectiva de Quine com relação à linguagem “depende de uma abordagem behaviorista em psicologia, *considerada amplamente como antiquada*” (HYLTON, 2007, p. 102, grifos meus). Contudo, como vimos, as críticas de Chomsky se pautaram em uma compreensão incorreta e limitada do behaviorismo skinneriano, o que enfraquece a consequência de suas críticas.

Para além dessa suposição incorreta de que o behaviorismo estaria superado no âmbito da psicologia, as tentativas de distanciar Skinner e Quine transparecem uma visão superficial acerca das semelhanças e das diferenças entre as suas obras. Ao atentar-se a tais interrelações, a presente tese abre espaço para novos diálogos entre os dois teóricos, sobretudo no âmbito da investigação da linguagem, algo interessante à própria postura naturalista de Quine.

## REFERÊNCIAS

- ANTONY, Louise. Naturalizing Radical Translation. In: ORENSTEIN, Alex; KOTATKO, Petr (Eds). **Knowledge, Language and Logic: Questions for Quine**. Springer Science: 2000. p. 141-150.
- BANDINI, Carmen Silvia Motta; ROSE, Julio Cesar Coelho de. **A abordagem behaviorista do comportamento novo**. 1a ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2006. 101 p.
- BARBOSA, Poliana Gonçalves; CARDOSO-MARTINS, Cláudia. Uma revisão dos estudos sobre a fala dirigida à criança e suas implicações para a aquisição inicial do vocabulário. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 14, n. 1, p. 195-210, 2014.
- BECKER, Edward F. **The Themes of Quine's Philosophy: Meaning, Reference, and Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. 314 p.
- BERNAL, Sara. Object lessons: Spelke principles and psychological explanation. **Philosophical Psychology**, v. 18, n. 3, p. 289-312, 2005. doi:10.1080/09515080500177275
- BLACKBURN, Simon. Can Philosophy Exist? **Canadian Journal of Philosophy**, v. 23, sup.1, pp.83-105, 1993.
- BLOOMFIELD, Leonard. Language or ideas? **Language**, v. 12, n. 2, pp. 89-95, 1936.
- BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. London: George Allen & Unwin LTD., 1973. (Original publicado em 1933).
- BOECKX, Cedric. **Linguistic Minimalism: Origins, Concepts, Methods, and Aims**. New York: Oxford University Press Inc., 2006.
- BONNAY, Denis; LAUGIER, Sandra. La logique sauvage de Quine à Lévi-Strauss. **Archives de Philosophie**, v. 1 (Tome 66), p. 49-72, 2003. doi: 10.3917/aphi.661.0049
- BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMAO, Nádía Maria Ribeiro. Aquisição da linguagem: considerações da perspectiva da interação social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 2, p. 327-336, 2003. ISSN 1678-7153. doi: 10.1590/S0102-79722003000200013
- BORING, Edwin G. **A History of Experimental Psychology**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1950.
- BORING, Edwin G. Edward Bradford Titchener: 1867-1927. **The American Journal of Psychology**, v. 100, n. 3/4, p. 376-394, 1987.
- BORODITSKY, Lera. How Language Shapes Thought. **Scientific American**, pp. 63-65, 2011.
- BORODITSKY, Lera. Linguistic Relativity. In: NADEL, L. (Ed.). **Encyclopedia of Cognitive Science**, v. 2. Nature Publishing Group, 2003. p. 917-921.



BORRADORI, Giovana. **The American Philosopher**: conversations with Quine, Davidson, Putnam, Nozick, Danto, Rorty, Cavell, MacIntyre, and Kuhn. Translated by Rosanna Crocitto. University of Chicago Press, 1994.

BOSTROM, Nick. Understanding Quine's theses of indeterminacy. **Philosophical Investigations**, v. 4, n. 1, p. 60-96, 2005.

CARNAP, Rudolf. **The logical structure of the world**: and, Pseudoproblems in philosophy. Translated by Rolf A. George. California: University of California Press, 2005. (Original em língua alemã publicado em 1928).

CARNAP, Rudolf. The Elimination of Metaphysics Through Logical Analysis. In: AYER, Alfred Jules (Org.). **Logical positivism**. New York: The Free Press, 1959. p. 60-81 (Original publicado em 1932).

CARNAP, Rudolf. Psychology in Physical Language. In: AYER, Alfred Jules (ed.). **Logical Positivism**. Glencoe, Ill., Free Press, 1959. p. 165-198. (Original publicado em 1932-3).

CARNAP, Rudolf. **Meaning and necessity**: a study in semantics and modal logic. Chicago: Univ. of Chicago, 1947. 208p.

CARNAP, Rudolf. Meaning Postulates. **Philosophical Studies**: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition, v. 3, n. 5, 1952, pp. 65-73.

CARNAP, Rudolf. Meaning and synonymy in natural languages. **Philosophical Studies**, v. 6, n. 3, 1955, pp. 33-47.

CARNAP, Rudolf. **Empiricism, Semantics, and Ontology**. Reprinted in: CARNAP, Rudolf. **Meaning and Necessity: A Study in Semantics and Modal Logic**. 2 ed. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1956. p. 205-221. (Original publicado em 1950).

CARNAP, Rudolf. **Significado e Sinonímia nas Linguagens Naturais**. In: SCHLICK, M.; CARNAP, R. *Coletânea de Textos*. Tradução Luiz João Baraúma e Pablo Rubén Mariconda. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Original publicado em 1955).

CARNAP, Rudolf. W. V. Quine on Logical Truth. In: SCHILPP, Paul Arthur. **The philosophy of Rudolf Carnap**. La Salle: Open Court; London: Cambridge University Press, 1963a. p. 915-922.

CARNAP, Rudolf. Intellectual Autobiography. In: SCHILPP, Paul Arthur. **The philosophy of Rudolf Carnap**. La Salle: Open Court; London: Cambridge University Press, 1963b. p. 1-83.

CARNAP, Rudolf. **An introduction to the philosophy of science**. New York, USA: Basic Books, 1995. 300p. (Original publicado em 1966).

CARRARA, Kester. O essencial em B. F. Skinner (1904-1990). In: ZILIO, Diego; CARRACA, Kester (Orgs.). **Behaviorismos**: reflexões históricas e conceituais, volume 1. São Paulo: Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento, 2016. p. 19-32.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, pp. 115-144, 1996.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, v. 14, n. 18, pp. 225-254, 2004.

CATANIA, Charles. **Aprendizagem: Comportamento, Linguagem e Cognição**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

CHATEAUBRIAND, Oswaldo. Some critical remarks on Quine's thought experiment of radical translation. **Grazer Philosophische Studien**, v. 89, pp. 153-159, 2014. [https://doi.org/10.1163/9789401211949\\_012](https://doi.org/10.1163/9789401211949_012)

CHOMSKY, Noam. A review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. **Language**, v. 35, n. 1, p. 26-58, 1959.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge MIT Press, 1965. 251p.

CHOMSKY, Noam. Quine's Empirical Assumptions. In: DAVIDSON, Donald; HINTIKKA, Jaakko (Eds.). **Words and Objections: Essays on the Work of W. V. Quine**. Dordrecht, Holand / Boston-U.S.A: D. Reidel Publishing Company, 1969. p. 53-68.

CHOMSKY, Noam. **Rules and representations**. New York: Columbia University Press, 1980.

CHOMSKY, Noam. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. Tradução Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

COHNITZ, Daniel. Is Compositionality an A Priori Principle?. In: WENING, M.; MACHERY, E.; SCHURZ, G. (Eds.). **The Compositionality of Concepts and Meanings: Foundational Issues**. Ontos, 2005. p. 23-58.

COLLIN, Finn. **Science Studies as Naturalized Philosophy**. Dordrecht; Springer, 2011.

COWIE, Fiona. **What's Within: Nativism Reconsidered**. New York: Oxford University Press, 1999.

COWIE, Fiona. Innateness and Language. In: Edward N. ZALTA (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/innateness-language/>.

CREATH, Richard. Introduction. In: QUINE, W. V.; CARNAP, R.; CREATH, R. **Dear Carnap, dear Van: The Quine-Carnap correspondence and related work**. Berkeley: University of California Press, 1990. pp.1-105.

DAVE, Shrut, MASTERGEORGE, Ann M.; OLSWANG, Lesley B. Motherese, affect, and vocabulary development: dyadic communicative interactions in infants and toddlers. **Journal of Child Language**, v. 45, n. 04, p. 917-938, 2018. doi:10.1017/s0305000917000551

DECOCK, Lieven. Quine's Antimentalism in Linguistics. **Logique & Analyse**, v. 212, p. 371-385, 2010.

DEVITT, Michael; STERELNY, Kim. **Language and Reality: an Introduction to Philosophy of Language**. Oxford: Blackwell, 1999. 342p.

- DONALD, Donald. Meaning, Truth, and Evidence. In: **Truth, Language and History**. Oxford: Clarendon Press, 2005. p. 47-62. (Original publicado em 1990).
- DREBEN, Burton S. Quine on Quine. In: GIBSON, Roger (Ed.). **The Cambridge Companion to Quine**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 287-293.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Filosofia da Linguagem: Introdução Crítica à Semântica Filosófica**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- EPSTEIN, Robert, LANZA, Robert P.; SKINNER, Burrhus Frederic. Symbolic communication between two pigeons (*Columba livia domestica*). **Science**, v. 207, p. 543-545, 1980.
- EVANS, Gareth. Identity and Predication. **The Journal of Philosophy**, v. 72, n. 13, pp. 343-363, 1975.
- FELEPPA, Robert. **Convention, Translation, and Understanding: Philosophical Problems in the Comparative Study of Culture**. Albany: State University of New York Press, 1988.
- FERNALD, Anne. Intonation and Communicative Intent in Mothers' Speech to Infants: Is the Melody the Message? **Child Development**, v. 60, n. 6, p. 1497-1510, 1989. doi:10.2307/1130938
- FERNALD, Anne; SIMON, Thomas. Expanded intonation contours in mothers' speech tonewborns. **Developmental Psychology**, v. 20, n. 1, p. 104-113, 1984. doi: 10.1037/0012-1649.20.1.104
- FISHER, Tyrus. Quine's Behaviorism and Linguistic Meaning: Why Quine's Behaviorism is not Illicit. **Philosophia**, v. 39, n. 1, p. 51-59, 2010. doi:10.1007/s11406-010-9277-2 .
- FØLLESDAL, Dagfinn. Indeterminacy of Translation and Under-Determination of the Theory of Nature. **Dialectica**, v. 27, n. 3/4, p. 289-301, 1973.
- FØLLESDAL, Dagfinn. Intentionality and Behaviorism. **Studies in Logic and the Foundations of Mathematics**, v. 104, pp. 553-569, 1982. doi:10.1016/s0049-237x(09)70219-8 .
- FØLLESDAL, Dagfinn. Indeterminacy and mental states. In: BARRET, Robert B.; GIBSON, Roger (Eds.). **Perspectives on Quine**. Oxford: Blackwell, 1990. p. 98-109.
- FØLLESDAL, Dagfinn. Mind and Meaning. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**, v. 94, n. 1/2, p. 139-149, 1999.
- FØLLESDAL, Dagfinn. Developments in Quine's Behaviorism. **American Philosophical Quarterly**, v. 48, n. 3, p. 273-282, 2011.
- FØLLESDAL, Dagfinn. Preface to the New Edition. In: QUINE, Willard Van Orman. **Word and object**. Cambridge: MIT Press, 2013. p. xv-xxviii.

FRANKLAND, Steven. M.; GREENE, Joshua. D. Concepts and Compositionality: in Search of the Brain's Language of Thought. **Annual Review of Psychology**, v. 71, n. 1, 2017. doi:10.1146/annurev-psych-122216-011829.

FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: ALCOFORADO, Paulo (Org. e Trad.). **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978. (Original publicado em 1892).

FRIEDMAN, Michael. Physicalism and the Indeterminacy of Translation. **Noûs**, v. 9, n. 4, p. 353-374, 1975.

GAUDET, Eve. **Quine on Meaning: The Indeterminacy of Translation**. London; New York: Continuum, 2006. 145p.

GIBSON, Roger F. **The philosophy of W. V. Quine: an expository essay**. Tampa: University Presses of Florida, 1982. 218p.

GIBSON, Roger F. Translation, Physics, and Facts of the Matter. In: HAHN, Lewis Edwin; SCHILPP, Paul Arthur (Eds.). **The Philosophy of W.V. Quine**. La Salle, IL: Open Court, 1986. p. 139-154.

GIBSON, Roger F. **Enlightened Empiricism: An Examination of W.V. Quine's Theory of Knowledge**. Tampa: University of South Florida Press, 1988. 192p.

GIBSON, Roger F. Quine' Behaviorism. In: O'DONOHUE, William T.; KITCHENER, Richard F. (Orgs.). **The Handbook of Behaviorism**. San Diego, Academic Press: 1999. p. 419-436.

GIBSON, Roger. Quine. In: ARRINGTON, Robert L. **The World's Great Philosophers**. Malden, USA: Blackwell Publishing Ltd, 2003. p. 253-260.

GLOCK, Hans-Johann. **Quine and Davidson on Language, Thought and Reality**. Cambridge: University Press, 2003.

GLOTZBACH, Philip A. Referential inscrutability, perception, and the empirical foundation of meaning. **Philosophy Research Archives**, v. 9, p. 535-569, 1983. doi.org/10.5840/pr1983911.

GOCHET, Paul. **Quine en perspective**. Paris: Flammarion, 1978. 229 p.

GOSELIN, Mia. Quine's Hypothetical theory of Language Learning. In: DECOCK, Lieven; HORSTEN, Leon (Eds.). **Quine: Naturalized Epistemology, Perceptual Knowledge and Ontology**. Editions Rodopi: Amsterdam; Atlanta, 2000. p. 57-76.

GRAHAM, George. Behaviorism. In: Edward N. ZALTA (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/behaviorism/>.

HARMAN, Gilbert. Indeterminacy, Relativity, and Behaviorism. In: HARMAN, Gilbert; LEPORE, Ernie (eds.). **A Companion to W. V. O. Quine**. Wiley Blackwell, 2014. p. 219-235.

- HEMPEL, Carl. **Philosophy of natural science**. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1966. 302p.
- HINTIKKA, Jaakko. Three Dogmas of Quine's Empiricism. **Revue Internationale de Philosophie**, v. 51, n. 202, p. 457-477, 1997.
- HOOKWAY, Christopher. **Quine: Language, Experience and Reality**. Cambridge: Polity Press, 1988.
- HORWICH, Paul. On the Existence of Meanings. In: ORENSTEIN, Alex; KOTATKO, Petr (Eds). **Knowledge, Language and Logic: Questions for Quine**. Springer Science: 2000. p. 151-162.
- HOTHERSALL, David. **História da psicologia**. Boston: McGraw Hill, 2004.
- HYLTON, Peter. Quine (II). **Aristotelian Society Supplementary Volume**, v. 74, n. 1, p. 281-299, 2000. doi:10.1111/1467-8349.00072 .
- HYLTON, Peter. **Quine**. New York; London: Routledge, 2007. 405p.
- HYLTON, Peter. “The Defensible Province of Philosophy”: Quine's 1934 Lectures on Carnap. In: Juliet FLOYF; Sanford, SHIEH (Eds.). **Future Pasts: The Analytic Tradition in Twentieth-Century Philosophy**, Oxford University Press, 2001. pp. 257-276.
- JAMES, William. **The Principles of Psychology**. Cambridge: Harvard University Press, 1981. (Original publicado em 1890).
- JOHNSEN, Bredo C. Observation. In: HARMAN, Gilbert; LEPORE, Ernie (eds.). **A Companion to W. V. O. Quine**. Wiley Blackwell, 2014. p. 333-349.
- JUSTI, Francis Ricardo dos Reis; ARAUJO, Saulo de Freitas. Uma avaliação das críticas de Chomsky ao Verbal Behavior à luz das réplicas behavioristas. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 267-274, Dec. 2004.
- KATZ, Jerrold J. The Refutation of Indeterminacy. **The Journal of Philosophy**, v. 85, n. 5, pp. 227-252, 1988. doi:10.2307/2026839 .
- KEMP, Gary. Quine: The Challenge of Naturalism. **European Journal of Philosophy**, v. 18, n. 2, pp. 283-295, 2010.
- KEMP, Gary. In Favor of the Classical Quine on Ontology. **Canadian Journal of Philosophy**, v. 50, n. 2, pp. 223-237, 2020. doi:10.1017/can.2019.16
- KIRK, Robert. Translation and Indeterminacy. **Mind**, v. 78, n. 311, pp. 321–341, 1969a. doi:10.1093/mind/lxxviii.311.321
- KIRK, Robert. Quine's Indeterminacy Thesis. **Mind**, v. 78, n. 312, pp. 607-608, 1969b.
- KIRK, Robert. On three alleged rivals to homophonic translation. **Philosophical Studies**, v. 42, n. 3, pp. 409-418, 1982. doi:10.1007/bf00714371

- KIRK, Robert. **Translation Determined**. Oxford: Clarendon Press, 1986. 276p.
- KIRK, Robert. Indeterminacy of interpretation, idealization, and norms. **Philosophical Studies**, v. 70, n. 2, pp. 213-223, 1993. doi:10.1007/bf00989591
- KIRK, Robert. Indeterminacy of Translation. In: GIBSON, Roger (Ed.). **The Cambridge Companion to Quine**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 151-180.
- KUHL, Patricia K.; ANDRUSKI, Jean E.; CHISTOVICH, Inna A.; CHISTOVICH, Ludmilla A., KSZHEVNIKOVA, Elena V.; RYSKINA, Viktoria L.; STOLYAROVA, Elvira I.; SUNDBERG, Ulla; LACERDA, Francisco. Cross-Language Analysis of Phonetic Units in Language Addressed to Infants. **Science**, v. 277, n. 5326, p. 684-686, 1997. doi: 10.1126/science.277.5326.684 .
- KITCHENER, Richard F. Logical Behaviorism. In: O'DONOHUE, William T.; KITCHENER, Richard F. (Orgs.). **The Handbook of Behaviorism**. San Diego, Academic Press: 1999. pp. 399-418.
- KITCHENER, Richard F. Bertrand Russell's Flirtation with Behaviorism. **Behavior and Philosophy**, v. 32, n. 2, p. 273-291, 2004.
- LACEY, Hugh. O que é a controvérsia Skinner-Chomsky? In: LACEY, Hugh. **Psicologia experimental e natureza humana: ensaios de filosofia da psicologia**. Tradução: Luiz Henrique Dutra; César A. Motari. Florianópolis: UFSC/NEL, 2011. p. 19-51.
- LAUGIER, Sandra. Relativité linguistique, relativité anthropologique. **Histoire Épistémologie Langage**, v. 18, n. 2, p. 45-73, 1996. <https://doi.org/10.3406/hel.1996.2460>
- LAUGIER, Sandra. Charité, traduction radicale et prélogicit . **Revue de M taphysique et de Morale**, n. 1, p. 63-83, 2001.
- LAUGIER, Sandra. Quine, entre L vy-Bruhl et Malinowski. **Philosophia Scienti **, v. 6, n. 2, p. 31-60, 2002.
- LEVY, Edwin. Competing Radical Translations, Examples, Limitations and Implications. **PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association**, v. 1970, p. 590-605, 1970.
- LIMA, T nia Stolze Lima. O dois e seu m ltiplo: reflex es sobre o perspectivismo. **Mana**, v. 2, n. 2, pp. 21-47, 1996. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200002>
- LOUNSBURY, Floyd G. Language and Philosophy. In: HOOK, Sidney (Ed.). **Language and Philosophy: A Symposium**. New York; London: New York University Press; University of London Press, 1969. p. 03-29.
- LUCY, John A. Sapir-Whorf Hypothesis. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 20, p. 903-906, 2015. doi:10.1016/b978-0-08-097086-8.52017-0
- LUDY, Benjamin. **A history of psychology in letters** (The Behaviorism of John B. Watson). Malden, USA: Blackwell Publishing, 2006. p. 153-168.

- LYONS, John. **As ideias de Chomsky**. Tradução: Octanny Silveira da Mora. São Paulo: Cultrix, 1970. 121p.
- MACCORQUADALE, Kenneth. B. F. Skinner's Verbal Behavior: a retrospective appreciation. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, v. 12, n. 5, p. 831-841, 1969.
- MACCORQUADALE, Kenneth. B. F. On Chomsky's review of Skinner's Verbal Behavior. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, v. 13, n. 1, p. 83-89, 1970.
- MALCOLM, Norman. Behaviorism as a Philosophy of Psychology. In: WANN, T. W. (Ed.). **Behaviorism and Phenomenology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964. p. 141-155.
- MALONE, John C. Ontology recapitulates philology: Willard Quine, Pragmatism, and Radical Behaviorism. **Behavior and Philosophy**, v. 29, p. 63-74, 2001.
- MANNINEM, Juha. Waismann's Testimony of Wittgenstein's Fresh Starts in 1931–35. In: B. F. McGUINNESS (Ed.). **Friedrich Waismann – Causality and Logical Positivism**. Vienna Circle Institute Yearbook (Institut 'Wiener Kreis' Society for the Advancement of the Scientific World Conception), vol 15. Dordrecht: Springer, 2011. p. 243-265.
- MARTIN, Michael. Interpreting Skinner. **Behaviorism**, v. 6, n. 2, pp. 129-138, 1978.
- MASSEY, Gerald. Indeterminacy, Inscrutability, and Ontological Relativity. **American Philosophical Quarterly**, n. 12, p. 43-55, 1978.
- MATTHEWS, Robert J. The Case for Linguistic Nativism. In: STANTON, Robert J. (Ed.). **Contemporary Debates in Cognitive Science**. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2006. p. 81-96.
- MATOS, Maria Amélia; PASSOS, Maria de Lourdes R. da F. Linguistic Sources of Skinner's Verbal Behavior. **The Behavior analyst**, v. 29, n. 1, p. 89-107, 2006. doi:10.1007/bf03392119.
- McDERMOTT, Michael. Skepticism about meaning. In RUSSELL, Gillian; FARA, Delia Graff (Eds.). **The Routledge Companion to Philosophy of Language**. New York: Routledge, 2012. p. 295-304.
- MILLER, Alexander. **Philosophy of Language**. London: Routledge, 2007.
- MORGAN, Conwy Lloyd. **An Introduction to Comparative Psychology**. Second edition, Revised. London: The Walter Scott Publishing CO., LTD., 1903. (Original publicado em 1894).
- MURPHEY, Murray. **The Development of Quine's Philosophy**. Heidelberg: Springer, 2012.
- O'DONOHUE, William; KITCHENER, Richard F. Introduction: the Behaviorisms. In: O'DONOHUE, William T.; KITCHENER, Richard F. (Orgs.). **The Handbook of Behaviorism**. San Diego, Academic Press: 1999. p. 1-13.
- PAGIN, Peter. Publicness and Indeterminacy. In: ORENSTEIN, Alex; KOTATKO, Petr (Eds.). **Knowledge, Language and Logic: Questions for Quine**. Springer Science: 2000. pp. 163-180.

PAGIN, Peter. Indeterminacy of Translation. In: HARMAN, Gilbert; LEPORE, Ernie (Eds.). **A Companion to W. V. O. Quine**. Wiley Blackwell, 2014. p. 236-262.

PILLSBURY, Walter Bowers. The Psychology of Edward Bradford Titchener. **The Philosophical Review**, v. 37, n; 2, p. 95-1008, 1928. doi:10.2307/2179448

POULAIN, Tanja; BRAUER, Jens The changing role of mothers' verbal and nonverbal behavior in children's language acquisition. **First Language**, v. 38, n. 2, p. 129-146, 2017. doi:10.1177/0142723717735427

PRIMERO, Gerardo Gabriel. Actualidad de la polémica Chomsky-Skinner. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 263-279, 2008.

PUTNAM, Hilary. The Refutation of Conventionalism. **Noûs**, v. 8, n. 1, 1974, pp. 25-40.

PUTNAM, Hilary. Meaning holism. In: HAHN, Lewis Edwin; SCHILPP, Paul Arthur (Eds.). **The Philosophy of W.V. Quine**. La Salle, IL: Open Court, 1986. p. 405-426.

PUTNAM, Hilary. A Half Century of Philosophy, Viewed from Within. **Daedalus**, v. 126, n. 1, pp. 175-208, 1997.

QUINE, Willard Van Orman. Os Estados Unidos e o ressurgimento da Lógica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 381-392, 2004. (Conferência proferida em 30 de julho de 1942, em Brasília) [EURL]

QUINE, Willard Van Ornam. **O sentido da nova lógica**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1996. (Original publicado em 1944). [SNL]

QUINE, Willard Van Orman. On What There Is. **Review of Metaphysics**, 2, 1948, p. 21-38. [OWTI]

QUINE, Willard Van Orman. Identity, ostension and hypostasis. In: W. V. O. Quine. **From a logical point of view**. 2nd ed. rev. Cambridge: Harvard University Press, 1980. pp. 65-79. (Original publicado em 1950) [IOH]

QUINE, Willard Van Orman. On Carnap's View on Ontology (1951). In: **The Ways of Paradox and other essays**. New York: Random House, 1966, pp. 126-134. [CVO]

QUINE, Willard Van Orman. Two Dogmas of Empiricism. In: W. V. O. Quine. **From a logical point of view**. ed. rev. Cambridge: Harvard University Press, 1980. pp. 20-46. (Original publicado em 1951). [TDE]

QUINE, Willard Van Orman. The Problem of Meaning in Linguistics. In: W. V. O. Quine. **From a logical point of view**. ed. rev. Cambridge: Harvard University Press, 1980. pp. 47-64. (Original publicado em 1951). [PML]

QUINE, Willard Van Orman. Carnap and Logical Truth (1954). In: **The Ways of Paradox and other essays**. New York: Random House, 1966. p. 100-125. (Original publicado em 1954) [CLT]



QUINE, Willard Van Orman. The Scope and Language of Science. **The British Journal for the Philosophy of Science**, v. 8, n. 29, pp. 1-17, May, 1957. [SLS]

QUINE, Willard Van Orman. Speaking of Objects. In: W. V. O. Quine. **Ontological Relativity**. Cambridge: Harvard University Press, 1969. p. 5-25. (Original publicado em 1958). [SO]

QUINE, Willard Van Orman. **Falando de Objetos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. pp. 123-137. (Coleção os Pensadores). [SO]

QUINE. Meaning and Translation. In: Lawrence VENUTI (Ed.). **The Translations Studies Reader**. London; New York: Routledge, 2000. p. 94-112. (Original Publicado em 1959). [MT]

QUINE, Willard Van Orman. **Word and object**. Cambridge: MIT Press, 2013[1960]. [WO]

QUINE, Willard Van Orman. **Palavra e objeto**. Tradução de Sofia Inês Albonoz Stein e Desidério Murcho. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 368p. [WO]

QUINE, Willard Van Orman. Ontological relativity. **Journal of Philosophy**, v. 65, n. 7, pp. 185-212, 1968. [OR]

QUINE, Willard Van Orman. **Relatividade Ontológica**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. pp.139-162. (Coleção os Pensadores). [OR]

QUINE, Willard Van Orman. Replies. **Synthese**, v. 19, n. 1/2, pp. 264-322, Dec., 1968. <http://www.jstor.org/stable/20114641> [REP]

QUINE, Willard Van Orman. Epistemology Naturalized. In: **Ontological Relativity and Other Essays**. New York: Columbia University Press, 1969. p. 69-90. [EN]

QUINE, Willard Van Orman. **Epistemologia Naturalizada**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. pp.163-175. (Coleção os Pensadores). [EN]

QUINE, Willard Van Orman. Propositional Objects. In: W. V. O. Quine. **Ontological Relativity**. Cambridge: Harvard University Press, 1969. p. 139-160. (Original publicado em 1968). [PO]

QUINE, Willard Van Orman. Replies - To Chomsky. In: DAVIDSON, Donald; HINTIKKA, Jaakko (Eds.). **Words and Objections: Essays on the Work of W. V. Quine**. Dordrecht, Holand / Boston-U.S.A: D. Reidel Publishing Company, 1969. p. 302-311. [RTC]

QUINE, Willard Van Orman. Replies - To Harman. In: DAVIDSON, Donald; HINTIKKA, Jaakko (Eds.). **Words and Objections: Essays on the Work of W. V. Quine**. Dordrecht, Holand / Boston-U.S.A: D. Reidel Publishing Company, 1969. p. 295-297. [RTH]

QUINE, Willard Van Orman. Replies - To Hintikka. In: DAVIDSON, Donald; HINTIKKA, Jaakko (Eds.). **Words and Objections: Essays on the Work of W. V. Quine**. Dordrecht, Holand / Boston-U.S.A: D. Reidel Publishing Company, 1969. p. 312-315. [RTHK]

QUINE, Willard Van Orman. **Philosophy of Logic**: Second Edition. Cambridge: Harvard University Press, 1986. (Original publicado em 1970) [PL]

- QUINE, Willard Van Orman. On the Reasons for Indeterminacy of Translation. **The Journal of Philosophy**, v. 67, n. 6, 1970, pp. 178-183. [RIT]
- QUINE, Willard Van Orman. Philosophical Progress in Language Theory. **Metaphilosophy**, v. 1, n. 1, p. 2-19, 1970. [PPLT]
- QUINE, Willard Van Orman. **The Roots of Reference**. LaSalle, Ill.: Open Court, 1973. [TRR]
- QUINE, Willard Van Orman. Skinner Retirement Party (1974). In: FØLLESDAL, Dagfinn; QUINE, Douglas B. (Orgs.). **Quine in Dialogue**. Cambridge: Harvard University Press, 2008, p. 291-292. (Original publicado em 1974) [SRP]
- QUINE, Willard Van Orman. Linguistics and Philosophy. In: HOOK, Sidney (Ed.). **Language and Philosophy: A Symposium**. New York; London: New York University Press; University of London Press, 1969. p. 95-98. [LP]
- QUINE, Willard Van Orman. Homage to Rudolf Carnap. In: CREATH, Richard. **Dear Carnap, Dear Van: The Quine-Carnap Correspondence and Related Work**. Berkeley: University of California Press, 1990. p. 463-466. (Original publicado em 1970). [HRC]
- QUINE, Willard Van Orman. Five Milestones of Empiricism. In: **Theories and things**. Cambridge: Belknap: Harvard Univ., 1981. p. 67-72. (Original publicado em 1975) [FME]
- QUINE, Willard Van Orman. Mind and Verbal Dispositions. In: **Quintessence: Basic Readings From the Philosophy of W.V. Quine**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2004, pp. 313-328. (Original publicado em 1975) [MVD]
- QUINE, Willard Van Orman. On empirically equivalent systems of the world. *Erkenntnis*, v. 9, n. 3, p. 313-328, 1975. [EESW]
- QUINE, Willard Van Orman. To Chomsky. In: DAVIDSON, Donald; HINTIKKA, Kaakko (Eds.). **Words and Objections: Essays of the Work of W. V. Quine**. Humanities Press: New York, 1975. p. 302-311. [TC]
- QUINE, Willard Van Orman. The Nature of Natural Knowledge. In: **Quintessence: Basic Readings From the Philosophy of W.V. Quine**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2004, pp. 287-300. (Original publicado em 1975) [NNK]
- QUINE, Willard Van Orman. Use and its place in meaning. *Erkenntnis*, v. 13, n. 1, 1978, pp. 1-8. [UPM]
- QUINE, Willard Van Orman. Cognitive Meaning. **Monist**, v. 62, n. 2, p. 129-142, 1979. doi:10.5840/monist197962211 [CM]
- QUINE, Willard Van Orman. Goodman's Ways of Worldmaking. In: **Theories and things**. Cambridge: Belknap: Harvard Univ., 1981. pp.96-99. (Original publicado em 1978) [GWW]
- QUINE, Willard Van Orman. Facts of the Matter. In: SHAHAN, R.; SWOYER, C. **Essays on the philosophy of W. V. Quine**. Oklahoma: The Harvester Press, 1979. pp. 155-169. [FM]

QUINE, Willard Van Orman. Sellars on behaviorism, language, and meaning. **Pacific Philosophical Quarterly**, v. 61, n. 1-2, p. 26-30, 1980. [SBLM]

QUINE, Willard Van Orman. Empirical Content. In: **Theories and things**. Cambridge: Belknap: Harvard Univ., 1981. pp. 24-30. [EC]

QUINE, Willard Van Orman. On the Very Idea of a Third Dogma. In: **Theories and things**. Cambridge: Belknap: Harvard Univ., 1981. p. 38-42. [VITD]

QUINE, Willard Van Orman. Replies to Eleven Essays. **Philosophical Topics**, v. 12, n. 1, pp. 227-243, 1981. [REE]

QUINE, Willard Van Orman. The pragmatists' place in empiricism. In: MULVANEY, R.; ZELTNER, P. (Eds.). **Pragmatism: Its sources and prospects**. Columbia: University of South Carolina Press, 1981. p. 21-39. [PPE]

QUINE, Willard Van Orman. Things and Their Place in Theories. In: **Theories and things**. Cambridge: Belknap: Harvard Univ., 1981. pp.1-23. [TTLT]

QUINE, Willard Van Orman. Carnap's Positivist Travail. In: In: FØLLESDAL, Dafinn; QUINE Dougals B. (Eds.). **Quine in Dialogue**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2008. p. 119-128. (Original publicado em 1984). [CPT]

QUINE, Willard Van Orman. Relativism and Absolutism. **The Monist**, v. 67, n. 3, pp. 293-296, 1984. [RA]

QUINE, Willard Van Orman. **The Time of My Life: An Autobiography**. Cambridge: Bradford, 1985. [TML]

QUINE, Willard Van Orman. Reply to Geoffrey Hellman. In: HAHN, Lewis Edwin; SCHILPP, Paul Arthur (Eds.). **The philosophy of W. V. Quine**. 2nd. ed. Chicago; La Salle: Open Court, 1998. p. 206-208. (Original publicado em 1986) [RGH]

QUINE, Willard Van Orman. Reply to Jules Vuillemin. In: HAHN, Lewis Edwin; SCHILPP, Paul Arthur (Eds.). **The philosophy of W. V. Quine**. 2nd. ed. Chicago; La Salle: Open Court, 1998. p. 619-622. (Original publicado em 1986) [RJV]

QUINE, Willard Van Orman. Reply to Paul A. Roth. In: HAHN, Lewis Edwin; SCHILPP, Paul Arthur (Eds.). **The Philosophy of W.V. Quine**. 2nd. ed. Chicago; La Salle: Open Court, 1998. p. 459-461. (Original publicado em 1986) [RPR]

QUINE, Willard Van Orman. Reply to P. F. Strawson. In: HAHN, Lewis Edwin; SCHILPP, Paul Arthur (Eds.). **The Philosophy of W.V. Quine**. 2nd. ed. Chicago; La Salle: Open Court, 1998. p. 533-535. (Original publicado em 1986) [RTS]

QUINE, Willard Van Orman. Indeterminacy of Translation Again. **The Journal of Philosophy**, v. 84, n. 1, p. 5-10, 1987. [ITA]

QUINE, Willard Van Orman. **Quiddities: an intermittently philosophical dictionary**. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 1987. [QIPD]

QUINE, Willard Van Orman. Mind, Brain and Behavior. In: BROWNSTEIN, Aaron J. (Ed.). **Progress in Behavioral Studies** – Volume 1. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1989. pp. 1-6. [MBB]

QUINE, Willard Van Orman. Comment on Føllesdal. In: BARRET, Robert B.; GIBSON, Roger (Eds.). **Perspectives on Quine**. Oxford: Blackwell, 1990. p.110. [COF]

QUINE, Willard Van Orman. Comment on Hintikka. In: BARRET, Robert B.; GIBSON, Roger (Eds.). **Perspectives on Quine**. Oxford: Blackwell, 1990. p. 176. [COH]

QUINE, Willard Van Orman. Three Indeterminacies. In: BARRET, Robert B.; GIBSON, Roger (Eds.). **Perspectives on Quine**. Oxford: Basil Blackwell, 1990, pp. 1-16. [TI]

QUINE, Willard Van Orman. Let Me Accentuate the Positive. In: FØLLESDAL, Dafinn; QUINE Dougals B. (Eds). **Quine in Dialogue**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2008. p. 149-151. (Original publicado em 1990). [LMAP]

QUINE, Willard Van Orman. **Pursuit of Truth**. Cambridge: Harvard, 1992. 114p. (Original publicado em 1990). [PT]

QUINE, Willard Van Orman. Two Dogmas in Retrospect. **Canadian Journal of Philosophy**, v. 21, n. 3, p. 265-274, 1991. [TDR]

QUINE, Willard Van Orman. Structure and Nature. **The Journal of Philosophy**, v. 89, n. (1), p. 5-9, 1992. doi:10.2307/2026889 [SN]

QUINE, Willard Van Orman. Words Are All We Have To Go On (On Philosophers' Concern with Language). In: FØLLESDAL, Dagfinn; QUINE, Douglas B. (Eds). **Quine in Dialogue**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2008e. p. 334-339. (Original publicado em 1992) [WAAW]

QUINE, Willard Van Orman. Truth. In: FLØISTAD, Guttorm (Ed). **Philosophical problems today**. Dordrecht; Boston; London: Kluwer Academic Publishers, 1994. p. 1-20. [TR]

QUINE, Willard Van Orman. “W. V. Quine: Perspectives on Logic, Science and Philosophy”, an interview by Bradley Edmister and Michael O’Shea. In: In: FØLLESDAL, Dafinn; QUINE Dougals B. (Eds). **Quine in Dialogue**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2008. p. 43-56. (Original publicado em 1994). [PLSL]

QUINE, Willard Van Orman. **From Stimulus to Science**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1995. 114p. [FSS]

QUINE, Willard Van Orman. Response to Essays by Smart, Orenstein, Lewis and Holdcroft, and Haack. In: FØLLESDAL, Dagfinn; QUINE Dougals B. (Eds). **Quine in Dialogue**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2008c. p. 251-256. (Original publicado em 1997). [RTE]

QUINE, Willard Van Orman. “There is Always a Further Step”. Interview by O. Brill. In: FØLLESDAL, Dafinn; QUINE Dougals B. (Eds). **Quine in Dialogue**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2008. p. 82-97. (Original publicado em 1998). [TAFS]

QUINE, Willard Van Orman. Where do we disagree. In: FØLLESDAL, Dafinn; QUINE Dougals B. (Eds). **Quine in Dialogue**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2008d. p. 159-165. (Original publicado em 1999) [WWD]

QUINE, Willard Van Orman. Quine's Response. In: ORENSTEIN, Alex; KOTATKO, Petr (eds.). **Knowledge, Language and Logic: Questions for Quine**. Kluwer Academic Print on Demand, 2000. p. 407-430. [QR]

QUINE, Willard Van Orman. **De um ponto de vista lógico**: nove ensaios lógico-filosóficos. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: UNESP, 2011.

QUINE, Willard Van Orman. Prolegomena: Mind and Its Place in Nature. In: SINCLAIR, Robert (Ed.). **Science and Sensibilia by W. V. Quine: The 1980 Immanuel Kant Lectures**. Palgrave Macmillan, 2019. p. 19-36. [PMPN]

QUINE, Willard Van Orman; CARNAP, Rudolf; CREATH, Richard. **Dear Carnap, Dear Van**: The Quine-Carnap Correspondence and Related Work. Berkeley: University of California Press, 1990. (Original publicado em 1970).

QUINE, Willard Van Orman; DAVIDSON, Donald. Exchange between Donald Davidson and Quine Following Davidson's Lecture. In: FØLLESDAL, Dafinn; QUINE, Dougals B. (Eds). **Quine in Dialogue**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2008b. p. 152-156. (Original publicado em 1994). [EDQ]

QUINE, Willard Van Orman; KIRK, Robert. **Correspondence** (1968–1988). MS Am 2587: Box 592. Cambridge: Houghton Library, Harvard University. [CRK]

QUINE, Willard Van Orman; MAGEE, Brian. The ideas of Quine: Dialogue with W.V. Quine. In: MAGEE, Brian (Ed). **Men of Ideas**. London, British Broadcasting Corporation, 1978. p. 169-179. [TIQ]

QUINE, Willard Van Orman; ULLIAN, Joseph Silbert. **The Web of Belief**. New York: Random House, 1978. 148p. (Original publicado em 1970). [WB]

RAATIKAINEN, Panu. On How to Avoid the Indeterminacy of Translation. **The Southern Journal of Philosophy**, v. 43, 2005, pp. 395-413.

RICHELLE, Marc N. **B. F. Skinner**: uma perspectiva europeia. Tradução: Marina S. L. B. de Castro. São Paulo: EdUFSCAR, 2014. 295 p.

RORTY, Richard. Indeterminacy of Translation and of Truth. **Synthese**, v. 23, pp. 443-462, 1972.

RORTY, Richard. An Imaginative Philosopher: The Legacy of W.V. Quine. **Chronicle of Higher Education obituary for W V Quine**, Fev. 2001.

ROSALES, Rocío; GARCIA, Yors A.; GARCIA, Sebastian; REHFELDT, Ruth Anne. Basic Verbal Operants. In: FRYLING, Mitch; REHFELDT, Ruth Anne; TARBOX, Jonathan; HAYES, Linda J. (Orgs.). **Applied Behavior Analysis of Language & Cognition: Core Concepts & Principles for Practitioners**. Oakland, CA: New Harbinger Publications, Inc., 2020. p. 20-37.

ROTH, Paul A. Why There is Nothing Rather Than Something: Quine on Behaviorism, Meaning, and Indeterminacy. In: Jacqueline D. (Eds.). *Philosophy, Psychology, and Psychologism. Philosophical Studies Series*, v. 91, p. 263-287, 2003. doi: 10.1007/0-306-48134-0\_13 .

RUSSELL, Bertrand. **The Analysis of Mind**. London: George Allen & Unwin, 2005. (Original publicado em 1921).

RUSSELL, Bertrand. **An Outline of Philosophy**. London: George Allen and Unwin, 1951. (Original publicado em 1927).

SAINT-GEORGES Catherine; CHETOUANI, Mohamed; CASSEL Raquel; APICELLA Fabio; MAHDHAOUI Ammar, MURATORI Filippo; LAZNIK, Marie-Christine; COHEN, David. Motherese in Interaction: At the Cross-Road of Emotion and Cognition? (A Systematic Review). **PLoS ONE**, v. 8, n. 10 (e78103), p. 1-17, 2013. doi: 10.1371/journal.pone.0078103

SAMET, Jerry; ZAITCHIK, Deborah. Innateness and Contemporary Theories of Cognition. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/innateness-cognition/> .

SCHOLZ, Barbara C.; PULLUM, Geoffrey K. Irrational Nativist Exuberance. In: STAINTON, Robert J. (Ed.). *Contemporary Debates in Cognitive Science*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2006. p. 59-80.

SCHONEBERGER, Ted. Three myths from the language acquisition literature. **The Analysis of Verbal Behavior**, v. 26, n. 1, p. 107-131, 2010. Doi: 10.1007/BF03393086

SEARLE, John Rogers. Indeterminacy, Empiricism, and the First Person. **The Journal of Philosophy**, v. 84, n. 3, pp. 123-146, 1987.

SEGAL, Gabriel. Four Arguments for the Indeterminacy of Translation. In: ORENSTEIN, Alex; KOTATKO, Petr (Eds.). **Knowledge, Language and Logic: Questions for Quine**. Springer Science: 2000. p. 131-140.

SEVERO, Rogério Passos. “Plausible insofar as it is intelligible”: Quine on underdetermination. **Synthese**, v. 161, n. 1, p. 141–165, 2008. doi: 10.1007/s11229-006-9150-9 .

SEVERO, Rogério Passos. Realismo, subdeterminação e indeterminação em Quine. **Sképsis**, v. 4, n. 6, pp. 95-107, 2011.

SEVERO, Rogério Passos. Are there empirical cases of indeterminacy of translation. **Grazer Philosophische Studien**, v. 89, pp. 135-152, 2014.

SEVERO, Rogério Passos; SCHÜLER, Guilherme Gräf. **A change in Quine’s reasons for holophrastic indeterminacy of translation**, 2020 (Texto não publicado).

SMITH, Barry C. What I Know When I Know a Language. In: Ernest LEPORE; Barry C. SMITH (Eds.). **The Oxford Handbook of Philosophy of Language**, 2009, pp. 1-30. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199552238.003.0037

SMITH, Barry C. Quine and Chomsky on the Ins and Outs of Language. In: HARMAN, Gilbert; LEPORE, Ernie (eds.). **A Companion to W. V. O. Quine**. Wiley Blackwell, 2014. p. 483-507.

SMITH, Laurence D. Historical and Philosophical Foundations of the Problem of Meaning. In: MANDELL, Charlotte; McCABE, Allyssa (Orgs.). **The problem of meaning: behavioral and cognitive perspectives**. Amsterdam; Lausanne; New York; Oxford; Shannon; Tokyo: Elsevier, 1997, p. 15-80.

SODERSTROM, Melanie; BLOSSOM, Megan; FOYGEL, Rina; MORGAN, James. L. Acoustical cues and grammatical units in speech to two preverbal infants. **Journal of Child Language**, v. 35, n. 04, p. 869-902, 2008. doi: 10.1017/s0305000908008763

SKINNER, Burrhus Frederic. **The behavior of organisms: An Experimental Analysis**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1938.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Original publicado em 1953).

SKINNER, Burrhus Frederic. Freedom and the Control of Men. **The American Scholar**, v. 25, n. 1, p. 47-65, 1955-1956.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Verbal behavior**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.

SKINNER, Burrhus Frederic. John Broadus Watson, behaviorist. **Science**, v. 129, p. 197-198, 1959. <https://doi.org/10.1126/science.129.3343.197> .

SKINNER, Burrhus Frederic. Behaviorism at fifty. **Science**, v. 140, n. 3570, p. 951-958, 1963.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Particulars of my life: Part One of an Autobiography**. New York: McGraw-Hill, 1976.

SKINNER, Burrhus Frederic. Why I Am Not a Cognitive Psychologist. **Behaviorism**, v. 5, n. 2, p. 1-10, 1977.

SKINNER, B. F. The experimental analysis of behavior: a history. In: **Reflections on behaviorism and society**. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, 1978, pp. 113-126.

SKINNER, Burrhus Frederic. **The Shaping of a Behaviorist: Part Two of an Autobiography**. New York: University Press, 1979.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Contingências do reforço: Uma análise teórica**. (R. Moreno, Trad.). Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Original publicado em 1969).

SKINNER, Burrhus Frederic. Selection by consequences. **Science**, v. 213, p. 501-504, 1981.

SKINNER, Burrhus Frederic. **A Matter of Consequences: Part Three of an Autobiography**. New York: University Press, 1983.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Questões recentes na análise comportamental**. Campinas: Papyrus, 1991. (Original publicado em 1989).

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. Tradução: Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Editora Cultrix, 1993. (Original publicado em 1974).

SKINNER, Burrhus Frederic. The operational analysis of psychological terms. In: SKINNER, B, F. **Cumulative Record**: Definitive Edition. East Norwalk: Appleton-Century-Crofts, 1999a, p. 372-382. (Original publicado em 1945)

SKINNER, Burrhus Frederic. A Lecture on “Having” a Poem. In: SKINNER, B, F. **Cumulative Record**: Definitive Edition. East Norwalk: Appleton-Century-Crofts, 1999b, p. 353-361.

SKINNER, Burrhus Frederic. Are Theories of Learning Necessary? In: SKINNER, B, F. **Cumulative Record**: Definitive Edition. East Norwalk: Appleton-Century-Crofts, 1999c, p. 78-108. (Original publicado em 1945).

SKINNER, Burrhus Frederic. A case history in scientific method. In: SKINNER, B, F. **Cumulative record**: definitive edition. East Norwalk: Appleton-Century-Crofts, 1999d, p. 108-131. (Original publicado em 1956).

SOAMES, Scott. The Indeterminacy of Translation and the Inscrutability of Reference. **Canadian Journal of Philosophy**, v. 29, p. 321-370, 1999.

SOAMES, Scott. **Philosophical Analysis in the Twentieth Century**, Volume 2: The Age of Meaning. Princeton: Princeton University Press, 2009, pp. 223-258.

SOBER, Elliott. Empiricism. In: PSILLOS, Stathis; CURD, Martin (Eds.). **The Routledge Companion to Philosophy of Science**. London: Routledge, 2008. pp. 129-138.

SOLES, Deborah Hansen. On the Indeterminacy of Action. **Phil. Soc. Sci**, v. 14, pp. 475-488, 1984.

SPELKE, Elizabeth S. Principles of Object Perception. **Cognitive Science**, v. 14, pp. 29-56, 1990. [https://doi.org/10.1016/0364-0213\(90\)90025-R](https://doi.org/10.1016/0364-0213(90)90025-R) .

STEIN, Sofia Inês Albornoz. **Van Orman Quine**: epistemologia, semântica e ontologia. 1. ed. Londres: College Publications, 2009. 193p.

STEIN, Sofia Inês Albornoz. Carnap’s and Quine’s debate on semantic austerity: revaluing their empiricist extensionalism. **Dissertatio**, v. 49, n. 1, p. 88-108, 2019.

STICH, Stephen P. Dissonant Notes on the Theory of Reference. **Noûs**, v. 4, n. 4, p. 385-397, 1970.

SWIGGERS, P. How Chomsky skinned Quine, or what ‘verbal behavior’ can do. **Language Sciences**, v. 17, n. 1, p. 1-18, 1995.



SZÉKELY, Michael David. David Wight PRALL (1886–1940). In: SHOOK, John R. (Ed.). **The Dictionary of Modern American Philosophers**, Volume 3. Bristol: Thoemmes Continuum. 2005. p. 1967-1969.

TARSKI, Alfred. The Semantic Conception of Truth: and the Foundations of Semantics. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 4, n. 3, pp. 341-376, 1944.

THORNDIKE, Edward Lee. **Animal Intelligence: Experimental Studies**. New York: The Macmillan Company, 1911.

UNGER, Peter. **Philosophical Relativity**. Oxford: Oxford University Press, 1984. 132 p.

VERHAEGH, Sander. Blurring Boundaries: Carnap, Quine, and the Internal–External Distinction. **Erkenntnis**, v. 82, n. 4, pp. 873-890, 2017. doi: 10.1007/s10670-016-9848-0.

VERHAEGH, Sander. The Behaviorisms of Skinner and Quine: Genesis, Development, and Mutual Influence. **Journal of the History of Philosophy**, v. 57, n. 4, pp. 707-730, 2019a. doi: 10.1353/hph.2019.0074 .

VERHAEGH, Sander. “Mental States Are Like Diseases”: Behaviorism in the Immanuel Kant Lectures. In: SINCLAIR, Robert (Ed.). **Science and Sensibilia by W. V. Quine: The 1980 Immanuel Kant Lectures**. Palgrave Macmillan, 2019b. p. 157-180.

VILAÇA, Aparecida. Chronically Unstable Bodies: Reflections on Amazonian Corporalities. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 11, n. 3, pp. 445-464, 2005.

VIRUÉS-ORTEGA, Javier. The Case Against B. F. Skinner 45 Years Later: An Encounter with N. Chomsky. **The Behavior Analyst**, v. 29, p. 243–251, 2006.

WATSON, John Broadus. Psychology as the behaviorist views it. **Psychological Review**, v. 20, n. 2, p. 158-177, 1913. <https://doi.org/10.1037/h0074428> .

WATSON, John B. Clássico traduzido: a psicologia como o behaviorista a vê. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 289-301, 2008. (Original publicado em 1913).

WATSON, John Broadus. **Psychology: From the standpoint of a behaviorist** (2nd ed.). Philadelphia and London: J. B. Lippincott Company, 1924. (Original publicado em 1919).

WEIR, Alan. Indeterminacy of Translation. In: Ernest LEPORE; Barry C. SMITH (Eds.). **The Oxford Handbook of Philosophy of Language**, 2009, pp. 1-13. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199552238.003.0011.

WHITE, Stephen. The Indeterminacy of Translation: Fifty Years Later. **Disputatio**, v. 4, n. 32, pp. 385-393, 2012.

WHORF, Benjamin Lee. The punctual and segmentative aspects of verbs in Hopi Language. In: CARROLL, John B. (Ed.). **Thought, and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf**, 1956a. p. 51-56 (Original publicado em 1936).

WHORF, Benjamin Lee. An american indian model of the universe. In: CARROLL, John B. (Ed.). **Thought, and Reality**: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf, 1956b. p. 57-64. (Original publicado em 1950).

WOLFF, Phillip; HOLMES, Kevin J. Linguistic relativity. **WIREs Cognitive Science**, v. 2, pp. 253-265, 2010. DOI: 10.1002/wcs.104

XU, Fei. From Lot's Wife to a Pillar of Salt: Evidence that Physical Object is a Sortal Concept. **Mind & Language**, v. 12, n. 314, pp 365-392, 1997.

XU, Fei. The role of language in acquiring object kind concepts in infancy. **Cognition**, v. 85, n. 3, p. 223–250, 2002. doi:10.1016/s0010-0277(02)00109-9 .